

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ELEIÇÕES E SISTEMA PARTIDÁRIO EM SANTA CATARINA

(1945-79)



0.237.410-2

UFSC-BU

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do **Grau de Mestre em Sociologia**

YAN DE SOUZA CARREIRÃO

FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 1988.

ELEIÇÕES E SISTEMA PARTIDÁRIO EM SANTA CATARINA

(1945-79)

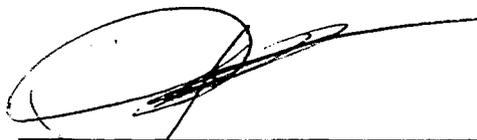
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:



Prof. Eduardo José Viola, Dr.
Orientador



Prof. Cesar Marcelo Baquero, Dr.



Prof. Paulo José Duval da S. Krischke, Dr.

A G R A D E C I M E N T O S

Para a conclusão deste trabalho foi importante a colaboração de várias pessoas e instituições.

Desejo agradecer especialmente à CAPES, pela concessão de uma Bolsa de Pós-Graduação pelo período de 3 anos; à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFSC, pela concessão do Fundo de Pesquisa, subsidiando parte dos gastos com a pesquisa; a Eduardo J. Viola, que além de Orientador representou importante papel em minha formação acadêmica; ao Prof. Paulo Freitas, do Depto. de Ciências Estatísticas e da Computação (UFSC) e a Orjan Ólsen, do IBOPE, que em diferentes momentos me auxiliaram na análise estatística e no trabalho de computação; a Sérgio Alves, que realizou em computador todo o trabalho de digitação e manipulação dos dados; a Amanda e Silvana de S. Carreirão e a Marlene S. Dozol pelo auxílio na conferência de dados em diversas ocasiões; a Paulo S. Carreirão pela revisão de grande parte dos originais; à datilógrafa-alquimista Albertina Buss, que paciente mas rapidamente conseguiu transformar um conjunto de rascunhos indecifráveis em texto legível; aos professores dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação que contribuíram para a minha formação acadêmica; à Koca, pela paciência e compreensão, especialmente na etapa final do trabalho; e finalmente aos entrevistados, pela atitude de pronta colaboração em prestar as informações solicitadas.

Embora todos tenham colaborado de alguma forma para que este trabalho fosse concluído, a possível existência de equívocos e incorreções é de minha inteira responsabilidade.

R E S U M O

Este trabalho investiga alguns dos padrões eleitorais e a dinâmica dos sistemas partidários vigentes em Santa Catarina nos períodos de 1945/65 e 1965/79.

Para cada um desses sistemas partidários é realizado um breve estudo de cunho qualitativo sobre cada um dos partidos e uma série de estudos sobre os resultados eleitorais, visando verificar:

- a) as tendências evolutivas do sistema;
- b) a correlação de forças entre os partidos no plano eleitoral;
- c) a existência (ou não) de uma estruturação do voto segundo diferentes contextos sócio-geográficos;
- d) as bases eleitorais de cada partido segundo esses contextos;
- e) a distribuição espacial do predomínio partidário.

No último capítulo são sistematizadas as principais conclusões e lançadas algumas hipóteses relativas aos padrões encontrados.

A B S T R A C T

This work investigates some of the electoral patterns and the dynamic of the political party systems in the state of Santa Catarina on the periods of 1945/65 and 1965/79.

For every of those political party systems, it has been done a brief qualitative study about every of the parties and a set of studies on the electoral results, with the purpose of verifying:

- a) The evolutionary tendencies of the system;
- b) The correlation of forces between the political parties on the electoral plan;
- c) The existance (or not) of a voting structure according to different social-geografic context;
- d) The electoral basis of each party according to those contexts;
- e) The spacial distribution of the partidary predominance.

In the last chapter we analyse the main conclusions and we suggest some theories concerning to the patterns found.

S U M Á R I O

	Pág.
APRESENTAÇÃO	i
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
SUMÁRIO	vi
ÍNDICE DE TABELAS	viii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	3
1. ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS	3
1.1 - Um Conceito de Partido	3
1.2 - O Sistema Partidário Brasileiro em Perspectiva Histórica	5
1.3 - As Teses em Debate	12
1.4 - A Pesquisa: Aspectos Metodológicos	25
NOTAS	31
CAPÍTULO II	33
2. O MULTIPARTIDARISMO EM SANTA CATARINA (1945-65)	33
2.1 - O Perfil Nacional dos Partidos	33
2.2 - Antecedentes Políticos em Santa Catarina	40
2.3 - Os Partidos em Santa Catarina	43
2.4 - Voto e Contexto Sócio-Geográfico	82
2.4.1 - Determinantes Contextuais do Voto	87
2.4.2 - As Bases Sócio-Geográficas dos Partidos .	101
2.5 - A Distribuição Espacial do Predomínio Partidário.	110

2.6 - Padrões Eleitorais no Período 45-65	123
2.6.1 - Predomínio Eleitoral Conservador	123
2.6.2 - Alto Grau de Concentração Partidária	131
2.6.3 - Relativa Estabilidade do Quadro Eleito- ral (1945-65)	139
NOTAS	150
CAPÍTULO III	162
3. O BIPARTIDARISMO EM SANTA CATARINA (1965-79)	162
3.1 - O Panorama Nacional	162
3.2 - Os Partidos em Santa Catarina	163
3.2.1 - O Processo de Estruturação	164
3.2.2 - A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) ...	172
3.2.3 - O Movimento Democrático Brasileiro (MDB).	184
3.3 - Voto e Contexto Sócio-Geográfico	190
3.4 - Distribuição Espacial do Predomínio Partidário ..	204
3.5 - Padrões e Tendências Eleitorais	216
3.5.1 - Predomínio Eleitoral Conservador	216
3.5.2 - Tendência de Declínio Arenista	224
NOTAS	234
CAPÍTULO IV	240
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	240
NOTAS	266
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	271
ANEXO 1: LISTA DE ENTREVISTADOS	276
ANEXO 2: ZONAS FISIAGRÁFICAS (S.C. - 1958)	277

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - PROPORÇÃO DO SALDO DO TESOIRO DO ESTADO DEPOSITA DO EM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS	57
TABELA 2 - RESULTADOS ELEITORAIS - PARTIDO COMUNISTA - 1945- 47	73
TABELA 3 - CORRELAÇÃO: URBANIZAÇÃO X VOTO (A.L.) - 1950-58 ..	88
TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍ- PIOS SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO TOTAL (A.L./ 1950)	89
TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍ- PIOS SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO TOTAL (A.L./ 1958)	90
TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍ- PIOS SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO URBANA RELATI- VA (A.L./1950)	90
TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍ- PIOS SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO URBANA RELATIVA (A.L./1958)	91
TABELA 8 - CORRELAÇÃO: INDUSTRIALIZAÇÃO X VOTO (A.L.) - 1950/ 58	94
TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍ- PIOS SEGUNDO FAIXAS DE VALOR DA PRODUÇÃO INDUS- TRIAL (A.L./1950)	94
TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍ- PIOS SEGUNDO FAIXAS DE VALOR DA PRODUÇÃO INDUS- TRIAL (A.L./1958)	95

TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO FAIXAS DE EMPREGO INDUSTRIAL RELATIVO (A.L./1950)	95
TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO FAIXAS DE EMPREGO INDUSTRIAL RELATIVO (A.L./1958)	95
TABELA 13 - CORRELAÇÃO: ALFABETIZAÇÃO X VOTO (A.L.) - 1950/58	97
TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO FAIXAS DE ALFABETIZAÇÃO (A.L./1950) ..	98
TABELA 15 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO FAIXAS DE ALFABETIZAÇÃO (A.L./1958) ..	98
TABELA 16 - PREDOMÍNIO PARTIDÁRIO POR MUNICÍPIO (1947-62) ..	112
TABELA 17 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS DO PSD, PTB e UDN, SEGUNDO AS ZONAS FISIAGRÁFICAS (1947-58)	116
TABELA 18 - RESULTADOS ELEITORAIS; FORÇA MÉDIA E TENDÊNCIA EVOLUTIVA DOS PARTIDOS: A.L. - (1947-62)	126
TABELA 19 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS EM QUE CADA PARTIDO FOI O MAIS VOTADO (A.L. - 1950-62)	127
TABELA 20 - DEPUTADOS FEDERAIS POR PARTIDO: SC X BRASIL (1945-62) (%)	129
TABELA 21 - PROPORÇÃO DE DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS PELOS DOIS MAIORES PARTIDOS (SC X "REGIÕES" BRASILEIRAS) - 1945-62	132
TABELA 22 - PROPORÇÃO DE DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS PELOS DOIS MAIORES PARTIDOS NOS ESTADOS DAS REGIÕES SUL E SUDESTE (1945-62)	134

TABELA 23 - PROPORÇÃO DE DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS PELOS DOIS MAIORES PARTIDOS NOS ESTADOS DAS REGIÕES SUL E SUDESTE (1945-62)	135
TABELA 24 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR TIPO DE POLARIZAÇÃO (ELEIÇÕES PARA A A.L. - 1950-62)	137
TABELA 25 - RESULTADOS ELEITORAIS; FORÇA MÉDIA E TENDÊNCIA EVOLUTIVA DOS PARTIDOS - CÂMARA FEDERAL (1945-62)	143
TABELA 26 - CORRELAÇÃO ENTRE A VOTAÇÃO DO MDB E ARENA(1966) E A VOTAÇÃO DE DIVERSOS PARTIDOS (1962) - A.L. ..	168
TABELA 27 - VOTAÇÃO SEGUNDO A EXISTÊNCIA DE DIRETÓRIO MUNICIPAL DO MDB (A.L. - 1966)	170
TABELA 28 - CORRELAÇÃO: URBANIZAÇÃO X VOTO (A.L.) - 1970-78 .	191
TABELA 29 - CORRELAÇÃO: URBANIZAÇÃO X VOTO (SENADO) - 1970-78	191
TABELA 30 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO A POPULAÇÃO URBANA (%) DOS MUNICÍPIOS - (A.L. - 1970)	192
TABELA 31 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO A POPULAÇÃO URBANA (%) DOS MUNICÍPIOS (A.L. - 1978)	192
TABELA 32 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO A POPULAÇÃO URBANA (%) DOS MUNICÍPIOS - (SENADO - 1970)	193
TABELA 33 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO A POPULAÇÃO URBANA (%) DOS MUNICÍPIOS - (SENADO - 1978)	193

TABELA 34 - DOMINAÇÃO ARENISTA SEGUNDO O TAMANHO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	195
TABELA 35 - CORRELAÇÃO: INDUSTRIALIZAÇÃO X VOTO (A.L.) - 1970-78	195
TABELA 36 - CORRELAÇÃO: INDUSTRIALIZAÇÃO X VOTO (SENADO) - 1970-78	196
TABELA 37 - DOMINAÇÃO ARENISTA SEGUNDO O VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO	196
TABELA 38 - DOMINAÇÃO ARENISTA SEGUNDO A TAXA DE EMPREGO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO	197
TABELA 39 - CORRELAÇÃO: ALFABETIZAÇÃO X VOTO (A.L./SENADO - 1970-78)	198
TABELA 40 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO O GRAU DE ALFABETIZAÇÃO (A.L. - 1970)..	199
TABELA 41 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO O GRAU DE ALFABETIZAÇÃO (A.L. - 1978)..	199
TABELA 42 - PREDOMÍNIO PARTIDÁRIO (%) SEGUNDO GRAUS DE ALFABETIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (A.L.)	200
TABELA 43 - PREDOMÍNIO PARTIDÁRIO (%) SEGUNDO GRAUS DE ALFABETIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (SENADO)	200
TABELA 44 - RESULTADOS ELEITORAIS; FORÇA MÉDIA E TENDÊNCIA EVOLUTIVA DOS PARTIDOS - A.L. - BRASIL/SC(1966-78)	216
TABELA 45 - RESULTADOS ELEITORAIS; FORÇA MÉDIA E TENDÊNCIA EVOLUTIVA DOS PARTIDOS - CÂMARA FEDERAL - BRASIL/SC (1966-78).....	217

TABELA 46 - RESULTADOS ELEITORAIS; FORÇA MÉDIA E TENDÊNCIA EVOLUTIVA DOS PARTIDOS - SENADO - BRASIL/SC - (1966-78)	217
TABELA 47 - RESULTADOS ELEITORAIS (%) PARA A CÂMARA FEDERAL - SC X REGIÕES (1966-78)	219
TABELA 48 - RESULTADOS ELEITORAIS PARA CÂMARA FEDERAL NOS ESTADOS DA GB/RJ/SP e RS (1966-78)	221
TABELA 49 - DOMINAÇÃO PARTIDÁRIA - PERÍODO BIPARTIDÁRIO (SC).	223
TABELA 50 - NÚMERO DE PARLAMENTARES POR PARTIDO - SC (1966-78)	225
TABELA 51 - NÚMERO DE VITÓRIAS DA ARENA E MDB NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS/SC (1966-76)	226
TABELA 52 - TENDÊNCIA EVOLUTIVA: ARENA/MDB - A.L. (1966-78)..	231
TABELA 53 - TENDÊNCIA EVOLUTIVA: ARENA/MDB - SENADO (1966-78)	232
TABELA 54 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO CATARINENSE SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (1950-80)	233

I N T R O D U Ç Ã O

A presente pesquisa tenta contribuir no preenchimento de uma significativa lacuna existente na literatura catarinense: muito pouco foi escrito sobre o sistema partidário e a dinâmica do processo eleitoral no Estado.

A obra mais abrangente (LENZI: 1981) sobre política em Santa Catarina não toma como foco de estudo principal aquelas temáticas acima, da forma como aqui são abordadas.

Há na literatura alguns estudos episódicos sobre uma ou outra eleição especificamente (RIBEIRO: 1968; SAN THIAGO: 1976 e BLASI: 1979). Há também trabalhos específicos sobre algum partido (LAUS: 1985; SILVA: 1985). Outros estudos (CORREIA: 1984; VIOLA: 1986) ainda, abordam períodos históricos diversos do que é aqui analisado.

O único trabalho que em parte se superpõe a aspectos relevantes da presente pesquisa é o de DITTRICH (1981), que realiza um estudo sobre as bases eleitorais dos partidos e uma análise da evolução do sistema multipartidário (1945/65).

Porém, além de este não ser o objeto central daquela pesquisa, algumas de suas conclusões parecem questionáveis, como será visto no decorrer deste trabalho.

A abordagem aqui realizada tenta delinear em termos amplos alguns dos principais padrões eleitorais bem como aspectos centrais da dinâmica dos sistemas partidários vigentes em Santa Catarina no período 1945/65.

Certamente a escolha de um objeto de estudo tão amplo

- considerando o período histórico, a amplitude geográfica e o nível de desagregação dos dados - traz consigo a contingência de uma análise menos aprofundada teoricamente, do que é possível em estudos cujos objetos de estudo sejam mais reduzidos.

A opção foi tomada levando em consideração exatamente aquela lacuna apontada mais acima. Assim, apesar deste estudo ter em boa parte um caráter apenas exploratório, julgo que ele poderá contribuir para a pesquisa sobre o tema, quando menos por poupar a outros pesquisadores a tarefa de realizar as inferências aqui efetuadas.

A pesquisa constou, além obviamente da análise da literatura, de:

- a) análise estatístico-matemática (utilizando computador) dos resultados eleitorais do período. (Os dados, colhidos do TRE, referem-se a vários níveis eleitorais);
- b) realização de entrevistas com atores políticos relevantes na história política do Estado;
- c) pesquisa no Arquivo de História Oral da UFSC.

C A P Í T U L O I

ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

A finalidade deste Capítulo será a de estabelecer algumas referências teóricas que servirão como instrumentos de aproximação de nosso objeto de estudo, auxiliando dessa forma na análise dos dados.

1.1 - Um Conceito de Partido

Há na literatura, certamente, uma variedade de definições de partido político. Dentro desse espectro, e enfocando especialmente a relação entre partido e bases eleitorais, irei situar - a partir de uma polarização conceitual apontada por Lamounier e Meneguello¹ - um ponto de partida que julgo oportuno para a análise do caso brasileiro. Seguirei aqui, literalmente a perspectiva desses autores.

De um lado,

"Há quem considere 'verdadeiro' somente aquele partido que possa ser caracterizado como braço político de um grupo social preexistente e bem configurado...; o (verdadeiro) partido político seria em si mesmo um grupo social: no mínimo, a expressão política 'necessária' de uma classe ou de um grupamento bem ancorado na estrutura da sociedade. Esse, naturalmente, é o ensaio preferido da literatura marxista".²

De outro lado, a perspectiva schumpeteriana, que afirma que

"partidos são criações 'artificiais': organizações criadas deliberadamente por 'empresários' políticos que vislumbram oportunidades no mercado político. Esses 'empresários' são os políticos profissionais. Eles têm consciência, é claro, de que sua atuação é de alguma forma limitada pela estrutura social do eleitorado, pelos interesses que se projetam na arena política, por coordenadas institucionais e assim por diante. Mas nada disso retira de sua obra esse caráter... artificial" (LAMOUNIER e MENEGUELLO, op. cit., pp. 15-6).

Nesta última perspectiva,

"a 'autenticidade' de um partido não é uma questão que se possa resolver apontando uma conexão previamente existente. Ao contrário, o crescimento eleitoral e organizacional do partido, o seu maior ou menor imbricamento com os interesses de um dado setor social, o fato de se tornar ou não um foco estável de identificações populares - tudo isso passa à categoria de eventos posteriores, a serem explicados, em vez de permanecerem como elementos incluídos de antemão na própria conceituação de partido" (op. cit., p. 16).

Faço ainda minhas as palavras dos autores:

"entenda-se que não estamos manifestando uma preferência pela visão schumpeteriana como proposição de caráter geral; ou seja, como descrição pretensamente universal dos processos que levam à formação de partidos. O que afirmamos é que esses processos variam no tempo e no espaço, e que a visão schumpeteriana ajusta-se bem melhor à história partidária brasileira. Seria surpreendente se assim não fosse, visto que estamos falando de um país que praticamente não conheceu partidos formados de baixo para cima" (op. cit., pp. 16-7).

Quanto a este último ponto, deve ser lembrado que, em relação ao período estudado (1945-79), os partidos mais "ideológicos" foram o PRP e o PCB. Enquanto o primeiro foi se descaracterizando ao longo do período como continuador do integralismo, o segundo, por permanecer quase todo o tempo na ilegalidade, teve pouca influência nos mecanismos de representação e decisão políticas.

Não é demais, porém, para deixar clara a perspectiva aqui adotada, frisar mais uma vez a ressalva já feita anteriormente, no sentido de que a atuação dos "empresários políticos", nessa perspectiva, é condicionada pela estrutura social do eleitorado, pelos interesses sócio-políticos em jogo, etc...

Assim, a não aceitação a priori da noção de partido como "braço político" de uma classe ou grupo social bem definido não significa cair na idéia de um "artificialismo" total do sistema partidário, onde os partidos não teriam nenhuma relação com a estrutura social na qual se situam.

Convém, portanto, ressaltar também que, dentro da perspectiva adotada, se trata justamente de verificar e tentar explicar em que medida os partidos chegam ou não a ser percebidos pelo eleitorado como diferenciados entre si, em que medida chegam ou não a estabelecer uma vinculação com determinadas bases sociais.

1.2 - O Sistema Partidário Brasileiro em Perspectiva Histórica

Parece haver certo consenso na literatura sobre a debilidade dos partidos e do sistema partidário brasileiro, pelo menos até a "Revolução de 30".

Esta debilidade refere-se em Souza³ ao baixo grau de institucionalização dos partidos, seja no que se refere à sua capacidade representativa (organização de bases eleitorais), seja quanto à sua capacidade governativa (formulação e implementação de políticas públicas).

Pode-se distinguir um núcleo mais ou menos comum às interpretações de Leal (1949), Faoro (1958) e Schwartzman (1982), núcleo que imputa grande parte da debilidade partidária no país a processos mais amplos da estrutura social brasileira: a formação de um forte Estado burocrático-patrimonial, frente a uma sociedade civil fraca, gerando a base de sustentação do privatismo, do mandonismo local, etc...

"O Estado brasileiro tem como característica histórica predominante sua dimensão neopatrimonial, que é uma forma de dominação política gerada no processo de transição para a modernidade com o passivo de uma burocracia administrativa pesada e uma 'sociedade civil' (classes sociais, grupos religiosos, étnicos, linguísticos, nobreza, etc...) fraca e pouco articulada. O Brasil nunca teve uma nobreza digna deste nome, a Igreja foi quase sempre submissa ao poder civil, os ricos geralmente dependeram dos favores do Estado e os pobres, de sua magnanimidade". (SCHWARTZMAN, 1988, 3ª ed., p. 14).

Lamounier e Meneguello (op. cit., pp. 20 e seg.), sem desconsiderar a validade destas interpretações, apontam a necessidade de um modelo explicativo que seja sensível às grandes transformações ocorridas nos planos sócio-econômico e político, na história do país.

Propõem como um dos processos centrais para a não consolidação de um sistema partidário razoavelmente estruturado, pelo menos até 1945, a existência de uma política deliberada por parte do poder central, de impedir o fortalecimento de partidos nacionais que pudessem competir com aquele poder.

Durante o Império, não só o poder central impede os embriões de partidos doutrinários de se desenvolver, como tem uma estratégia de federalização das disputas políticas. Manipulando a alternância na Corte entre liberais e conservadores, a

Coroa evita a exclusão de alguma facção, impedindo que os possíveis excluídos viessem a formar partidos.

No decorrer da República Velha, o mecanismo é semelhante. Através da "política dos governadores" - em que o Presidente da República apoia somente os acordos políticos respaldados pelos esquemas dominantes nos Estados - as oposições são forçadas a uma acomodação dentro do partido dominante em cada Estado. (Op. cit., pp. 27-9).

O desafio ao centro se manifesta durante toda a década de 20. Após a "Revolução de 30", há o florescimento de um sem número de pequenos partidos, com o espectro político polarizando-se nos movimentos comunista e integralista. A resposta do poder central vem com a implantação do Estado Novo, que dá um golpe nos partidos, suprimindo-os.

A "Redemocratização" e o Sistema Multipartidário

A partir de 1945, com o final da 2^a Guerra Mundial e com a "redemocratização" do país, estrutura-se um novo quadro partidário.

Antes de abordar diretamente esse sistema partidário é importante destacar alguns dos aspectos do processo de profunda centralização do poder no país, que ocorre durante o Estado Novo e que terá importantes efeitos sobre aquele sistema.

Souza analisa os principais mecanismos pelos quais o poder central se expande, passando a intervir de forma acentuada na economia, ao mesmo tempo que "absorve" politicamente as velhas e novas oligarquias. Um dos principais mecanismos foi

certamente o das interventorias:

"O Executivo federal nomeava para a chefia dos governos estaduais, indivíduos que, embora nativos dos estados, e mesmo identificados em suas perspectivas ideológicas aos grupos dominantes, eram ao mesmo tempo 'marginais', isto é, destituídos de maiores raízes partidárias (...) O sistema de interventoria pouco ou nada interferia com os pilares econômicos do poder político nos estados. Não obstante, enfraquecia as antigas situações, na medida em que o interventor, embora ligado à elite estadual, não devia a ela sua permanência no controle do Estado, mas sim ao beneplácito do Executivo Federal" (SOUZA, 1976: 87-8).

Um outro mecanismo importante na centralização do poder federal foi o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado em 1938 e que acabou funcionando como um "super-ministério".

"Os 'daspinhos' - departamentos estaduais - funcionavam como uma espécie de legislativo estadual e como corpo supervisor para o interventor e o Ministério da Justiça... Como uma engrenagem, a interventoria, o departamento administrativo e o Ministério da Justiça cooperavam na administração dos estados, sob o controle legal do Presidente da República". (SOUZA, 1976:96).

Além disso, ampliou-se a máquina do Estado, através da criação de ministérios. Vários institutos, autarquias e grupos técnicos foram criados com o intuito de ampliar o campo de intervenção do Estado central na economia (ex. Institutos do Pinho, do Sal, do Açúcar e do Alcool, do Café; Comissões do Vale do Rio Doce, do Plano Siderúrgico Nacional, do Plano Rodoviário Nacional, etc.).

A implantação de um modelo corporativista de sindicalismo, estritamente controlado pelo Estado, insere-se no bojo dessas iniciativas.

Por último, mas não menos importante, destaca-se a

expansão e o fortalecimento das Forças Armadas da União, de um lado diminuindo drasticamente a autonomia das milícias estaduais e de outro, conferindo principalmente ao Exército o papel de centro importante de formulação de planos relativos ao desenvolvimento industrial (ver SOUZA, 1976:101-2).

A centralização prévia do poder nas mãos do Executivo central retira das mãos do sistema partidário os "prêmios" da política:

"sem capacidade efetiva de participação na formulação de decisões de grande alcance social, e mais que isso, forçados a operar de uma maneira dispersa e mesmo deslegitimadora de seu papel como instituição política, o sistema de partidos não tem chances apreciáveis de se desenvolver" (SOUZA, 1976:37).

Um outro aspecto negativo para a implantação de uma vida partidária forte era a existência, no caso de importantes setores da elite política brasileira, de uma ideologia autoritária, anti-liberal e anti-partido.

SOUZA (op. cit., p. 68-9) aponta o que considera as cinco correntes políticas mais importantes na época que precede a formação do novo sistema partidário, afirmando que "mesmo utilizando argumentos díspares, visando objetivos diversos, acabaram todos por se identificar basicamente com uma visão autoritária de vida política e partidária". Ressalva, porém, logo a seguir, que as posições assumidas pelo PC e pelo Partido Democrático de São Paulo são menos claras nesse sentido. O certo é que pelo menos integralistas e correntes tenentistas de cunho autoritário e corporativista, bem como "liberais" assustados com o ingresso de camadas urbanas no processo político e com a radicalização ideológica, impunham sérias restrições à forma -

ção de um sistema político democrático-liberal baseado em partidos políticos.⁴

Segundo LAMOUNIER e MENEGUELLO (1986, pp. 41-2), em relação a estas tendências,

"trata-se, realmente, de uma inflexão ideológica estimulada pelo clima autoritário do entre-guerras e patrocinada a partir de 1937, pelo Estado Novo. Essa inflexão foi muito além do antipartidismo larvar ou irrefletido que existe em qualquer cultura nacional".

O quadro descrito acima - forte centralização prévia do poder nas mãos do Executivo central; existência de uma forte ideologia anti-partido - aliada ao baixo grau de mobilização social na conjuntura de formação do novo sistema partidário, representam fatores tendentes a debilitá-lo já no começo de sua vida.

Todos esses condicionantes prévios negativos para o fortalecimento do sistema partidário coexistiam porém, com um quadro institucional formalmente democrático:

"O caráter geral da Constituição de 1946... era certamente mais favorável à formação de uma estrutura partidária dinâmica e competitiva do que em qualquer outro período da história brasileira" (LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986:40).

Forjado num contexto marcado por extremas ambiguidades, no que concerne à efetivação de uma disputa partidária livre e competitiva, o sistema multipartidário que se desenvolveu no período que vai de 1945 até 1965 refletirá essa ambiguidade, apresentando simultaneamente tendências de debilidade e de fortalecimento, segundo Souza (op. cit., p. 168).

Além de adquirir uma importância muito grande aos olhos da literatura especializada (existiria, segundo LAMOU-

NIER e MENEGUELLO, "uma crença algo premonitória de que, decifrando-o teremos a chave do passado e do futuro"), certamente este é o sistema partidário sobre o qual persistem as maiores controvérsias teóricas.

Irei, mais à frente, abordar algumas das que estão na base de certos problemas que esta pesquisa se coloca. No momento basta assinalar aquelas tendências contraditórias e o fato de que o golpe de Estado de 1964 - independente da avaliação que se faça sobre as tendências do sistema partidário - representa também um dos mais duros golpes já perpetrados na história do país contra a estruturação de um sólido sistema partidário. (Sobre os partidos desse período, ver ítem 2.1).

O Bipartidarismo

O bipartidarismo, imposto na prática pelo regime ditatorial, gera partidos artificiais (ver ítem 3.1). Com o decorrer do tempo, entretanto - e as eleições de 1974 simbolizam um ponto de inflexão importante - a estrutura bipartidária é "adotada" pela opinião pública, tornando-se o MDB canal de manifestação do descontentamento popular, investindo-se as eleições de um caráter plebiscitário.

O regime militar se vê diante de

"um beco sem saída. Ou procurava a legitimidade via eleições, e submetia-se a contundentes derrotas, ou não as procurava, e assumia os riscos da ruptura completa com a ordem institucional vigente. O retorno à pluralidade de partidos foi a solução encontrada em 1979". (LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986:70).

É importante ressaltar que quando os partidos come-

çam a ser identificados e diferenciados por parcelas substanciais do eleitorado⁵, o poder central os extingue. Certamente, porém, desta vez a ruptura do sistema partidário se dá em consonância com os anseios de setores sociais relevantes, na medida em que o bipartidarismo não dava conta de representar a heterogeneidade existente no campo sócio-político.

1.3 - As Teses em Debate

Após este breve histórico sobre o sistema partidário brasileiro - até o período em que se encerra este estudo - tentarei apontar certas questões teóricas importantes, e em geral controversas, presentes na literatura, apenas para situar o plano de fundo sobre o qual se desdobram alguns problemas que originaram esta pesquisa.

O debate sobre as questões a seguir se encontra em níveis diversos em relação ao grau de consenso alcançado. De qualquer forma não se pretende resolver os intrincados problemas aí propostos. A intenção é apenas aquela mencionada no parágrafo acima.

a) Tendências Eleitorais e Crise no Prê-64

Um primeiro aspecto polêmico na literatura refere-se às tendências evolutivas no plano eleitoral e sua relação com a crise institucional que culmina com o golpe de Estado de 1964. As vertentes são variadas, superpondo-se em alguns argumentos e divergindo em outros.

Iniciarei por Gláucio Soares, que defende a tese de que os grandes partidos conservadores declinavam seu peso eleitoral, enquanto cresciam eleitoralmente "os partidos reformistas, trabalhistas e populistas, particularmente (o) PTB". (SOARES, 1973:232).

Apesar de situar outros fatores conjunturais, o autor afirma que:

"o movimento de 64 foi o resultado da consciência histórica, de processo, por parte das classes médias e altas. As perspectivas eleitorais a médio e longo prazo eram negativas para os interesses da poliarquia: quase todos os seus membros já participavam do processo eleitoral, mas ainda havia muitos membros das classes trabalhadoras e das massas marginais urbanas não incorporadas ao processo eleitoral e com condições legais de fazê-lo" (SOARES, 1973:233. Grifo do autor).

O núcleo deste argumento é defendido ainda por Pereira⁶ e parece fazer parte da visão de importantes atores políticos brasileiros⁷, influenciando inclusive suas estratégias.

Wanderley G. dos Santos parece aceitar a tese do declínio dos grandes partidos conservadores, enfatizando, porém, a tendência à fragmentação eleitoral: um maior número de partidos obtinha votos e cadeiras no legislativo.

"Dentro do Congresso, a tendência básica para a fragmentação parlamentar evoluiu continuamente no sistema brasileiro, de 1946 a 1962. Além disso, ... o alto grau de fragmentação após a eleição de 1962 situou o Brasil entre os sistemas partidários mais fragmentados entre os quais a comparação é possível" (SANTOS, 1986:78).

Esta fragmentação, acompanhada de uma polarização ideológica, além da fragilidade e inconstância das coalizões no parlamento e da instabilidade governamental (rotatividade das elites) teriam produzido uma crise de paralisia decisória, ou

seja, a incapacidade do sistema político de tomar decisões sobre relevantes questões conflituosas. Esta então, seria a natureza da crise que culmina com o golpe de 64 (SANTOS, op. cit., p. 10).

Campello de Souza, por sua vez, apesar de aceitar a existência de alguns dos processos descritos acima - declínio dos partidos conservadores e dispersão eleitoral - não concorda com as conclusões daqueles autores.

Em relação à tese de Soares, critica-o pelo que afirma ser seu "economicismo". Referindo-se ao argumento central da quela tese afirma que:

"sem desconhecer que esse argumento pode encerrar boa parcela de verdade, parece evidente que esse modelo ao mesmo tempo postula e dilui a autonomia da esfera política. Postula-a na medida em que reconhece que um mecanismo eleitoral formalmente democrático... funciona a longo prazo como corretivo político à estrutura de classes.

Ao mesmo tempo, porém, o modelo tende a diluir aquela autonomia, na medida em que toma a mudança na correlação de forças políticas quase diretamente como sinônimo de crise institucional. Faz coro, assim, com as interpretações puramente economicistas, que prescindem por completo do estudo dos mecanismos político-eleitorais por entenderem que a crise do modelo econômico os levaria fatalmente ao colapso" (SOUZA, 1976:142).⁸

Em relação à tese de W.G. Santos, a autora opõe o seguinte argumento:

"... em vez de levar necessariamente a uma crise institucional, o declínio dos grandes partidos conservadores - UDN e PSD - e a consequente dispersão eleitoral induziriam, a médio-prazo, um processo de realinhamento do sistema partidário, e de fato já começavam a se configurar como tal". (SOUZA, op. cit., p. 143).

Esse processo secular de rearticulação das bases partidárias "não era errático ou aleatório. Ao contrário, obede-

cia... a uma estrutura de determinações". (SOUZA, op. cit., p. 145).

No plano do Legislativo, o produto final desse processo seria um crescimento dos pequenos partidos nas grandes cidades; o crescimento da penetração do PTB nos Estados menos desenvolvidos e no interior (apesar de não se descaracterizar ainda como partido trabalhista urbano); a "ruralização" do PSD e, finalmente, quanto à UDN, dividiria o eleitorado rural com o PSD, passando a depender cada vez mais dos estratos médios e altos das cidades médias e das capitais, (op. cit., pp.144 e seg.).

Assim, as tendências de médio prazo para o Legislativo sugeriam

"um realinhamento e uma simplificação do sistema partidário, e em consequência, sua crescente diferenciação e 'representatividade'. No Executivo... é que se manteria a aguda ambiguidade de orientação ideológica, dado as características de sua constituency: o eleitorado nacional" (op. cit., p. 153).

A autora conclui, então, seu diagnóstico sobre a crise institucional pré-64:

"o caráter crítico do antagonismo institucional (estaria) não tanto na diferença de orientações em si, mas nos diferentes tempos segundo os quais a mudança sócio-econômica incidia sobre a formação dos dois poderes. Essa diferença poderia ter como consequência, a médio prazo, um enfraquecimento relativo do poder executivo (preso ao elevado valor marginal do apoio das forças políticas 'interioranas') e uma crescente representatividade e institucionalização das formações partidárias no legislativo. O caráter crítico da conjuntura do início dos anos sessenta, a nível institucional, poderia estar, portanto, segundo estas hipóteses, na aguda incompatibilidade entre estas novas tendências e as determinantes prévias da centralização e da ideologia estatais, em vez de constituir simplesmente, como quer boa parte dos analistas políticos brasi-

leiros, mero desdobramento de virtualidades anteriores" (SOUZA, op. cit., pp. 153-4. Grifos meus).

Fábio Wanderley Reis no apêndice de um estudo de cunho mais teórico⁹, ao tratar do enfoque de certos "temas" na literatura brasileira, aborda alguns aspectos dessa discussão. Sugere que neste período (45-64) tratar-se-ia de

"uma crise institucional durante todo o tempo... e que isto, com o que sugere quanto a uma forma complexa e bastante precária de se articularem o nível da base social dos conflitos de todo tipo e o nível das instituições destinadas a processá-los¹⁰, é a chave maior do problema geral. Naturalmente essa crise institucional se agrava com o passar do tempo, chegando ao ponto da fragmentação e da polarização parlamentar, da paralisação de decisões, etc..." (REIS, op. cit., p. 184).

Criticando a concepção de política implícita nas teses de W.G. Santos - mas destacando a riqueza dessa análise - Reis aponta a relação do processo de agudização da crise institucional com os conflitos sociais:..

"Este ponto (de agravamento da crise)... se alcança no momento em que os conflitos sociais em geral ameaçam ter consequências no plano institucional e desdobrar-se, a partir daí, em consequências de certa natureza no próprio plano estrutural dos interesses sociais em confronto. O que não é de forma alguma incompatível com a admissão de que o jogo no nível estritamente institucional tem certa autonomia (ou seja, o nível político-institucional é ele próprio um contexto especial de confrontações estratégicas) e admite idas e vindas..." (REIS, op. cit., pp. 184-5. Grifos meus).

Para concluir sobre esse ponto, embora considere que o estado atual do debate não permite apontar teses consensuais nem um modelo interpretativo que integre satisfatoriamente vários dos elementos existentes nas perspectivas aqui apontadas, é necessário indicar que julgo muito fecunda esta última aborda

gem, de Fábio W. Reis.

b) "Amorfismo" do Sistema Partidário X Clara
Diferenciação Entre os Partidos

Um segundo ponto polêmico sobre o(s) sistema(s) partidário(s) brasileiro(s) refere-se ao grau de representatividade de diferencial dos partidos entre os vários grupos sociais. Segundo Souza (1976:30)

"Para uma minoria, existia entre os grandes partidos nacionais, principalmente na região centro-sul do país, clara diferenciação ideológica, causa e efeito de uma representatividade também diferencial entre classes ou estratos sociais. De outro, uma imbatível maioria sustentava e sustenta tese oposta: a de que o sistema partidário era essencialmente amorfo, pastoso, para não dizer caótico; e que essa 'confusão institucionalizada' encontra explicação suficiente no amorfismo da sociedade brasileira, no baixo grau de diferenciação objetiva e subjetiva entre as classes sociais, na proveniência rural recente da massa trabalhadora, e assim por diante".

Na literatura catarinense, pelo menos San Thiago parece se aproximar bastante desta última posição. Analisando os resultados das eleições de 1974, afirma:

"Os resultados do último pleito provam o desinteresse do eleitorado pela integração no novo quadro político, por se ter evidenciado que poucos importam a existência dos partidos; vota-se não em função de programas ou ideologias; vota-se em função do parentesco, amizade, por concessões ou por razões semelhantes...".¹²

Grande parte da literatura especializada hoje existente parece se encaminhar para uma posição mais matizada, não apontando nem na direção de uma "clara diferenciação ideológica" dos partidos (em termos de um conjunto estruturado e coerente

de propostas e práticas), nem na direção de um "amorfismo"; de uma indiferenciação total entre os partidos, seja em termos de ação concreta, seja em termos de bases eleitorais.

Em relação ao período multipartidário, Aziz Simão (1956), estudando a associação entre a proporção de operários e a votação do PTB e do PC nas eleições para a Assembléia Legislativa de São Paulo, em 1945, em determinadas zonas da capital paulista, comprova a existência de uma associação entre posição sócio-econômica e voto. Oliveiros Ferreira (1960) comprova "a preferência das regiões altamente industrializadas (do Estado de São Paulo) pelos trabalhistas-reformistas, e das regiões não industrializadas pelos partidos conservadores tradicionais" (Cit. in: LAMOUNIER e CARDOSO, 1978:21). A obra de Soares (1973) dedica-se em grande parte a mostrar a existência de correlações entre contextos sócio-geográficos e o voto.

A questão das imagens partidárias na consciência popular, neste período, é, segundo Lamounier e Meneguello (1986: 49-50), muito controversa:

"Isto se deve à grande heterogeneidade do país, às avaliações que os diferentes autores faziam a respeito do sistema partidário e ao incipiente desenvolvimento das pesquisas do tipo survey. Assim, é com relutância que Navarro de Brito (1965, p.4) aceita a existência de party images diferenciadas... Baseando-se em um survey realizado no Rio de Janeiro por ocasião das eleições presidenciais de 1960, Soares (1967) aponta um grau razoável de diferenciação das imagens e uma alta taxa de identificação com os partidos. Já a análise de Cintra (1968) é mais cautelosa. Apoiando-se em dados colhidos em Belo Horizonte em 1965, no momento da extinção do sistema pelo AI-2, ele estima que somente 42% dos eleitores identificavam-se com qualquer dos partidos... A conclusão desse excelente estudo é, pois, que 'o quadro institucional-partidário era... concretamente negado por parcela substancial da população (...). Não podemos deixar de assinalar a ex-

trema inorganicidade de nossa política no que tange à vinculação (...) do eleitorado com os institutos partidários". (CINTRA, op. cit., p. 112).

Souza (1976:39), baseando-se nas mesmas pesquisas acima conclui, inversamente, que "o eleitorado parece ter associado imagens político-ideológicas razoavelmente bem definidas aos partidos do período... (multipartidário)".

No que respeita ao período bipartidário há um razoável consenso na literatura especializada¹³ sobre a existência de uma estruturação do voto segundo contextos sócio-geográficos ou segundo a posição sócio-econômica individual dos eleitores. Assim, o MDB teria maior votação, tendencialmente, em contextos urbanizados e/ou industrializados do que em regiões rurais; em bairros mais pobres do que em bairros mais ricos (pelo menos nas grandes cidades).

Alguns desses mesmos estudos - que utilizam surveys - apontam também a existência de imagens partidárias diferenciadas (embora "condensadas", não muito elaboradas): o MDB como "partido dos pobres", "partido do povo" ou "partido de oposição" e a ARENA como "partido dos ricos", "do governo", "da situação".

Não há certamente, uma identificação muito acurada das diferenças entre os partidos, na maioria da população - trata-se de uma identificação difusa, mas que parece ter tido efetividade na opção de voto.

c) Modelos de Participação Política

O debate precedente insere-se numa discussão mais am-

pla, sobre os modelos de participação política.

Reis (1978), partindo de dois modelos de explicação do comportamento eleitoral bem próximos aos descritos no item anterior, articula-os com modelos teóricos mais abrangentes, sobre participação política.

O modelo clássico, em termos de comportamento eleitoral, de política ideológica - em que os partidos se distribuíam com clareza ao longo de um eixo direita-esquerda e atrairiam parcelas correspondentes de um eleitorado ideologicamente orientado - estaria articulado ao "modelo de consciência de classe", em termos de participação política. Os estudos de participação política que seguem este modelo sustentam que esta "é maior quanto maior (mais intensa, mais clara, mais precisa) é a consciência de classe" (PIZZORNO, apud REIS, op. cit., p.291).

Um segundo modelo de comportamento eleitoral idealiza o eleitorado futuro ("constatando" que hoje ele ainda não atingiu este ideal), que deveria ser composto de cidadãos "conscientes, racionais e socializados". Este modelo de comportamento eleitoral articula-se com o "modelo de centralidade", em termos de participação política. O conceito de centralidade,

"procura sintetizar uma série de dimensões relacionadas à posição global de um indivíduo, seja a dimensão econômica ou aspectos como o grau de experiência urbana e a amplitude da rede de interações e comunicações de que participa, seja aspectos de natureza intelectual e psicológica, como o grau de informação de que dispõe...

A proposição geral que tendem a sustentar os estudos de participação política que recorrem a este modelo é a de que a participação é maior quanto mais 'central' (mais favorável sócio-economicamente, mais 'urbana', etc.) a posição do indivíduo" (REIS, 1978:291).

Uma variável fundamental no processo de participação

política, segundo este modelo, é a educação. Através dela, os indivíduos seriam "socializados", isto é, integrados objetiva e subjetivamente ao sistema social.

Reis propõe que

"a lógica do processo político-eleitoral brasileiro melhor se desvenda em certa forma de se combinarem os dois modelos, e que uma parte da impressão da inconsistência ou amorfismo desse processo provém do que cada enfoque tem de unilateral" (REIS, op. cit., p. 291).

De forma a tornar seu enfoque mais apurado, decompõe a noção de centralidade em

"duas dimensões objetivas fundamentais: a dimensão 'horizontal', correspondente à oposição entre o mundo rural ou semi-rural e o mundo dos grandes centros urbanos, e a dimensão 'vertical', que corresponde à posição sócio-econômica dos indivíduos. A estes dois aspectos se superpõe a dimensão subjetiva do conceito, que diz respeito à abertura e envolvimento psicológicos e ao correspondente controle de certo volume de informações". (REIS, op. cit., p. 291).

Reis defende ainda a idéia de que no caso brasileiro, a "centralidade" associa-se não só com a intensidade, mas também com a direção da participação política.

A partir dessas considerações, o autor elabora uma espécie de tipologia do comportamento eleitoral de acordo com a interação entre os fatores ligados aos dois modelos de participação política. Seguirei, mais uma vez literalmente suas considerações, pois dificilmente elas poderiam ser expressas de forma mais clara.

"Se tomamos as duas dimensões objetivas recém-distinguidas ('horizontal' e 'vertical'), damos conta de que os limites extremos de posições altamente periféricas e altamente centrais correspondem respectivamente aos estratos baixos ru

rais e aos estratos altos urbanos. Seria talvez o caso de se supor que os representantes dessas posições extremas deveriam situar-se também em pólos opostos no que diz respeito a opiniões e inclinações políticas, com os últimos exibindo alto grau de conservadorismo e apego ao status quo e os primeiros alto grau de insatisfação frente a um sistema que os marginaliza de diversas maneiras. Sabidamente, porém, tal suposição seria equivocada no que se refere aos estratos baixos rurais. Aí, a condição objetivamente marginal ou periférica se encontra com frequência associada, no plano psicológico, seja a uma atitude geral de deferência, seja a formas de lealdade de pouco propícias a manifestações de inconformismo, formas estas que a inserção em estruturas de tipo clientelístico, por exemplo, não tende senão a reforçar. Nas áreas rurais ou semi-rurais, assim, seria de esperar que maiores frequências de inclinações inconformistas viessem a encontrar-se em níveis intermediários da estrutura social, suficientemente favorecidos sócio-economicamente para escapar às limitações intelectuais e psicológicas próprias da condição consistentemente marginal ou periférica, mas não a ponto de que os vested interests relativamente ao sistema existente prevaleçam de vez na determinação de suas opiniões - ou seja, não tanto que estas sejam inteiramente determinadas segundo o modelo da consciência de classe. Tal modelo teria melhores condições de operar nas demais categorias que se podem distinguir: estratos altos rurais e os diversos níveis da estrutura social urbana. Nestes, teríamos fatores diversos de centralidade objetiva - seja a posição sócio-econômica favorável ou os estímulos e a intensidade de comunicação próprios do meio urbano, ou ambos - produzindo resultados em termos de abertura psicológica e acesso à informação que contrastam em graus variados com a contrapartida subjetiva da condição de marginalidade consistente, e permitem, na medida correspondente, a determinação das opiniões e do comportamento político pela consideração do interesse próprio, isto é, segundo o modelo da consciência de classe. A qualificação contida na expressão 'em graus variados' é importante, porém, pois mesmo o ambiente dos maiores centros urbanos não está isento da presença de marginalidade objetiva e subjetiva e de seu séquito de desinformação, deferência e conformismo.

Assim, a perspectiva proposta contrasta com o enfoque que contrapõe o amorfismo à 'sociabilidade' por ler na evidência disponível que, à medida que se neutralizam os fatores de marginalidade subjetiva... temos não a tendência à expressão de valores consensuais, mas antes a ten-

dência à expressão dos interesses correspondentes a núcleos de interesses constituídos em torno das diversas posições na estrutura sócio-econômica, ou das diversas classes sociais. Mas ela contrasta também com o recurso puro e simples ao modelo da consciência de classe por reconhecer a existência e o vigor dos fatores de marginalidade subjetiva e de mecanismos que bloqueiam a tomada de consciência dos ingredientes não igualitários a comporem a estrutura social, mecanismos estes que atuam segundo os padrões previstos pelo modelo da centralidade. (Op. cit., pp. 292-3).

O próprio autor menciona que uma proposição desse tipo mais situa problemas do que os resolve. Um desses problemas estaria relacionado com a ambiguidade da variável educação.

"Esta pode ser considerada tanto como expressão de posição sócio-econômica geral quanto como fator que apresenta relevância direta e especial para os ingredientes intelectuais e psicológicos que compõem a dimensão subjetiva da centralidade. Assim, se temos um incremento educacional, deve ele em princípio ser considerado como fator de tomada de consciência crítica de determinada condição ou como algo que expressa em si mesmo a modificação dessa condição, e que portanto favoreceria antes uma perspectiva orientada por aspirações de ascensão ou mobilidade pessoal e propensa ao conformismo?". (Op. cit., p. 293).

A variável educação me interessa na medida em que irei trabalhar com ela neste estudo. Reis, analisando os dados empíricos de que dispunha concluiu que:

"O impacto específico do nível educacional sobre o grau de conformismo ou inconformismo político assume formas algo sinuosas e instáveis. Na atualidade (1978), contudo, parece predominar a tendência a que a educação opere como fator de conformismo político e de apoio ao partido do governo, tendência esta que, com exceção do setor universitário, se afirma de maneira especialmente marcada entre os jovens. Isto representa, por ambos os aspectos, a inversão de tendências observadas no passado, e parece dever interpretar-se sobretudo como consequência de expectativas ocupacionais mais favoráveis para os setores educados da população, criadas pela expansão econômica recente. Assim, feitas as devidas e importantes reservas quanto à parcela da juventude diretamente envolvida no clima político das universidades,

o empenho politicamente desmobilizador que caracteriza o regime vigente parece ter tido razoável êxito junto aos jovens educados, substituindo, ao que tudo indica, cogitações sociais e políticas por preocupações de carreira pessoal em muitos deles. (Op. cit., p. 284).

É importante destacar que a própria premissa básica subjacente ao "modelo de centralidade" - a de que quanto mais "central" (mais urbana, mais favorável sócio-economicamente, etc...) a posição do indivíduo, maior a participação política - não é aceita sem contestação. O próprio Reis faz a ressalva de que "mesmo o ambiente dos grandes centros urbanos não está isento da presença de marginalidade objetiva e subjetiva e de seu séquito de desinformação, deferência e conformismo".

Eli Diniz, por exemplo, estudando o caso do "chaguismo" no Rio de Janeiro, em que uma poderosa máquina clientelista foi erigida ao longo do tempo, conclui:

"Ao contrário do que sugerem as premissas implícitas na literatura sobre modernização e desenvolvimento social, os processos de industrialização e urbanização, com a conseqüente propagação de efeitos modernizantes, não são incompatíveis com o desenvolvimento de práticas clientelistas (...); altos índices de urbanização podem não só coexistir, como facilitar a expansão do clientelismo. Tal associação torna-se particularmente provável quando o baixo grau de organização da sociedade, ao favorecer o fortalecimento de tendências atomizadoras, cria condições para o êxito desse tipo de mobilização política". (DINIZ, 1982: 223).

De qualquer forma, julgo conveniente partir da reflexão de Fábio Wanderley Reis por achar que ela abre perspectivas frutíferas para a análise do comportamento eleitoral brasileiro - especialmente no período em que vigorou o bipartidarismo - situando, dessa forma, elementos centrais da problemática da pre-

sente pesquisa.

1.4 - A Pesquisa: Aspectos Metodológicos

A presente pesquisa é centrada na análise de certos aspectos capitais do sistema partidário e do comportamento eleitoral catarinense, no período compreendido entre 1945 e 1979, abrangendo portanto, o sistema multipartidário que se inicia ao fim do Estado Novo e finda um ano após o golpe de Estado de 1964, e o sistema bipartidário vigente durante o regime autoritário implantado a partir daquele golpe.

Este trabalho, além de tentar responder a algumas questões relacionadas de certa forma com o referencial teórico apresentado mais acima, sistematiza uma série de informações coletadas no decorrer da pesquisa - especialmente através de entrevistas (ver Anexo I) - no sentido de contribuir, dentro de um processo de acumulação do conhecimento, para uma caracterização mais acurada dos partidos em Santa Catarina. Isto me parece relevante, na medida em que a literatura existente sobre o assunto é escassa e de nível muito superficial.

Foram realizados ainda, estudos específicos sobre o predomínio eleitoral, por regiões ou municípios, visando um conhecimento mais detalhado das tendências eleitorais no Estado.

Em relação ao referencial teórico apresentado, embora tenham sido ali esboçadas algumas das questões teóricas relevantes presentes na literatura especializada, deve-se salientar que nossa pesquisa em certos pontos irá desbordar daquele qua-

dro, enquanto em outros momentos não irá analisar todos os aspectos referidos a elas.

Aquele referencial servirá apenas como pano de fundo da problemática, situando dessa forma a importância do debate no qual ela se insere.

Não há aqui minimamente - nem caberia no âmbito deste trabalho - a pretensão de alguma contribuição própria no plano da interpretação teórica sobre as tendências mais gerais do sistema partidário brasileiro, sobre os mecanismos que engendraram a crise política que se aprofunda no pré-64, ou outra questão dessa abrangência.

Nem se pretende que a análise dos padrões e tendências eleitorais (e, mais genericamente, do sistema partidário) catarinense levem a uma confirmação ou refutação dessa ou daquela tese.

Julgo, porém, importante, que se intensifiquem os estudos sobre os sistemas partidários, ao nível estadual, visando acumular esforços para que futuramente se possa efetuar estudos mais abrangentes e interpretativos dos processos político-partidários do país.

Dito isto, situarei as principais questões a que este estudo tenta responder, tendo em vista, tanto quanto possível, uma perspectiva comparada com o nível nacional:

- 1^a) Qual era a correlação de forças ao nível eleitoral, entre os partidos, nos dois períodos estudados, segundo um enfoque que privilegia a polarização: "progressistas" x "conservadores"?

Segundo Viola:

"Todas as eleições entre 1946 e 1970 mostram um perfil eleitoral catarinense situado à direita da média nacional e substancialmente à direita dos estados do centro-sul. As eleições de 74 representam uma ruptura eleitoral em SC: a vitória do MDB nas eleições para o Senado permitiu-lhe acompanhar a tendência nacional do voto oposicionista".¹⁴

Viola, porém, não descreve os dados a partir dos quais elaborou essa afirmação. Julgo conveniente analisar de forma minuciosa os dados eleitorais desse longo período da nossa história política, tomando aquela afirmação como hipótese de partida, de forma a testar seu grau de validade.

2^a) Quais as tendências evolutivas da força eleitoral dos partidos, nos dois períodos considerados?

Embora para o período multipartidário, Dittrich¹⁵ tenha feito a análise destas tendências, julgo necessário aprofundar este estudo porque:

a) aquela análise restringe-se aos resultados eleitorais para a Assembléia Legislativa, não abordando outros níveis eleitorais;

b) há certa inconsistência entre as conclusões da análise e os dados.¹⁶

3^a) Qual o grau de concentração do sistema partidário catarinense no período 1945-65? E quais as tendências evolutivas em relação a esta variável?

4^a) É possível constatar, nos dois períodos, algum padrão de estruturação do voto segundo os diferentes contextos sócio-geográficos? Neste caso, qual o grau e o sentido dessa es-

truturação? Estarei testando aqui, algumas das proposições do "modelo de centralidade".

5^a) Há continuidade de alinhamento ideológico por parte do eleito, entre os dois períodos? Em que grau?

A partir das respostas a estas questões - tratadas nos Capítulos II e III, irei nas considerações finais:

- a) compará-las com as teses encontradas na literatura sobre o sistema partidário catarinense;
- b) levantar algumas hipóteses (trata-se em grande parte de sistematizar certas noções correntes na discussão política) que poderão servir de base a novos estudos visando uma interpretação teórica mais rica da realidade política catarinense.

Do ponto de vista metodológico, é importante destacar algumas das limitações dessa pesquisa, bem como mencionar os tipos de estudos que foram realizados. O detalhamento dos aspectos metodológicos de cada um dos estudos, entretanto, será feito à medida em que eles se desenvolvem no texto.

Um primeiro ponto a ser ressaltado é o de que não se abordou nessa pesquisa aspectos relevantes relativos à capacidade governativa dos partidos. O estudo privilegiou a função representativa dos partidos em detrimento do estudo de dados atinentes à sua função governativa.¹⁷

Mesmo no que se refere à função representativa dos partidos, vários tipos de estudos podem ser realizados, de acordo inclusive com as várias "dimensões" do conceito de representação.¹⁸ Simplificadamente - e visando abordar nosso objeto de estudo especificamente - poder-se-ia distinguir duas dimensões principais deste conceito: de um lado pode-se afirmar que um

partido "representa" determinado segmento social pelo fato de que este segmento dá seu voto - em um grau considerado relevante - àquele partido. Uma outra perspectiva é afirmar que um partido "representa" determinado setor social quando a ação política concreta desse partido beneficia àquele setor, defende seus interesses.

Embora considere da maior importância um estudo aprofundado sobre o conteúdo concreto das ações políticas dos partidos para o seu conhecimento, também não foi esse o aspecto aqui privilegiado. De todo modo, a literatura existente, bem como as entrevistas realizadas, permitem um conhecimento mínimo sobre a ação dos principais partidos, suficiente para que se possa localizá-los, grosso modo, dentro de uma polarização "progressistas" (ou "reformistas") x "conservadores".

Sem desejar me estender muito sobre uma discussão a respeito destes termos, parece bastante caracterizar, de forma muito rudimentar, como "conservadores" aqueles partidos que defendem a manutenção do "status quo", em contraposição aos partidos "progressistas" (ou "reformistas"), ou seja, aqueles que propõem reformas relativamente importantes nas estruturas sócio-econômicas e/ou políticas vigentes. Embora tenha consciência da precariedade destas definições, o que me interessa é apenas situar grosseiramente em pólos opostos os partidos mais afastados¹⁹ entre si no espectro ideológico, para a partir daí tentar uma comparação do padrão catarinense de correlação de forças, com o padrão médio do país, ou mesmo com o dos Estados do Sul do país.

Voltando ao conceito de "representação" porém, devo

dizer que este estudo privilegia, portanto, aquela primeira "dimensão" mencionada, ou seja, estarei interessado principalmente em definir quais as bases eleitorais dos partidos.

Os estudos que serão feitos para caracterizar as bases eleitorais são:

- a) estudos de correlação entre contexto sócio-geográfico e voto: aí se verifica se um partido tem maior tendência de voto em regiões mais urbanizadas; industrializadas; de maior nível educacional, ou vice-versa.
- b) estudos sobre a dominação partidária: onde se discrimina por município ou por região, qual o partido que predominava eleitoralmente.

Uma outra importante limitação da pesquisa é a de não poder contar com dados de surveys sobre o comportamento eleitoral em SC no período em pauta. Não há na literatura, menção à existência desse tipo de estudo; realizá-los ao tempo da execução da pesquisa não teria nenhuma validade, na medida em que já havia decorrido um espaço de tempo muito grande em relação ao período estudado.

A inexistência desses dados não permite qualquer inferência ao nível do comportamento individual dos eleitores, inviabilizando a análise sobre o grau de identificação partidária por parte do eleitorado.

N O T A S

× ¹ LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. Partidos Políticos e Consolidação Democrática. O Caso Brasileiro. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.

² Op. cit., p. 15.

× ³ SOUZA, Maria do C. Campello de. Estado e Partidos Políticos no Brasil. Ed. Alfa-Ômega, São Paulo, 1976.

⁴ Para uma análise detalhada do pensamento autoritário da década de 30, ver a obra já referida de SOUZA, Cap. III.

⁵ Há fortes indícios dessa identificação na literatura. Ver especialmente: REIS (1978), LAMOUNIER e CARDOSO (1978) e LAMOUNIER (1980).

⁶ PEREIRA, R. e outros. Eleições no Brasil Pós-64. Global Editora, São Paulo, 1984, p. 9.

⁷ Ver Trindade, H. "Eleições e Partidos no Rio Grande do Sul: do Sistema Multipartidário à Criação do Bipartidarismo", in: FLEISCHER (1981:190, vol. 2), e Marcos Sá Correia, na Introdução ao livro de Lima Jr., O.B., Partidos Políticos Brasileiros, Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1983, pp. 14-5.

⁸ Para uma crítica da visão de Souza, ver REIS, F.W. "Política e Racionalidade", in: Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 37, pp. 165-70, UFMG/PROED, 1984.

⁹ REIS, F.W., (1984) op. cit.

¹⁰ Sobre a contraposição entre "base social" dos conflitos e o "nível institucional" dos conflitos, ver REIS, op. cit., pp. 149-56.

¹¹ Sobre a "autonomia do político" e sobre o "institucional" como "contexto" e como "objeto", idem nota 10.

- ¹²SAN THIAGO, A.G. "As Eleições de 1974 em SC", in: Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 43, jul/76, UFMG, Belo Horizonte.
- ¹³Especialmente alguns dos estudos englobados nas obras organizadas por REIS (1978), LAMOUNIER e CARDOSO (1978) e LAMOUNIER (1980). A obra de Pereira e outros (1985) confirma também a existência de uma clara relação entre contexto sócio-econômico e voto ao nível do país, no período 66/79.
- ¹⁴VIOLA, E. "As Eleições de 85 e a Dinâmica do Sistema Partidário de Santa Catarina", in: Cadernos de Ciências Sociais, nº 1, vol. 6, Centro de Ciências Humanas, UFSC, Fpolis, 1986.
- ¹⁵DITTRICH, R.I. O Deputado Catarinense. Ed. da UFSC, Florianópolis, 1981.
- ¹⁶Por exemplo, quando aquela autora afirma (op. cit., p. 49) que o PTB "teve um crescimento mais ou menos homogêneo e contínuo nos cinco pleitos", a partir dos seguintes dados (proporções de voto do PTB sobre o total de votos): 6,4% (1947); 13,3% (1950); 11,8% (1954); 13,5% (1958) e 11,7% (1962).
- ¹⁷Para uma abordagem das funções governativa e representativa dos partidos, ver SOUZA (1976: esp. pp. 27-31).
- ¹⁸Para uma análise mais detalhada do conceito de "representação", ver KINZO (1980:21-46).
- ¹⁹Os partidos sobre os quais julgo que possa não haver consenso na literatura sobre sua caracterização nesse sentido, não foram considerados nessa polarização. De qualquer forma eles foram pouco relevantes eleitoralmente em Santa Catarina.

0-237-410-2
Biblioteca UNIVERSITÁRIA
- UFSC -

C A P Í T U L O I I

O MULTIPARTIDARISMO EM SANTA CATARINA (1945-65)

2.1 - O Perfil Nacional dos Partidos

Antes de entrar na análise dos partidos em Santa Catarina, serão tecidas algumas considerações básicas sobre os partidos no plano nacional.

Partido Social Democrático (PSD)

O PSD foi o partido organizado por Vargas tendo como sustentação a estrutura montada a partir das interventorias durante o Estado Novo. Foi o partido eleitoralmente mais forte durante todo o período multipartidário.

Grande parte da literatura¹ aponta o caráter conservador do partido, apoiado num eleitorado predominantemente de base rural.

Hippolito, entretanto, em estudo específico sobre o PSD, apresenta uma visão mais matizada do partido. Segundo essa autora, o PSD foi o fiador da estabilidade política do regime inaugurado em 1946, na medida em que ocupou solidamente o centro do sistema partidário (inicialmente moderado).²

"Maciçamente apoiado pelo eleitorado do interior, o PSD procura sempre o ponto de equilíbrio entre posturas mais conservadoras, exigidas pelas bases, e mais modernizantes, preconizadas pelos membros mais jovens e renovadoras. Assim, apóia

o monopólio estatal sobre o petróleo, a intervenção do Estado contra os abusos do poder econômico, as iniciativas desenvolvimentistas de Juscelino, luta pela extensão do voto ao analfabeto e por uma política nacional de energia nuclear. No entanto, opõe-se às medidas que ameaçam suas bases clientelistas: reforma administrativa, extensão da legislação trabalhista ao campo e realização de uma reforma agrária radical.

Enfim, é um partido em que convivem raposas (lideranças tradicionais, atentas às reivindicações das bases do interior) e reformistas (lideranças mais jovens, voltadas para a demanda do emergente eleitorado urbano)". (HIPPOLITO, 1985:49).

União Democrática Nacional (UDN)

A UDN foi formada, segundo Benevides, como uma ampla frente histórica de oposição ao governo Vargas e a seus seguidores, composta inicialmente por cinco tipos de grupos basicamente:

- a) os membros das oligarquias destronadas a partir de 1930;
- b) os antigos aliados de Getúlio que se sentiram marginalizados ou traídos e saíram em 1937;
- c) os que participaram do Estado Novo, mas romperam com Getúlio ou com as forças locais situacionistas antes de 1945;
- d) os liberais nos Estados;
- e) setores de esquerda, que saíram logo a seguir à criação da UDN.³

O partido caracterizou-se por um profundo elitismo, reivindicando para si a defesa de um liberalismo que no plano econômico se traduzia por um anti-estatismo sem apontar para quaisquer reformas sociais importantes e no plano político impunha reservas à extensão da participação política e apelava

seguidamente para a intervenção militar.

Além disso, a UDN priorizou em vários momentos o empreendimento de campanhas de moralização administrativa e o combate à corrupção; na fase final do pluripartidarismo acentuou-se a tendência de combate à "infiltração comunista".⁴

Quanto à representação,

"a UDN pode ser considerada 'partido das classes médias' no sentido de que era o único grande partido que se dirigia diretamente às classes médias (...) Mas em termos de defesa dos interesses econômicos, a UDN expressava também, e sobretudo, os interesses dos proprietários de terras (em nada diferindo do PSD, por exemplo),⁵ e da indústria aliada ao capital estrangeiro".

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

O PTB foi, segundo Soares, um partido criado para servir como "um instrumento de mobilização do voto operário em benefício de Getúlio Vargas e seus seguidores".⁶

Com o passar do tempo o PTB se define como partido de cunho "reformista-populista-trabalhista" e, a partir do aparelho sindical e da utilização de algumas posições da máquina estatal - especialmente o Ministério do Trabalho - cresce bastante, passando de pequeno partido a segundo maior em termos de representação no Congresso.

O PTB ao nível nacional

"se caracterizou por ser um partido essencialmente urbano, com grande penetração nas áreas desenvolvidas (...) Entre 1950 e 1962, entretanto, o PTB cresceu substancialmente e este crescimento foi maior nos Estados menos desenvolvidos e menor nos Estados mais desenvolvidos".⁷

Partido Social Progressista (PSP)

Em relação ao PSP, a literatura a que tive acesso restringe-se basicamente a São Paulo, inclusive porque o PSP foi um partido com uma característica regional - paulista - muito forte, tendo força relativamente pequena na grande maioria dos Estados.

Foi o partido estruturado por Adhemar de Barros, ao não conseguir espaço próprio nos grandes partidos já formados.

Segundo Sampaio, o PSP desenvolve sua estrutura partidária (em São Paulo), basicamente

"nas zonas menos urbanizadas do Estado, caracterizadas por um eleitorado mais dependente do padrão clientelista de participação política".⁸

Para crescer, porém, o PSP precisava atingir as massas urbanas.

"Daí a ambigüidade do discurso populista de Adhemar, refletindo a intenção de atingir as massas trabalhadoras, sem uma definição que pudesse contrariar as bases partidárias, de caráter mais conservador".⁹

Com a radicalização do processo político, porém, Adhemar opta por reforçar os vínculos com suas bases conservadoras; se alia com o PSD em 1962 (quando antes se aliava preferencialmente com o PTB) e apóia o golpe de 1964. (SAMPAIO, op. cit., 180).

Partido Democrata Cristão (PDC)

O PDC, segundo Vianna,

"consistiu, nos países de tradição católica, num dos instrumentos de importância estratégica para organizar a vontade política da sociedade civil católica".¹⁰

Segundo esse autor, a versão brasileira seria atípica em relação às versões chilena e italiana, por exemplo, marcadas por um intenso reformismo:

"Seu discurso não se pautou pelo reformismo e, ademais, não se empenhou como um projeto modernizante, tendo cumprido um papel social praticamente inócuo. Ressalvado o curto interregno dos anos 60, quando alguns líderes tentaram aproximar a doutrina social da Igreja, constituiu-se numa lenda a mais, posta a serviço de políticos profissionais sem compromissos programáticos. Quando muito, veio a representar o ritualismo moralizante de certos círculos das camadas médias de alguns centros urbanos de São Paulo e Paraná".¹¹

Até o final da década de 50, o PDC teve pequena significação no quadro partidário, inclusive porque a hierarquia da Igreja privilegiou uma estratégia de influência direta sobre o Estado, sem a mediação de um partido político.

Com a radicalização do quadro político, abre-se espaço para o PDC se apresentar como um "partido burguês reformista e modernizante".

Em 1962, o PDC foi o partido que mais expandiu sua representação no Congresso, em termos proporcionais.

Mesmo assim, ao final do período, o PDC ainda era um partido de cunho fortemente regional: 13 dos 20 deputados federais pertenciam a São Paulo e Paraná.¹²

Partido de Representação Popular (PRP)

Embora não tenha tido acesso à literatura sobre o PRP, no nível nacional, sabe-se que o partido é formado por seguidores de Plínio Salgado, na esteira ideológica do integralismo.

A doutrina integralista, porém, perde força após a extinção da Ação Integralista Brasileira (AIB), ainda na década de 30, sendo difícil definir se o partido manteve um perfil ideológico próximo ao do integralismo ou se serviu como sigla para políticos profissionais, no conjunto do país.

Partido Libertador (PL)

O Partido Libertador é fundado em 1923 por Raul Pilla, no Rio Grande do Sul. O Partido sobreviverá até 1945, sendo então formalmente enquadrado no novo sistema partidário que se estrutura.

Foi um partido regional (gaúcho) com muito pouca penetração em outros Estados. Sua grande bandeira foi o parlamentarismo.¹³

Partido Comunista do Brasil (PCB)

Segundo Vianna, as origens do PCB são genuinamente operárias:

"O PCB nasce de uma crise real e como resposta a ele, do movimento operário, e não de uma importação ideológica. Não resulta de um cisma de intelectuais socialistas, como em muitos países euro

peus. Ingênuo, teoricamente ignorante, mas profundamente nacional e operário".¹⁴

O PCB é criado em 1922; dois meses após sua criação é posto na ilegalidade, onde permanece até 1945. Após a tentativa de insurreição armada, em 1935, sofre violenta repressão, que recrudesce com o Estado Novo. O partido praticamente se desagrega.

Entre 1942 e 1945 se reorganiza. É legalizado e participa de eleições entre 1945 e 1947, obtendo boas votações em alguns Estados e Municípios. Em 1947 é colocado novamente na ilegalidade, de onde não mais sairá até o final do período aqui estudado.

O partido passa à clandestinidade e se isola politicamente, com uma prática radicalizada. Segundo Vinhas "os comunistas adotam uma concepção militarista de partido, tomado como organização preparada para o assalto ao poder".¹⁵

A partir de 1958, inicia-se - a partir do processo deflagrado pelo XX Congresso do PCUS, em 1956 - uma mudança na linha de ação do partido que, segundo Vinhas,

"aplicando uma política ampla e flexível..., se fortalece visivelmente tanto em termos quantitativos quanto na sua inserção na classe operária e na sociedade brasileira".¹⁶

Segundo ainda Vinhas, o PCB chegou a contar entre 1960 e 1964 com 50.000 militantes. O partido passa a influir de forma decisiva no movimento sindical, controlando muitos sindicatos importantes e participando da formação de entidades sindicais "verticais".

2.2 - Antecedentes Políticos em Santa Catarina

Segundo Dittrich (1981:18-9),

"em SC o processo de instalação da República foi pacífico. A permanência na política dos antigos titulares dos partidos Monarquista, Liberal e Conservador, nos leva a concluir que não havia incompatibilidade profunda entre os velhos quadros e os que representavam a nova ordem política".

Ainda segundo essa autora,

"após o período conturbado da Revolução Federalista e dos governos militares, a política partidária é reorganizada com pleno domínio do Partido Republicano. A 'política dos governadores'...vai restringir todas as possibilidades do jogo eleitoral... dificultando tanto a criação como a manutenção de partidos de oposição nos Estados". (DITTRICH, op. cit., 19).

Embora haja algumas divergências internas no período da República Velha, irá nos interessar aqui apenas a cisão ocorrida no começo da década de 20 no Partido Republicano Catarinense, após a briga entre Hercílio Luz, que comandava o partido e o Governo, e Vidal de Oliveira Ramos, ex-governador em dois mandatos (1902/6 e 1910/4) e ex-senador (1907/10).

O "racha" se cristaliza em função de questões nacionais e forma-se a "Reação Republicana", liderada em SC por Vidal O. Ramos e seu filho Nereu. A "Reação Republicana" é derrotada na campanha presidencial de 1922, ficando os Ramos à margem do poder estadual até 1930.¹⁷

A oligarquia Ramos é originária de Lages e segundo Lenzi (1977:91)

"a política no município sempre foi comandada pela família Ramos, formando clãs de parentela que

desde 1850 começou (sic) a influir na vida política do município, da região e mesmo do Estado".

Em Lages, ainda segundo esse autor,

"até perto da década de 50, predominava a grande propriedade rural, as fazendas, que se constituíram na única forma de exploração econômica... Nos seus domínios, o senhor rural - o oligarca, o mandonista, o coronel, o chefe político - exercia poder absoluto sobre as manifestações dos agregados e peões... sua influência ultrapassava as taipas, porteiras e invernadas, cristalizando-se nas vilas, distritos ou na cidade, dominando o mecanismo eleitoral e o administrativo... A grande família era o pólo deste tipo de poder local" (LENZI, 1977:31-2).

Além disso, de 1889 a 1922 a família comanda a Prefeitura de Lages.¹⁸ E no plano estadual já foi visto que Vidal Ramos havia ocupado por duas vezes o governo do Estado, além da senatoria.

A derrota da "Reação Republicana" em 1922 parece, porém, ter tido reflexos temporários sobre o poder dos Ramos até mesmo no município de Lages, cuja prefeitura será controlada de 1923 a 1930 pela família Costa (Otacílio e Caetano).¹⁹

O comando do PRC, por outro lado, passa às mãos de Adolfo Konder, que será o governador do Estado de 1926 a 1930.

Adolfo havia sido Secretário de Estado de 1918 a 1920, deputado estadual de 1921 a 1923 e deputado federal de 1923 a 1926.²⁰ Seu irmão Marcos Konder, comandou a prefeitura de Itajaí (cidade de onde se originou politicamente a família Konder) de 1915 a 1930: eleito 4 vezes prefeito de Itajaí, foi substituído várias vezes por Marcos Heusi. Nestes intervalos foi eleito deputado estadual em vários mandatos.²¹ Vitor Konder, outro irmão de Adolfo e Marcos, ocupou entre outros cargos, o de de-

putado estadual (1919/21), Secretário da Fazenda (1922/26); Ministro da Viação e Obras Públicas do Presidente Washington Luis (26/30).²²

Irineu Bornhausen, cunhado dos irmãos Konder, foi vereador (Conselho Municipal) de Itajaí, de 1923 a 1930.

Em 1929, porém, Vidal e Nereu Ramos fundam a Aliança Liberal em SC. Em 1930, com a "Revolução", os Ramos assumem o comando do Estado - após um período em que alguns Interventores foram colocados no poder - destronando as antigas lideranças do PRC, capitaneadas pela oligarquia Konder-Borhausen (cuja supremacia até então estava nas mãos dos Konder).

Após a "Revolução de 30", os Ramos irão formar o Partido Liberal Catarinense. A grande maioria dos derrotados de 30, comandada por Adolfo Konder continua no PRC. Alguns, como Henrique Rupp Jr., - que havia participado com os Ramos no "movimento revolucionário" de 30, mas mostrou-se insatisfeito com o sistema de poder que se formou, centralizado pelos Ramos - irão formar pequenos partidos.

Em 1934 forma-se a "Coligação Republicana por Santa Catarina", união de todas as oposições (com exceção da AIB) ao partido governista, dividindo o eleitorado com o Partido Liberal: a "coligação" elege dois deputados federais, contra 4 deste último, e 15 deputados estaduais contra 16 do partido governista.²³

Em 1935 há eleições indiretas para o governo do Estado. Aristiliano Ramos, primo de Nereu e Interventor desde 1933 não consegue sua indicação como candidato pelo Partido Liberal Catarinense (que indica Nereu). Aristiliano junta-se então à

oposição coligada, saindo como candidato desta. Perde, numa eleição muito tumultuada.²⁴ A partir daí, os caminhos de Aristiliano e Nereu seguirão rumos partidários diferentes.

Perdida a eleição, a "Coligação Republicana por Santa Catarina" se desfaz. Aristiliano Ramos funda ainda em 1935 o Partido Republicano Liberal. Nas eleições municipais de 1936, o Partido Liberal vence em 30 dos 40 municípios. O Partido Republicano vence em Itajaí, com Irineu Bornhausen. A Ação Integralista Brasileira vence em 7 municípios incluindo Blumenau e Joinville, o que demonstra a força do integralismo no Estado.

Em 1937, instaura-se o Estado Novo, que "fecha" os partidos. Nereu permanece no poder como interventor até 1945. As oposições, embora proibidas de se organizar em partido, mantêm-se unidas, tendo como principal ponto de contato a Faculdade de Direito de Florianópolis.²⁵

É a partir desse quadro que se irão formar os novos partidos em 1945, quando da "redemocratização" do país.

2.3 - Os Partidos em Santa Catarina

Não se pretende neste ítem desenvolver um histórico detalhado da vida dos partidos políticos catarinenses deste período, até porque nem a literatura existente, nem o trabalho desenvolvido na pesquisa o permitem.

Serão apenas delineados alguns aspectos que julgo importantes para uma caracterização mínima dos partidos. Isso será feito a partir dos dados existentes na literatura política

catarinense e das informações obtidas a partir das entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa. Uma fonte subsidiária foi o material existente no Arquivo de História Oral da UFSC. Não foi possível no âmbito desta pesquisa um estudo mais aprofundado, seja a partir de jornais, seja a partir da ação parlamentar, p.ex., de forma a caracterizar mais adequadamente cada um dos partidos.

Em relação à literatura, a obra de Lenzi (1983) é certamente a mais abrangente. O Dicionário Político Catarinense (PIAZZA, 1985) e a obra de Dittrich (1981) contêm elementos importantes também, sobre a política e os partidos catarinenses deste período. Finalmente, o estudo de Laus (1985) enfocando a UDN é o mais detalhado do ponto de vista do acompanhamento da vida de um partido. Sobre o período que precede a formação do sistema multipartidário, especialmente sobre o período que vai da Revolução de 30 até o Estado Novo, utilizei basicamente, além das referências acima, a obra de Carlos Humberto Corrêa (1984).

Partido Social Democrático (PSD)

Como no resto do país, o PSD foi estruturado, no início, basicamente pelos grupos que se encontravam no poder em cada Estado, ao final do Estado Novo, polarizados, em SC, em torno do Interventor Nereu Ramos.

Em termos organizacionais o partido já nasce forte. Um indicador disso é o fato de que o PSD faz 50% dos votos na eleição para a Câmara Federal (1945) e 63% dos votos na eleição para

a Presidência da República, neste mesmo ano. Em 1947, além de fazer 47% dos votos na eleição para a Assembléia Legislativa, nas eleições municipais lança candidatos a prefeito e vereador em todos os municípios onde houve eleição - em contraste com os demais partidos, cuja organização é muito fraca no início do período (a exceção é a UDN que também surge com uma base sólida). Elege 30 dos 45 prefeitos e 65% dos vereadores do Estado. Essa estrutura certamente se enraíza no controle da máquina de Estado, já que desde 1930 os grupos que vieram a formar o PSD detinham o comando do Estado. Já foi visto como no Estado Novo houve uma centralização de poder sem precedentes, o que reforça a importância daquele controle, para a formação de um partido muito forte no pós-45.

O PSD foi durante toda sua existência um partido controlado pela oligarquia Ramos, originária de Lages (ver item 2.2). Nereu Ramos assume a presidência do partido quando de sua fundação, só a deixando quando morre, em 1958. Daí até a extinção dos partidos, pelo AI-2, o presidente será Celso Ramos²⁶ - irmão de Nereu e vice-presidente do PSD desde 1946.

Através desta sigla, vários membros da família Ramos alcançaram cargos (eletivos ou não) importantes. Assim, para citar apenas os nomes mais importantes da oligarquia no período considerado, Aderbal Ramos da Silva - chefe político do PSD de Florianópolis - é eleito deputado federal em 1945 e 1954 e governador em 1947. Joaquim Fiúza Ramos é eleito deputado federal por 4 vezes consecutivas, ocupando este cargo, pelo PSD, de 1951 a 1966 (em 1966 é eleito novamente pela ARENA). Nereu Ramos é eleito senador em 1945 e 54, deputado federal em 1950, chegando a ocupar a Presidência da República entre novembro de

1955 e janeiro de 1956. Celso Ramos é eleito para governador do Estado de 1961 a 1966.

Outras lideranças importantes do Partido foram: Ivo D'Aquino Fonseca, Leoberto Leal, Atílio Fontana (grupo Sadia), Altamiro Guimarães, Lenoir Vargas Ferreira, entre outros.

Em relação ao processo decisório, e enfocando a relação entre líderes locais e estaduais, Dittrich afirma que

"segundo depoimento de um de seus líderes, havia autonomia das bases em relação à cúpula partidária. As bases resolviam seus problemas de acordo com as suas conveniências e o Chefe Estadual aparecia como elemento integrador, obtendo a coesão na medida em que respeitava os interesses e particularidades locais... O vínculo de dependência entre os chefes locais e estadual era maior ou menor na medida em que o chefe local dependia do Governo do Estado para manter a sua força política". (Dittrich, 1981:80).

Silveira Lenzi, embora destaque a importância de certas lideranças locais, enfatiza mais o controle do partido por seus líderes estaduais e especialmente o poder do presidente:

"segundo depoimento de pedessistas históricos... as deliberações partidárias vinham sempre empacotadas (como acontecia com os demais partidos), verticalmente, de cima para baixo. Os membros do Diretório acatavam as decisões do presidente da Comissão Executiva... Nereu Ramos comandava o partido com 'mão forte', decidindo sobre candidaturas e candidatos, com participação direta na formação das Comissões Municipais, respeitando, todavia, algumas lideranças locais que se constituíam em peças importantes da estrutura partidária". (LENZI, 1983:147-8).

No que diz respeito à relação entre bancada na Assembleia Legislativa e a direção partidária do PSD, Dittrich destaca o comando desta sobre aquela:

"dificilmente alguém votava diferentemente da orientação da chefia partidária, que fechava a questão em tudo que fosse considerado de interes

se relevante ou fazendo parte do programa partidário". (DITTRICH, 1981:87).

Ainda nesta linha, Laus afirma que:

"durante a gestão de Aderbal, a bancada pessedista se posicionou coesa obedecendo às diretrizes do governador, que por sua vez era direcionado por seu tio Nereu". (LAUS, 1985:157).

Embora não tenha sido realizado nessa pesquisa um estudo da ação concreta dos partidos (orientação de governo; comportamento parlamentar, etc...) há consenso na literatura e entre os entrevistados sobre o forte perfil conservador do PSD catarinense - perfil aliás aceito como o predominante nacionalmente no partido pela grande maioria dos autores.²⁷

Na metade da década de 50, porém, estrutura-se a nível nacional uma corrente mais renovadora e de tendências reformistas no interior do PSD - a "Ala Moça". Em Santa Catarina fazia parte dessa corrente o líder Leoberto Leal²⁸, que a esta altura disputava com Nereu Ramos o comando do partido.

Na disputa pela vaga a candidato ao governo do Estado no pleito de 1955 configura-se a disputa entre Leal e seus seguidores - que apoiavam a candidatura JK à presidência da República - de um lado, e a ala de Nereu de outro. A ala de Nereu acaba obtendo uma vitória parcial mas ainda assim Leoberto Leal permanece como liderança importante - e dissidente da ala hegemônica do partido liderado pelos Ramos - até sua morte, em 1958, no acidente aéreo que vitimou também Nereu Ramos e Jorge Lacerda.

Com exceção dessa dissidência, o PSD foi um partido praticamente monolítico e de caráter conservador dominado pela oligarquia Ramos.

Quanto às práticas políticas, há muitas menções na literatura e na imprensa, à utilização da máquina administrativa; não só pelo PSD, diga-se. Embora no período os relatos e opiniões veiculados na imprensa tenham que ser vistos com cuidado, na medida em que tratou-se de uma imprensa muito atrelada politicamente (trato disso a seguir), alguns depoimentos tomados por mim junto a atores importantes da política catarinense confirmam esse tipo de prática, associada a práticas clientelistas as mais variadas. Destaque-se que o clientelismo e as campanhas eleitorais eram subvencionados não só a partir do dinheiro público mas também através de recursos saídos de grupos econômicos. Sobre esta última forma de financiamento não há praticamente menção na literatura. A presente pesquisa também não conseguiu avançar muito nessa área devido em grande parte à reticência dos entrevistados, que afirmam existir influência do poder econômico, mas não citam fatos concretos.

Já em relação ao início do período, Laus aponta:

"A interventoria, na figura do poderoso Nereu Ramos, joga duro. Toda a máquina administrativa do Estado é acionada em favor do PSD e violentamente contra a UDN e seus adeptos". (LAUS,1985:69).

A autora fala de "ameaças de demissões ou remoção de funcionários públicos" e de "insinuação de que o governo saberá com quem o eleitor votou".

Há vários casos citados por essa autora em sua tese (em geral tomados de denúncias da imprensa):

- No comício de encerramento da campanha (17/10/47), Nereu Ramos afirma que, caso Irineu Borhausen vença, ele, como presidente do Senado, negaria qualquer empréstimo a governos ad-

versários (LAUS, 1985:137).

- Represálias do PSD depois das eleições (de 1947) aos correligionários da UDN - demissão de funcionários públicos, remoção de professores, etc... (pp. 142-3).
- Denúncias da UDN de que a Casa Hoepcke (controlada por Aderbal Ramos da Silva) foi utilizada na campanha de 1947 (p.143).
- Denúncia da UDN de que no governo Aderbal "os dinheiros e bens públicos (eram) propriedades desse partido (PSD)" (pp. 168-9).

Uma das teses centrais de Dittrich, por sua vez, é a seguinte:

"Em todos os pleitos legislativos, sem exceção, seria vitorioso o partido que, naquele momento, detinha o governo do Estado. O partido do governador se beneficiava da máquina do Estado e da sua posição de prestar favores e exercer pressões em benefício de seus candidatos nas eleições legislativas. Os jornais da Capital... nas épocas pré e pós eleitorais apresentam grande quantidade de matérias nas quais os dois partidos, PSD e UDN, acusavam-se mutuamente da utilização da máquina eleitoral...". (DITTRICH, 1981: 49).

Cita então os seguintes artigos e notícias:

- "O Estado" (06/10/55; 22/03/51; 11/10/50; 17/07/54)
- "A Gazeta" (04/01/47; 21/10/45)
- "Diário da Tarde" (10/12/45; 09/01/47).

Sobre a questão do clientelismo ainda, essa autora aponta um dado importante, (mas generalizado ao conjunto dos partidos, sem diferenciá-los) a partir de questionários respondidos por deputados estaduais catarinenses:

"Observa-se que para 85% dos deputados o cabo e-

leitoral era muito importante... De acordo com as declarações dos deputados, os favores prestados pelos cabos eleitorais aos eleitores eram financiados, em primeiro lugar, pelo candidato que o cabo eleitoral apoiava, e em segundo lugar, às expensas do próprio cabo eleitoral". (Op.cit.,p.85).

Sem me alongar mais em exemplos e citações, parece razoável supor que a prática política pessedista (e pelo menos também a udenista) utilizou-se de mecanismos clientelistas acionados seja pela força da máquina administrativa do Estado seja pela força do poder econômico. Além disso o comando da máquina foi utilizado como instrumento de pressão junto a funcionários públicos.

Uma outra estratégia importante dos grupos que controlaram o poder político no Estado foi o controle dos principais meios de comunicação.

No caso do PSD, desde sua formação, o partido contou, quase como órgão oficial do partido, com o jornal "A Gazeta", de Florianópolis. Isto vale até 1951, já que a partir deste ano, "A Gazeta" passa a defender as posições da UDN, que havia assumido o poder estadual. Segundo um dos entrevistados, "A Gazeta" "era um jornal 'governista' (qualquer que fosse o governo)".²⁹

Além disso, o PSD adquire o jornal "O Estado" e funda a Rádio Guarujá:

"Neste mesmo ano (1945), por iniciativa de Aderbal Ramos da Silva e um grupo de correligionários, é fundada a emissora de rádio 'Guarujá' e em setembro adquirido o jornal diário 'O Estado'. Ambos os veículos de comunicação passam a ser utilizados como órgão de propaganda partidária e tornam-se importantes na divulgação do pessedismo em SC". (Jali Meirinho, in PIAZZA, W. F. (org.). Dicionário de Política Catarinense, ed. da A.L. do Estado de SC, 1985, p. 433).

Estava montada, portanto, desde a formação do parti

do, uma sólida estrutura de comunicação, em grande parte sob o controle direto de um dos membros mais proeminentes da oligarquia Ramos: Aderbal Ramos da Silva.

Um outro aspecto a considerar é a política de alianças do PSD. Em SC, como ao nível do país, o aliado prioritário do PSD foi o PTB, com quem se coligou várias vezes em disputas ao governo do Estado, Senado e Prefeituras, além da única coligação realizada em SC para eleição à Câmara Federal, em 1954. O assunto será retomado mais à frente.

A União Democrática Nacional (UDN)

Das cinco categorias de grupos apontados por Benevides³⁰ como tendo formado a UDN no início de sua história, embora seja certamente a dos "membros das oligarquias destronadas a partir de 1930"³¹ a majoritária em SC, há pelo menos um outro grupo importante: o dos "antigos aliados de Getúlio".

Não parece ter havido participação de líderes ou grupos liberais (de cunho ideológico forte) nem de segmentos da esquerda na formação da UDN catarinense.

Dentre os antigos aliados da revolução de 30, há dois grupos distintos liderados por duas figuras importantes da política catarinense neste período: Henrique Rupp Jr. e Aristília no Ramos. Os dois, por motivos de disputas internas ao bloco de poder no pós-30³² acabaram por se afastar de Nereu Ramos, vindo a formar com a UDN em 1945.

A base, porém, de estruturação da UDN serão os grupos desalojados do poder em 1930 e que até a implantação do Esta-

do Novo encontravam-se vinculados ao Partido Republicano Catarinense, liderados por Adolfo Konder e sua família, aliada por laços familiares com a família Bornhausen.

O partido nasce com uma base de estruturação forte, embora não tão forte quanto à do PSD. Embora não tenha encontrado dados sobre o número de diretórios municipais formados e sobre o número de filiados, há indícios daquela estruturação: a UDN obtém 32% dos votos nas eleições para a Câmara Federal em 1945 e 37% dos votos para a Assembléia Legislativa em 1947. Além disso, neste mesmo ano só não lança candidatos às eleições municipais em 1 dos municípios em que houve eleições. Elege porém, apenas 6 prefeitos (embora aí incluam-se os de Blumenau e Joinville) e 34% dos vereadores do Estado.

Em relação ao controle do partido, há durante a evolução do período, um deslocamento da liderança, não só da UDN, como internamente à oligarquia Konder-Bornhausen, das mãos de Adolfo Konder para as de Irineu Bornhausen. Uma terceira liderança importante no início do período foi Aristiliano Ramos que, porém, se afasta do partido em determinados momentos.³³

Embora as divergências entre Irineu e Adolfo Konder só comecem a aparecer com a aproximação do primeiro com Getúlio Vargas, (já em 1951), o processo de transferência da liderança maior do partido já se inicia em 1947, quando Irineu é eleito presidente do partido e lançado candidato ao governo do Estado. O processo se consuma, segundo Laus³⁴, ao final do governo de Irineu, com o lançamento - arquitetado por Irineu - da candidatura de Jorge Lacerda ao governo do Estado.

Aí, segundo essa autora, foram afastados do comando

partidário não só Adolfo Konder, como também outras duas lideranças udenistas: João Colin (deslocado por Paulo K. Bornhausen, filho de Irineu) e Aristiliano Ramos. Por outro lado, seria questionada a autoridade de Irineu Bornhausen, a partir do episódio.³⁵

Jorge Lacerda teve pouca autonomia, pelo menos no início do seu governo, frente a Irineu Bornhausen. Seu secretariado é "bornhauseano".³⁶ No decorrer do seu mandato, entretanto, tenta se desvencilhar da sombra que Irineu lhe fazia:

"apoiado em dissidências udenistas, petebistas, por pequenos partidos e pela quase dissidência pessedista comandada por Leoberto Leal, articulava uma força capaz de derrotar os grupos dominantes liderados pelos Ramos e pelos Konder Bornhausen, visando estabelecer uma reformulação geral na política catarinense". (LAUS, op. cit., p.286).

De todo modo, a morte de Lacerda, em 1958 interrompe essa estratégia. Assume o governo o vice-governador Heriberto Hülse, ligado a grupos econômicos do ramo de mineração, do sul do Estado. Com o tempo também este irá se distanciar de Irineu Bornhausen, mas acaba sendo derrotado.

A UDN foi, portanto, um partido com maiores divergências internas, do que o PSD, mas cuja hegemonia esteve durante praticamente todo o período nas mãos de Irineu Bornhausen.

Laus aponta como o principal mecanismo utilizado neste processo o seguinte:

"a dominação exercida pela oligarquia Konder Bornhausen sobre o partido foi possível na medida em que elementos do clã foram mantidos em postos estratégicos tanto nos diretórios quanto em cargos eletivos e/ou administrativos nos quais estabeleciam uma vasta cadeia clientelística que sustentava sua dominação". (LAUS, 1985:302).

A autora menciona nesse sentido a tentativa de Irineu

de criar uma liderança dentro da família. Inicialmente a tentativa recai sobre seu filho Paulo K. Bornhausen³⁷ - que chega a ser eleito deputado estadual em 1954, assumindo a presidência da Assembléia Legislativa (1956) e a Secretaria do Estado do Interior e Justiça (1958). Mas Paulo Bornhausen não se firma como liderança. Irineu centra forças, então, em seu sobrinho Antônio Carlos K. Reis, que realmente virá a se tornar uma das principais lideranças da UDN ao final do período e posteriormente da ARENA (o que, obviamente, não se deve apenas a Irineu).

Um outro fator importante para a conquista do poder em 1950 pela UDN e para garantir a hegemonia do partido nas mãos de Irineu, é mencionado - embora sem a ênfase que julgo me recer - por Laus: a utilização da "máquina" financeira do Banco Inco.³⁸

Sônia Laus aponta os seguintes fatos relacionados ao Banco Inco:

- 1º) A estratégia de Bornhausen de colocar Genésio Miranda Lins e seu filho Eduardo Santos Lins (vinculados ao Banco Inco) em posições importantes no xadrez político catarinense³⁹;
- 2º) cita entrevista de Leoberto Leal a "O Estado" (08/05/87) em que Leal acusa I.B., na campanha de 1947, de

"fazer de seu banco um instrumento de compressão econômica e propaganda política e das filiais da quele estabelecimento de crédito, um verdadeiro balcão de consciências entregue ao mais escancarado aliciamento de votantes".⁴⁰

- 3º) Sobre a campanha eleitoral de 1950, afirma:

"campanha desenvolvida mais em torno de nomes do que propriamente das siglas partidárias, organizada de forma que a máquina do banco Inco foi colocada a todo vapor na cabala de votos para Iri-

neu Bornhausen e os candidatos udenistas...".⁴¹

Depoimentos de dois entrevistados por mim confirmam a hipótese de que o banco Inco foi importante para a tomada de poder pela UDN. Um deles é especialmente importante, devido à vinculação do entrevistado com o banco e com o esquema de poder de Irineu, àquela época.

Segundo Eduardo Santos Lins (ex-assessor da Diretoria do banco Inco e filho de Genésio Miranda Lins, Diretor do banco e sócio-fundador), o Inco em 1950 já tem uma estrutura considerável tendo sido importante na campanha deste ano. O banco cresce ainda mais depois de Irineu chegar ao poder, segundo o mesmo entrevistado.⁴²

Um segundo depoimento aponta na mesma direção:

"O banco Inco teve uma participação muito grande em relação a financiamentos econômicos para pequenas e médias indústrias naquela ocasião (1950); era muito forte. Eu acho até que o banco Inco ajudou naquela ocasião a vitória do... Irineu (Bornhausen)".⁴³

Embora Laus aponte apenas Genésio M. Lins e Eduardo Santos Lins⁴⁴ - ligados ao banco - no esquema político de Irineu, na realidade este esquema era mais amplo, com ramificações importantes em Blumenau e Araranguá, pelo menos (certamente devem haver outras menos destacadas). Temos então, vinculados ao Inco:

- Hercílio Deeke (que ocupou cargos de gerência e diretoria da filial de Blumenau), que foi presidente do Diretório Municipal da UDN (1951/52 e 1960/61); vereador (47/51) e prefeito (1951/56 e 61/66) de Blumenau; deputado federal (55/56) e Secretário de Estado da Fazenda (56/60) e;

- Afonso Guizzo (vinculado ao banco Inco, filial de Araranguá)⁴⁵ foi eleito deputado estadual por 5 vezes consecutivas, a contar da eleição de 1954 (duas delas já pela ARENA).

O banco parece, portanto, ter sido importante não só para a tomada do poder pela UDN em 1950, como também para o controle do partido por Irineu Bornhausen, a partir de uma rede de lideranças importantes ligadas ao banco. Note-se que Afonso Ghizzo ocupa cargos no Diretório Regional da UDN de 55 a 57 (suplente); e de 1959 até o final do período como efetivo (chegando a ser 2º Vice-presidente). Hercílio Deeke aparece como suplente ou efetivo do Diretório Estadual de 1957 até 1963.

Um outro fato importante é o crescimento acelerado do banco Inco durante a gestão I. Bornhausen⁴⁶, o que contribuiu para a manutenção do poder de Irineu. Para este crescimento, parece ter contribuído de forma significativa, o fato do banco passar a funcionar como uma espécie de banco estadual, ou seja, grande parte do dinheiro do Estado circulou, no período de governo de I.B., dentro do banco Inco.

A tabela abaixo foi construída a partir de dados de balancetes (mensais) do Tesouro do Estado de SC publicados no Diário Oficial. Como os balancetes são mensais, escolheu-se para efeito de comparação, uma mesma data-base anual (último dia útil do mês de agosto de cada ano) a fim de verificar a evolução dos depósitos dos saldos do Tesouro do Estado. Essa tabela só vai até o ano de 1955, porque a partir daí os balancetes publicados no Diário Oficial não discriminam mais as instituições bancárias em que os saldos do Tesouro estavam depositados. Destacam-setambém os depósitos na Casa Bancária Hoepcke.

TABELA 1

PROPORÇÃO DO SALDO DO TESOIRO DO ESTADO
DEPOSITADO EM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

Ano Inst. Bancária	%										
	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955
Banco Inco	1,3	3,3	0,7	1,5	4,3	2,1	15,4	58,0	61,2	57,2	69,0
Casa Banc. Hoepcke	-	-	-	-	4,3	19,3	9,4	6,5	-	-	-
Outros *	98,7	96,7	99,3	98,5	91,6	78,6	75,2	35,5	38,8	42,8	30,2

* Inclui Tesouraria

FONTES: Diário Oficial nº 3061; 3307; 3541; 3780; 4028; 4270; 4493; 4732; 4973; 5208; 5445.

Percebe-se claramente o salto que se dá entre 1950 e 1951, e que é ainda maior entre 1951 e 1952, na proporção dos saldos do Tesouro do Estado depositada no banco Inco. Esta proporção irá crescer (com exceção de 1954) até o final do governo Bornhausen (1951/56), chegando o Inco a movimentar ao final desta gestão, 70% do volume daqueles saldos (quando em 1950, antes da UDN estar no poder, esta proporção era de 2%).

Por outro lado, o PSD parece ter manipulado também os depósitos do Tesouro, da mesma forma que a UDN. Note-se que as quedas nas proporções (sobre o total dos saldos do Tesouro) depositadas no banco Inco antes de 1950 ocorreram justamente em anos eleitorais (1945; 47 e 50). Além disso, e mais importante, surge em 1949 como depositário do Tesouro, a Casa Bancária Hoepcke - vinculada a qual estava Aderbal Ramos da Silva, então governador do Estado (1947/51). Em 1950 quase 20% do saldo do Tesouro do Estado estarão depositados nesta Casa. Este percen -

tual cai rapidamente nos anos seguintes. Em 1953 a Casa Bancária Hoepcke não aparece mais como depositária do Tesouro.

Voltando à UDN, além do grupo de Irineu Bornhausen vinculado diretamente ao banco Inco e das lideranças já citadas, de Adolfo Konder, Aristiliano Ramos (que tem uma história complicada dentro do partido) e Henrique Rupp Jr., outras lideranças importantes do partido foram: João Colin (Joinville), Heriberto Hülse e Diomício Freitas (Criciúma), Celso Ramos Branco (Lages) e Brasílio Celestino de Oliveira (Joaçaba), entre outros.

A relação entre a representação parlamentar udenista e a direção partidária, segundo Dittrich, foi de maior independência do que a existente no PSD: as decisões eram tomadas pelos líderes ou pela bancada, quase à revelia do partido.⁴⁷

Quanto à orientação ideológica do partido há também consenso na literatura no sentido de que a UDN catarinense foi um partido de cunho conservador (e oligárquico).

Laus indica ainda a tendência elitista⁴⁸ do partido e em relação à tendência golpista (o chamamento à intervenção às forças armadas) do partido - cujo expoente máximo teria sido José Medeiros Vieira⁴⁹ - dá como exemplo o apelo de Irineu Bornhausen ao Ministro de Guerra solicitando sua intervenção no governo da República, devido a modificações feitas por Nereu Ramos - durante seu período como Presidente da República - em vários cargos públicos.⁵⁰

Quanto à participação da UDN no golpe de 64, embora não tenha tido conhecimento de estudos sobre o assunto nem haja dados suficientes na literatura para uma análise mais acu-

rada, há alguns indícios de que pelo menos setores deste partido tenham tido participação:

1º) a ação da Campanha da Mulher pela Democracia - CAMDE - em SC foi coordenada pela Profa. Maria Carolina Galloti Kehrig, que também foi fundadora e presidente da Ala Feminina da UDN. Esta senhora, em entrevista ao Jornal da Semana (11 a 18/08/79)⁵¹ cita ainda como colaboradoras duas esposas de deputados udenistas.

2º) Um dos entrevistados por nós, assim se expressa:

"Eu não digo que a UDN tivesse participação não, mas elementos graduados da UDN tiveram grande participação... incentivando os militares... Até banqueiros deram dinheiro - não para os militares, mas para facilitar propaganda, movimentos... Não o partido; (mas) pessoas de relevo ajudaram com dinheiro para que houvesse esse golpe de 64".⁵²

Não parecem ter havido dissensões no partido, de ordem propriamente ideológica ou programática. As divergências se davam apenas pela ocupação de espaço político.

A utilização da máquina de governo, como já vimos antes, ocorreu tanto pelo lado do PSD quanto da UDN. Além do que já foi citado anteriormente, Laus aponta outros casos.⁵³

No que diz respeito à imprensa udenista, seu principal órgão de divulgação foi o "Diário da Tarde" fundado por Adolfo Konder em 1945. Laus afirma que o jornal foi "um braço ativo da UDN catarinense" (LAUS, op. cit., 67).

"A Gazeta", a partir do primeiro ano do governo Bornhausen passa a ser quase que um porta-voz do partido.

Em Lages, Aristiliano Ramos tinha o jornal "Região Serrana", de orientação udenista até dezembro de 1946. Quando

Aristiliano choca-se com Adolfo Konder e afasta-se do partido, o jornal declara-se "independente", mas continua a ser porta-voz do chefe serrano e da sua facção.⁵⁴ Note-se que a relação de Aristiliano com a UDN foi muito turbulenta. Em agosto de 47 lança nota comunicando sua volta ao partido, em função da saída de Adolfo Konder da direção (empossado Irineu Bornhausen).⁵⁵

Um dos entrevistados aponta que Irineu Bornhausen comprou a rádio Diário da Manhã quando governou o Estado.⁵⁶

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

O PTB catarinense surge articulado por lideranças moderadas como Saulo Ramos, Carlos Gomes de Oliveira, Telmo Vieira Ribeiro, entre outros.

A organização inicial do partido é débil frente à dos dois grandes partidos oligárquicos. Em 1945, obtém apenas 6% dos votos nas eleições para a Câmara Federal, repetindo este percentual nas eleições para a Assembléia Legislativa. Nas eleições municipais de 1947 o PTB lança candidatos a prefeito em apenas 6 dos 45 municípios, não elegendo nenhum; para a Câmara de Vereadores o Partido lança candidatos em apenas 8 municípios, só elegendo 2 vereadores, num total de 445 eleitos nesse ano em todo o Estado.

Estes dados indicam de forma clara o baixo grau de estruturação do PTB no início do período. Já em 1950, porém, o PTB cresce consideravelmente ao nível municipal: elege (só, ou em coligação) 5 prefeitos, entre os 45 municípios em que houve eleições. Elege 45 vereadores (num total de 445), distribuídos por 21 municípios.

Em 1960, dos 44 municípios em que ocorrem eleições (segundo o TRE) para prefeito, o PTB vence sozinho em 2 municípios (Criciúma e Mafra) e em coligação com o PSD em 12 outros, entre os quais Chapecô, Joinville, Laguna, Lages, Rio do Sul e Araranguá.⁵⁷ Segundo um dos entrevistados, o PTB estaria organizado ao final do período em cerca de 80% dos municípios catarinenses.

Ainda segundo suas palavras:

"Na região carbonífera atingia-se as bases. Havia (ao final do período) subdiretórios em todas as localidades... 70 em Criciúma; 40 em Içara. Isso gerava debate interno - ideológico, partidário, eleitoral... Havia uma participação e uma discussão política muito grande, muito maior do que a atual".⁵⁸

Destaque-se que o próprio fato de uma das principais lideranças do partido (na realidade, seu presidente regional de 1945 a 1956)⁵⁹ pertencer à família Ramos (Saulo Ramos era primo de Nereu, Celso e Aristiliano) já é um indicador de que, pelo menos ao nível de suas lideranças maiores, o PTB não imprimiu, no início de sua existência um tom marcadamente reformista a seu discurso e à sua prática.

De qualquer forma, e talvez pela situação nacional do quadro partidário, mesmo nessa época o PTB em SC parece ter tido uma certa penetração em setores operários:

"O PTB foi o partido que mais vinculações tinha com a classe trabalhadora... Tinha as suas tendências conservadoras, especialmente na cúpula, mas a base era muito avançada... O PTB era o partido da classe trabalhadora. Mas os quadros eram muito fracos...".⁶⁰

Esse quadro é mais representativo do PTB até a vinda de Doutel de Andrade (político muito vinculado a João Goulart)

para Santa Catarina, em 1958. A eleição de Doutel no mesmo ano é o ponto de inflexão mais importante da história do PTB no Estado. No ano seguinte, Doutel é eleito presidente do partido em SC derrotando na Convenção Acácio G. Santhiago (ligado a Saulo Ramos), cristalizando sua posição de comando no partido.

"É a partir daí que o partido começa a ter uma vinculação ideológica mais nítida, colocando o PTB de SC mais na linha do PTB gaúcho, do Rio de Janeiro, enfim, das posições mais de vanguarda ao nível nacional".⁶¹

De qualquer forma, o partido não era homogêneo no Estado:

"Especialmente na região carbonífera, era um partido dos mineiros, dos trabalhadores. As lutas sociais, as lutas ideológicas, em SC, até 64 se resumiam à região carbonífera. Os sindicatos eram atuantes, existiam como representantes da classe trabalhadora e o PTB sempre dando sustentação e apoio à luta destes sindicatos".⁶²

Parece ter havido realmente uma diferenciação do perfil ideológico do partido, em termos regionais. Perguntado sobre a existência da polarização entre "progressistas" e "moderados" no MDB (!!), um dos entrevistados, afirmou:

"Isso sempre existiu; até dentro do PTB já existia... O PC, que era um partido proscrito, tinha suas influências dentro do PTB... e lideranças mais à esquerda vinham do sul do Estado... Essas divergências... eram levantadas a nível ideológico por algumas lideranças só. P.ex., Doutel tentou buscar uma influência mais à esquerda, que sensibilizava melhor essas áreas mais atuantes na política socializante, que se situava mais ao sul e aqui no litoral, e encontrava eco na imprensa.

Enquanto na região do Vale do Itajaí, a própria região de Joinville, onde o trabalhismo era bem acentuado, trazia de lá sempre uma liderança moderada... (Rodrigo Lobo, sogro do atual governador...). Em Blumenau, o PTB praticamente não existia: as lideranças operárias em Blumenau sempre foram controladas pela UDN... porque o trabalhismo não abria espaço moderado para uma atua-

ção política dentro dessa região. O trabalhismo da área urbana procurava sempre uma base sindical e o sindicato dessa região fabril (Vale do Itajaí) tem uma convivência mais harmônica com a classe patronal".⁶³

No que se refere à relação entre o comando partidário e os parlamentares petebistas, pelo menos ao nível da Assembleia Legislativa, Dittrich (op. cit., p. 105) afirma que as decisões eram tomadas pela bancada quase à revelia das chefias do partido.

O PTB também parece ter se utilizado das parcelas da máquina administrativa a que teve acesso (especificamente os órgãos e autarquias vinculados à Previdência Social). Isso é mencionado por Lenzi (1981:170), que registra ainda, a presença de vários dirigentes de autarquias - IAPC, IAPI, SAPS e SAMDU - em convenção do partido, em 1958 (op. cit., p. 117). Jali Meiriho, no verbete sobre o partido, para o Dicionário Político Catarinense (ed. da Assembleia Legislativa de SC, Fpolis, 1985) afirma que "O PTB em SC, teve os seus primeiros organizadores saídos dos quadros do funcionalismo vinculado às autarquias federais". (Op. cit., p. 438).

Um de nossos entrevistados confirma esse tipo de prática já ao final do período e vinculando-a, inclusive, ao grupo mais progressista do partido, ligado a Dutel:

"(Jango) deu toda a estrutura petebista a Dutel - o SAMDU; os institutos previdenciários (IAPI, IAPETEC...) - que tinham uma boa estrutura na região carbonífera de Criciúma".⁶⁴

Quanto à política de alianças, embora o PTB tenha se coligado preferencialmente com o PSD, em alguns momentos o partido, ou uma ala importante do partido coligou-se com a UDN.⁶⁵

Note-se que as coligações se deram basicamente para os pleitos majoritários (Senado, Governo do Estado e Prefeitura). Uma única coligação ocorreu em toda a história do período em SC, para a Câmara Federal, em 1954, entre PTB e PSD. Nas eleições para a Assembléia Legislativa não houve coligações. Os dados que encontrei sobre eleições às Câmaras Municipais são exíguos, não permitindo uma análise consistente.

O PTB valeu-se certamente do equilíbrio existente entre os dois grandes partidos oligárquicos no período, apresentando-se como "fiel da balança" e barganhando a partir dessa condição. A principal estratégia de crescimento partidário a partir das alianças com o PSD ao final do período (1960), porém, não parece ter sido a de obter cargos no governo do Estado (embora essa fosse uma estratégia subsidiária), mas sim a de lançar candidatos a prefeito em coligação com o PSD, em troca do apoio eleitoral nos pleitos ao governo estadual. Dessa forma, como já foi visto acima, o PTB elege 12 prefeitos (incluindo importantes municípios) em 1960.

Essa estratégia é confirmada por um dos entrevistados, que revela também a lógica subjacente a ela:

"As alianças nem sempre eram ideológicas; muitas vezes eram eleitorais, em troca de apoio eleitoral, principalmente para conseguir prefeituras, para se estruturar como partido... Eram alianças táticas. O partido precisava ter instrumentos. Historicamente no Brasil só se fez partido no poder. Não houve um partido que tenha sido feito fora do poder... As alianças na maioria das vezes se acabaram após as eleições. Eram episódicas".⁶⁶

Em 1960, Doutel sai como candidato a vice-governador na chapa de Celso Ramos (PSD), enquanto Carlos Gomes de Oliveira compõe com Irineu Bornhausen (UDN). Saulo Ramos, aliado do

comando partidário, irá formar a seção catarinense do Partido Social Trabalhista (oriundo da dissidência do PTB gaúcho, forjada por Fernando Ferrari).⁶⁷

Quanto à imprensa, a única referência que consegui catalogar foi a do Jornal "A Evolução". Lenzi (op. cit., p.168) se refere à este jornal como "órgão do petebismo catarinense... aparecido a 1º/01/50, dirigido por Telmo Vieira Ribeiro e Rafael Cruz Lima", enquanto Piazza cita Saulo Ramos como diretor e proprietário.⁶⁸

De resto, só contava com espaço na imprensa subsidiariamente, quando se coligava com um dos dois grandes partidos.

Sintetizando, portanto, houve um deslocamento do eixo decisório do partido a partir de 1958/9, com a vinda e eleição de Doutel de Andrade. Se antes as principais lideranças estaduais do PTB situavam-se numa posição mais moderada, a partir daí o PTB catarinense estará mais próximo das posições reformistas (de esquerda) que predominavam em Estados como RJ e RS.

Isso não significa, de um lado, que o PTB catarinense tenha sido um partido conservador no período inicial de sua existência. No nível municipal e ao nível do eleitorado, parece ter havido uma razoável influência das tendências nacionais do partido, de cunho reformista.

Não significa, por outro lado, que o PTB a partir do momento em que Doutel desponta como sua principal liderança, não tenha se utilizado das posições de que dispunha na máquina administrativa.

Partido da Representação Popular (PRP)

O Diretório Estadual Provisório do PRP é fundado em 1945 em Santa Catarina.

Embora boa parte das principais lideranças da antiga Ação Integralista Brasileira tenha ido para outros partidos, quando da "redemocratização" em 1945⁶⁹, o PRP catarinense não era desvinculado, pelo menos no plano doutrinário, do movimento integralista, segundo Jucélio Costa:

"Há uma identidade... entre as duas (doutrinas) ... O PRP era um partido por excelência espiritualista. A AIB também. O PRP preconizava ser um partido nacionalista (foi o primeiro partido que fez a campanha 'O Petróleo é Nosso'). Um princípio integralista era a representação do grupo natural: o grupo familiar; profissional, cultural... Pregava-se a formação da Câmara Econômica..., isto é, a representação do voto profissional. O PRP também tinha esses princípios. O municipalismo (fortalecimento dos municípios) também era um princípio dos dois (integralismo e PRP).⁷⁰

Segundo também Reinaldo Fleming,

"O PRP... tinha os mesmos objetivos, os mesmos ideais, o mesmo criador do então extinto Partido Integralista Brasileiro (sic)".⁷¹

E ainda, tanto o PRP quanto a AIB combatiam o comunismo e o liberalismo, no plano doutrinário.

No plano dos princípios teóricos, portanto, o PRP catarinense parece ter seguido a doutrina integralista. Além disso, não foi, segundo Costa, um partido cujas atividades se limitaram aos períodos pré-eleitorais.

O PRP realizava reuniões doutrinárias regularmente, nos núcleos distritais e nos diretórios municipais. Todas as terças-feiras, às 20:00 horas, por exemplo, havia reuniões do

partido em todos os municípios em que o partido estava organizado. Desenvolviam-se ações filantrópicas e culturais. O PRP mantinha cursos de alfabetização e de formação profissional, dentro do princípio de que a educação era a base para a formação da Nação.

Quanto à disciplina e o esforço doutrinário do partido, afirma Genir Destri, referindo-se ao Extremo Oeste, especialmente ao município de Itapiranga, onde o PRP era forte:

"O PRP se tornou uma religião, quase como o PT de hoje, guardadas as circunstâncias ideológicas ... Era um partido de muita disciplina".⁷²

Um dos "princípios" do PRP (e do integralismo), segundo Jucélio Costa, era o combate à política oligárquica, vista como uma manifestação nefasta do "liberalismo" na política nacional. Em relação a esse "princípio", porém, a prática do PRP catarinense foi exatamente a de se coligar às oligarquias dominantes no Estado.⁷³

O PRP apoiou, para o governo do Estado, Irineu Bornhausen (1950); Jorge Lacerda (1955); Celso Ramos (1960) e Ivo Silveira (1965). "Venceu" todas as eleições para o governo do Estado, portanto, (com exceção de 1947, em que lançou candidato próprio). Em troca de apoio eleitoral, o PRP participou em todos esses governos, seja comandando Secretarias de Estado, seja colocando quadros seus em outros escalões do Executivo.

Quanto à estrutura organizativa, o PRP vai se estruturando progressivamente. A partir de 1950 já teria diretórios municipais organizados em todos os municípios catarinenses, segundo o entrevistado. Em 1965 o PRP contaria com mais de 20.000 filiados, todos contribuindo para a manutenção do partido.

"Quem não conseguia dar sua cota, outros companheiros se cotizavam e pagavam por ele".⁷⁴

O PRP tinha bases fortes sobretudo nos municípios de colonização alemã, segundo vários dos entrevistados.⁷⁵ A análise dos dados (item 2.4) parece indicar que isso realmente aconteceu, especialmente no início do período em estudo.

Segundo Genir Destri, o PRP

"tinha bases, consistentes, ideológicas, uma parte no Vale do Itajaí e no Extremo Oeste, principalmente Itapiranga".

Em relação a este município, a forte penetração do PRP, dever-se-ia

"à base alemã,...; que o PRP tinha vínculo ainda com Plínio Salgado e alguma lembrança do nazismo. Embora não fosse nazista, tinha alguma afinidade".⁷⁶

Outro entrevistado, falando sobre a eleição de Jorge Lacerda em 1955 e a relação com o PRP, afirma que:

"o partido (PRP) tinha vinculação com a ideologia integralista e... havia uma força muito grande em Jaraguá, Joinville, Blumenau e São Bento ... O partido era forte nas zonas de colonização alemã, já por analogia com o nazismo essa coisaráda toda... isso deu a vitória ao Jorge Lacerda".⁷⁷

Embora a relação entre o integralismo e o fascismo(e/ou nazismo) seja complexa⁷⁸ e não seja tema específico de nosso estudo, cabe apontar que não só o movimento integralista na década de 30, mas também o PRP parecem ter tido uma penetração especialmente importante nas regiões de colonização alemã.

Sobre a concentração do integralismo na região de colonização alemã do Vale do Itajaí, sugerindo uma identifica-

ção entre integralismo e nazismo, Gertz, após apontar alguns fatos a favor e outros contra essa hipótese, elabora uma hipótese alternativa:

"Nesta região, já bem antes do surgimento da AIB, as preferências políticas se dividiam em dois grandes blocos... Com a revolução de 1930, o grupo dos Ramos se impõe a nível estadual e inicia uma investida violenta e estratégica contra o tradicional reduto dos Konder... Essa atitude torna os Ramos e seu Partido Liberal Catarinense, politicamente inviável na região e isto abre caminho para um novo grupo político, não explicitamente comprometido com a tradicional estrutura do poder, o que provavelmente explica boa parte do sucesso da Ação Integralista Brasileira em Santa Catarina".⁷⁹

A análise é rica e provavelmente encerra boa parte da explicação do processo ocorrido no Vale do Itajaí. Apesar disso, na presente pesquisa foi constatado o peso do PRP (pretensão seguidor da AIB) também na região Oeste - inclusive com melhores votações (proporcionalmente) do que as obtidas no Vale do Itajaí. E na Região Oeste, boa parte da votação perrepista se concentrava no município de Itapiranga, também de colonização alemã (ver ítem 2.5). Note-se que desse município saiu um deputado estadual. Além disso, o partido tinha um perfil doutrinário forte no município, segundo Gemir Destri.

Embora esse fato possa ter explicações específicas que nada tenham a ver com aquela identificação entre integralismo e nazismo, enquanto elas não forem elaboradas, me parece que a hipótese de que haja alguma relação entre a colonização alemã e o crescimento do integralismo (associado, por seus traços, com o fascismo ou o nazismo, por exemplo) não deve ser descartada.

Em relação à imprensa perrepista, Jucélio Costa cita

como principal órgão alinhado ao partido, o jornal blumenauense "O Lume", que foi editado durante boa parte da vida do partido.

Concluindo, embora não se disponha de elementos mais sólidos para confirmar essas hipóteses, a imagem do PRP que resulta da pesquisa é a de um partido que no plano teórico parece ter realizado um certo esforço doutrinário, à diferença dos demais pequenos partidos em Santa Catarina.

No que respeita à política concreta, especialmente a relativa às alianças, porém, o PRP não parece ter diferido muito dos demais pequenos partidos. Efetuiu coligações - com exceção de 1947 - para as eleições ao governo do Estado, com a UDN e PSD alternadamente, recebendo em troca cargos no Poder Executivo Estadual. Isso deve tê-lo descaracterizado frente à boa parte do eleitorado como um partido ideológico.

Se no plano doutrinário seguiu algumas das principais linhas do pensamento integralista, certamente em termos do grau de representatividade social e de penetração eleitoral, não se aproximou minimamente do que foi a Ação Integralista Brasileira em Santa Catarina.

Partido Comunista do Brasil (PCB)

Sobre o PCB em SC praticamente todas as informações foram obtidas com o entrevistado Manoel Alves Ribeiro. Algumas informações prestadas são contraditórias com a do informante de Lenzi (1981:210 e seg.). Quando isso acontecer, citarei as duas fontes.

O PCB foi fundado em SC, segundo um dos seus fundadores⁸⁰, em 1939⁸¹, "na sede de uma banda de música que chamava-se 'Comercial', ali bem perto do Palácio", no centro de Florianópolis. Participaram do ato da fundação, segundo ainda este entrevistado, Manoel Alves Ribeiro ("seu Mimo"); Hippólito do Vale Pereira; Álvaro Ventura; Oscar Ammon e Silvío Marques de Oliveira.

Nesse período, porém, o PCB estava na ilegalidade. Em 1945 quando o PCB consegue seu registro junto ao TRE(10/11/45), sua Comissão Executiva tem a seguinte composição: Secretário Político: Oscar Ammon (Comerciário); Secretário de Organização: Silvío Marques de Oliveira (func. público); Secretário de Divulgação: Álvaro Ventura (operário) e Secretário Sindical: Francisco Fernandes Gama (operário).⁸²

A composição da Executiva parece confirmar a informação do entrevistado Manoel Ribeiro, de que o PCB tenha sido formado em grande parte por operários.

Nos anos iniciais de sua fundação o partido irá trabalhar principalmente sobre duas campanhas: uma pela anistia aos presos políticos (Prestes, p. ex., já estava há vários anos preso) e uma segunda campanha no sentido de que o país declarasse guerra ao Eixo. Isso aconteceu em vários municípios do Estado mas mais efetivamente em Florianópolis, onde além do movimento sindical (principalmente da construção civil), participou o movimento estudantil.

Terminada a guerra, o partido entrava numa campanha pela paz "porque as forças agressivas... que não se conformavam com a derrota do alemão, pretendiam desencadear uma guerra, lo-

go em seguida...".⁸³ Além disso participou da campanha pela Constituinte, ativamente.

Durante o período da legalidade do partido (1945-47), o PCB irá participar das eleições para a Câmara Federal (1945), Presidente da República (1945) e Assembléia Legislativa (1947). A organização era ainda fraca⁸⁴ e isso se reflete nos resultados eleitorais. A tabela 2, construída com dados do TSE, revela a debilidade do PC catarinense em relação ao dos demais Estados.

Note-se que a única seção estadual cujos resultados são inferiores aos da seção catarinense é a do Piauí. Além disso, os resultados do PC para a média do país são de 7 a 11 vezes mais elevados do que as da seção catarinense do partido. Em 1947, quando o PC catarinense já tinha estruturado os comitês municipais mencionados, há um resultado um pouco melhor do que os de 1945, mas a debilidade eleitoral frente às seções dos demais Estados não se altera.

Quanto à distribuição regional da força do partido, informações do entrevistado Manoel Ribeiro são de que o PC foi mais forte em Florianópolis e em segundo lugar em Criciúma, onde:

"o partido era bem enraizado nos mineiros. Quase sempre um companheiro nosso dirigiu o sindicato (cita Antônio Parente). O mineiro pela sua vida dura mesmo, ele sente mais na carne essa exploração.

... nos lugares onde há fábrica, como Joinville e Blumenau, os trabalhadores foram muito influenciados pelo integralismo, pelo nazismo. Lá, o partido teve dificuldades. Em Joinville tinha um partido regular, né, mas em Blumenau tinha grande dificuldade de penetração, devido à influência do integralismo".

TABELA 2

RESULTADOS ELEITORAIS - PARTIDO COMUNISTA - 1945/47
(% sobre o total de votos)

Estados	Câmara Fed. (1945)	Pres. República (1945)	Assemb. Legislativa (1947)
Alagoas	7,3	7,4	9,5
Amazonas	5,5	7,8	2,3
Bahia	5,2	6,2	3,9
Ceará	4,1	4,3	4,5
Espírito Santo	3,5	4,1	4,0
Goiás	0,7	7,2	8,3
Maranhão	1,1	0,9	1,7
Mato Grosso	6,6	6,9	6,9
Minas Gerais	2,4	1,6	2,3
Pará	3,6	3,5	3,2
Paraíba	3,8	3,8	3,8
Paraná	3,4	3,5	3,7
Pernambuco	15,7	16,0	17,7
Piauí	0,5	0,5	0,6
Rio de Janeiro	11,8	13,1	11,7
Rio Grande do Norte	2,4	6,4	2,4
Rio Grande do Sul	5,3	6,8	5,7
Santa Catarina	0,9	0,8	1,4
São Paulo	13,6	13,8	15,1
Sergipe	8,3	8,1	6,0
Distrito Federal	19,6	27,1	24,0*
TOTAL	8,3	9,2	9,6

FONTE: TSE: "Dados Estatísticos" - vols.1 e 2.

*Resultados para a Câmara Municipal.

Em 1947 o PCB é colocado na ilegalidade, mas continua a existir clandestinamente. Havia cuidados especiais para evitar a repressão.

"No Partido Comunista daquela época, não entrava quem queria, mas quem merecia. Para que um companheiro ingressasse no PC ele tinha que ser apresentado por dois militantes que já tivessem no mínimo dois anos de partido. Então apresentava e era julgado pelo Comitê do bairro ou municipal, né. E se aprovado, ele ingressava no partido... As reuniões eram feitas nas casas de militantes ou simpatizantes... Às vezes reunia-se até durante uma semana, na clandestinidade, sem sair de casa. Lá comia e lá dormia; às vezes precisava estudar documento, né, então ficava lá".⁸⁵

Mesmo assim, houve várias prisões, nesse período, embora de curtas durações (o entrevistado cita Dibo Elias e João Santiago), até 1964, a partir de quando as prisões foram em maior número.

Durante esse período de ilegalidade, o partido, além de promover a organização de células (de bairro e de empresa), participava de campanhas como a do petróleo e pelo não envio de jovens para a guerra da Coreia; promovia discussões em bairros, morros, construções; participava de campanhas salariais e tentava influenciar os movimentos sindical e estudantil.

"Inclusive nós tínhamos uma organização que se chamava 'Operário-Estudantil'... O último comício foi dissolvido à bala em 64... já nas vésperas do golpe (...) aqui na Praça XV (Fpolis)".⁸⁶

Em termos de participação eleitoral, através do lançamento de candidatos por outras siglas, a única informação obtida - através do entrevistado Manoel Ribeiro, que afirma não ter conhecimento de outras participações - é a de que em Florianópolis o PSP elegeu em dois mandatos (55/59 e 59/63) dois candida-

tos do partido comunista: Genésio Leocádio da Cunha (55/59) e o próprio Manoel Alves Ribeiro (59/63). Quanto ao primeiro destes dois vereadores, afirma Manoel Ribeiro:

"A entrada desse companheiro na legenda do PSP se deu por um cochilo da reação, por um cochilo da polícia... Havia em Lages um amigo (simpatizante) do partido (PCB), era um médico, chamado Parigot (Pelágio Parigot). Ele veio residir em Florianópolis, e aí, eles não conheciam ele e deram a Secretaria de Segurança pra ele. Convidaram pra participar da Secretaria de Segurança. Ele nos consultou. Nós achamos que devia participar... Aí o Adhemar de Barros veio e elegeu ele também presidente do PSP. E ele aceitou. Então abriu condições... para nós conquistarmos uma legenda".

Através desse caminho, portanto, o PC arranjou uma legenda para o marinheiro Genésio Cunha em 1955, que foi eleito vereador. Ao fim de seu mandato, o eletricitista Manoel Ribeiro se elege também pelo PSP à Câmara Municipal de Florianópolis. Era, então, tesoureiro do sindicato dos operários da construção civil e sócio da União Operária e da Liga Operária. Nesse período (final da década de 50), também havia sido criado um departamento trabalhista dentro do PSP. "Esse foi um biombo que nós usamos para que dele saísse minha candidatura".

Em relação à política de alianças (mais corretamente, de apoios) do PC, em épocas eleitorais, o entrevistado afirma que o partido sempre tomava posição nas eleições ao governo a favor da dobrabinha PSD-PTB. Em 1950, inclusive contrariando a hipótese de que o PC teria apoiado Irineu Bornhausen, o entrevistado afirma que o partido acaba apoiando "os Ramos".

"Bornhausen procurou o Comitê Central no Rio e o Comitê Central chegou a colocar assim o problema para nós em SC, mas nós decidimos contra. O apoio foi aos Ramos... O PC nunca apoiou a UDN".⁸⁷

No que tange à imprensa comunista, "seu Mimo" cita a "Folha Catarinense", jornal que teria tido alguns números publicados em 1948/49. O jornal "Unidade" funcionou cerca de 4 anos (de 1960 até meados de 63 aproximadamente). Depois disso, uma gráfica é montada na Rua João Pinto, editando-se 3 números de um jornal batizado novamente com o nome de "Folha Catarinense". Com o golpe de Estado em 1964, a polícia tomou a gráfica e não saiu mais o jornal.

Lenzi (1981:258) cita notícia de "A Gazeta" de 1º/10/55 que menciona a existência de um órgão de "orientação comunista", editado em Florianópolis, chamado "Novos Dias".

Quanto ao golpe de Estado, o entrevistado afirma que houve prisões e cassação dos direitos políticos. Houve "tortura psicológica"; não teve conhecimento de tortura física.

"Foram presas quarenta e tantas pessoas... Comigo houve tortura psicológica, né. Porque eu fui preso, cercaram com madeira um pedacinho de dois metros por dois. Botaram lá uma cama de lona sem travesseiro, sem cadeira prá sentar, sem mesa prá comer, sem nada... Em 57 dias eu tive direito a um banho de água fria... a 6 graus positivos... Simularam fuzilamento de estudantes né, pela madrugada. Então... tortura psicológica. Tortura física não sei".⁸⁸

Quanto à divisão do partido, ocorrida a nível nacional já na década de 60, afirma que nessa ocasião não saiu ninguém do partido. Houve defecções quando da morte de Stálin, "com a história da 'linha chinesa'. Saíram alguns mas não fundaram nenhum partido... Esse negócio do PC do B em SC apareceu agora".

Partido Social Progressista (PSP)

Em relação ao PSP não obtive praticamente nenhuma informação. Irei me basear portanto na obra de Lenzi (1981) e algumas poucas informações de entrevistados, além de alguns artigos de jornais especificamente sobre a participação de Paulo Stuart Wright.⁸⁹

Segundo Lenzi, o PSP embora já articulado antes, só irá registrar oficialmente seu primeiro diretório em junho de 1950 (o PSP não participou das eleições de 1945 e 1947). Durante o período, o PSP irá eleger 6 deputados estaduais apenas (1 em 1950 e em 1962, e 2 em 1954 e 1958).

O partido parece não ter tido nenhuma coerência ideológica, segundo todos os entrevistados. Segundo um destes entrevistados, foi através da sigla do PSP que o Partido Comunista conseguiu eleger dois vereadores em Florianópolis.⁹⁰ Além disso, foi através dessa sigla que se elegeu o deputado estadual provavelmente mais radical, à esquerda do espectro ideológico, em todo o período: Paulo Stuart Wright. Por outro lado, o partido foi composto por elementos conservadores como Fernando Bastos e Francisco Grillo (esses dois assumem o comando do partido ao final do período), além de figuras folclóricas como o jornalista e radialista Manoel de Menezes e o bicheiro Manoel Santos.

É interessante notar que todos os entrevistados afirmaram que os pequenos partidos (PSP, PDC e PL), com exceção do PRP, eram partidos sem ideologia; siglas de aluguel para algumas lideranças que utilizavam esse espaço político (que não encontravam nos grandes partidos) para, através de alianças com

os dois grandes partidos do Estado - PSD e UDN - atingirem certos postos de poder.

No caso do PSP, apôia em 1950 a candidatura de Irineu Bornhausen (UDN) e em 1955 a de Jorge Lacerda (UDN). Com este último apoio, consegue uma Secretaria de Estado (Secretaria de Segurança Pública).

A fragilidade ideológica do PSP se revela mais em 1960, quando em torno da disputa entre os candidatos da UDN e do PSD, se dá uma briga interna no partido, que o implode, havendo a dissolução do diretório regional.

Um episódio importante na vida política catarinense se dá com um personagem que será eleito deputado estadual em 1962 pelo PSP: Paulo Stuart Wright.

Nascido em Joaçaba, mas filho de missionário estrangeiro, Paulo Wright irá entrar na política partidária através do PTB, candidatando-se em 1958 a vereador e em 1960 a prefeito de Joaçaba (pela aliança PTB-PSD) não tendo sido eleito nas duas ocasiões. Tinha um trabalho desenvolvido principalmente junto aos pescadores, fundando a Federação das Cooperativas dos Pescadores de Santa Catarina (Fecopesca).

Em 1962, não conseguindo legenda pelo PTB, sai como candidato a deputado estadual pelo PSP. Suas relações com o PSP porém, não foram das melhores. Seu irmão Jaime Wright⁹¹, assim como o jornal "Brasil Urgente", de janeiro de 1964, afirmam que Adhemar de Barros e pessepistas catarinenses ligados a ele teriam-no pressionado a deixar o partido e a renunciar à vaga de deputado, para que assumisse um dos suplentes, do PSP. Afir-
mam ainda que diante da negativa de Wright, um destes suplentes

mandou matá-lo, tendo sido realmente efetuado um atentado contra Paulo Wright em dezembro de 1963. Em 1964, quando de sua cassação, o PSP o expulsa do partido alegando que suas idéias eram semelhantes a de "elementos ligados à subversão".⁹² Mais tarde, foi preso e "desaparecido" sob o regime militar.

Partido Democrata Cristão (PDC)

Em relação ao PDC as informações de que disponho são ainda mais exíguas, limitando-se às existentes na obra de Lenzi e às fornecidas por alguns entrevistados.

O partido em SC parece ter se formado no fermento da discussão das lideranças católicas em torno da formação do PDC europeu, além da organização, já iniciada, do PDC nos grandes centros nacionais.

Pelas informações encontradas na obra de Lenzi o partido parece ter tido uma orientação inicial de aparecer ao povo como uma alternativa política de defesa de "reformas sociais dentro de uma total abertura democrática, portanto, sem ameaças de uma ditadura do proletariado".⁹³ A preocupação em fazer oposição ao comunismo é destacada como central no partido, pelo mesmo informante.

O PDC foi um partido pequeno em SC (principalmente se comparado às seções paulista e paranaense), tendo conseguido eleger apenas 4 deputados estaduais e alguns prefeitos e vereadores em todo o período.

No decorrer do período o partido foi se configurando, segundo a narrativa de Lenzi, em mais uma sigla a serviço de

barganhas eleitorais, confirmando a opinião de todos os entrevistados pela presente pesquisa.

"A partir de 1950, depois da decisão convencional de apoiar a candidatura de Irineu Bornhausen ao Governo, o PDC catarinense experimentou 'benefícios' de crescimento, pois participando do governo do candidato vitorioso, alguns de seus mais destacados líderes passaram a ocupar cargos na administração estadual, impondo, assim, confiança aos eleitores (sic), recebendo adesões e estruturando diretórios em vários municípios".⁹⁴

A política de alianças do PDC e seus resultados espelham de certa forma essa tendência apontada acima.

O PDC se aliou à UDN em 1950 e 1955 nos pleitos para o governo do Estado. (Note-se que o presidente regional do PDC de 1950 a 1965 - Martinho Callado Jr. pertencia a família proprietária do jornal "A Gazeta", que apoiava a UDN neste período). Em 1956, inclusive, o PDC é agraciado com a Secretaria de Estado de Educação e Cultura (assumindo a pasta Rubens Nazareno Neves)⁹⁵, pelo apoio dado à Jorge Lacerda na campanha de 1955.

Em 1958 iniciam-se dissensões internas no partido, em torno da luta por legendas para a eleição para a Assembléia Legislativa.

"Nos anos 60 surge a grande crise pedecista que se divide em torno da sucessão estadual. Uma ala apóia o candidato pessedista Celso Ramos, e outra, o udenista Irineu Bornhausen".

Nesta disputa há fraudes visando a hegemonia na Convenção Estadual do Partido - que decidiria a posição do partido na sucessão estadual. Em 1965 há novas disputas internas, por ocasião da nova sucessão estadual.⁹⁶

Segundo Lenzi, ainda,

"Até a sua extinção em 1966, o PDC pouco evoluiu, tendo servido de massa de manobra de alguns políticos fisiológicos, mesmo porque, os chamados democratas-cristãos tradicionais, já vinham se afastando da nave, desde 1962" (LENZI,1983:191).

Partido Libertador (PL)

Sobre este pequeno partido também as informações existentes, de meu conhecimento, são as encontradas na obra de Lenzi.

Em SC o PL se enraíza inicialmente em Lages, Teria sido fundado em 1949. Durante a segunda metade da década de 50 o partido conta com Diretórios Municipais em 13 municípios, sendo que 9 destes situavam-se a Oeste de Lages (incluindo este último), o que reforça a hipótese da influência exercida pelo RS no Oeste Catarinense.⁹⁷

Na realidade o PL também parece ter sido uma legenda que serviu para barganhas eleitorais. O partido irá apoiar a UDN em 1950, segundo Lenzi (op. cit., p. 210) e Laus (1981:178) - embora nesse período possuísse uma débil estruturação. Mesmo assim, um de seus membros é escolhido por Irineu Bornhausen, após a posse, para ser representante do Governo do Estado na Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Pinho.⁹⁸

Em 1955, o PL apóia novamente a UDN; em 1960 irá apoiar o PSD. Foi um partido muito pouco importante, não tendo eleito nenhum representante na Assembléia Legislativa no período. Participou apenas nos pleitos de 1954 e 1958 para a Assembléia Legislativa.

2.4 - Voto e Contexto Sócio-Geográfico

Uma das imagens mais recorrentes sobre o sistema partidário brasileiro principalmente no nível jornalístico e mesmo no discurso dos atores políticos é a de que os partidos políticos no Brasil não são mais do que meros aglomerados de interesses clientelísticos, sem qualquer embasamento sócio-econômico real.

Lamounier destaca que a esta imagem sobre os partidos costuma se associar uma destas duas imagens de eleitor: a do "eleitor idiota" ou a do "eleitor modelo". Na primeira, "os eleitores são vistos como uma massa atomizada, mais ou menos idiota, que se expõe passiva e solitariamente às mensagens de TV". Na segunda, o eleitorado é visto como

"uma assembléia de cidadãos esclarecidos, independentes e racionais, saídos em carne e osso das páginas de Rousseau. Dedicado de corpo e alma ao bem comum, esse eleitor é um ouvinte compenetrado que pondera de maneira calma e objetiva as teses da campanha e a argumentação dos candidatos".

Esse eleitor-ideal porém, é projetado para um futuro longínquo, sendo ainda (hoje),

"o eterno ludibriado, vítima de má-fé ou do 'baixo nível ideológico' dos candidatos e das plataformas partidárias... Em ambas as concepções, o que se supõe é uma massa homogênea, sem história social e política, sem afiliações, identificações ou formas prévias de consciência social" (LAMOUNIER, 1978: pp. 16-17).

Lamounier afirma ainda, que aquela visão dos partidos como sendo, necessariamente em nosso país, oligarquias mal intencionadas, se enraíza no pensamento autoritário das décadas de 20 e 30, que atribui este caráter à formação colonial do país.

Não haveria, assim, segundo os seguidores desta visão a possibilidade de surgirem verdadeiros partidos enquanto não estivessem organizadas as "correntes de opinião", na sociedade.

Lamounier aponta:

"Sua ojeriza a partidos políticos não lhes permitia indagar se não seria precisamente um sistema partidário o meio institucional capaz de organizar o eleitorado em 'correntes' estáveis... Não perceberam, assim, que as 'correntes de opinião'... iam tomando forma nas relações entre posição sócio-econômica e voto, e nas diferenciações sócio-geográficas decorrentes da urbanização e da industrialização" (LAMOUNIER, 1978, pp. 17-18).

Há, porém, alguns estudos importantes - ver Capítulo I - que apontam na direção oposta dessa visão do "amorfismo" do quadro partidário, demonstrando a existência de relações entre posições sócio-econômicas ou contextos sócio-geográficos e o voto.

É dentro desta perspectiva que se situa a análise a seguir, sobre os "determinantes contextuais do voto". Trata-se de testar a hipótese de que há um relativo grau de determinação (no sentido de "constraint") do voto pelo contexto sócio-geográfico. Dizendo de outra forma, contextos sócio-geográficos diferentes (em termos de graus de urbanização; industrialização e de educação elementar) correspondem a tendências variadas de voto. Mais especificamente, a hipótese subjacente é a de que em contextos mais urbanizados e/ou industrializados e/ou de maior nível de educação elementar há uma tendência ao voto "progressista", maior do que em contextos opostos (menos urbanizados, etc...). Esta hipótese será testada e qualificada, ou seja, caso seja verdadeira, trata-se de verificar o grau de intensidade dessa tendência.

A hipótese será testada através da análise de correlação simples (coeficiente r). A análise consiste em verificar se há variação recíproca entre duas variáveis. Isto é feito através do cálculo de coeficientes de correlação, a partir de determinada equação que leva em conta um certo número de escores de cada um dos indicadores.

O coeficiente r pode variar de -1 a $+1$. Coeficientes próximos a zero são indicativos de uma baixa correlação entre as variáveis. Coeficientes próximos a 1 indicam uma alta correlação entre as duas variáveis. O sinal negativo indica que as duas variáveis crescem em sentido inverso. O sinal positivo indica que as duas variáveis crescem no mesmo sentido. Exemplificando, um coeficiente de correlação positivo entre urbanização e voto petebista indica que à medida que cresce a urbanização há uma maior tendência ao voto petebista.

A base de dados (escores) para entrada na equação e cálculo do coeficiente, é o município.⁹⁹ Foram realizados cálculos de coeficiente de correlação para o ano de 1950, por que aí houve a realização de Censo Demográfico e eleições simultaneamente. Cálculos para as eleições de 1954 e 1962 implicariam em maior margem de erro, dado que além de não coincidirem com a realização de Censos Demográficos, houve entre os Censos mais próximos a estas eleições e as datas de suas realizações, um desmembramento muito grande de municípios gerando distorções significativas no cálculo. Optei por realizar o cálculo de coeficientes também para o ano de 1958 (correlacionando os dados eleitorais desta eleição com os dados sócio-econômicos de 1960, onde há dados de Censos) por que há em 1960 apenas 5 municípios mais do que havia em 1958. A margem de distorção neste caso é

insignificante.

Hã aqui várias ressalvas metodológicas a fazer:

a) o estudo previa além da análise da correlação entre contexto sócio-geográfico e voto, a análise de correlação entre posição sócio-econômica dos eleitores e o voto. Isto seria feito mediante a análise da distribuição espacial (por bairros, agregando os resultados das Seções Eleitorais) do voto em um ou mais municípios importantes do Estado. Este é um tipo de estudo possível para verificar a existência de relação entre classes sociais e voto, já que "classes sociais ou estratos... constituem agrupamentos espaciais que se distribuem diferencialmente entre os bairros..." (LAMOUNIER, 1978, p. 22). Esta análise não foi feita, apenas por problema de tempo e não por privilegiamento teórico de outras questões;

b) as variáveis sócio-econômicas (urbanização; industrialização; nível de alfabetização) escolhidas para fazer o contraste entre os diversos contextos sócio-geográficos são das mais utilizadas na literatura;

c) na leitura dos resultados da análise deve-se evitar o que se denomina "falácia ecológica" (FARIA, 1978, pp.209-10), que "consiste em fazer inferências sobre os determinantes do comportamento eleitoral do indivíduo a partir dos resultados encontrados para as unidades ecológicas". Assim, a existência, por exemplo, de correlação positiva significativa entre a industrialização e a votação obtida pelo PTB não deve ser lida como uma maior propensão dos operários a votarem no PTB. O que indica essa correlação é apenas que um contexto de maior industrialização - implica dizer, um contexto, onde há, em geral, o

domínio por parte do eleitorado, de um volume maior de informações e maior abertura à participação política¹⁰⁰, etc... - é um contexto mais favorável a uma boa votação petebista do que um contexto de pouca industrialização;

d) análises estatístico-matemáticas deste tipo têm como pressuposto, ao analisar a influência de uma variável (independente) sobre outra (dependente), que outras variáveis (independentes) possivelmente importantes no comportamento dessa última, estejam controladas. Isso na realidade nem sempre acontece, o que gera dois tipos de limitação quanto às conclusões:

1º) a inclusão de novas variáveis poderia alterar os resultados;

2º) há sobreposição de efeitos de várias variáveis sobre a variável considerada como dependente (no caso, o voto). É o problema da multicolinearidade. O caso das variáveis "urbanização" e "industrialização", por exemplo, é um caso de forte multicolinearidade. Como nesse estudo a ênfase não é dada às influências (determinações; "constraints") de cada variável individualmente sobre o voto, mas à existência de tendências gerais de alinhamento entre determinados contextos sócio-geográficos e o voto, o problema não nos parece ser grave. Assim, o mais correto talvez seja enfatizar o contraste entre contextos "urbano-industriais" e contextos "rurais" na determinação de tendências variadas de voto;

e) embora do ponto de vista estritamente estatístico a existência de uma correlação entre duas variáveis não nos indique a existência de uma relação causal entre elas, tomei como um pressuposto o fato de que o contexto sócio-econômico influencia o comportamento eleitoral. Este pressuposto será testa

do, para ver o grau de influência real das variáveis sócio-econômicas sobre o voto, em SC.

Feitas estas ressalvas, passo ao resultado da análise das correlações do voto com cada uma das variáveis sócio-econômicas.

2.4.1 - Determinantes Contextuais do Voto

Inicialmente analisarei os efeitos (determinações) mais abrangentes de cada variável sócio-econômica (definidora de contextos sócio-geográficos diferenciados) sobre o voto, principalmente em termos da polarização "progressista"/"conservador-oligárquico".

No ítem posterior (2.4.2) irei sistematizar as principais conclusões sobre os contextos sócio-geográficos mais favoráveis a cada partido, do ponto de vista eleitoral.

A) **Urbanização**

Como indicadores de urbanização, serão utilizados a "população total" do município e a "população urbana relativa" do município, calculada pela divisão entre a população urbana e a população total do município. A "população total" relaciona-se, de certa forma, ao peso do município em termos populacionais, no contexto do Estado, enquanto a "população urbana relativa" se refere a uma relação interna (população urbana x população rural) ao município.

Importa destacar que não há superposição total entre

"grandes municípios" (municípios com população total elevada) e municípios com alta urbanização (relativa). Ocorre algumas vezes um município ter uma grande proporção da população considerada como urbana sem que seja um município muito populoso e vice-versa (embora esta última situação seja menos frequente).

A análise dos dois indicadores aponta a existência de um certo grau de influência do processo de urbanização sobre a tendência de voto. Embora as correlações sejam fracas, elas são de sentido sistematicamente positivo entre urbanização e voto petebista e, inversamente, de sentido sistematicamente negativo entre urbanização e voto conservador-oligárquico¹⁰¹ (PSD e UDN).

A Tabela 3 mostra estes dados:

TABELA 3

CORRELAÇÃO: URBANIZAÇÃO X VOTO (A.L.) - 1950/1958

Partidos		PSD	UDN	PSD + UDN	PTB	PSP	PRP	PDC	PL	Branco + Nulo	Abst.
In-dicador	Ano										
Pop. Total	50	-0,25	-0,15	-0,28	0,28	0,06	0,05	-	-	0,33	0,07
	58	0,00	-0,21	-0,14	0,17	0,24	-0,08	0,03	-0,10	-0,06	0,13
Urbanização Relat.	50	-0,37	-0,01	-0,25	0,27	-0,05	0,17	-	-	0,09	-0,10
	58	-0,18	-0,18	-0,26	0,25	0,16	0,03	0,01	0,03	-0,07	-0,06

FONTE: Dados Eleitorais: TRE/SC (1950/1958)
 Dados de Urbanização: 1950/1960 (Censo Demog./IBGE)

Como os coeficientes de correlação são baixos (embora apontem um sentido sistematicamente negativo para determinados partidos e sistematicamente positivo para outros) não só em re-

lação à variável urbanização, mas também às outras duas trabalhadas - industrialização e nível de educação elementar - utilizo, como forma de complementar a análise, o estudo da distribuição dos votos (para a Assembléia Legislativa) de cada partido segundo grupos de municípios. Os municípios são agrupados então, por faixas de variação dos indicadores em pauta.

Assim, podemos formar as Tabelas 4, 5, 6 e 7, referentes à distribuição percentual dos votos dos principais partidos por grupos de municípios, segundo a variação de urbanização. Os dados de urbanização são dos Censos Demográficos de 1950 e 1960. Os dados eleitorais referem-se à Assembléia Legislativa, e a fonte são os resultados consolidados pelo TRE.

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS
SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO TOTAL (A.L./1950)

Partidos Pop. Total (mil hab.)	PSD	UDN	PSD + UDN	PTB	Total Votos
0 a 10	2,7	2,2	2,5	1,1	2,1
+ de 10 a 30	41,1	40,5	40,8	27,8	38,5
+ de 30	56,2	57,3	56,6	71,0	59,4
TOTAL (abs.)	113.851	88.402	202.253	36.547	279.731

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS
SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO TOTAL (A.L./1958)

Partidos Pop. Total (mil hab.)	PSD	UDN	PSD + UDN	PTB	Total Votos
0 a 10	8,3	9,9	9,1	5,2	8,9
+ de 10 a 30	48,8	47,2	48,0	37,7	45,3
+ de 30	42,9	42,9	42,9	57,1	45,9
TOTAL (abs.)	116.096	120.981	237.077	38.395	328.295

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS
SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO URBANA RELATIVA (A.L./1950)

Partidos Pop. Urbana Relativa	PSD	UDN	PSD + UDN	PTB	Total Votos
0 a 15%	38,4	31,8	35,5	26,9	34,5
+ de 15 a 30%	36,1	37,6	36,7	33,2	35,9
+ de 30%	25,5	30,6	27,7	37,9	29,6

TABELA 7
DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS
SEGUNDO FAIXAS DE POPULAÇÃO URBANA RELATIVA (A.L./1958)

Partidos Pop. Urbana Relativa	PSD	UDN	PSD + UDN	PTB	Total Votos
0 a 15%	19,4	17,8	18,5	15,0	17,1
+ de 15 a 30%	34,9	35,3	35,1	22,8	32,6
+ de 30%	45,7	46,9	46,4	62,2	50,3

A Tabela 4 nos mostra que, em 1950, PSD e UDN juntos obtêm, em conjunto, 43% de seus votos nos municípios com até 30 mil habitantes e 57% dos votos nos maiores municípios (+ de 30 mil hab.). O PTB por sua vez obtêm uma parcela consideravelmente maior (71%) de seus votos nestes grandes municípios, obtendo apenas 29% nos menores.

Os dados da Tabela 6 confirmam a tendência acima: o PTB obtêm 38% de seus votos nos municípios com maior urbanização relativa (municípios em que pelo menos 30% da população é considerada urbana) enquanto PSD e UDN em conjunto obtêm apenas 28% de seus votos aí.

Em 1958 as tendências são semelhantes. A Tabela 5 revela que enquanto 57% do total de votos do PTB provêm dos grandes municípios (+ de 30 mil hab.), apenas 43% do total de PSD e UDN (juntos) provêm daí.

A Tabela 7 ratifica uma vez mais o sentido da correlação: dos municípios de maior porcentagem de população urbana (em relação à total), o PTB retira 62% do total de seus votos

enquanto PSD e UDN juntos retiram 46%.

A tendência se confirma para os dois indicadores, nos dois anos considerados (1950 e 1958). É possível, portanto, afirmar que, para Santa Catarina, no período considerado, em contextos de maior urbanização existiu uma maior tendência ao voto "progressista" (petebista), do que ao voto "conservador-oligárquico", embora essa tendência não fosse muito acentuada.

B) Industrialização

Da mesma forma que para a urbanização, utilizarei dois indicadores: o Valor da Produção Industrial e a taxa de emprego industrial, em relação à PEA (população economicamente ativa). O primeiro indicador relaciona-se de certa forma com a importância econômica da indústria do município no contexto do Estado (assim, temos como municípios de maior V.P.I. em 1970, p. ex., Joinville, Blumenau e Lages). O segundo indicador (em emprego industrial relativo - EIR) aponta a importância da atividade industrial como geradora de empregos, na relação com os outros setores econômicos (agricultura, comércio e serviços), internamente a cada município. Temos, em 1970, como municípios de maior relação "emprego industrial/PEA": Rio Negrinho (25º em V.P.I.); Joinville e São Bento do Sul (11º em V.P.I.).

Pode haver superposição (colinearidade) em maior ou menor grau entre os dois indicadores, de acordo com o perfil industrial em questão. No caso de SC, em que as pequenas e médias empresas têm, até este período pelo menos, importância notável e especialmente levando-se em conta o contraste entre certos ramos da indústria, de grande utilização de mão-de-obra

(indústrias madeireira e mobiliária, por exemplo) e outros ramos de maior densidade de capital, a superposição entre os dois indicadores não é tão grande.¹⁰²

Em termos contextuais, a existência de uma alta proporção de população ocupada na indústria, em um determinado município com V.P.I. não muito alto pode indicar, por exemplo, a existência de um contexto já não de isolamento sócio-político (característico, tendencialmente, de regiões de economia basicamente agrícola)¹⁰³, mas não caracterizaria o tipo de núcleo industrial dinâmico, com grandes indústrias e bairros operários, onde seria maior a tendência à discussão sócio-política e à organização sindical e político-partidária. Este último contexto tendencialmente estaria associado, em termos de indicadores, a um alto Valor de Produção Industrial e taxas de ocupação na indústria também elevadas.

Feitas as ressalvas metodológicas, a análise dos dados da Tabela 8 nos indica que as tendências em relação à industrialização têm sentido semelhante às relativas à urbanização, tendo as correlações intensidade pouco maior do que aquelas.

Assim, enquanto o voto petebista tem correlação positiva, embora relativamente fraca, com um contexto de maior industrialização, os votos pedessista e udenista têm correlação negativa.

Isso é válido utilizando os dois indicadores e para os 2 anos considerados, 1950 e 1958. Os dados eleitorais são relativos à Assembléia Legislativa em todo este estudo.

TABELA 8

CORRELAÇÃO: INDUSTRIALIZAÇÃO X VOTO (A.L.) - 1950/58

Indicador	Partidos		PSD + UDN	PTB	PSP	PRP	PDC	PL	Branco + Nulo	Abst.	
	Ano										
VPI	50	-0,62	0,08	-0,33	0,35	0,02	0,18	-	-	0,05	-0,14
	58	-0,08	-0,10	-0,13	0,13	0,09	-0,01	0,02	0,00	-0,06	-0,03
Emp. Ind. (Rel.)	50	-0,41	-0,13	-0,37	0,36	-0,16	0,42	-	-	0,04	-0,05
	58	-0,07	-0,15	-0,15	0,14	0,03	0,09	0,04	0,00	-0,08	-0,21

FONTE: Dados de Industrialização: 1950/1960 (Censos Industrial e Demográfico/IBGE).

Dados Eleitorais: TRE/SC.

As Tabelas 9 a 12 mostram a distribuição percentual dos votos dos principais partidos por grupos de municípios, segundo a variação da industrialização. Os dados são dos Censos Industrial (VPI) e Demográfico (EIR) de 1950 e 1960.

TABELA 9

DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS
SEGUNDO FAIXAS DE VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (A.L./1950)

VPI	Partidos				Total Votos
	PSD	UDN	PSD + UDN	PTB	
0 a 10	12,2	10,6	11,5	5,4	9,9
+ de 10 a 80	66,0	60,3	63,6	57,0	63,3
+ de 80	21,8	29,1	24,9	37,5	26,8

OBS.: VPI em Cr\$ 1.000.000,00

TABELA 10

DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS
SEGUNDO FAIXAS DE VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (A.L./1958)

Partidos VPI	Partidos				Total Votos
	PSD	UDN	PSD + UDN	PTB	
0 a 100	37,1	37,3	37,2	26,6	34,9
+ de 100 a 1000	44,5	42,9	43,7	48,1	44,7
+ de 1000	18,4	19,8	19,1	25,3	20,4

OBS.: VPI em Cr\$ 1.000.000,00

TABELA 11

DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO
FAIXAS DE EMPREGO INDUSTRIAL RELATIVO (A.L./1950)

Partidos Emp. Ind. Relativo	Partidos				Total Votos
	PSD	UDN	PSD + UDN	PTB	
0 a 15%	54,6	50,7	52,9	42,4	51,3
+ de 15 a 30%	33,7	32,3	33,1	31,5	31,7
+ de 30%	11,7	16,9	14,0	26,0	17,0

TABELA 12

DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO
FAIXAS DE EMPREGO INDUSTRIAL RELATIVO (A.L. 1958)

Partidos Emp. Ind. Relativo	Partidos				Total Votos
	PSD	UDN	PSD + UDN	PTB	
0 a 15%	80,3	77,9	79,1	77,1	77,2
+ de 15 a 30%	9,9	7,6	8,7	5,7	9,4
+ de 30%	9,8	14,5	12,2	17,2	13,4

A Tabela 9 nos mostra que em 1950, enquanto apenas 25% dos votos do PSD e UDN juntos provinham dos municípios com maior poderio econômico industrial (maior V.P.I.), o PTB retirava daí 37% dos seus votos. No grupo de municípios de menor V.P.I., os dois grandes partidos conservadores obtinham proporcionalmente duas vezes mais votos que o PTB.

A Tabela 11 confirma esta tendência para 1950: O PTB consegue, no grupo de municípios com maior emprego industrial relativo, obter 26% dos seus votos, enquanto PSD e UDN juntos, obtêm 14% dos seus.

Os dados de 1958 estão expressos pelas Tabelas 10 e 12. As tendências são semelhantes às de 1950. Note-se que nestas 4 tabelas, PSD e UDN obtêm parcelas maiores (do total de seus votos) do que as que o PTB consegue, na faixa de menor industrialização; inversamente, obtêm parcelas menores do que as que o PTB consegue na faixa de maior industrialização (qualquer que seja o indicador, para os dois anos considerados).

Então, em termos gerais e sem considerar aqui o problema da multicolinearidade (industrialização/urbanização), podemos concluir que em SC no período considerado, existiu uma maior tendência ao voto petebista do que ao voto nos dois grandes partidos conservadores, em contextos de maior industrialização (embora essa tendência não fosse muito forte).

C) Alfabetização

Uma variável que me parece importante como caracterizadora de contextos diferenciados em relação à participação

sócio-política e mais especificamente no que se refere ao fenômeno eleitoral, é o nível educacional da população.¹⁰⁴ Inicialmente trabalhei também com dois indicadores - grau de alfabetização (medido pela proporção sobre a população com mais de 5 anos, da população alfabetizada) e grau de escolarização secundária e superior (medido pela proporção sobre a população total, da população com nível secundário ou superior completo).¹⁰⁵ Na manipulação dos dados deste último indicador foram cometidos erros que inviabilizaram sua utilização, não havendo tempo para refazer este estudo. Fiquei então, apenas com o indicador "grau de alfabetização".

Note-se que a variável foi definida como "grau de alfabetização". Coeficientes de correlação positivo indicarão maior tendência de boa votação em contextos de maior "grau de alfabetização" e obviamente, menor tendência de boa votação em contextos de maior grau de analfabetismo.

A Tabela 13 nos dá os coeficientes de correlação entre o indicador grau de alfabetização e o voto.

TABELA 13

CORRELAÇÃO: ALFABETIZAÇÃO X VOTO (A.L.) - 1950/1958

Partido do Ano	PSD	UDN	PSD + UDN	PTB	PSP	PRP	PDC	PL	BRANCO + NULO	ABST.
1950	-0,53	0,12	-0,24	0,05	0,04	0,36	-	-	-0,10	-0,11
1958	-0,17	0,02	-0,17	-0,04	0,00	0,30	0,04	0,09	-0,38	-0,28

FONTE: Dados Eleitorais - TRE/SC. (Assembléia Legislativa)
Dados de alfabetização - Censos Demográficos - 1950/60/IBGE.

A primeira constatação é a de que o padrão das correlações para este indicador não segue o padrão geral dos indicadores anteriores.

Dentre os dois grandes partidos conservadores, enquanto o PSD têm correlações negativas e relativamente significativas com o grau de alfabetização da população, a UDN tem correlações positivas e pouco significativas. De outro lado, o PTB apresenta correlações muito baixas e de direções contrárias em 1950 e 1958.

As Tabelas 14 e 15 reiteram estes dados:

TABELA 14

DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS
SEGUNDO FAIXAS DE ALFABETIZAÇÃO (A.L./1950)

Taxa de Alfabetização \ Partidos	PSD	UDN	PSD + UDN	PTB	Total Votos
0 a 55%	49,4	41,3	45,8	47,1	45,5
+ de 55 a 75%	40,9	41,8	41,3	40,4	41,0
+ de 75%	9,7	16,8	12,8	12,5	13,6

TABELA 15

DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS
SEGUNDO FAIXAS DE ALFABETIZAÇÃO (A.L./1958)

Taxa de Alfabetização \ Partidos	PSD	UDN	PSD + UDN	PTB	Total Votos
0 a 55%	5,8	5,0	5,4	3,3	4,6
+ de 55 a 75%	74,9	70,5	72,6	75,6	73,0
+ de 75%	19,3	24,5	22,0	21,1	22,4

Vemos que o PSD obtém em 1950 quase 50% de seus votos (percentagem maior do que a de qualquer outro partido) no grupo de municípios com maior grau de analfabetismo (0 a 55% de alfabetizados) e obtém menos de 10% de seus votos (percentagem menor do que a de qualquer outro partido) no grupo de municípios com menor grau de analfabetismo (mais de 75% da população alfabetizada). O PTB obtém mais votos, proporcionalmente, do que a UDN no grupo de municípios com maior analfabetismo, e menos votos no grupo de menor analfabetismo.

Em 1958 os dados para o PSD são semelhantes aos de 1950: obtém maior proporção de votos do que qualquer outro partido na faixa de maior analfabetismo e menor proporção de votos (com exceção do PSP) na faixa de menor analfabetismo. A correlação, porém, é bem menor do que aquela encontrada em 1950.

Além do PSD, há correlações significativas para o PRP, para os votos brancos e nulos em conjunto e para as abstenções. O PRP tem os coeficientes de correlação positivos mais altos (0,36 e 0,30). A distribuição de votos do PRP - embora não apareça na tabela - corrobora estes dados: no grupo dos municípios com menor taxa de analfabetismo (mais de 75% da população alfabetizada), o PRP obtém percentuais de votação muito superiores aos demais partidos para 1950 (26,2%) e 1958 (43,7%). Uma hipótese plausível parece ser a de que o PRP tenha tido uma base eleitoral forte em municípios de colonização alemã, em geral com baixos índices de analfabetismo.

Quanto aos votos brancos e nulos há correlações negativas com a variável "alfabetização". Os votos distribuídos por grupos de municípios corroboram a análise de correlação, indicando uma maior tendência ao voto branco e nulo em contextos de

maior analfabetismo. Isto reforça - neste caso - a hipótese de que uma boa margem destes votos foi resultado de baixa informação política de parcelas do eleitorado.

Finalmente, em relação às abstenções, as tendências são de mesmo sentido do que as dos votos nulos e brancos, sugerindo, numa consideração mais global, que o fenômeno da marginalização político-eleitoral, se assim compreendermos a não-opção por um partido nas eleições (seja se abstendo de votar, seja votando nulo ou branco) foi mais intensa, neste período, em contextos de alto grau de analfabetismo.

Além disso, essa tendência foi maior em 1958 do que em 1950, já que os coeficientes de correlação aumentaram de uma para outra eleição. As tendências de influência sobre as abstenções e votos nulos e brancos, por parte da variável industrialização são mais ou menos semelhantes a estas. Já para a variável urbanização não há um padrão consistente.

Pode-se concluir que, embora em contextos de maior analfabetismo haja tendências de maior (PSD) ou menor (PRP) votação para alguns partidos individualmente, não há em relação à clivagem "progressistas"/"conservadores", tendências claras referentes à influência desta variável.

Até aqui, dentro da análise da influência de contextos sócio-geográficos sobre o voto, particularmente a partir da polarização voto "progressista" (petebista) x voto "conservador", verifiquei que:

a) em contextos de maior urbanização e/ou industrialização há

uma tendência maior ao voto petebista.

Embora as correlações encontradas não sejam altas, há um contraste nítido e sistemático entre a votação do PTB e a dos dois grandes partidos oligárquicos.

b) Contextos de maior ou menor grau de alfabetização, apesar de representarem tendências diversas à votação de certos partidos, não influem significativamente em um diferencial eleitoral entre o PTB e a UDN/PSD juntos.

A seguir realizarei uma análise dos contextos sócio-geográficos mais favoráveis em termos eleitorais a cada partido individualmente.

2.4.2 - As Bases Sócio-Geográficas dos Partidos

Se, pelo menos para as variáveis urbanização e industrialização, o contraste visível entre as tendências de voto "progressista" e "conservador-oligárquico" não impediu algumas conclusões, não se deve, porém, desprezar o fato de que a grande maioria dos coeficientes encontrados é, do ponto de vista estatístico, pouco significativa, revelando baixas correlações entre variáveis sócio-geográficas e o voto. Há, porém, variações entre os partidos, revelando alguns maior nitidez nas relações entre suas bases eleitorais e estes contextos.

De qualquer forma impõe-se maior cuidado nas inferências sobre as bases eleitorais de cada partido a partir do estudo de correlação. Sempre que possível apoiarei minhas inferências ou hipóteses também sobre dados da distribuição dos votos segundo grupos de municípios (diferenciados por faixas de

variação em termos de urbanização, etc...).

a) Partido Social Democrático (PSD) - É o partido com perfil eleitoral mais nítido, em termos dos contextos definidos pelas variáveis estudadas. Voltando às Tabelas 3, 8 e 13, verificamos que o PSD apresenta correlações com as três variáveis (envolvendo os 5 indicadores, nos 2 anos considerados), todos de sentido negativo. Além disso, em termos de intensidade, é o partido que apresenta os maiores coeficientes de correlação, notadamente em 1950. Temos, para 1950, coeficientes (negativos) de 0,37 com urbanização (proporção da população urbana sobre a total); 0,62 com industrialização (valor da produção industrial) e 0,53 com grau de alfabetização.

Para 1958, os coeficientes decrescem drasticamente, para industrialização (-0,08), e significativamente também para urbanização (-0,18 e 0,00) e alfabetização (-0,17).

Os dados das demais tabelas, em geral ratificam estas tendências.

Podemos então concluir que o PSD foi o partido que apresentou a maior tendência a boas votações em contextos rurais e/ou de baixa industrialização e/ou de maiores índices de analfabetismo, no período multipartidário.

A queda acentuada dos coeficientes de correlação, de 1950 para 1958 talvez possa ser explicada em parte pelos fatores abaixo:

1º) Em 1950 ainda há uma pequena estruturação dos pequenos partidos e o PTB está em processo de estruturação, não tendo ainda penetrado em grande parte das regiões rurais. Isso

deixa para PSD e UDN uma grande vantagem na disputa pelos votos nessas regiões.

No decorrer do período o PTB e os pequenos partidos crescem e se organizam nos pequenos municípios e nas áreas rurais (embora os pequenos partidos ainda fossem muito deficientes em termos organizacionais ao final do período), disputando os votos destas regiões com o PSD e a UDN. Isto deve ter tirado uma parcela das bases "rurais" do PSD.

2) Até as eleições de 1950, o PSD detém o governo estadual. A posse da máquina governamental e sua utilização como mecanismo de pressão e de arregimentação eleitoral, parece ter sido prática utilizada no decorrer de praticamente todo este período, conforme já foi visto. Embora esses mecanismos não tenham efeito só nas regiões rurais e em contextos de menor informação política (associados, por hipótese, a maiores índices de analfabetismo), parece predominar a visão de que aí eles sejam mais eficazes. Em 1958, quando a UDN já é poder ao nível do Estado há quase 8 anos, o PSD perde o poder de manipulação eleitoral decorrente da utilização da máquina governamental. Decresce a tendência "rural" do PSD e cresce a da UDN (crescem seus coeficientes de correlação negativa com os indicadores de urbanização e industrialização, e decresce seu coeficiente de correlação positiva com alfabetização).

b) União Democrática Nacional (UDN) - Embora a UDN apresente como tendência geral correlações negativas com a urbanização e a industrialização, os coeficientes são muito baixos em sua maioria, além de apresentar um coeficiente positivo

com um dos indicadores de industrialização, em 1950.

Podemos portanto apontar uma leve tendência apenas, a uma maior votação udenista em contextos de menor urbanização e industrialização, principalmente ao longo do período em que esteve o poder Executivo Estadual. A UDN, portanto, não parece ter sido um partido tão dependente de uma base rural quanto o PSD.

Em relação à alfabetização, pouco também se pode afirmar, dados os baixos coeficientes de correlação.

c) Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - O PTB embora não tenha coeficientes de correlação do nível dos do PSD é, além deste, o único partido para o qual talvez se possa definir razoavelmente as bases sócio-geográficas do eleitorado.

Pelo menos em relação às variáveis urbanização e industrialização (para os dois indicadores de cada uma delas, e para 1950 e 58), todos os coeficientes são positivos, e em média são superiores aos dos demais partidos, com exceção do PSD. Os dados das Tabelas 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11 e 12, já analisados anteriormente, confirmam, para o PTB estas tendências. A confrontação dos votos do PTB por grupos (faixas) de municípios, com a última coluna ("total de votos") de cada uma destas tabelas mostra claramente que em todas as tabelas o PTB obteve na faixa de menor urbanização (ou industrialização) uma proporção (sobre o total de seus votos) menor do que representa a proporção dos votos dos municípios desta faixa sobre o total do Estado; inversamente, na faixa de maior urbanização ou industrialização, o PTB obteve uma proporção (sobre o total de seus votos) maior do que representa a proporção dos votos desta fai-

xa sobre o total de votos do Estado.

Pode-se concluir, portanto, que há no período multi-partidário uma tendência (de força mediana) de maior votação petebista em contextos de maior urbanização e/ou industrialização.

Isto é válido principalmente para 1950, já que em 1958 os coeficientes diminuem. Temos, em 1950 coeficientes de 0,27 com urbanização e 0,36 com industrialização. Estes coeficientes caem para 0,16 e 0,12 respectivamente.

Esta diminuição da correlação entre 1950 e 1958 (embora os coeficientes sejam em geral baixos, a queda é nítida para todos os indicadores de urbanização e industrialização) prova provavelmente vincula-se ao crescimento organizacional do PTB, que em 1958 já estava estruturado em boa parte dos municípios, penetrando assim, em parcelas significativas da zona rural catariense.

O PTB foi, portanto, eleitoralmente, o partido com maior predominância de bases urbano-industriais em Santa Catarina. Ao final da década de 50 porém, dependia menos, proporcionalmente, desse eleitorado, do que no início da década (segundo as tendências de nível nacional).

Em relação à alfabetização não há correlações significativas: não há uma influência consistente, portanto, da variável alfabetização, em termos de contextos, sobre o voto petebista.

d) Partido Social Progressista (PSP) - Não parece haver influência significativa, em termos gerais, dos contextos sócio-geográficos definidos pelas variáveis sobre a votação

pessepista. Um único aspecto que poderia ser salientado é uma tendência a obter maior votação em contextos de maior urbanização, em 1958. Vemos na Tabela 3, que é o partido com maior coeficiente de correlação (0,24) com o indicador "população total do município", nesta eleição. A distribuição de seus votos por grupos de municípios confirma esta tendência: recebe 5,5% de seus votos dos municípios menores (menos de 10 mil hab.); 32,5% nos municípios de porte médio (entre 10 e 30 mil hab.) e 62% nos maiores municípios. Se confrontarmos estes dados com os da Tabela 5, vemos que é o partido que recebe a maior parcela de seus votos nos grandes municípios (que representam apenas 46% do total de votos).

Mais do que indicar uma tendência histórica de mudanças das bases eleitorais pessepistas - refletindo um hipotético redirecionamento do partido no sentido de propostas mais reformistas -, este dado parece ser de origem conjuntural.

Na eleição de 1958, 22% do total dos votos do PSP no Estado originaram-se da capital, onde o partido lança e elege seu candidato mais votado, o folclórico radialista Manoel de Me nezes, que não se enquadra no que se poderia caracterizar como um padrão "reformista". Esta grande concentração de votos na ca pital deve ter influenciado bastante no cálculo do coeficiente de correlação com urbanização. Note-se que em relação à industrialização - incipiente em Florianópolis - os coeficientes são baixos.

e) Partido de Representação Popular (PRP) - O PRP apresenta em 1950, coeficientes de correlação positivos com to-

das as variáveis (e indicadores). Assim, com urbanização os coeficientes são 0,05 (pop. total) e 0,17 ("urbanização relativa"); com industrialização: 0,18 (valor da produção industrial) e 0,42 (emprego industrial relativo) e, com alfabetização: 0,36.

Em 1958 há uma queda acentuada dos coeficientes relativos às correlações com as variáveis urbanização e industrialização. Em relação à variável alfabetização há uma queda, mas é reduzida.

Uma hipótese possível para explicar esses dados é a de que o PRP tenha sido, nos anos iniciais de sua estruturação, identificado pelo eleitorado à Ação Integralista Brasileira - cuja força nos municípios de colonização alemã parece ser admitida consensualmente na literatura.

É fato conhecido que os municípios de colonização alemã foram o berço da indústria catarinense e possuem, em média, baixos índices de analfabetismo. Note-se ainda que os indicadores relativos às variáveis urbanização e industrialização que apresentaram maior índice de correlação com o voto perrepista foram a "urbanização relativa" e "emprego industrial relativo" e não "população total" e "valor da produção industrial". Municípios como São Bento do Sul, Mafra, Jaraguá, Brusque e outros de menor porte do Vale do Itajaí, são municípios que não têm grande população nem valor da produção industrial tão elevados, mas têm grande proporção da população residindo em área urbana e grande proporção da população empregada no setor secundário. Esses dados podem representar portanto, indícios no sentido de que a correlação positiva entre voto perrepista e as variáveis estudadas se devem a uma boa votação do partido na

área de colonização germânica - em geral, municípios com taxas de industrialização, urbanização e alfabetização acima da média dos municípios catarinenses.

A ser válida esta hipótese, a queda dos coeficientes de correlação, de 1950 para 1958 poderia se dever em parte, à descaracterização, no decorrer do período, junto a este eleitorado, da imagem do PRP como continuador da doutrina integralista, na medida em que o partido, por suas coligações com os grandes partidos passaria a ser visto como uma sigla utilizada por lideranças para sua promoção pessoal através de acordos com os grandes partidos.

f) Partido Democrático Cristão (PDC) - As correlações encontradas entre o voto pedecista e as variáveis estudadas são baixíssimas (muito próximas a zero), podendo-se inferir portanto, que no conjunto do Estado, a influência dos contextos sócio-geográficos aqui definidos foi escassa sobre a votação do PDC, pelo menos no ano de 1958.

g) Partido Liberador (PL) - A mesma conclusão referente ao PDC aplica-se ao voto no Partido Liberador em Santa Catarina.

h) Partido Comunista (PC) - Não tendo o PC participado das eleições de 1950 e 1958 - cujos resultados são trabalhados neste estudo - serão utilizados os dados relativos ao período de 1945/47, para tentar verificar as tendências de seu eleitorado, em termos de contexto sócio-geográfico.

Os dados que consegui do TRE não são muitos, nesse

sentido. Quanto às eleições de 1945, não encontrei dados desagregados por município. Da eleição para a Assembléia Legislativa em 1947, os dados são desagregados por Zonas Eleitorais. No te-se que em 1947 há 45 municípios em Santa Catarina e 35 Zonas Eleitorais. De qualquer forma, irei tratar as Zonas como se fossem seus municípios-sedes, apontando as ressalvas devidas.

O dado mais importante a destacar é a grande concentração de votos comunistas em Florianópolis. O PCB obtém 8,6% do total de votos do município. São 1192 votos, que representam 47% dos votos do partido em todo o Estado (quando os votos de Florianópolis significaram apenas 7,5% do contingente de votos do Estado).

Seguem em ordem decrescente de participação no total de votos do partido no Estado: Itajaí¹⁰⁶ (8,3%); Laguna¹⁰⁷ (7,7%); Tubarão (5,4%); Joinville (4,2%); Criciúma e São Francisco do Sul¹⁰⁸ (3%).

Se considerarmos as Zonas Eleitorais com mais de 10 mil eleitores - envolvendo os municípios de Florianópolis, Blumenau, Gaspar, Itajaí, Camboriú, Joinville, Lages, Rio do Sul e Tubarão - o PC obtém aí, 68% dos seus votos. Os demais partidos têm percentuais que oscilam entre 28% e 37%. Isso é um indício de que o voto comunista era voto urbano. De qualquer forma a votação concentrada em Florianópolis, influenciou muito nesses resultados.

Os resultados do partido na Zona Eleitoral de Blumenau (inclui Gaspar) são muito fracos: O PC obtém 0,3% do total dos votos destes municípios em conjunto. Em Joinville o resultado é também fraco: 0,9% do total dos votos. O Partido Comunista

é ainda mais fraco em Lages (0,3% dos votos do município) e Chapecô (0,1%), embora este não fosse um município tão importante na época.

A concentração de votos no PC é, portanto, nos municípios mais urbanizados do litoral catarinense, no período da legalidade.

2.5 - A Distribuição Espacial do Predomínio Partidário

Neste ítem, o que se pretende é mapear concretamente o predomínio de tal ou qual partido nas várias regiões (e nos municípios mais importantes) do Estado, tentando preencher uma lacuna existente na literatura.

Desde logo é necessário apontar certos problemas de ordem metodológica que dificultam essa tarefa. O primeiro deles é o não acesso aos resultados das eleições municipais realizadas no período, com o grau de detalhamento necessário para incluí-los na análise. O predomínio partidário regional não pode ser detectado fielmente sem estes dados. O segundo problema refere-se à extraordinária expansão do número de municípios durante o período considerado.¹⁰⁹ Veremos no estudo similar para o período bipartidário, que a operacionalização do conceito de "dominação partidária" ali realizada se refere a indicadores quantitativos referidos à mesma base geográfica. A "redução" dos municípios existentes ao final do período à base do início do período é tarefa que demandaria mais tempo e recursos do que dispunha; além disso, o significado dos dados referidos à essa base inicial (os 45 municípios de 1947, por exemplo) é tam

bém escasso. Optei então por realizar para esse período dois tipos de estudos:

a) Dominação Partidária nos Principais Municípios

Num primeiro levantamento, trabalhei com os resultados das eleições para a Assembléia Legislativa nos principais municípios do Estado tentando caracterizar através de uma tipologia, o grau de predomínio partidário. Ressalte-se que trata-se aqui, do município nominal, ou seja, independentemente do município ter sido desmembrado durante o período, não tendo mais sua base geográfica inicial. Apesar das limitações, esse tipo de estudo aponta, pelo menos ao nível da divisão jurídico-política do Estado, onde os principais partidos eram predominantes. Analisando as 5 eleições para o legislativo estadual do período, adotou-se a seguinte categorização:

- Forte predomínio partidário: o partido vence pelo menos 4 das eleições no município.
- Leve predomínio partidário: o partido vence 3 das eleições e fica em 2º nas outras 2 (com exceção do caso em que outro partido vença 2 e fique em 2º nas outras 3 eleições, caso considerado como sem dominação).
- Sem dominação partidária: condições diversas das apontadas acima.

A tipologia é certamente arbitrária, pretendendo apenas situar, a grosso modo, a distribuição regional do poder político-partidário no Estado.

A tabela 16 aponta para os 15 maiores municípios cata

TABELA 16
 PREDOMÍNIO PARTIDÁRIO POR MUNICÍPIO (1947/62)

Eleições 1ºs colocados Município	1947		1950		1954		1958		1962		Predomínio Partidário
	1º	2º									
1. Florianópolis	PSD	UDN	Forte predomínio PSD								
2. Joinville	UDN	PSD	UDN	PSD	UDN	PSD	UDN	PSD	UDN	PTB	" " UDN
3. Lages	PSD	UDN	" " PSD								
4. Blumenau	UDN	PSD	" " UDN								
5. Tubarão	PSD	UDN	PSD	UDN	PSD	UDN	PSD	UDN	PSD	PTB	" " PSD
6. Criciúma	PSD	UDN	PSD	PRP	PSD	UDN	UDN	PTB	PSD	UDN	" " PSD
7. Chapecó	PSD	UDN	PSD	PTB	PSD	PTB	UDN	PSD	PSD	PTB	Leve predomínio PSD
8. Itajaí	UDN	PSD	PSD	UDN	UDN	PSD	UDN	PSD	PSD	PTB	Sem dominação
9. Campos Novos	PSD	UDN	Forte predomínio PSD								
10. Brusque	PSD	PTB	PTB	PSD	UDN	PTB	UDN	PTB	PTB	UDN	Sem dominação
11. Laguna	PSD	UDN	PSD	UDN	PSD	PTB	UDN	PTB	PTB	PSD	" " "
12. Joaçaba	UDN	PSD	UDN	PSD	UDN	PSD	UDN	PSD	PSD	UDN	Forte predomínio UDN
13. Rio do Sul	UDN	PSD	PSD	UDN	UDN	PSD	UDN	PSD	PSD	UDN	Sem dominação
14. Jaraguá do Sul	UDN	PSD	UDN	PSD	UDN	PSD	UDN	PSD	PDC	PSD	" " "
15. Canoinhas	PSD	UDN	PSD	UDN	UDN	PTB	UDN	PTB	PTB	UDN	" " "

FONTE: TRE/SC (Dados das eleições para a Assembléia Legislativa).

rinenses do período considerado, os dois partidos mais votados em cada eleição, incluindo cada município numa das categorias citadas anteriormente.

Com todas as limitações já apontadas, a tabela nos mostra alguns dados claros:

- a) em Florianópolis, Lages, Campos Novos e Tubarão, o PSD vence todas as eleições do período para a Assembléia Legislativa. Note-se também, que nestes municípios a UDN só não é o 2º partido mais votado em 1962, em Tubarão. Em Florianópolis o domínio pessedista certamente é devedor da força política de Aderbal Ramos da Silva, enquanto em Lages trata-se também do domínio político da família Ramos, que se mostra aqui de forma clara.
- b) Em Criciúma, com exceção de 1958, o PSD vence as demais eleições. Estes 5 municípios são redutos eleitorais majoritariamente do PSD, portanto.
- c) Em Joinville e Blumenau a UDN vence todas as eleições.
- d) Em Joaçaba, com exceção de 1962, a UDN vence as demais. Nestes 3 municípios há um forte predomínio udenista.

Em relação ao PTB, o município em que o partido se aproxima mais de uma situação de predomínio eleitoral como definido acima, é Brusque, onde vence 2 eleições (50 e 62) sendo o segundo mais votado nas demais. Em Laguna e Canoinhas, ao final do período, o partido crescia.

Adiantarei também, a partir da análise desta tabela, alguns pontos que serão aprofundados em capítulos posteriores.

Uma primeira constatação é o elevado grau de concen-

tração partidária que se revela principalmente no início do período. Em 1947 PSD ou UDN vencem em todos os 15 municípios. Apenas em Brusque o PTB fica em 2º lugar. Há uma evolução no sentido de diminuir a grande concentração partidária, no decorrer do período. Assim, em 1962 o PTB já vence em 3 destes municípios e o PDC em 1. Além disso, o PTB fica em 2º lugar em 4 outros municípios. Ainda assim, o grau de concentração partidária é alto em relação à média nacional, principalmente se levarmos em conta que trata-se aqui dos maiores municípios do Estado.

A segunda inferência portanto, que se pode tirar destes dados é o crescimento do PTB no decorrer do período entre os grandes municípios.

Finalmente, uma terceira questão é referente à influência da máquina governamental sobre os resultados das eleições legislativas (especialmente no nível estadual). Em 1947, o PSD vence em 9 (representando 60%) dos 15 municípios e em 1950, em 10 (67%). A UDN vence em 6 (40%) e 4 (27%) respectivamente. Note-se ainda que nestas duas eleições, o PSD - que detinha o governo do Estado - está entre os 2 mais votados em todos os 15 municípios.

A situação se inverte em 1954 e 58, quando a UDN é poder ao nível estadual: em 1954 a UDN vence em 8 municípios contra 6 do PSD; em 1958 vence em 9, contra 5 do PSD. Nesta última eleição (58), a UDN também fica entre os 2 mais votados em todos os 15 municípios.

Em 1962, quando o PSD detém o poder estadual novamente (desde 1960), o partido vence em 9 municípios, contra apenas 2 da UDN.

As modificações bruscas na correlação de forças nas eleições legislativas estaduais (UDN vence em 8 municípios em 54, dobrando o número de vitórias de 50; vence em apenas 2 municípios em 62, quando na eleição anterior havia ganho em 9; etc. ...) acompanham claramente a mudança do poder ao nível do governo estadual, reforçando a hipótese (trabalhada por Dittrich, 1981:47) que afirma que o partido que detivesse o poder executivo estadual, "aumentava sua representação partidária tanto ao nível de votos como de cadeiras conquistadas".

b) Bases Eleitorais Segundo Zonas Fisiográficas

Um segundo estudo foi realizado a partir dos dados da publicação do TRE de SC denominado de "Exemplar Estatístico nº 6, ano 1", de nov/dez/1960. Esta publicação informa, entre outros dados, as votações de cada partido, agregados segundo as Zonas Fisiográficas estabelecidas com a Divisão Regional de Julho de 1958. (Ver Anexo 2, com as Zonas Fisiográficas e municípios que as compõem).

Como a publicação é de 1960, não inclui, obviamente, a eleição de 1962. A "redução" dos municípios existentes em 1962 (157) à mesma base de 1960 (102 municípios) compatibilizando os dados eleitorais de 1962 para a análise por Zonas Fisiográficas, não foi possível por falta de tempo.

A análise dos dados a seguir, portanto, refere-se apenas às tendências do período 47/58. A Tabela 17 apresenta apenas os dados referentes aos 3 maiores partidos para facilitar a visualização. Mais à frente será comentado os resultados dos demais partidos.

TABELA 17

DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS DO PSD, PTB E UDN, SEGUNDO AS ZONAS FISIográfICAS (1947/58)

Partidos	P S D			U D N			P T B					
	1947	1950	1954	1958	1947	1950	1954	1958	1947	1950	1954	1958
Zona Fisiográfica	Ano											
Litoral do S.Fcº do Sul	30	31	28	30	53	46	43	40	6	13	15	18
Bacia do Itajaí	40	37	29	32	42	36	42	39	9	15	13	13
Florianópolis	49	48	44	40	36	37	34	35	6	8	8	6
Laguna	57	44	40	31	25	27	35	40	9	17	14	18
Canoinhas ⁽¹⁾	50	40	28	31	33	22	30	33	5	20	22	16
Rio do Peixe	42	41	38	38	42	30	38	32	3	9	5	8
Oeste	52	39	22	26	26	2	34	35	8	23	13	9
Campos de Lages	57	47	47	38	34	34	36	32	2	6	7	15

(1) A região de Canoinhas apesar de ter sido desmembrada em julho/58, foi mantida como uma única Zona Fisiográfica.

*FONTE: TRE/SC - Exemplar Estatístico, nº 6, nov./dez./1960, pp. 58-60 (dados para a Assembléia Legislativa).

Aqui será tomado como critério de predomínio eleitoral, o seguinte: um partido será considerado predominante numa determinada Zona Fisiográfica (ZF) se ele, nas 4 eleições consideradas (47; 50; 54 e 58), obtiver índice de dominação maior que 125 em 3 delas e índice de dominação geral (média do período) maior que 125. O índice de dominação é calculado da seguinte forma:

$$I.D. = \frac{F.E_1}{F.E_2} \times 100 \quad (110)$$

onde: I.D. = Índice de Dominação;

F.E₁ = força eleitoral (medida pela percentagem de votos) do partido mais votado.

F.E₂ = força eleitoral do 2º partido mais votado.

Este cálculo é feito para cada uma das eleições separadamente e, para a média do período tomam-se as médias, em termos percentuais, das votações de cada partido. Na prática, um partido será considerado dominante numa determinada ZF se ele obtiver em 3 das eleições e na média do período uma votação 25% maior do que a do 2º partido mais votado. Se isso não ocorrer, será considerado que na ZF em questão não havia um claro predomínio de qualquer partido.¹¹¹

Note-se que neste estudo se está trabalhando com percentuais de votação partidária, porque as bases territoriais nas 4 eleições são as mesmas. Embora os municípios se desmembrem, as Zonas delimitam um espaço geográfico que permanece praticamente inalterado no período 47-58 (a única exceção é Camboriú que muda da Zona de Florianópolis para a da Bacia do Itajaí, em 1958). No

estudo anterior, sobre os principais municípios catarinenses, trabalhar com percentuais de votação seria um preciosismo sem sentido, na medida em que os desmembramentos poderiam alterar muito os resultados dos índices.

Analisando os dados para cada Zona Fisiográfica temos:

- Litoral de São Francisco do Sul - é uma Zona de forte predomínio udenista. Na realidade a UDN é a mais votada nas 4 eleições e obtém uma votação superior em 54%, em média, à do PSD (2º partido mais votado).

Apesar disso, porém, há um declínio permanente da UDN, que faz 53% dos votos da Zona em 1947 e 40% em 1958, mesmo detendo o poder ao nível estadual de 1951 a 1958. O PSD mantém-se praticamente estável por todo o período (há uma pequena queda em 54). Quem mais cresce é o PTB: parte de 6% dos votos em 47 para chegar ao triplo (18%) em 58.

- Bacia do Itajaí - Não há predomínio claro, embora a UDN tenha uma votação maior do que a do PSD em 3 das 4 eleições (a diferença percentual de votos entre as duas não é muito grande, porém). Não há tendências claras de declínio ou ascensão dos 2 grandes partidos. O PTB cresce de 1947 (8,6% dos votos) a 1950 (14,5%), permanecendo um pouco abaixo desse patamar nas 2 eleições seguintes.

- Zona de Florianópolis - É uma região de claro domínio do PSD, que vence as 4 eleições e tem uma votação média no período 28% maior do que a UDN. O PSD, porém, declina continuamente, saindo com 48,5% dos votos da regiões em 1947 para chegar a 40% em 1958. A UDN se mantém estável, em torno de 35% dos vo-

tos. O PTB tem uma evolução irregular, com pequenos aumentos e quedas de votação. O partido que irá crescer mais é o PSP que, não concorrendo em 47, faz 2% dos votos em 50; 6% em 54 e chega a quase 10% dos votos em 58, passando à frente do PTB.

- Zona de Laguna - Não há predomínio claro, embora o PSD seja mais forte. O PSD vence com boa margem as 2 primeiras eleições; por pequena margem a 3^a e perde a 4^a, para a UDN.

Há um grande declínio, portanto, da votação pessedista (57% em 47; decrescendo continuamente até chegar em 1958 a 31%), enquanto a UDN cresce linearmente (saindo com 25% dos votos em 1947, para chegar a 40% em 1958). O PTB cresce proporcionalmente ainda mais que a UDN, dobrando sua votação no período (8,8% em 47; 18,4% em 58).

- Zona de Canoinhas - Não há predomínio definido. O PSD - em declínio - vence por ampla margem em 47 e 50, enquanto a UDN - em ascensão - vence por reduzidíssima margem as eleições de 54 e 58. O PTB cresce muito de 47 (5%) a 54 (22%), para decair em 1958 (16%).

- Zona do Rio do Peixe - É a região de maior equilíbrio entre os dois partidos. UDN vence em 47 e 54 e o PSD vence em 50 e 58. Apenas em 1950 há uma vitória por grande margem de votos. O PSD tem um leve declínio no período, enquanto a UDN tem trajetória irregular, decrescendo também, porém, no conjunto do período. O PTB apesar de um declínio de 1950 a 54 tem um crescimento no período (de 3% em 47 para 8% em 58).

- Zona Oeste - Ocorre nesta região um fenômeno parecido com o de Canoinhas: enquanto em 47 e 50 o PSD vence por larga

margem, chegando a fazer em 1950, 40%, contra 2,3% da UDN, a UDN vence por margem considerável em 54 e 58. A influência da posse do poder executivo estadual pode ter sido grande nestas regiões. O PTB cresce entre 1947 (8%) e 1950 (23%), para depois decair: 13% em 1954 e 9% em 1958. Em 1950, a candidatura de Getúlio Vargas talvez tenha influenciado na expressiva votação petebista na região, que parece ter tido grande influência da política gaúcha, já que houve no Oeste um surto considerável de imigrações daquele Estado.

- Zona dos Campos de Lages - É a região de domínio mais claro do PSD - confirmando o domínio da família Ramos na região - que obtém uma média de 47% dos votos no período 47-48, contra 34% da UDN, vencendo as 4 eleições. O PSD, porém, declina muito (57%; 47%; 47% e 38%). Quem cresce sobre esse declínio é o PTB (2%; 6%; 7% e 15%), já que a UDN varia pouco no período. O PDC adquire uma certa expressão em 1958, com 6% dos votos, depois de obter 2% em 54.

Algumas conclusões preliminares podem ser destacadas, acerca das tendências eleitorais ao nível regional:

1º) A hipótese da forte influência da máquina governamental estadual sobre as eleições legislativas se reforça com a análise dos dados. Das 8 regiões, o PSD obtém maior número de votos (em 1947) em 5 delas e em 7, em 1950. Já em 54 e 58, quando a UDN é poder ao nível do Estado, o PSD vence em apenas 3, ficando 5 com a UDN. Nas regiões de Canoinhas, do Oeste e da Laguna fica patente o declínio do PSD e o crescimento simultâneo da UDN, acompanhando a mudança de mãos do poder executivo estadual.

2º) O PSD foi o partido com maior "força média" (média das porcentagens de votos nas 4 eleições) em 6 das 8 regiões. As exceções são as Zonas do Litoral de São Francisco do Sul e a da Bacia do Itajaí. Dominou claramente as regiões de Florianópolis, e dos Campos de Lages. Por outro lado foi o que apresentou o maior declínio. Declinou, linearmente, de 47 a 58, em 4 regiões (Florianópolis, Laguna, Rio do Peixe e Lages). Nas Zonas da Bacia do Itajaí, Canoinhas e Oeste declinou até 54, se recuperando um pouco em 58, mas ainda assim, neste ano atingia um patamar bem abaixo do de 47. A única região, portanto, em que não declinou, comparando as eleições de 47 e 58, é a do Litoral de São Francisco do Sul, em que manteve uma regularidade muito grande (entre 28% e 31% dos votos).

3º) A UDN dominou claramente a região do Litoral de São Francisco do Sul e teve certa hegemonia na Bacia do Itajaí.

É importante destacar a força da UDN em boa parte dos municípios de colonização alemã. Se já no início da década de 30 algumas das principais lideranças que vieram a formar a UDN já se destacavam na região do Vale do Itajaí e no Nordeste de SC (a maior expressão desse fato é a oligarquia Konder-Bornhausen), com a campanha de nacionalização implementada sob o comando de Nereu Ramos, cria-se nestas regiões uma resistência aos grupos a este ligados, o que irá se refletir no período posterior.

Isso se deve às discriminações e abusos havidos durante o período daquela campanha.¹¹²

A UDN (além do PRP) se beneficia, ao que parece, da dificuldade de penetração do PSD na região.¹¹³ O partido teve, porém, um declínio sistemático no litoral do São Francisco do

Sul. Cresceu sistematicamente na região de Laguna. Manteve-se estável nas regiões de Florianópolis e de Lages, tendo comportamento irregular nas demais.

4+) O PTB, considerando apenas as votações inicial (1947) e final (1958) do período analisado neste ítem, cresceu em todas as regiões (Zonas Fisiográficas). Comparando apenas estas duas eleições, o PTB: triplicou a votação nas Zonas do Litoral de São Francisco do Sul e Canoinhas; duplicou em Laguna e Rio do Peixe e multiplicou por 7 sua votação nos Campos de Lages.

Ocorre, porém, que em algumas destas regiões, atingiu o ápice em 1950 (Bacia do Itajaí; Rio do Peixe e Oeste) ou 1954 (Florianópolis e Canoinhas), decrescendo a seguir (na Zona do Rio do Peixe, de 54 a 58, o PTB voltou a crescer). Isso sem considerar 1962, ano para o qual não se dispõe dos dados agregados por Zonas Fisiográficas. Há, porém, para o conjunto do Estado uma queda da votação petebista entre 1958 e 1962.

Suas melhores votações foram nas regiões de Canoinhas, Laguna, Litoral do São Francisco, Oeste e Bacia do Itajaí. Foi fraco eleitoralmente nas regiões de Florianópolis, Lages e Rio do Peixe.

5º) Em relação aos pequenos partidos, pode-se destacar as regiões onde alcançam alguma importância relativa.

- PSP - na Zona do Rio do Peixe (50/54); nas Zonas de Canoinhas e Florianópolis (54/58) e Zona Oeste na década de 50.
- PDC - na Zona de Canoinhas e Bacia do Itajaí em 1954; nos Campos de Lages e na Zona Oeste em 1958.

- PL - destaca-se apenas em 1958, na região do Rio do Peixe quando alcança 7% dos votos da região.
- PCB (1947) - na região de Florianópolis é onde obtém sua maior margem de votos (4% do total dos votos da região; dessa Zona retira 53% de seus votos. Note-se que a Zona corresponde a 17% dos votos do Estado). Da Z.F. de Laguna (que corresponde a 15% dos votos do Estado) obtém 20% de seus votos.
- PRP - na Região Oeste, onde obteve percentuais significativos em todas as 4 eleições (6%; 18%; 12% e 12% respectivamente do total de votos da região) e ainda na Bacia do Itajaí no início do período (5% em 47; 8% em 50 - caindo para 2% em 54 e 3% em 58). Na região de Canoinhas obteve 4% dos votos em 47, 54 e 58 e 10% em 50. No Litoral do São Francisco do Sul, com exceção de 1950, obteve votações de 6% e 8%.

Destas 4 regiões, em 3 se destaca a colonização alemã (Bacia do Itajaí; Litoral de São Francisco do Sul e Canoinhas - esta última em menor proporção). Além disso, na região Oeste, a votação do PRP se concentra, pelo menos em 1954 e 1958, em Itapiranga¹¹⁴, também de colonização alemã.

A concentração de votos em Itapiranga é clara: em 1954, 72% dos votos da Zona Oeste provém deste município e em 1958, 38% (quando o eleitorado do município corresponde a apenas 6% do eleitorado da Zona). É certo que isso se deve ao candidato Querino Flach, eleito em 1958 com 2501 votos, dos quais 69% provém de Itapiranga. Mas o fato de este candidato ter se "gerado" politicamente em Itapiranga e obter uma grande votação pode ter relação exatamente com a existência de uma base de eleitores potencialmente favoráveis.

Isso é confirmado por um dos entrevistados, cuja base era a região Oeste. Afirma que o PRP tinha bases consistentes no Extremo Oeste, "principalmente Itapiranga". Afirma também que

"Querino Flach era uma liderança partidária... O PRP se tornou uma religião quase como o PT de hoje, guardadas as devidas circunstâncias ideológicas. Era um partido de muita disciplina".115

O que se quer ressaltar, enfim, é que é justamente nas regiões de colonização alemã que o PRP obtém suas melhores votações.

É importante ressaltar mais uma vez, que as tendências aqui apontadas não incluem a eleição de 1962.

2.6 - Padrões Eleitorais no Período 45-65

2.6.1 - Predomínio Eleitoral Conservador

A análise dos dados revela claramente a existência de um eleitorado em Santa Catarina com perfil conservador acentuado, se comparado ao nível do país como um todo e mais ainda se comparado com o eleitorado do sul do país. Ou seja: os partidos conservadores obtiveram, em conjunto, no Estado, no período considerado, votações bem superiores à sua média nacional. E o PTB obtém votações no Estado bastante inferiores à média nacional e especialmente às dos Estados do sul e sudeste.

- Assembléia Legislativa

Como os dados publicados pelo TSE ("Dados Estatísticos", vários volumes) não discriminam o partido a que pertencem os deputados estaduais eleitos por alianças ou coligações, a comparação do número de eleitos ou mesmo do número de votos de cada partido nas eleições para os legislativos estaduais, entre Santa Catarina e o país como um todo, fica prejudicada. A comparação porém, pode ser feita para a Câmara Federal onde aquela discriminação é feita. De qualquer forma os dados a seguir nos dão uma imagem do grau de hegemonia dos partidos conservadores no legislativo catarinense.

A Tabela 18 nos dá o percentual de votos de cada partido nas 5 eleições do período para a Assembléia Legislativa. As siglas F.M. e T.E., nas duas últimas linhas representam a "Força Média" e a "Tendência Evolutiva" de cada partido. Estes coeficientes foram calculados para as eleições de 1950 a 1962, não considerando a eleição de 1947, na tentativa de retirar da análise os efeitos do peso da organização, no início do período, dos grandes partidos frente à dos pequenos. A "Força Média" (F.M.) representa a média aritmética da votação nas quatro últimas eleições, enquanto a "Tendência Evolutiva" (T.E.) é calculada pela fórmula:

$$T.E. = \frac{\% (62) + \% (58)}{\% (50) + \% (54)}^{116}$$

Um índice de T.E. igual 1,00 significa que o partido se manteve estável em sua votação durante o período. Índices abaixo de 1,00 representam declínio do partido (quando mais per-

TABELA 18

RESULTADOS ELEITORAIS; FORÇA MÉDIA E TENDÊNCIA EVOLUTIVA DOS PARTIDOS: A.L. - SC (1947/62)

Partidos Ano	PSD	UDN	PTB	PSP	PRP	PDC	PL	Outros	Branco	Nulo	PSD + UDN
	1947	46,7	36,9	6,2	-	3,9	-	-	1,4 (PCB)	2,7	2,2
1950	40,7	31,6	13,1	3,2	5,7	-	-	-	3,6	2,0	72,3
1954	35,4	36,9	11,7	6,0	3,0	2,9	0,4	-	2,4	1,5	72,3
1958	33,4	36,3	13,3	4,6	3,7	2,6	1,4	-	3,6	1,0	69,7
1962	37,9	26,9	11,5	3,3	4,9	5,0	-	2,0 (PST)	6,8	1,7	64,8
F.M. (*)	36,9	32,9	12,4	4,2	4,3	3,5	(**)	(**)	4,1	1,6	69,8
T.E. (*)	0,94	0,92	1,00	0,86	0,99	2,6	(**)	(**)	1,73	0,77	0,93

FONTE: TRE/SC

(*) No cálculo da F.M. e da T.E. não foi considerado a eleição de 1947.

(**) Não é possível calcular conforme as fórmulas.

to de zero e, portanto, distante de 1,00, maior o declínio) e índices acima de 1,00 representam ascensão do partido no período (quanto mais distante de 1,00, maior a ascensão).

Em todas as 5 eleições, os 2 partidos mais votados ao nível do Estado são PSD e UDN, obtendo de 65% a 84% do total dos votos, em cada eleição. Mesmo se desconsiderarmos a eleição de 1947, onde a força dos 2 grandes partidos conservadores é ainda maior, sua força média conjunta no período é de 70% dos votos.

O PTB, terceiro partido mais votado, teve uma votação média (de 50 a 62) de 12,5% sobre o total do Estado. O contraste com o Rio Grande do Sul é flagrante: lá, PSD, UDN e PL juntos obtiveram de 31 a 46%, enquanto o PTB, de 35 a 40%. O domínio dos dois grandes partidos conservadores além disso, espalha-se por todo o Estado. A Tabela 19 discrimina o número de municípios em que cada partido foi o mais votado, nas eleições para a Assembléia Legislativa do Estado.

TABELA 19

NÚMERO DE MUNICÍPIOS EM QUE CADA PARTIDO FOI O MAIS VOTADO
(A.L - 1950/62)

Partidos \ Ano	1950	1954	1958	1962	Total
PSD	34	27	35	110	206
UDN	14	32	53	31	130
PTB	2	3	6	5	16
Outros	2	5	3	11	21
Total	52	67	97	157	373

Fonte: TRE/SC

Vemos que os 2 grandes partidos conservadores, em conjunto, venceram a eleição para a Assembléia Legislativa, em média, em 90% dos municípios catarinenses, de 1950 a 1962, contra 4,3% de vitórias do PTB. Se considerássemos 1947¹¹⁷, a situação seria ainda mais favorável aos partidos conservadores-oligárquicos.

Ao analisarmos mais à frente a Tabela 24, que aponta os dois partidos mais votados nos municípios, veremos que só em 1962 houve, em 3 municípios, casos em que nenhum dos dois - PSD e UDN - estavam entre os mais votados.

- Câmara Federal

A ocorrência de um grande número de coligações e alianças ao nível do país, impede a comparação das votações partidárias. Irei então, realizar uma comparação entre Santa Catarina e o nível nacional, através dos dados sobre o número de representantes eleitos para a Câmara Federal.

A Tabela 20 nos dá esses dados. Vemos que em todas as eleições o PSD elege proporcionalmente bem mais deputados em Santa Catarina do que no país. A média entre 50 e 62 é a seguinte: 34% dos deputados federais brasileiros são do PSD, enquanto na representação catarinense, 44% são do PSD.

O mesmo é válido para a UDN, com exceção da eleição de 1947. Nas demais, a UDN catarinense elege proporcionalmente mais deputados federais do que a UDN ao nível nacional. A média da proporção udenista na representação catarinense (44%) é o dobro da média da proporção udenista no país (23%), para o período 50/62.

TABELA 20

DEPUTADOS FEDERAIS POR PARTIDO: SC X BRASIL (1945/62) (%)

Ano Partidos	1945		1950		1954		1958		1962 ^(c)		Média(50/62)	
	BR	SC	BR	SC	BR	SC	BR	SC	BR	SC	BR	SC
PSD	52,8	77,8	37,0	44,4	35,0	40,0 ^(b)	35,3	50,0	28,9	42,9	34,1	44,3
UDN	29,0 ^(a)	22,2	24,4	44,4	22,7	50,0	21,5	40,0	22,2	42,9	22,7	44,3
PTB	7,7	-	16,8	11,1	17,2	-	20,2	10,0	28,4	14,3	20,7	8,9
PSP + PCB	5,0	-	7,9	-	9,8	-	7,7	-	5,1	-	7,6	-
Outros	5,5	-	13,9	-	15,4	10,0 ^(b)	15,3	-	15,4	-	15,0	2,5
Total (Abs)	(286)	(9)	(303)	(9)	(326)	(10)	(326)	(10)	(389)	(14)	(1344)	(43)

FONTES: - Brasil: SOUZA (1976:144)

SC : TRE/SC "30 Anos de Justiça Eleitoral"

(a) : Inclui 6 eleitos pela coligação UDN-PR

(b) : Segundo dados da Câmara Federal coligidos pelo TSE ("Dados Estatísticos", vol. 3, p. 99), dos 5 eleitos pela Aliança Social Trabalhista (PSD/PTB), 4 eram do PSD e 1 sem partido.¹¹⁸

(c) : Para 1962 utilizei os dados do TSE (Dados Estatísticos, vol. v), porque os dados de Souza estão incorretos (a soma dos percentuais atinge 105%).

Por outro lado o PTB, que elege em média 21% dos deputados federais do país, em Santa Catarina elege apenas 9% de nossa bancada federal.

O contraste entre Santa Catarina e os Estados das Regiões Sul e Sudeste aponta ainda mais nitidamente o grau de hegemonia conservadora-oligárquica em Santa Catarina, no plano eleitoral.

O contraste com o Rio Grande do Sul, por exemplo, onde a votação do PTB varia de 41 a 50% do total de votos do Estado, de 1950 a 1962, é flagrante.

No Paraná, p. ex., a bancada petebista varia de 29% a

43% sobre o total da representação do Estado na Câmara Federal, no período 1950/62.

- Governo do Estado e Senado

Nestes pleitos majoritários a disputa se dá basicamente, durante todo o período, entre as forças partidárias representantes das duas grandes oligarquias reinantes no período: o PSD dos Ramos e a UDN dos Konder-Bornhausen.

A importância do PTB e, em menor grau, dos pequenos partidos se deveu principalmente ao grande equilíbrio entre estas duas oligarquias, no plano eleitoral. O PTB, como fiel da balança, é disputado por PSD - com quem faz alianças preferencialmente - e UDN. A partir destas coligações consegue eleger dois senadores e dois vice-governadores, durante o período, além de obter outros cargos na máquina do Estado. Principalmente, porém, consegue o apoio do PSD para candidatos seus às prefeituras de muitos municípios.

Em nenhum momento, porém, esteve sequer colocada a possibilidade de ruptura da dominação oligárquica no plano político estadual, no período de 1945 a 1965.

Concluindo, podemos afirmar que é claro o predomínio conservador no plano eleitoral em Santa Catarina. Isto fica claro no contraste com os dados nacionais e ainda mais, em confronto com o perfil eleitoral encontrado na grande maioria dos Estados do Sul e Sudeste do país. Os dados da Tabela 2 (p.73) comparando a força eleitoral do PCB catarinense com as demais seções regionais do partido, reforçam ainda mais esse padrão.

2.6.2 - Alto Grau de Concentração Partidária

Uma característica importante do sistema partidário catarinense no período multipartidário é a de ter sido concentrado, eleitoralmente, em 2 ou 3 partidos. Apesar de em grande parte dos Estados haver também uma certa concentração partidária (dentro de um sistema formalmente multipartidário)¹¹⁹, o padrão catarinense aponta para uma concentração excessiva em relação à média nacional e especialmente às regiões Sul e Sudeste.

Voltando à Tabela 20 (p.129), referente à representação catarinense na Câmara Federal, vemos que em todas as eleições do período, em Santa Catarina são eleitos deputados apenas por dois (1945 e 1954) ou três (1950; 1958 e 1962) partidos, enquanto para o conjunto do país temos proporções significativas (11%; 22%; 25%; 23% e 22%, respectivamente) de deputados federais eleitos por outros partidos que não o PSD, a UDN e PTB.

Da comparação dos dados da bancada catarinense frente ao conjunto dos deputados federais eleitos no país, certamente podem resultar distorções devidas à excessiva agregação dos dados, desprezando-se diferenças regionais importantes. De forma a minimizar esta possibilidade, irei inicialmente desagregar os dados nacionais em dois grandes grupos de Estados. Utilizarei a divisão operada por Soares (1973) entre "Sudeste" e "Brasil subdesenvolvido". A seguir compararei o grau de concentração partidária - medido pela proporção de deputados eleitos pelos maiores partidos - de Santa Catarina, com o dos Estados do "Sudeste" individualmente.

Soares (1973:151 e seg.) divide o país em dois grandes

grupos de Estados: o "Sudeste" (RS; SC; PR; SP; RJ e DF) e os "Estados subdesenvolvidos" (todos os demais). Não irei entrar no mérito da pertinência teórica de uma dicotomização deste tipo, na medida em que se pretende apenas uma comparação relativamente grosseira entre o grau de concentração partidária em Santa Catarina com o de dois grupos bem distintos de Estados. No plano operacional, a não inclusão no "Sudeste" de Estados como Minas Gerais e Espírito Santo é bastante questionável. A comparação com cada um dos Estados do "Sudeste", no entanto, poderá minimizar possíveis efeitos dessa não-inclusão.

A tabela a seguir aponta a proporção de deputados eleitos pelos 2 maiores partidos, para as duas "Regiões" e para Santa Catarina.

TABELA 21

PROPORÇÃO DE DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS PELOS DOIS MAIORES PARTIDOS (SC X "REGIÕES" BRASILEIRAS) - 1945/62

Ano	"SUDESTE"	"BRASIL SUBDESENVOLVIDO"	SANTA CATARINA
1945	78,0% (109)	88,1% (177)	100,0% (9)
1950	67,5% (114)	79,5% (190)	88,8% (9)
1954	62,7% (126)	73,0% (200)	90,0% (10)*
1958	62,7% (126)	57,5% (200)	90,0% (10)
1962	48,5% (169)	72,9% (240)	85,6% (14)

FONTE: a) TRE/SC - "30 Anos de Justiça Eleitoral", 1975.

b) SOARES, G.A.D. (1973:181).

* Ver observação b da Tabela 20.

** Todos os dados absolutos referem-se aos totais sobre os quais as percentagens foram calculadas.

As proporções de deputados federais eleitos em Santa Catarina pelos dois maiores partidos (PSD e UDN) são flagrante - mente maiores do que as dos Estados do "Sudeste", superando inclusive, e em todas as eleições, as dos "Estados subdesenvolvidos".

A comparação entre Santa Catarina e o "Brasil subdesenvolvido" provavelmente seria alterada se fossem retirados desse grupo Estados como Minas Gerais e Espírito Santo, que tinham menor grau de concentração partidária, em média, do que os Estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Assim, o grau de concentração partidária em Santa Catarina provavelmente seria próximo ao encontrado na média dos demais Estados incluídos por Soares no "Brasil subdesenvolvido".

Com relação ao "Sudeste", a Tabela 22 compara a concentração partidária - medida pela proporção de deputados eleitos pelos 2 maiores partidos em cada Estado - com a de Santa Catarina. Incluí nessa comparação os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, já que eles pertencem, pela divisão político-administrativa vigente, à Região Sudeste.

Em todas as eleições, sem exceção, a maior proporção de deputados federais eleitos pelos dois maiores partidos (considerados aqui os que elegeram o maior número de deputados) em cada Estado, ocorreu em Santa Catarina.

A Tabela 23 faz o mesmo tipo de comparação, para os resultados eleitorais das Assembléias Legislativas de cada Estado e para a Câmara de Vereadores do Distrito Federal. Algumas observações metodológicas são pertinentes:

TABELA 22

PROPORÇÃO DE DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS PELOS DOIS MAIORES PARTIDOS NOS ESTADOS DAS REGIÕES SUL E SUDESTE (1945/62)

Estados \ Ano	1945 (%)	1950 (%)	1954 (%)	1958 (%)	1962 (%)
DF	71	71	65	65	76(GB)
RJ	82	71	71	59	57
SP	66	55	48	41	36
PR	89	67	57	72	60
RS	86	82	75	88	72
ES	100	71	71	71	50
MG	77	76	74	67	75
SC	100	89	90*	90	86

FONTE: TSE - Dados Estatísticos - vol 1 a 7 (foram considerados os dados fornecidos pela C.F. e não os dos TREs, que não discriminam o partido dos candidatos eleitos por coligações e alianças).

*Ver obs. referente a tabela 20 (pg.129).

- a) Os resultados do TSE para 1947 e 1950 apresentam os deputados eleitos apontando sua filiação partidária, independentemente do fato de terem sido ou não eleitos por alianças e coligações.
- b) Para 1954 a 1962 o TSE apresenta o número de deputados eleitos por alianças e coligações sem discriminar os partidos a que pertenciam os deputados efetivamente eleitos (embora mencione quais os partidos realizaram coligações). Isto porém não atrapalha nossa comparação porque:
- em 1954, dos Estados considerados, apenas no Espírito Santo houve uma aliança que elegeu 9 deputados;
 - em 1958 uma aliança elegeu 7 deputados no Paraná.

- em 1962, no RS foi eleito apenas 1 deputado por aliança e em MG, 3 deputados. O caso relevante é o de São Paulo, onde as 02 maiores bancadas foram eleitas por alianças. Em todos os casos, porém, considereirei, para a elaboração da tabela, a pior hipótese, qual seja a de que todos os deputados eleitos em uma aliança ou coligação pertencessem a um só partido.

c) Considerei como indicador do grau de concentração partidária a proporção de deputados estaduais eleitos pelos 2 maiores partidos. Considerando, porém, a proporção de deputados eleitos pelos 3 maiores partidos os resultados seriam idênticos para a finalidade proposta.

TABELA 23

PROPORÇÃO DE DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS PELOS DOIS MAIORES PARTIDOS NOS ESTADOS DAS REGIÕES SUL E SUDESTE (1945/62)

Ano Estados	1947 (%)	1950 (%)	1954 (%)	1958 (%)	1962 (%)
DF* (GB)	54	50	36	30	49(GB)
RJ	70	61	57	52	40
SP	53	41	37	30	34
PR	62	62	49	67	53
RS	71	69	69	67	62
ES	63	69	66	59	53
MG	63	60	53	55	54
SC	92	79	77	76	76

FONTE: TSE - Dados Estatísticos (vol. 1 a 7).

*Vereadores.

Mais uma vez, agora ao nível da representação parlamentar estadual, comprova-se o elevado grau de concentração do sistema partidário catarinense no período considerado. Em todas as eleições a proporção de deputados estaduais eleitos pelos dois maiores partidos em Santa Catarina é bem maior do que as proporções obtidas nos demais Estados das regiões sul e sudeste.

Note-se que Santa Catarina segue, no decorrer do período, a tendência evolutiva geral, que era a de uma maior dispersão eleitoral-partidária. Ainda assim, na última eleição do período a proporção de eleitos por PSD e UDN era ainda muito alta (76%) e, se considerarmos ainda o PTB, esta proporção se eleva para 89%. O mesmo ocorre nas eleições para a Câmara Federal.

A análise dos dados das eleições para a Assembléia Legislativa desagregados ao nível dos municípios mostra que este padrão de alta concentração partidária não se deve a fortes concentrações eleitorais nos grandes municípios, mas, ao contrário, esse padrão é disseminado por todo o Estado ao nível municipal.

A Tabela 24 nos dá informações sobre as "polarizações" (os dois partidos mais votados) nos pleitos, para a Assembléia Legislativa de 1950 a 1962 em cada município. Os dados encontrados no TRE relativos às eleições de 1947 estão desagregados ao nível de Zonas Eleitorais (35) e não de municípios (45). Em todas as Zonas, porém, os dois partidos mais votados são PSD e UDN.

O PSD e a UDN foram agregados como "grandes partidos", o PTB foi considerado isoladamente, e os demais como "pequenos partidos". O partido mais votado é o indicado acima, sendo o de

baixo o 2º mais votado no município.

TABELA 24

NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR TIPO DE POLARIZAÇÃO
(ELEIÇÕES PARA A A.L. - 1950/62)

Polari- zação Ano	Grande X Grande	Grande X PTB	PTB X Grande	Grande X Pequeno	Pequeno X Grande	Pequeno X Pequeno	Total
1950	45	2	2	1	2	-	52
1954	50	6	3	3	5	-	67
1958	72	8	6	8	3	-	97
1962	116	17	5	8	8	3	157
Total	283	33	16	20	18	3	373

FONTE: TRE/SC - Mapas Eleitorais.

Vemos que no total do período, 76% (283) das polarizações se dão entre os dois grandes partidos (PSD e UDN). O PTB participa de 13% das polarizações do período, sendo que em 1/3 destas obtém o maior número de votos.

Os demais partidos ("pequenos") participam de apenas 11% das polarizações em todo o período. Em apenas 5% dos casos um pequeno partido é o mais votado em um município, em todas as eleições para a Assembléia Legislativa do período multipartidário.

Em 90% dos casos, os partidos mais relevantes são PSD, PTB e UDN. Estes dados reforçam os dados agregados ao nível do Estado para a Assembléia Legislativa, no sentido de mostrar que basicamente estes eram os partidos relevantes na disputa eleitoral em Santa Catarina (embora no plano da composição de chapas para as eleições do Executivo ou mesmo na composição da Mesa pa-

ra a Assembléia Legislativa, outros partidos pudessem ter relevância. De qualquer forma esta importância devia-se apenas ao grande equilíbrio entre os dois partidos oligárquicos). No plano federal, além disso, o PTB não era muito relevante, conseguindo eleger apenas 4 deputados num total de 53 eleitos no período.

Embora houvesse uma ligeira tendência para uma maior dispersão eleitoral-partidária no decorrer do período - o que pode ser verificado nas tabelas acima - a situação ao final do período ainda era de uma grande concentração em torno dos dois (plano federal) ou três (plano estadual) maiores partidos.

Sem entrar em considerações sobre a conveniência ou não de um sistema mais ou menos fragmentado, esta característica do sistema partidário, no período classicamente multipartidário de nossa história política, pode indicar uma certa tendência a uma maior aglutinação das forças partidárias e uma maior dificuldade de estruturação dos pequenos partidos do que na média do país, ou pelo menos, do que nos Estados do Sul e do Sudeste.

Note-se que também no período de 1930 a 1937 a tendência em Santa Catarina foi a aglutinação em dois grandes blocos - "situação" (Aliança Liberal) e "oposição" (Oposições Coligadas) - com exceção da AIB, relevante no período e que concorreu sozinha nas eleições.

Estas tendências certamente se confirmam nas eleições de 1982, onde, já num sistema formalmente multipartidário, 99% dos votos dados aos partidos são concentrados nos dois grandes partidos (PDS e PMDB), o que é um padrão excessivo em relação ao país como um todo, mesmo nas condições específicas em que o-

correram estas eleições.

As eleições de 1986 já indicam uma maior dispersão eleitoral, com o PMDB, o PDS e o PFL tendo votações relevantes; dentre os pequenos partidos, pelo menos o PT e o PDT apresentaram crescimento. Ainda assim, este crescimento não foi tão importante a ponto de terem conseguido eleger um deputado federal. No plano federal, portanto, a bancada catarinense continua sendo composta por parlamentares de apenas três partidos.

A hipótese de uma maior dificuldade de estruturação de um pluripartidarismo efetivo em Santa Catarina, em relação à maioria dos Estados do Sul e Sudeste, conta com indícios relevantes a seu favor, devendo, porém, para ser confirmada, ser realizado um estudo mais aprofundado de outros períodos da história política brasileira.

2.6.3 - Relativa Estabilidade do Quadro Eleitoral (1945/65)

A análise a seguir baseia-se principalmente nos dados das eleições legislativas estadual (Assembléia Legislativa) e federal (Câmara Federal), apoiando-se também em dados das eleições para o Governo do Estado e para o Senado. Iremos desconsiderar dados de suma importância - os resultados das eleições municipais - por não contar com a totalidade destes dados para o período.

a) Assembléia Legislativa

Voltando à Tabela 18, podemos discernir os seguintes movimentos eleitorais:

1º) Queda importante do PSD (47% para 41% dos votos) e da UDN (37% para 32% dos votos) entre 1947 e 1950. Os dois grandes partidos conservadores em conjunto caem de 82,5% para 72% dos votos do Estado. Esta queda beneficia principalmente o PTB, que dobra sua votação (de 6% para 13%).

Em boa parte essas tendências talvez possam ser explicadas por três fatores, apontados por Soares (1973:89-90):

a) segmentos da "classe trabalhadora" - potencialmente mais propensos a votar em partidos "reformistas", em condições de liberdade, bom nível de informação política, etc... - nos primórdios do novo sistema partidário ainda não identificavam quais os partidos poderiam representar melhor seus interesses. Em 1950, passados já 5 anos da implantação do novo sistema partidário, essa identificação já era mais fácil;

b) no decorrer deste período (1945-50) o PTB, principalmente, consegue ampliar razoavelmente sua organização partidária, penetrando em novos municípios, disputando votos à UDN e ao PSD;

c) a candidatura de Vargas pelo PTB à presidência certamente carreou votos para o PTB nos pleitos para o Legislativo.

(Esse parece ser um fator particularmente importante em SC, já que o único salto importante do PTB, no legislativo, se dá entre 1945 e 1950. Os fatores a e b deveriam levar a que o PTB continuasse a crescer - ainda que em menor grau - depois de 1950. Mas isso não aconteceu).

2º) De 1950 a 1958 há uma grande estabilidade, se agregarmos de

um lado PSD e UDN (totalizando 72% dos votos em 1950; 72% em 1954 e 70% em 1958) e de outro o PTB (13%; 12% e 13%), respectivamente.

Os pequenos partidos em conjunto também têm apenas um crescimento muito pequeno: 9% em 1950; 12% em 1954 e 12% em 1958.

3º) Entre 1958 a 1962 há uma nova queda dos dois grandes partidos conservadores, se tomados em conjunto (70% em 1958 para 65% em 1962). O PTB também decai um pouco, de 13% para 11,5%. Beneficiam-se os pequenos partidos em conjunto (na prática, o PRP, o PDC e o PST). Crescem ainda os votos em branco (de 3,6% para 6,8%). Estes resultados poderiam ser um indício de uma dispersão eleitoral que estava havendo e que atingia já o pleito legislativo estadual. De qualquer forma era um processo muito incipiente, principalmente se confrontado ao perfil de dispersão eleitoral da maioria dos Estados da região Sul e Sudeste.

4º) Analisados os movimentos eleitorais de PSD e UDN individualmente, verifica-se uma tendência dos resultados acompanharem a situação de posse, ou não, do governo estadual. Assim, a vitória no pleito para a Assembléia Legislativa sempre foi do partido que detinha o poder executivo estadual. As tendências de declínio ou ascensão dos dois partidos - com a exceção do declínio do PSD entre 1947 e 1950, já comentado mais acima - acompanham o sentido de mudança de mãos do comando político do Executivo estadual. O PSD declina de 1950 a 1958, quando a UDN detém o Poder Executivo. Cresce em 1962, após obter o governo estadual. Com a UDN as tendências são exatamente inversas: crescimento de 50 a 54, mantendo-se estável de 54 a 58; queda em 1962. Esta tendência já foi apontada por Dittrich (1981).

b) Câmara Federal

A Tabela 25 aponta a porcentagem de votos, a "força média" e a "tendência evolutiva" nas eleições para a Câmara. Embora tenha havido coligação em 1954 entre PSD e PTB - o que impossibilita saber com exatidão qual a quantidade de votos caberia a cada partido isoladamente -, efetuei uma estimativa¹²⁰ dessa distribuição. Isto foi feito com o intuito de termos uma forma de comparação entre as tendências na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal. Mesmo tendo um certo grau de distorção, a comparação destes dados me parece melhor do que a comparação entre o número de deputados eleitos em cada casa legislativa, porque este último estudo introduz também uma distorção proveniente da "transformação" do número de votos em número de candidatos, privilegiando os grandes partidos e alijando da análise os pequenos.

Apesar da estimativa ter levado em consideração 3 critérios possíveis e todos darem resultados muito próximos, as inferências aqui terão menos rigor do que as realizadas para os dados da Assembléia Legislativa, na medida em que há um pressuposto, na distribuição dos votos da AST entre PSD e PTB, em 1954, de que nestas eleições as porcentagens de votos de cada um dos partidos acompanharia médias de outras eleições.

De qualquer forma, iremos destacar os seguintes movimentos ao nível das eleições dos representantes catarinenses na Câmara Federal, no período considerado:

TABELA 25

RESULTADOS ELEITORAIS; FORÇA MÉDIA E TENDÊNCIA EVOLUTIVA
DOS PARTIDOS - CÂMARA FEDERAL (1945/62)

Partidos Ano						
	PSD	UDN	PTB	Outros (Pequenos)	Branco	Nulos
1945	50,8	31,9	6,4	5,0	3,3	2,6
1950	41,1	39,1	13,0	-	5,1	1,7
1954	35,6 ^(*)	38,3	9,0 ^(*)	11,9	3,8	1,3
1958	42,9	39,6	10,9	-	5,8	0,8
1962	38,9	37,2	12,2	-	10,3	1,4
F.M.	39,6	38,6	11,3	3,0	6,3	1,3
T.E.	1,07	0,99	1,05	-	1,81	0,73

FONTE: TRE/SC: "30 Anos de Justiça Eleitoral"

Obs.: (1) Não foi considerada a eleição de 1947, onde a disputa se deu por 1 vaga apenas

(2) A eleição de 1945 não entra no cálculo de F.M. e T.E.

(*) As votações do PSD e do PTB foram estimadas.

1º) Embora a UDN individualmente cresça (contrariamente ao que acontece na Assembléia Legislativa), se agregarmos a votação do PSD e da UDN, há uma pequena queda entre 1945 a 1950 (83% e 80% dos votos, respectivamente). O PTB, em contrapartida salta de 6% para 13% (mesma tendência da Assembléia Legislativa).

Note-se que o PCB obteve apenas 1% dos votos em 1945 - única eleição para a Câmara Federal da qual participou.

2º) Em 1954 a formação da Aliança Social Trabalhista (AST) parece ter tido resultados não muito positivos. Enquanto esta aliança obtém 44,6% dos votos, nas outras eleições a soma de votos do PSD e do PTB alcançou um mínimo de 51% do total dos

votos e um máximo de 57%. Isto parece ter beneficiado os pequenos partidos: o PDC obtém 9% dos votos e o PSP quase 3%, quando nas eleições de 1950, 58 e 62 nenhum pequeno partido sequer participou das eleições para a Câmara Federal.

A UDN praticamente mantém-se estável, entre 1950 e 1954. Se agregarmos PSD (votação estimada) e UDN perceberemos uma queda da votação conjunta dos dois grandes partidos conservadores tradicionais (de 80% para 74%), ainda maior do que a anterior.

3º) De 1954 a 1958 há um grande crescimento do PSD (considerando a estimativa para 1954 como correta) e um levíssimo crescimento também do PTB e da UDN recuperando os votos perdidos aos pequenos partidos, agora aliçados da disputa. PSD e UDN juntos somam 82,5% dos votos, contra 11% do PTB. Note-se que em relação a 1950, há um pequeno crescimento dos partidos oligárquicos em conjunto, acompanhado de uma pequena queda do PTB.

4º) De 1958 a 1962 há uma queda dos dois grandes partidos conservadores (de 82% para 76% dos votos) enquanto o PTB permanece quase estável (11% e 12% dos votos respectivamente). O declínio conservador se deu em favor do crescimento dos votos em branco.

c) Pleitos Majoritários: Governo do Estado e Senado

Como vimos anteriormente, em relação aos pleitos para o Governo do Estado e para o Senado, o que ocorre durante todo o período é uma disputa clara entre os grupos oligárquicos que

se revezam no poder através do PSD e da UDN. Nestes pleitos as sumiu importância crucial o apoio do PTB e, secundariamente, dos pequenos partidos. Seguimos aqui, em grande parte, os dados de Lenzi (1981).

Em 1945 o PSD - partido que congregou o grupo detentor por longo tempo da máquina governamental - vence as eleições para o Senado, preenchendo as duas vagas. Em 1947, o PSD, apoiado pelo PTB elege o governador (Aderbal Ramos da Silva) e os dois Senadores.

Em 1950 a UDN elege o governador (Irineu Bornhausen) através da aliança com setores majoritários do PTB (que "racha") e com os pequenos partidos (PRP; PSP e PDC). O candidato eleito para o Senado é Carlos Gomes de Oliveira, do PTB, apoiado pela UDN, em troca do apoio da ala petebista comandada por Carlos Gomes e Saulo Ramos a Irineu Bornhausen.

Em 1954 volta a haver coligação entre PSD e PTB para o Senado, elegendo-se um senador de cada partido. Em 1955 mantém-se a aliança PSD/PTB que é agora derrotada para o governo do Estado pelo candidato Jorge Lacerda, da coligação UDN/PDC/PRP/PSP.

Em 1958, o PTB lança candidato próprio ao Senado, não se coligando. A UDN vence a eleição preenchendo a única vaga (Irineu Bornhausen). A disputa Irineu/Celso Ramos para o Senado, em 58, foi uma prévia da disputa ao governo do Estado, em 1960. Neste ano, o PSD consegue o apoio da ala majoritária do PTB, liderada por Doutel de Andrade (que sai candidato a vice-governador na chapa de Celso Ramos), além de outros pequenos partidos. A UDN consegue o apoio da ala "antiga" do PTB, lide-

rada por Carlos Gomes de Oliveira (que sai candidato a vice na chapa de Irineu Bornhausen). Aí, os resultados de 1958 se invertem, vencendo o candidato do PSD.

Em 1962 o PTB lança candidato, formalmente em coligação com o PSD, mas as 2 vagas ao Senado foram divididas entre a UDN (Antônio C. Konder Reis) e o PSD (Atílio Fontana). Ocorreu aí uma "coligação branca" entre PSD e UDN, já que não interessava às duas forças oligárquicas do Estado a ascensão de Doutel de Andrade no panorama político de Santa Catarina.¹²¹

Em 1965 há nova coligação PSD/PTB com apoio ainda do PRP, do PSP e uma ala do PDC. O PSD elege o governador (Ivo Silveira), tendo como vice-governador Francisco Dall'igna, do PTB.

Após esta análise em separado das tendências ocorridas em cada um dos níveis eleitorais aqui tratados, serão apontados alguns dos processos mais globais em curso na dinâmica do sistema partidário catarinense, durante o período que vai de 1945 a 1965.

1º) Uma primeira constatação é a de que não há modificações profundas no quadro eleitoral, especialmente a partir de 1950. Durante todo o período há um forte predomínio dos dois grandes partidos conservadores, que se alternam no comando do poder executivo e mantêm entre si um razoável equilíbrio também ao nível do legislativo. (Nos demais pontos destacados irei desprezar as variações do PSD e UDN individualmente, tratando-os de forma conjunta como "partidos oligárquicos").

Apesar dessa relativa estabilidade eleitoral, há algu

mas modificações.

2º) Há, no início do período (1945/50), uma queda significativa dos partidos oligárquicos (especialmente o PSD), simultaneamente a um crescimento do PTB. A queda do PSD reflete, na realidade, um inchaço artificial de suas bases eleitorais na primeira eleição do período, devido à superioridade de sua estruturação - ancorada na máquina do Estado herdada do Estado Novo - frente aos demais partidos.

3º) De 1950 a 1958, excetuando a eleição de 1954 para a Câmara Federal - atípica, por ser a única eleição proporcional em nível estadual ou federal em que ocorreu coligação, no período - há uma estabilidade muito grande no quadro eleitoral, se confrontarmos, de um lado os dois grandes partidos oligárquicos em conjunto e, de outro, o PTB. Além disso, os pequenos partidos em conjunto têm apenas um leve crescimento.

4º) De 1958 para 1962 há uma queda eleitoral dos partidos oligárquicos em conjunto. O PTB mantém-se praticamente estável. Quem se beneficia do declínio oligárquico são, em parte, os pequenos partidos (especialmente o PDC), no nível de Assembleia Legislativa, e, principalmente os votos em branco, em todos os níveis do legislativo. Assim, os votos em branco crescem, na Assembleia Legislativa de 3,6% (1958) para 6,8% (1962); na Câmara Federal de 5,8% para 10,3% e no Senado, de 4% para 28%. Em todos os três níveis, os índices de 1962 foram, folgadomente, os maiores do período.

Algumas hipóteses podem ser lançadas, a partir destes dados:

a) estava em curso uma tendência à dispersão eleito-

ral, que se manifestava apenas, ainda, ao nível municipal e na Assembléia Legislativa de forma muito incipiente;

b) o aumento do número de votos em branco ao final do período (1962) poderia indicar um descrédito na luta eleitoral, especialmente ao nível do legislativo. O descrédito dever-se-ia à percepção do eleitor - diante de um quadro de crescente polarização ideológica e de crescimento do populismo - de que a arena onde se decidiriam os grandes confrontos políticos da nação não passava pelas eleições para o legislativo (sobre o qual pairava a imagem de uma esfera onde grassava a corrupção).

5º) Apesar da ausência de modificações profundas, há alguns indícios de que o PTB tendia a crescer, embora vagarosamente.

a) Embora sua proporção de votos na Assembléia Legislativa não tenha crescido de 1950 a 1962 (ao contrário do que afirma Dittrich, 1981:49), o PTB tem sua performance melhorada nos grandes municípios: dos 15 maiores municípios do Estado neste período, aparece entre os dois mais votados (eleição para a Assembléia Legislativa) em apenas 2, em 1950. Em 1962 já estava entre os 2 partidos mais votados em 7 destes municípios

b) Em 1960 e 1965, o PTB - já com cacife para barganhar na coligação com o PSD para as eleições do Estado - obtém a vice-governança e alguns cargos na máquina estadual (além daqueles conseguidos no plano federal), o que significava um reforço para suas posições eleitorais.

c) O apoio do PTB ao PSD em 1960, no pleito para o governo do Estado inseria-se numa estratégia ampla de crescimento do partido; o acordo com o PSD incluía também a coligação

nos pleitos municipais, concorrendo como candidatos a prefeito em muitos municípios, elementos do PTB apoiados pelo PSD. É através dessa estratégia que o PTB elege em 1960 - além dos prefeitos de Criciúma e Mafra, onde concorreu sozinho - 12 prefeitos, entre os quais os de Joinville, Lages, Chapecó, Rio do Sul, Laguna, Canoinhas e Videira (dados do TRE, "Exemplar Estatístico", nov/dez. 1962, p. 27).

Em 1965 esta estratégia se repete, segundo um dos entrevistados.¹²²

De qualquer forma, o quadro partidário ao final do período era dominado amplamente pelos dois grandes partidos oligárquicos. Não havia ameaça à hegemonia conservadora a curto prazo. O crescimento do PTB além de se dar muito lentamente - mesmo com as prefeituras conseguidas em 1960, o partido cresce apenas 1% na Câmara Federal, e decresce 2% na Assembléia Legislativa, de 1958 para 1962 - ocorre basicamente ao nível das eleições municipais e é muito dependente das alianças com o PSD. Os pequenos partidos não tinham independência frente aos dois grandes partidos oligárquicos.

N O T A S

- ¹ SOARES (1973) e SOUZA (1976), entre outros.
- ² HIPPOLITO, L. PSD: de Raposas e Reformistas, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985. Segundo Hippolito, é a partir do momento em que o centro do sistema partidário - o PSD - se fragmenta, que o sistema partidário transita de pluralista moderado para pluralista polarizado.
- ³ BENEVIDES, M.V. "A UDN", in FLEISCHER, D. Os Partidos Políticos no Brasil, Vol. I, ed. UnB, Brasília, 1981, p. 87.
- ⁴ BENEVIDES, M.V. op. cit., pp. 104-8.
- ⁵ BENEVIDES, M.V. A UDN e o Udenismo, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981. p. 217.
- ⁶ SOARES, G.A.D. "A Formação dos Partidos Políticos no Brasil" in FLEISCHER, (1981:08).
- ⁷ SOARES (1973:227-8).
- ⁸ SAMPAIO, R. "O PSP em São Paulo" in FLEISCHER, D. (1981:178).
- ⁹ Idem, p. 181.
- ¹⁰ VIANNA, L.W. "O Sistema Partidário e o PDC", in FLEISCHER, D. (1981:132).
- ¹¹ Idem, p. 135.
- ¹² Idem, pp. 160-2.
- ¹³ As informações foram retiradas de LENZI, (1981:205-9).

- ¹⁴VIANNA, L.W., in VINHAS, M. O Partidão: A Luta por um Partido de Massas (1922-1974), Hucitec, São Paulo, 1982. p. 263.
- ¹⁵VINHAS, M. Op. cit., p. 95.
- ¹⁶Idem, p. 187. Note-se que a partir daquela mudança na linha predominante do partido, instaura-se uma dissidência por parte de um grupo descontente com a nova linha. Havia paralelamente, uma "questão internacional", ligada à discussão entre as linhas teóricas dos PCs da URSS e da República Popular da China. Em 1962, a dissidência culmina com a cisão e formação de um novo partido pelo grupo dissidente. O novo partido herdará o nome do antigo (Partido Comunista do Brasil, com a sigla PC do B) já que a ala hegemônica daquele resolvera mudar o nome para Partido Comunista Brasileiro (PCB), de forma a facilitar sua legalização.
- ¹⁷Maiores detalhes do panorama da época em CORRÊA, (1984).
- ¹⁸Segundo Lenzi (1977:93 e seg.), Otacílio Costa - genro de Belisário Ramos - quando assume a prefeitura, de 1911 a 1914, ainda não havia rompido com a família Ramos, o que só ocorre em 1917.
- ¹⁹Lenzi (1977:93 e seg.).
- ²⁰PIAZZA, W.F. (org.). Dicionário Político Catarinense, ed. Assembléia Legislativa S.C., 1985, p. 271.
- ²¹PIAZZA, W.F. (org.). Dicionário Político Catarinense, p. 272; e, "Itajaí: Cem Anos de Município", editor Laércio Cunha, 1960.
- ²²Idem, nota 21.
- ²³LAUS (1985:29). A autora toma como base a obra de CORRÊA, C. H. (1984).
- ²⁴LAUS (1985:30).

²⁵LAUS (1985:48).

²⁶Há apenas um breve interregno, entre março e abril de 1962, em que assume a presidência temporariamente o vice-presidente do partido, Aderbal Ramos da Silva, sobrinho de Celso e Nereu (Ver Lenzi, 1981:147-50).

²⁷Uma posição mais matizada é a de HIPPOLITO (1984), para quem o PSD cumpriu um papel importante neste período, como forte partido de centro, que manteve o sistema partidário até quase o final do período numa situação de moderada fragmentação.

²⁸Citado pela própria autora Lucia Hippolito (1984:153-4).

²⁹Entrevista com Alcides Ferreira.

³⁰BENEVIDES, M.V. "A U.D.N.", in FLEISCHER, D. Os Partidos Políticos no Brasil, Vol. I, ed. UnB, Brasília, 1981, pp. 96-7.

³¹A própria autora cita o "clã dos Konder", em SC. (Op. cit. , p. 97).

³²Aristiliano Ramos, "racha" com Nereu na disputa pelo governo do Estado em 1935. Quanto à Rupp Jr., embora logo em 1931 tenha formado a Legião Republicana Catarinense, o motivo principal da ruptura segundo Laus (1985:23-4) é a disputa pelo poder estadual, tentando "impedir o crescimento do poderio dos Ramos". Detalhes sobre estes episódios são encontrados em Correia (1984).

³³LAUS (1985:107 e seg.) relata o episódio do 1º rompimento de Aristiliano Ramos com o partido, após a eleição de Adolfo Konder como Presidente Regional da UDN, em julho de 1946. Esta autora atribui também grande parte da derrota da UDN nas eleições para o Senado em 1945, à divisão interna do partido. O indicador que utiliza para demonstrar essa divisão, porém, é incorreto. A votação quase idêntica obtida por Adolfo Konder e Aristiliano Ramos em todas as Zonas Eleitorais não é um

indicador de divisão; pelo contrário, é sinal de uma altíssima "fidelidade partidária" dos eleitores, já que cada eleitor tinha direito a dois votos ao Senado em 1945.

³⁴LAUS (1985:245-6).

³⁵LAUS (1985:259).

³⁶LAUS (1985:277).

³⁷LAUS (1985: p. 230 e seg.).

³⁸O Banco Indústria e Comércio de S.C. (INCO) é fundado em 1935 por Irineu Bornhausen, pelo Cônsul Carlos Renaux e por Genésio Miranda Lins, num momento em que S.C. dispunha de uma rede bancária muito limitada: algumas filiais do Banco do Brasil e do Banco Nacional do Comércio em algumas das principais cidades do Estado, e mais uns poucos bancos de âmbito municipal (dados extraídos de "Itajaí: Cem Anos de Município", editor Laércio Cunha, 1960).

³⁹LAUS (1985:295).

⁴⁰LAUS (1985:143).

⁴¹LAUS (1985:184).

⁴²Entrevista com Eduardo Santos Lins.

⁴³Depoimento de um dos entrevistados, que pediu sigilo sobre sua identidade. A gravação encontra-se em meu poder.

⁴⁴Genésio Miranda Lins (sócio-proprietário e diretor máximo do banco) foi vereador em Itajaí (47/50); membro do Dir. Regional da UDN (55/57) e, mais tarde, deputado estadual pela ARENA (66/71); Eduardo Santos Lins foi vereador de Itajaí (55/59) e deputado estadual mais votado em 1958.

⁴⁵ Informação confirmada por Eduardo Santos Lins.

⁴⁶ O que é confirmado por Eduardo Santos Lins. O mesmo entrevistado afirma que o banco estava no auge em 1955, fato importante para a vitória de Jorge Lacerda.

⁴⁷ DITTRICH (1981:105).

⁴⁸ LAUS (1985:167).

⁴⁹ LAUS (1985:88).

⁵⁰ LAUS (1985:274).

⁵¹ Cit. in LENZI (1981:327-9).

⁵² Idem nota 43.

⁵³ LAUS (1985:202 e 222-3).

⁵⁴ LAUS (1985:15).

⁵⁵ LAUS (1985:163).

⁵⁶ Entrevista com Alcides Ferreira.

⁵⁷ Dados do TRE/SC.

⁵⁸ Entrevista com Manoel Dias.

⁵⁹ PIAZZA, W.F. Dicionário Político Catarinense, ed. da A.L. de S.C., p. 475.

⁶⁰ Entrevista com Manoel Dias (eleito pelo PTB de Içara em 1962, é cassado em 1964, recuperando depois o mandato).

⁶¹ Entrevista com Manoel Dias.

⁶² Entrevista com Manoel Dias.

- ⁶³Entrevista com Genir Destri (vereador por Chapecô de 1959 a 1962; eleito deputado estadual em 1962 pelo PTB; fundador do MDB e eleito deputado estadual em 1966. Cassado em 17/10/69).
- ⁶⁴Entrevista com Genir Destri.
- ⁶⁵Detalhes sobre coligações nas eleições majoritárias, ver pp. 144-6.
- ⁶⁶Entrevista com Manoel Dias.
- ⁶⁷LENZI (1983:79).
- ⁶⁸PIAZZA, W.F. (org.). Dicionário Político Catarinense, op.cit., p. 475.
- ⁶⁹Alberto Stein (ex-prefeito integralista de Blumenau) e Antônio Dib Mussi (ex-prefeito integralista de Laguna) foram para o PSD; Aristides Largura (ex-prefeito integralista de Joinville) foi para o PTB, entre outros.
- ⁷⁰Entrevista com Jucélio Costa, de onde foi obtida grande parte das informações sobre o PRP. Note-se que Lenzi (1983:197) tomando como base as informações prestadas pelo mesmo Jucélio Costa afirma que este salienta a desvinculação do PRP com a extinta Ação Integralista Brasileira. Costa, na entrevista a mim concedida, afirma supor que tenha havido uma interpretação equivocada de Lenzi em relação às suas informações.
- ⁷¹BRITO, A.S. Entrevista com Reinaldo Fleming (ex-presidente do PRP de Mafra) em 13/05/76. Arquivo de História Oral (entrevista nº 58), UFSC, Florianópolis.
- ⁷²Entrevista com Genir Destri.
- ⁷³Ressalve-se que quanto à relação entre o PRP e as oligarquias, externo minhas opiniões e não a do entrevistado.

- 74 Não tive acesso a dados de organização partidária no TRE. Os dados são informados pelo ex-militante perrepista Jucélio Costa.
- 75 LENZI (1983:122) anota essa tendência apenas para a Ação Integralista Brasileira, não fazendo menção a ela em relação ao PRP.
- 76 Entrevista com Genir Destri.
- 77 Entrevista com Alcides Ferreira.
- 78 Alguns autores destacam mais as semelhanças ou as influências dos movimentos fascistas europeus sobre o integralismo. É o caso de TRINDADE, H. Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30, Difel, São Paulo, 2^a ed. 1979, e de GERTZ, R. no verbete "Ação Integralista Brasileira", in: PIAZZA, W. (org.) Dicionário Político Catarinense, ed. da Ass. Leg. de SC, Florianópolis, 1985, pp. 15-17. Seguindo linha mais contundente, há o artigo de KUEHNE, J. "O Integralismo Nazi-Fascista em SC" in: RATTON, A.C.M. O Punhal Nazista no Coração do Brasil. Ed. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1943. Em relação a esta obra, porém, CORREA (1984:172) faz ressalvas à autenticidade dos documentos que a embasaram.
- Outros autores, porém, como CHASIN, J. (O Integralismo de Plínio Salgado, Tese cit. in: LENZI 1983:191-4) e mesmo o entrevistado Jucélio Costa, enfatizam mais as diferenças entre os dois tipos de movimentos, do que as semelhanças.
- 79 GERTZ, R. In: PIAZZA, W. (org.). Dicionário Político Catarinense, op. cit., pp. 17-20.
- 80 Entrevista com Manoel Alves Ribeiro ("Seu Mimo"), eletricitista aposentado. O "Seu Mimo" participou ativamente da vida do partido desde sua fundação até 1964, pelo menos. Com o golpe militar, foi preso e processado. Esteve fora do país por 5 anos. Hoje com 85 anos, mas ainda com grande lucidez, escreve um livro de memórias.

- ⁸¹ Segundo Lenzi (1983:213) "as origens da seção catarinense do PC estão ligadas à ANL e à campanha revolucionária de 1930". Já em 1934 Álvaro Ventura teria sido "eleito deputado pelo Partido Comunista, representando o operariado catarinense". Depois da "Intentona" o partido teria sido dispersado, tendo sido rearticulado somente em 1943/44.
- ⁸² Dados do TRE.
- ⁸³ Entrevista com Manoel Alves Ribeiro.
- ⁸⁴ Consegui encontrar no TRE apenas dois pedidos (aprovados), de 1946, de registro de comitês municipais dos seguintes municípios: Itajaí, Laguna, Caçador, Mafra, Blumenau, Tubarão, Lages, Criciúma, Concórdia e São Francisco do Sul. Deve haver outros pedidos no entanto, já que Florianópolis - município em que o PC foi mais forte - não se encontra nessa lista.
- ⁸⁵ Entrevista com Manoel Alves Ribeiro.
- ⁸⁶ Entrevista com Manoel Alves Ribeiro.
- ⁸⁷ Entrevista com Manoel Alves Ribeiro.
- ⁸⁸ Entrevista com Manoel Alves Ribeiro.
- ⁸⁹ Agradeço aos membros do Centro Democrático Popular Paulo Stuart Wright pela permissão de acesso aos dados do seu arquivo, que embasaram a pesquisa sobre o ex-deputado.
- ⁹⁰ Entrevista com Manoel Alves Ribeiro.
- ⁹¹ Reportagem do Jornal da Semana (Fpolis), nº 40, de 3 a 10 de Novembro de 1978.
- ⁹² LENZI (1983:327).
- ⁹³ LENZI (1983:185) cita as palavras do informante Nereu do Valle Pereira.

- ⁹⁴ LENZI (1983:186).
- ⁹⁵ LAUS (1985:276-7).
- ⁹⁶ LENZI (1983:190).
- ⁹⁷ LENZI (1983:209-10).
- ⁹⁸ LAUS (1985:202).
- ⁹⁹ Utilizarei nos cálculos dos coeficientes de correlação, dos índices de tendência eleitoral e dos índices de dominação, para o período multipartidário, os dados das eleições da Assembleia Legislativa (município a município). Esse é o único nível em que não houve coligações ou alianças. Para o período bipartidário utilizarei também os dados das eleições da A.L., de forma a termos uma comparabilidade entre dois períodos, complementando ainda com dados do Senado. Em outros estudos, porém, são utilizados praticamente todos os níveis de eleições para o Legislativo e o Executivo.
- ¹⁰⁰ Embora a relação entre os contextos sócio-econômico-geográficos e os graus de participação sócio-política seja uma questão discutida na literatura sem haver um claro consenso, partirei da hipótese de que em contextos de maiores graus de urbanização e/ou industrialização e/ou educação tende a haver maior nível de participação sócio-política da população.
- ¹⁰¹ A designação de partidos "oligárquicos", ou "conservadores-oligárquicos" (e a designação do correspondente voto nestes partidos, de voto "conservador-oligárquico") não está referida aqui apenas, ou principalmente, a uma forma de controle do poder internamente ao partido (no sentido, p.ex., da "lei de ferro das oligarquias", de Michels), e sim ao fato de que PSD e UDN representaram em SC os instrumentos político-partidários de controle do poder no Estado por parte de duas oligarquias bem definidas: os Ramos e os Konder-Bornhausen.
- ¹⁰² Em relação a este ponto, especialmente, expressei meus agradecimentos ao Prof. Silvio Cário, do Depto de Economia da UFSC, que sugeriu a possível relevância da distinção dos dois indicadores na análise.

- ¹¹³René Gertz, no Dicionário de Política Catarinense (op. cit., pp. 19-20), analisando esse processo, sugere que o seu beneficiário teria sido o PRP.
- ¹¹⁴Nas eleições de 1947 e 1950, Itapiranga ainda não era município, fazendo parte então do município de Chapecó. Isso impossibilita a análise no sentido que se pretende desenvolver para estas eleições.
- ¹¹⁵Entrevista com Genir Destri.
- ¹¹⁶Estes indicadores (F.M. e T.E.) foram tomados de Trindade (in: LAMOUNIER e CARDOSO: 1978:165 e seg.).
- ¹¹⁷Os dados do TRE para 1947 estão agregados segundo as Zonas Eleitorais (35) e não por municípios (45). Das 35 Zonas Eleitorais, o PSD venceu em 24 e a UDN em 11.
- ¹¹⁸Na realidade, os 5 eleitos em 1954 - Joaquim Fiúza Ramos; Leoberto Leal; Aderbal Ramos da Silva; Atílio Fontana e Nereu Ramos - eram elementos importantes do PSD. Se no momento após a eleição algum deles se declarou sem partido, talvez tenha sido por pouco tempo.
- ¹¹⁹Ver LIMA Jr., O.B. Partidos Políticos Brasileiros (1945/64), Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1983, ítem 6.2 (pp. 128-49).
- ¹²⁰Essa estimativa foi feita da seguinte forma:
- 1º) Calculou-se 3 distribuições possíveis, partindo da análise da correlação de forças eleitorais dos dois partidos nas outras eleições:
- a) considerando apenas a média de votos dos dois partidos nas duas eleições anteriores (1947 e 1950);
- b) considerando todas as outras eleições do período para a A.L. (47/50/58/62);
- c) considerando apenas as 3 eleições (50/58/62) que, juntamente com a de 1954, serviram de base para o cálculo da For-

ça Média (F.M.) e da Tendência Eleitoral (T.E.) de cada partido.

2º) Como as distribuições resultantes eram muito próximas entre si, calculou-se a média das 3. O resultado dessa operação levou a estimar que em 1954, dos 44,6% do total de votos do Estado dados a Aliança Social Trabalhista, 35,6% poderiam ser atribuídos ao PSD e 9% ao PTB, com boa margem de probabilidade de não ser cometido nenhum erro significativo. (Note-se que o desvio máximo entre estes escores assim distribuídos e os escores que se obteria com qualquer das 3 distribuições mencionadas é de 1% para cada partido).

¹²¹ LENZI (1983:289). Um de nossos entrevistados Manoel Dias - confirma essa versão.

¹²² Entrevista com Manoel Dias.

C A P Í T U L O I I I

O BIPARTIDARISMO EM SANTA CATARINA (1965-1979)

3.1 - O Panorama Nacional

O golpe de 64 não extingue imediatamente os antigos partidos, que só irão se dissolver após a edição do Ato Institucional nº 2, de 27/10/1965.

O AI-2 foi decretado

"em função da crise política deflagrada pelos resultados da eleição para governador em 1965, com a vitória por larga margem dos candidatos da aliança PSD-PTB na ex-Guanabara e em Minas Gerais - vitória interpretada como contestação anti-revolucionária (sic)".¹

Com a obrigação de se aglutinar quase um terço dos representantes do Congresso, para formação de novos partidos, na prática o regime autoritário implanta o bipartidarismo.

A formação do partido de oposição - o MDB - foi muito difícil, na medida em que segmentos importantes que se opuseram ao movimento de 1964 estavam fora da vida política do país. Além disso, no quadro de um regime autoritário como o que se instaurava, pouco teria a fazer um partido de oposição. Faltou inclusive credibilidade ao MDB no início de sua vida, como partido de oposição.

As grandes proporções de votos nulos e brancos nas eleições de 1966 e 1970 representaram, em grande parte, a insatisfação do eleitorado não só com o regime político implantado,

mas também com o sistema partidário artificial imposto ao país.

Com o esgotamento do "milagre econômico", o regime militar se vê pressionado a patrocinar o processo de "abertura", numa tentativa de se legitimar politicamente.

Em 1974 há uma inflexão no processo eleitoral. A insatisfação popular passa a ser canalizada eleitoralmente para o MDB, que obtém vitórias importantíssimas principalmente nos municípios e Estados mais urbanizados e industrializados do país.

Além disso, internamente ao partido, e acompanhando o movimento de sociedade, vão se formando lideranças mais combativas.

Diante desse quadro, o regime autoritário lança mão de uma série de casuísmos eleitorais - Lei Falcão, "pacote de Abril", "Senadores biônicos", etc... - tentando reverter ou atenuar as tendências. Estas, porém, persistem em 1976 e 1978, ameaçando a manutenção da supremacia governista nas eleições que viriam a seguir.

Encurralado entre uma nova saída autoritária (que minaria totalmente sua base de legitimidade) e a provável derrota nas próximas eleições, o regime militar opta pela reformulação partidária. Em 1979, são extintos a ARENA e o MDB, formando-se novos partidos, dentro de um sistema pluripartidário.

3.2 - Os Partidos em Santa Catarina

Inicialmente serão destacados alguns dados relativos ao processo de estruturação dos partidos; a seguir será realiza

da uma análise mais qualitativa sobre a ARENA e o MDB catarinenses.

3.2.1 - O Processo de Estruturação

Em termos de lideranças partidárias, a ARENA foi formada em Santa Catarina pela aglutinação de grande parte das lideranças dos antigos partidos, à exceção do PTB e do PCB (e em menor grau, do PSP). O núcleo central porém, são os dois grandes partidos oligárquico-conservadores: PSD e UDN.²

As principais lideranças do início da vida do MDB são oriundas do ex-PTB: Armino e Lígia Doutel de Andrade; Paulo Macarini; Genir Destri; Rodrigo Lobo; Dejandir Dalpasqualle; Pedro Ivo Campos; Evilásio Caon; Manoel Dias; Walmor Oliveira e Haroldo Ferreira, entre outros.

Mas há outras lideranças iniciais do MDB que provêm dos dois grandes partidos então recém-extintos: PSD (Evilásio Vieira; Henrique de Arruda Ramos, entre outros) e UDN (Laerte Vieira; Walter Ziguelli, entre outros).

Estes dados, é importante observar, referem-se às lideranças estaduais do partido. Ao nível municipal certamente as composições devem ter sido mais variadas, necessitando de um estudo mais aprofundado para serem conhecidas. Em Lages, por exemplo, segundo dados de Elizabeth Farias, dos 25 fundadores do MDB, 10 eram do PTB; 9 da UDN; 1 do PSD e 1 do PSP (sobre a autora não obteve informações).³

Quanto à representação no Legislativo, se somarmos a representação do PSD e da UDN ao serem extintos e compararmos

com a Arena em 1966 vemos que há uma queda da representação "conservadora" na Câmara Federal (86% para 79%), mantendo-se constante no Senado (100%) e na Assembléia Legislativa (75%). Se considerássemos ainda outros pequenos partidos no período bipartidário (PRP e PDC, p. ex.), haveria uma queda da representação "conservadora" também na Assembléia Legislativa.

Comparando a representação petebista, oriunda da eleição de 1962 e a emedebista de 1966, constatamos que, com exceção do Senado, em que nenhum dos dois partidos conseguiu representação⁴ nestas eleições, há um crescimento da representação "progressista" de 1962 para 1966, tanto na Câmara Federal (de 14% para 21%) quanto na Assembléia Legislativa (de 13% para 24%).

Uma análise mais acurada porém, pode ser feita a partir das proporções de votos obtidas pelos antigos e novos partidos.

No Senado, enquanto PSD mais UDN faziam 48% do total dos votos em 1962, a Arena fazia 57% em 1966. Esse crescimento arenista se dá, porém, em grande parte devido ao excessivo peso dos votos brancos e nulos na eleição para o Senado em 1962, o que se deve talvez ao fato de o PSD e a UDN só terem lançado um candidato cada, quando estavam em jogo duas vagas.⁵ Se tomarmos apenas os votos partidários, a Arena obtém 67% (1966), enquanto em 1962 o PSD e a UDN juntos somavam 69%, invertendo portanto a correlação anterior.

Na Assembléia Legislativa a Arena em 1966 faz (proporcionalmente) mais votos (67%) do que PSD e UDN juntos, em 1962 (65%), devido, basicamente, à dispersão eleitoral que parecia

estar crescendo ao final do período, ao nível da Assembléia Legislativa. Assim, para a Arena, podem ter sido canalizados parte dos votos dos antigos pequenos partidos. Se juntarmos aos votos do PSD e da UDN os do PRP e do PDC em 1962, o percentual (de "voto conservador") se eleva a 75%, superando portanto a marca da Arena na primeira votação.

Na Câmara Federal (em que praticamente só os 3 grandes partidos concorreram⁶ em 1962), enquanto PSD e UDN juntos obtêm 76% do total dos votos, a Arena em 1966 obtêm apenas 65%.

Vê-se que o quadro é complexo, não apontando numa única direção, no que se refere à comparação entre as proporções de voto entre PSD + UDN e Arena, nos diversos níveis do Legislativo.

Quanto à comparação entre a votação petebista (1962) e a votação emedebista de 1966, o sentido, porém é claro: o MDB duplica a votação petebista em todos os níveis do Legislativo.

Assim:

- 1º) A comparação entre as proporções de representantes do PSD + UDN, em 1962, de um lado e da Arena, em 1966, de outro (idem para PTB X MDB) deve ser mediatizada pela análise dos sistemas partidários (multi e bipartidários) e considerando que a legislação eleitoral beneficia os grandes partidos, no mecanismo de distribuição de "sobras" eleitorais;
- 2º) Para o Senado (se considerarmos apenas os votos partidários) e para a Câmara Federal, parece ter ocorrido o seguinte fenômeno: a Arena faz proporcionalmente menos votos do que faziam os dois grandes partidos conservadores oligárqui

cos no período anterior. O MDB irá não só manter a votação petebista, mas duplicá-la.

Para a Assembléia Legislativa, a Arena faz proporcionalmente pouco mais votos do que faziam PSD e UDN juntos. O MDB faz o dobro de votos do que fazia o PTB. Aí, parece ter havido uma absorção do eleitorado dos pequenos partidos do período partidário (15% do total de votos do Estado em 1962) pelos dois novos partidos (aparentemente mais pelo MDB).

Ocorre em Santa Catarina, portanto, um fenômeno inverso ao que se processou nos grandes centros do país, na passagem de um sistema partidário a outro. Do ponto de vista da polarização conservadores X progressistas, enquanto nos Estados mais urbanizados há uma queda, entre 1962 e 1966, da votação "progressista" (representando o sucesso da estratégia do regime autoritário, no plano partidário, pelo menos no primeiro momento), em Santa Catarina se dá o oposto: há o crescimento do partido que representa as forças "progressistas" contra o conservadorismo. Note-se que mesmo que comparássemos a votação emedebista em 1966 não só com a do PTB em 1962 mas com a do conjunto de partidos que poderiam se aproximar mais da classificação de "progressistas" (PTB, PSP e PST), ainda assim a votação emedebista é superior em todos os níveis do Legislativo.

A suposição de que houve uma certa continuidade de alinhamento no voto antes e depois da mudança de sistema partidário, embora não possa ser comprovada rigorosamente (na medida em que não há surveys feitos no período), parece ser plausível, a partir dos resultados de um estudo de correlação.

Foram correlacionadas as votações de PSD, UDN e PTB

em 1962 com a do MDB e Arena em 1966, tomando como base os resultados para a Assembléia Legislativa, de 1962 a 1966.⁷ Os resultados estão na Tabela 26:

TABELA 26

CORRELAÇÃO ENTRE A VOTAÇÃO DO MDB E ARENA (1966)
E A VOTAÇÃO DE DIVERSOS PARTIDOS (1962) - A.L.

Partidos (1962) Partidos (1966)	Partidos (1962)					
	PSD	UDN	PSD + UDN	PTB	PTB + PSD	PTB + UDN
ARENA	0,27	0,31	0,43	-0,46	-0,05	-0,07
MDB	-0,30	-0,32	-0,46	0,45	0,04	0,04

Percebe-se que:

a) Os maiores coeficientes positivos encontrados são relativos às correlações: Arena X partidos conservadores do período multipartidário em conjunto (PSD + UDN); e, MDB X PTB.

b) Os maiores coeficientes negativos encontrados são os das correlações: Arena X PTB; e, MDB X partidos conservadores do período multipartidário em conjunto.

c) As duas últimas colunas da tabela apresentam coeficientes quase nulos, o que seria de esperar caso houvesse uma tendência de alinhamento de voto nos dois períodos. Isso porque os antigos eleitores do PTB deveriam ter tendência de voto, no período bipartidário, oposta a dos eleitores do PSD (e da UDN), anulando-se (ou quase) estas tendências opostas.

Os dados acima - que não são mais do que a comparação estatística da votação para a Assembléia Legislativa, município

a município, imediatamente antes e depois da mudança do sistema partidário - permitem inferir um certo grau de alinhamento do voto no seguinte sentido: havia uma tendência de municípios propícios a uma boa votação petebista serem também propícios a boas votações emedebistas. Inversamente, municípios propícios a uma boa votação pessedista/udenista tendiam a ser também propícios a boas votações arenistas.

Certamente não há uma continuidade de alinhamento total, no sentido de uma "coerência ideológica" total esperada do eleitor, mas os indícios também são claros quanto à existência de padrões mínimos de distinção entre os partidos, pelo eleitorado, permitindo, portanto rejeitar a hipótese do "amorfismo", no sentido de indistinção dos partidos pelo eleitorado, ou de uma aleatoriedade e incoerência total do eleitorado em relação ao voto.

Quanto à estrutura organizativa, a Arena já nasce forte: segundo Telmo Ribeiro a Arena "disputou as eleições de 1966 com diretórios próprios nos 194 municípios do Estado". O MDB surge com uma organização fraca: "conseguiu formar diretórios em 82 municípios (42%, portanto). Em 24 deles (12%), organizou Comissões Interventoras e nos restantes 88 (45%) foi às urnas sem representação local".⁸

Essa diferença organizacional é um dado importante na correlação de forças no plano eleitoral. O próprio Telmo Ribeiro já destaca a importância da estrutura organizativa, com os dados da Tabela 27. X

TABELA 27

VOTAÇÃO SEGUNDO A EXISTÊNCIA DE DIRETÓRIO MUNICIPAL DO MDB
(A.L. - 1966)

MDB nos Municípios	Quantidade	ARENA	MDB
Com Diretórios Municipais	82	62,0%	25,8%
Comissões Interventoras	24	73,5%	17,5%
Sem Diretórios Municipais	88	77,5%	13,3%

FONTE: RIBEIRO, T.V., op. cit., p. 228.

Vê-se que a proporção de votos arenistas decresce e a emedebista cresce segundo o grau de estruturação partidária do MDB (já que a Arena formalmente estava estruturada em todos os municípios).

Em 1968/9, enquanto a Arena lança candidatos a prefeito em 100% dos municípios onde houve essa eleição, o MDB lança candidatos em apenas 50%. A Arena concorre às eleições para a Câmara Municipal em 99,5% dos municípios, contra um percentual de 44,7% para o MDB.

Em 1968 ainda, o MDB sofre um baque na sua estruturação, com a cassação de toda a bancada federal (3 deputados) e mais alguns deputados estaduais e prefeitos.

Em 1972, a estruturação emedebista ainda não é muito significativa: o partido lança candidatos a prefeito em 51% dos municípios e a vereador em 69% deles. A Arena lança candidatos em 99,5% dos municípios, para os dois níveis.

Já em 1976, a estrutura organizacional do MDB alcança praticamente todo o Estado: lança candidatos a prefeito em 90%

dos municípios e em 94% destes lança candidatos a vereador.

O grande salto organizacional do MDB ocorrido entre 1972 e 1976 parece ter se dado de forma gradual, neste intervalo.

Atas de 1973, existentes no arquivo do partido (hoje, no Diretório Regional do PMDB)⁹ indicam a formação de Comissões Provisórias em 26 municípios. Em 1975, outras atas indicam a formação de Comissões Provisórias em mais 26 municípios (embora 4 destes últimos coincidam com municípios em que haviam sido criadas Comissões Provisórias em 1973, o que pode indicar que elas tenham sido extintas entre um ano e outro).

Não parece haver, portanto, um inchamento organizacional significativo do MDB após os bons resultados de 1974 (o que poderia indicar uma migração de políticos arenistas para o MDB, prevendo o declínio da Arena).

Segundo entrevistados que foram militantes do MDB, no início do período foi muito difícil o crescimento do partido porque havia medo e dependência por parte das pessoas, principalmente nos pequenos municípios. Nestes,

"é muito difícil formar partido... Havia municípios que se ia 30 vezes para fazer 30 filiações... Tinha que ir lá, tinha que visitar, tinha que provar que o cidadão não ia perder a aposentadoria... porque quando se sabia que estava se fundando um partido de oposição, iam lá dizer que ia se perder a aposentadoria, que não ia receber mais uma passagem de ônibus quando precisasse, etc..."

Houve um município... onde depois de trabalhar muito tempo para fazer o partido, conseguir o número de filiados, eleger a executiva, o principal líder local, em troca de um emprego de guarda bancário no BESC, jogou todas as atas e fichas do partido fora e desapareceu o partido; teve que ser recomposto naquele município..."¹⁰

E ainda sobre os pequenos municípios:

"o diretor do Colégio tem muito poder; o delegado de polícia tem muito poder; o prefeito municipal tem muito poder; o agente da agricultura, o veterinário; o agrônomo tem muito poder e todos eles são vinculados à estrutura do governo de poder, como era na época..."¹¹

Em contraste com essa situação,

"nos municípios de dimensão urbana você já encontra... uma espécie de fermentação propícia, dado à independência que tem o cidadão, o trabalhador, o operário que vai para uma indústria morar, o professor, enfim, uma série de pessoas que não têm uma vinculação direta com a chefia, com a clientela, com a prática política. Então a área urbana é uma área onde se tem uma maior facilidade (de organizar um diretório, um partido). Mas Santa Catarina é um Estado de municípios pequenos".¹²

3.2.2 - A Aliança Renovadora Nacional (ARENA)

Como já foi visto, a Arena em Santa Catarina nasce basicamente da fusão dos dois grandes partidos conservadores-oligárquicos do período anterior: PSD e UDN.

Embora não se possa dizer que a acomodação entre os membros dos dois partidos na Arena tenha sido totalmente sem problemas, ao nível das suas cúpulas e particularmente das oligarquias Ramos e Konder-Bornhausen não parecem ter havido grandes desavenças para a formação do novo partido. Os maiores problemas que se desenrolaram nesse sentido parecem ter se dado no nível local, nos municípios.

Essa hipótese, embora necessitasse de maior aprofundamento empírico para ser confirmada, é a que ressalta a partir da análise dos depoimentos dos entrevistados.

Segundo Eduardo Santos Lins, não houve praticamente problemas, pois PSD e UDN se acomodaram a partir de acordo de cúpulas (Celso Ramos/Irineu Bornhausen).¹³

Certamente houve algumas dificuldades oriundas de campanhas eleitorais anteriores de muito baixo nível (como a de governador em 1965), em que as agressões mútuas impediam uma aproximação imediata entre as duas alas, mas no plano dos interesses econômicos e do controle político do Estado, a acomodação foi muito grande, sem se configurar um quadro como o de alguns Estados do Nordeste em que duas grandes oligarquias continuavam a disputar o poder do Estado renhidamente no interior dos novos partidos.

De qualquer forma, no plano das principais lideranças dos antigos partidos, se resistências houve, isso foi mais significativo até a gestão de Colombo Salles (1971/75), já que a partir daí, com a tentativa deste governador de desbancar o poder das oligarquias no Estado, elas parecem ter se unido de forma mais clara.¹⁴ Na realidade, também, o poder da oligarquia Ramos já se esboroara quase que totalmente nesse período.

No plano local (município), porém, as antigas divergências - alimentadas certamente pelo fato de a disputa se dar em um espaço político mais saturado de lideranças com possibilidades eleitorais - parecem ter tido uma importância maior.

Roberto Motta, em análise sobre as eleições de 1982 na região da Grande Florianópolis, afirma em relação aos pequenos municípios dessa região:

"Com a extinção dos partidos políticos em 1966, as lideranças locais antes divididas em PSD e

UDN vieram a coabitar sob o teto da Arena. Entretanto, nunca se entenderam. No interior desses municípios, as divisões e disputas continuaram tão acirradas quanto nos tempos da UDN e PSD".¹⁵

A relação entre as tradicionais oligarquias e o governo no foi abalada apenas durante o governo de Colombo Salles (1971/75). De 1966 a 1971 o governo estadual é de Ivo Silveira, muito vinculado sobretudo a Aderbal Ramos da Silva. Após Colombo Salles, a oligarquia Konder-Bornhausen irá ocupar o poder estadual até o final do período, através de Antônio Carlos K. Reis (1975/79) e de Jorge Konder Bornhausen (1979/83).

Colombo Salles representou a tentativa mais significativa de ruptura com o poder oligárquico em todo o período estudado, a partir da cúpula do poder no Estado. A tentativa de Jorge Lacerda, no decorrer de sua gestão, é abortada precocemente com sua morte. Ivo Silveira fazia parte do esquema pessedista de Aderbal Ramos; não é, portanto, independente das oligarquias dominantes. Os demais governadores do período são membros centrais das oligarquias: Nereu Ramos, até 1946; Aderbal Ramos da Silva; Irineu Bornhausen; Celso Ramos; Antônio Carlos Konder Reis e Jorge K. Bornhausen.

Colombo foi indicado de forma autocrática pelo governo militar brasileiro e tinha, aparentemente, o respaldo inicial do núcleo do poder federal para combater, ou pelo menos minimizar, o poder das oligarquias catarinenses, na arena política.

Em entrevista a Maria Alzira Ruiz, o ex-governador, respondendo a pergunta sobre sua tentativa de renovar a política em Santa Catarina, afirma:

"... porque a verdadeira democracia impõe a superação das oligarquias estaduais e municipais, a renovação de valores, e a reforma das instituições, não vacilei em impulsionar as transformações do panorama político... O Projeto Catarinense, do ponto de vista institucional, teve a serena intenção de quebrar o monopólio do Poder, fazendo-o refluir para quem de direito: o Povo".¹⁶ (Grifos meus).

Afirma Dejandir Dalpasqualle, sobre a tentativa de "renovação política" por Salles:

"... ele tinha o apoio até de militares e tinha o apoio do governo federal, tinha tudo nas mãos para realizar essa renovação...".¹⁷

Realmente parece ter havido uma estratégia do poder central, de cunho burocrático (e "impessoal"), de reduzir o poder oligárquico nos Estados.

A tentativa de "renovação política" - redução do poder das oligarquias do Estado - não se restringiu à ação do governador. Algumas lideranças arenistas importantes, como Henrique Córdova e Nelson Pedrini, aderiram a essa tentativa.¹⁸

Essa estratégia é derrotada porém, o que fica claro com a indicação em 1974, de Antônio C. Konder Reis para governador do Estado (gestão 75/78). As explicações dadas foram diversas: falta de habilidade política de Colombo Salles, que era apenas um "técnico"¹⁹; "pusilanimidade" do ex-governador²⁰; etc...

A verdade é que o poder oligárquico se mostrou mais forte do que esperava a tecnocracia federal. Ao final do período, Colombo Salles já fazia um jogo ambíguo em relação às forças tradicionais da política catarinense; Nelson Pedrini virá a ser líder do governo na gestão de Antônio Carlos e Henrique Córdova será o vice-governador de Jorge K. Bornhausen. De um lado ficou patente que a resistência ao poder oligárquico interna

mente à Arena catarinense não tinha consistência ideológica alguma - tratava-se de aproveitar o momento em que o poder central sinalizou para a "renovação política", no intuito de ganhar o espaço ocupado pelas oligarquias; de outro lado, fica claro também o poder de composição das tradicionais formas políticas estaduais, cooptando seus principais "inimigos internos" e conseguindo, no plano federal, o aval para a indicação dos dois próximos governadores.

Em relação à indicação dos governadores no período, vale mencionar os fortes elementos de arbitrariedade do processo.

Quanto a Colombo Salles, o fato de ser um "técnico" sem ter feito carreira na política catarinense e, ainda, o de tomar uma posição contrária às principais forças políticas do Estado são indicadores significativos da arbitrariedade política de sua indicação. Seu próprio depoimento²¹ a Maria A.A. Ruiz embora possa fantasiar um pouco os fatos, se verídico, certamente revela o caráter autocrático - e talvez até certo ponto casual - da escolha.

Em relação a Konder Reis, houve um processo formal de consulta, por parte do então presidente da Arena, Senador Petrônio Portella às lideranças políticas do Estado. Segundo Dalpassqualle, porém:

"... não é a opinião dos deputados... ou das lideranças políticas que tem influenciado na escolha dos atuais governadores. É tudo uma questão de preferência do alto comando da República. Aquele que tiver o seu padrinho mais forte, que conseguir a personalidade com mais força dentro do poder central, tem condições de chegar ao governo do Estado como acontecem em Santa Catarina... Infelizmente a força do Sr. Golberi do Couto e Silva... pela preferência que ele teve pelo Sr. Antônio C.

Konder Reis fez com que ele chegasse ao governo do Estado".²²

O mesmo depoente afirma que o processo de escolha de Jorge K. Bornhausen foi ainda mais "espúrio" porque não houve nem o processo formal de consulta às lideranças políticas do Estado. "A escolha novamente saiu do bolso do colete do ministro Golberi do Couto e Silva".²³

Traça-se aí um quadro que na realidade parece mais complexo. De um lado há um forte traço autocrático por parte do governo central na escolha dos governantes máximos do Estado; de outro porém, passada a tentativa realizada no começo da década de 70 pelo governo central de reduzir o poder oligárquico nos Estados, parece ter havido uma certa consideração pela correlação de forças políticas na indicação dos governadores de Santa Catarina.

Em relação a essa correlação de forças, há no decorrer do período o declínio da oligarquia Ramos enquanto a oligarquia Konder-Bornhausen mantém e mesmo reforça o seu poder.

Sobre o declínio do poder político da oligarquia Ramos, a análise de Lenzi aponta na raiz desse processo, o declínio do seu poderio econômico no município de Lages:

"... o marco inicial das mudanças sociais ocorridas no município de Lages iniciou-se com a construção da estrada federal, entre os anos 45 e 55, ligando a cidade (ao sul do país)... De lá imigrou grande contingente de grupos étnicos italianos e alemães, que iniciaram (sic) a transformação econômica e social de Lages.

... A abertura das comunicações e a instalação do 2º Batalhão Rodoviário... e a migração do homem do campo para a cidade proporcionou (sic) a criação de novas bases para o desenvolvimento industrial, principalmente na exploração da madeira e seus derivados...".²⁴

E ainda:

"A crescente urbanização, a industrialização e a decadência das fazendas - até certa época a unidade de produção econômica na área... - aliados a outros fatores secundários, determinou (sic) a ruptura do domínio oligárquico no município de Lages. Estes fatores não podem ser considerados isoladamente, mas como partes integrantes de processos globais".²⁵

Embora possa se questionar se o domínio econômico sobre o município de Lages é base suficiente para o controle político do Estado - questão que na realidade atinge centralmente as perspectivas teóricas que alinham de forma direta o poder político com o poder econômico, aquele sendo consequência direta deste -, o declínio da importância econômica da grande propriedade agro-pastoril em Lages certamente mina o pilar básico de sustentação de onde a oligarquia Ramos, através de estratégias propriamente políticas, articuladas por suas próprias lideranças, conseguia catalizar grande parte das lideranças políticas catarinenses, no seu projeto de supremacia estadual.

A análise de Elizabeth Silva²⁶ destaca o peso destes condicionamentos estruturais no declínio da força política da oligarquia Ramos, apontando também um elemento "propriamente político" que contribui nesse processo: a centralização do poder político no país ao nível do Executivo Federal, que se acentua mais uma vez na história brasileira no período autoritário pós-64 e os aspectos burocráticos do processo decisório que irá vigor no período, diminuindo a força dos "coronéis".

Quanto à oligarquia Konder-Bornhausen, continua à frente de empreendimentos na área financeira (especialmente Companhias de Seguros), embora ainda na década de 60 o banco Inco tenha sido incorporado ao Bradesco.

O controle do aparelho financeiro do Estado - aproveitando a experiência no ramo - parece ter sido uma das estratégias privilegiadas pela família: durante o governo de Antônio C. Konder Reis, o irmão do governador - Vitor K. Reis - foi Diretor de Crédito Rural do BESC, enquanto Jorge K. Bornhausen foi Presidente do BESC e logo a seguir da CODESC.

Paulo K. Bornhausen, por sua vez, foi Diretor da Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil, 3^a Zona (1964-68 e 1968-72).²⁷

Sobre a CODESC, fala Dalpasqualle:

"Essa empresa inicialmente foi criada para uma supervisão dos setores financeiros da administração do Estado de Santa Catarina. No ano de 1977 o governador do Estado enviou à Assembléia um projeto de lei em que dava à CODESC os direitos, os poderes da administração total, de todo o setor financeiro do Estado, organizando um verdadeiro holding financeiro. Esses órgãos são o BESC com as suas subsidiárias, a Caixa Econômica Estadual e o BADESC. E o que foi importante nisso tudo foi que quem assumiu a presidência da CODESC foi exatamente o presidente do BESC e que é hoje (1978) o governador indicado para substituir o Sr. Antônio C. Konder Reis... Portanto, todo o campo financeiro do Estado... (ficou) nas mãos do Sr. Jorge Bornhausen, que o manipulou da maneira que bem entendeu".²⁸

A manutenção de um poder econômico ainda forte e o posicionamento de suas lideranças em postos-chaves do aparelho de Estado, aliados a uma grande capacidade de articulação política - inclusive junto às esferas políticas federais -; todos estes fatores parecem ter sido importantes para a manutenção do poder da oligarquia Konder-Bornhausen em Santa Catarina durante a década de 70.

Além das tradicionais famílias, outras lideranças importantes da Arena foram:

- Região Oeste: Atílio e Vitor Fontana (grupo Sadia); Wilmar Dallanhol; João Linhares; Lenoir Vargas Ferreira e Ivan Bonatto.

- Região do Planalto de Lages: família Ramos (Celso Ramos - embora já estabelecido em Florianópolis; Áureo Vidal Ramos; Joaquim F. Ramos; Celso Ramos Branco; Otacílio Pedro Ramos...); Henrique Córdova (São Joaquim) e Evaldo Amaral.

- Vale do Itajaí - Antônio C. Konder Reis; Jorge K. Bornhausen.

- Nordeste do Estado: Nilson Bender; Pedro Colin.

- Região da Grande Florianópolis: Ivo Silveira (início do período); Colombo Salles; Aderbal Ramos da Silva; Francisco Grillo; Bulcão Vianna; Esperidião Amin (final do período).

- Região Sul: Adhemar Guisi; Afonso e Martinho Guizzo; Nereu Guidi e Sebastião Netto Campos.

Quanto às práticas políticas, não parece ter havido modificações significativas em relação ao período anterior, em que principalmente os partidos que detinham o poder local ou estadual utilizavam de artifícios espúrios os mais variados, para manter-se no poder:

Sobre as eleições de 1976, Dalpasqualle acusa:

"... nós assistimos em 76, não foi propriamente uma eleição, foi uma guerra... O que nós assistimos... por parte do partido do governo foi o uso da máquina administrativa do Estado de SC. Podemos dizer que foi a corrupção que o BESC, o BRDE, o BADESC, a Caixa Econômica serviram para emprestar dinheiro às empresas, muitas delas que se encontravam em situação difícil, com o comprometimento dessas empresas de aplicarem uma parte na eleição municipal e ainda com o compromisso de auxiliarem com o seu trabalho na campanha eleitoral através de seu trabalho. Além disso, nós

assistimos à pressão do Governo do Estado em cima dos funcionários públicos, procurando de um a um professores e outros funcionários do Estado e ameaçando-os a todo instante. Além disso, ainda assistimos à violência, onde a polícia participava armada de metralhadora, ameaçando os homens, os políticos do MDB, procurando amedrontar aqueles que eram simpáticos ao MDB...".²⁹

Já foi transcrito acima, um trecho da entrevista com Roberto Motta em que o depoente aponta métodos de pressão e cooptação política pelo partido do governo. Em sua análise das eleições de 1982 na região da Grande Florianópolis, Motta afirma que esses métodos continuavam a vigorar, pelo menos nos pequenos municípios:

"Quase todas as lideranças destes pequenos municípios têm empregos, seja a nível local, seja a nível do próprio Governo do Estado, protegidos por deputados e políticos governamentais influentes, o que permite manter sob controle uma poderosa máquina eleitoral nesses pequenos municípios. Tendo em seu poder o controle do Governo Estadual e os governos municipais, pode o PDS lançar uma numerosa chapa de candidatos a vereador, na sua maioria empregados públicos (Casan, Celesc, Besc, etc.), e cobrar destes candidatos um ativismo no sentido de garantir-lhes o próprio emprego...

Nestas últimas eleições, o governo e seus candidatos, desde os postulantes a vereador até candidatos a Deputado Federal despejaram nestas áreas carentes, quantidades enormes de tijolos, telhas, ranchos, banheiros, instalações elétricas, empregos, em troca de voto. Para grande parcela do eleitorado tratava-se mais de um leilão, de uma forma de aumentar sua renda, momentaneamente, de arrancar do poder alguns bens para suas necessidades imediatas, que uma disputa programática e doutrinária, com influências permanentes sobre suas condições de vida. O clientelismo, como forma de distribuição de favores imediatos, continua sendo a principal forma de fazer e de dominar politicamente estas comunidades. Por sua tradição e conservadorismo, torna-se extremamente complexo e difícil a alteração deste quadro".³⁰

Um outro mecanismo de dominação, além dos já descritos acima, parece ter sido relevante, a partir da 2^a metade da

década de 70, para a penetração do partido governista nas camadas médias baixas e baixas da população: foi a chamada "ação comunitária".

O depoimento de uma liderança importante da Arena do período, é revelador nesse sentido:

"... noutro setor pelo qual penetrou o governo Konder Reis foi no âmbito social, com a efetivação da chamada 'ação comunitária'. Sob o fundamento político, segundo ele mesmo (A.C.K.R.) me revelou, de que a maneira da Arena penetrar no eleitorado proletário da cidade, nos bairros e periferia da cidade seria através desses centros de ação comunitária".³¹

A "ação comunitária" representou a tentativa do partido do governo de criar uma forma de institucionalizar as práticas de clientelismo e cooptação de lideranças comunitárias. Nesse sentido, foram criados os Centros Sociais Urbanos (Centros Comunitários), estritamente vinculados à Secretaria do Desenvolvimento Social, que os controlava e tentava cooptar lideranças e movimentos comunitários, através da satisfação, em geral de forma parcelada e particularizada, das demandas das comunidades.

O fato dessa estratégia se apresentar sistematicamente mais a partir da metade da década de 70 não parece ser um fato isolado. Na realidade aquelas práticas mencionadas mais acima parecem também ter se exacerbado mais ao final do período. Isso se deve provavelmente a que até 1972, pelo menos, as eleições eram facilmente ganhas pela Arena. A partir do momento em que as disputas eleitorais se tornam mais renhidas - e 1974 é certamente o ponto de inflexão nesse processo - é que todos os ardis se desenvolvem de forma mais flagrante.

Resta mencionar a ação da imprensa. Também aí, não parece ter havido mudanças substanciais em relação ao período anterior: os principais jornais seguiam uma orientação política clara definida pelos seus proprietários, de defesa do agora único partido governista: a Arena. Basta uma leitura dos principais jornais catarinenses em períodos pré-eleitorais para verificar sua total parcialidade.

Esta é também a opinião quase unânime de todos os entrevistados nesta pesquisa e ressalta de outros depoimentos.³² Destes, certamente o mais relevante é o de Pedrini, a respeito de sua "pregação renovadora" (contra as oligarquias):

"Passei a ser combatido pela imprensa e sei porque a imprensa me combatia, eis que sem desmerecer a imprensa catarinense, penso que ela não tinha, pelo menos na época, a devida independência em relatar e noticiar os fatos da economia catarinense, da sociedade catarinense, da vida política estadual. Eram jornais, rádios ou canais de televisão pertencentes a donos, então, a editoria dos jornais, os espaços nobres dos jornais evidentemente não estavam abertos a esse tipo de luta, de pregação política".³³

Blasi, analisando as eleições de 1978, também registra esse direcionamento da imprensa catarinense, salientando algumas tendências de mudança:

"A grande imprensa catarinense pertence a pessoas ou grupos vinculados à Arena, embora se constate uma certa liberdade e autonomia na veiculação de notícias no campo político.

Tornou-se fácil, contudo, a constatação de apoio a determinado Partido ou candidatos, pela exaltação dos méritos e qualidades de uns e pelas constantes críticas a outros...

É de salientar-se que os órgãos da imprensa em Santa Catarina, hoje (1979), são mais abertos do que há alguns anos atrás... Muitos, desacostumados com tal estilo de trabalho - e apegados a um sistema bem mais rígido - não conseguem justificar a divulgação de certas notícias que contra-

riam, às vezes, a linha política dos proprietários do órgão".³⁴

3.2.3 - O Movimento Democrático Brasileiro (MDB)

O MDB se organiza com muita dificuldade no Estado e suas principais lideranças no começo eram oriundas do PTB, embora alguns membros do PSD e da UDN também tenham participado da formação.

O MDB foi organizado em abril de 1966 e teve como presidentes: Armino Doucel de Andrade (66/67); Genir Destri (67/68); Pedro Ivo Campos (68/72) e Dejandir Dalpasqualle (72/79).³⁵

A distinção de dois grupos internos ao MDB é um fato importante e que tem repercussões político-partidárias até hoje.

Embora a distinção entre "autênticos" ("progressistas") e "moderados" ("conservadores") dentro do MDB tenha, do ponto de vista teórico, certas dificuldades para ser trabalhada - semelhantes àquelas já apontadas no Capítulo 1, sobre a polarização: partidos "conservadores" X "reformistas" ("progressistas") - parece que há certas características básicas (do ponto de vista da prática e do discurso políticos) de cada uma das alas, que justificam trabalhar com essa distinção.

Essa polarização, pelo menos em certos momentos da história política recente, teve contornos reais, fazendo parte do imaginário e mesmo das estratégias concretas dos atores políticos.

Sem pretender polemizar, utilizarei como uma aproximação para a distinção entre essas alas, as palavras de um dos en

trevistados. Havia, de um lado:

"... uma (tendência) de conciliação permanente com o regime... - tendência que não era de combate sistemático, era de uma oposição... sem grandes diferenças essenciais (em relação ao regime). Se refletia mais por questões locais, por brigas de lideranças. Havia gente no MDB que ... se não publicamente, mas nos bastidores, pouco fazia para combater o regime autoritário.

Em contraposição a isso, a nível nacional e que refletiu aqui..., uma tendência que queria a substituição do regime autoritário o mais rápido possível, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e - grande divisor de águas..., é que a substituição do regime autoritário teria que se dar não só no plano das liberdades formais e democráticas, mas também que se teria que se passar por um processo de distribuição de renda, de defesa das riquezas nacionais... enfim, que as mudanças se dessem também no plano social e econômico e não só no plano político".³⁶

Essas diferenças não se reduziam ao plano do discurso, já que no das práticas concretas,

"havia uma diferença grande. Enquanto os políticos da chamada área conservadora do partido optavam pelo mesmo tipo de campanha e de forma de angariar votos da Arena..., de favores, de clientela e de benefícios pessoais, a chamada corrente progressista ganhava o voto pelo discurso, pela proposta, pela esperança que procurava infundir na população no programa do partido, nos compromissos do partido...".³⁷

Embora o depoimento seja "engajado", levando a uma certa parcialidade - que se revela, por exemplo, no fato de situar toda a ala "moderada" como pouco combativa ao regime de exceção, sem fazer reservas aos setores socialmente conservadores mas que politicamente combatiam o arbítrio -, ele contém os elementos básicos para caracterizar a polarização que se forjou internamente ao MDB no decorrer do período.

É preciso porém, qualificar o convívio (ou a disputa) entre essas alas e o peso de cada uma delas no interior do

MDB. Será esboçado aqui um mapeamento das principais polarizações em Santa Catarina, no sentido justamente de tentar situar o perfil do MDB catarinense de forma mais qualitativa.

Um primeiro ponto a se destacar é o de que a divisão entre "moderados" e "autênticos" não existiu no início do período - segundo os entrevistados, justamente pela debilidade do partido. ("Não havia o que dividir") - vindo a se estruturar principalmente a partir das eleições de 1974. Na verdade, talvez o principal momento de cristalização desse processo de divisão tenha se dado já fora do período estudado, na Convenção do já PMDB, em 1982, para a escolha do candidato a Governador.

Em determinadas regiões porém, as divergências entre as duas alas foi acentuada já na metade da década de 70. Essas divergências ganharam expressão, inicialmente a partir da grande distância ideológica que separava Jaison Barreto e Evilásio Vieira, lideranças que além de disputarem o mesmo espaço político (o Vale do Itajaí), tinham projeção estadual: foram os dois únicos senadores eleitos pelo MDB.

Enquanto Jaison Barreto elaborava um discurso que o colocava entre as figuras mais à esquerda do MDB a nível nacional, Evilásio Vieira era um político tradicional, oriundo do PSD.

Surge, já mais ao final do período, em Lages, uma outra forte polarização, a partir da gestão, na prefeitura, de Dirceu Carneiro (1977/83). Carneiro, tendo sido vice-prefeito de Juarez Furtado na gestão anterior acaba rompendo com este, embora o processo até a ruptura total seja demorado.

Furtado é um político tradicional com práticas clien-

telistas e com grande habilidade para estruturar e controlar diretórios e sub-diretórios³⁸, enquanto a gestão de Dirceu Carneiro ficou conhecida nacionalmente como uma gestão inovadora e popular.

Sobre essa gestão, escreve Maurício Tragtenberg:

"Lages desenvolve uma democracia participativa e uma economia ecológica...

(A equipe da prefeitura) valorizou a pequena propriedade, incentivando a formação de cooperativas... No âmbito da rede escolar municipal, incentivou a participação dos pais de alunos nas escolas. Em lugar do individualismo, promoveu o comunitarismo social; em Lages, quem não está organizado em associação, núcleo ou distrito, não tem acesso aos serviços e equipamentos coletivos ... a equipe Dirceu Carneiro definiu um nível salarial que abrange todos os funcionários da Prefeiteira, num leque de 1 para 6 salários...

... em Lages desenvolve-se a cultura de legumes e frutas em fundos de quintal; nas escolas cultivam-se hortas; educação e trabalho andam juntos ... Há hortas coletivas e o chamado 'Hortão Comunitário', utiliza adubos orgânicos no lugar dos petroquímicos...

... o ensino enfatiza o concreto, parte das 'situações de vida' e realça o comunitário no lugar da competição... A política sanitária consiste em prevenir do que curar..."³⁹

Embora o texto acima possa refletir uma visão um pouco entusiástica da experiência lageana, na medida em que foi escrito no auge de seu "sucesso" - ressentindo-se portanto da possibilidade de uma análise mais crítica a respeito dos seus limites⁴⁰ - não resta dúvida de que esta experiência se constitui realmente num dos episódios mais importantes da história política catarinense, do ponto de vista da participação popular na gestão pública e de uma visão inovadora na relação com o meio ambiente e no aproveitamento dos recursos humanos e materiais na administração municipal.

Outras lideranças importantes de Lages são Francisco

Kuster (da ala "progressista") e Laerte Vieira ("conservador").

A polarização entre "moderados" e "autênticos" nas demais regiões do Estado não adquiriu a importância que alcançou nas regiões do Vale do Itajaí e do Planalto de Lages.

No oeste não há uma forte polarização, predominando políticos com tendências levemente "progressistas". O mesmo se dá no sul do Estado. Algumas das principais lideranças emedebistas no oeste são: Paulo Macarini (no início do período); Ernesto di Marco; Francisco Libardoni e Casildo Maldaner. No Sul: Walmor de Lucca; Stélio Boabaid e Murilo Canto.

No nordeste do Estado predomina a ala "moderada", cuja principal figura será Pedro Ivo Campos. Destaca-se também Luiz H. da Silveira.

Na região de Florianópolis predominam até o final do período elementos da "ala moderada", pouco expressivos no contexto do Estado. É a partir daí (1977 em diante) que a ala "progressista" do partido cresce e se torna hegemônica na região, liderada por Nelson Wedekin e Roberto Motta.

Outras lideranças importantes do MDB nesse período são: Dejandir Dalpasqualle (Campos Novos), Renato Vianna (Blumenau) e Delfim de Pádua Peixoto (Itajaí), entre outros.

Em relação aos processos decisórios internos ao partido, Jacó Anderle afirma que as principais decisões eram tomadas por notáveis:

"... na composição, por exemplo das chapas (em qualquer nível)... esses notáveis sempre tiveram prioridade, prevalência, sobre os militantes... De fato, servimos muito tempo como massa de manobra".⁴¹

O financiamento das atividades do partido também pro-

vinha basicamente da contribuição de notáveis (especialmente os parlamentares).

Quanto à relação com setores ou movimentos organizados, embora essa relação fosse na maioria das vezes superficial, podem ser citados:

- em Florianópolis, a influência do movimento estudantil, especialmente ao final do período, foi em grande parte canalizada para o apoio eleitoral ao MDB.⁴² Além disso, o MDB tinha apoios em certos setores das camadas médias: advogados, médicos e professores, especialmente;

- no Sul do Estado (especialmente Criciúma), o MDB teve relativa força em alguns sindicatos de mineiros;

- no Oeste o MDB teve boa penetração junto aos trabalhadores do campo.

Sobre o apoio de empresários ao partido ou a políticos emedebistas individualmente, os indícios (captados dos entrevistados) são no sentido de que, se houve, foi muito discreto (e provavelmente mais ao final do período), na medida em que esse tipo de ação corria o risco de ter como consequência represálias governamentais.

Quanto à imprensa, vale transcrever um trecho do depoimento de Jacó Anderle, que revela também a debilidade organizativa do MDB.

"No período bipartidário era muito difícil ter espaço na imprensa. Era muito difícil aparecer, fazer opinião pública... Alguns jornais eram sistematicamente bloqueados para uma comunicação partido-população. Daí várias tentativas, desde mais ou menos 1974, de o partido organizar o seu jornal... Mas nunca se conseguia... Saía às vezes um primeiro número, de algumas folhas mimeografada

das, uma experiência de um boletim, uma coisa assim, mas logo em seguida a coisa morria, principalmente por falta de recursos financeiros".⁴³

3.3 - Voto e Contexto-Sócio Geográfico

Será realizado aqui um estudo similar ao que foi feito para o período anterior, visando verificar se há influência - e em que grau - do contexto sócio-geográfico sobre o voto.

A hipótese básica subjacente neste caso, é o de que o MDB terá tendência de maior votação em contextos mais urbanizados, industrializados e/ou alfabetizados (em contraposição à Arena, cujos contextos mais propícios seriam os inversos a esses).

A análise será feita mais uma vez para cada variável sócio-econômica separadamente.

A) Urbanização

As Tabelas 28 e 29 mostram os coeficientes de correlação entre os dois indicadores de urbanização e as votações partidárias, para a Assembléia Legislativa e para o Senado. Serão utilizadas as eleições de 1970 e 1978 pela proximidade com os Censos Sócio-Econômico-Demográficos de 1970 e 1980.

Vemos que há uma correlação positiva, embora não muito forte entre o voto emedebista e a urbanização. Correspondentemente há uma correlação negativa, de magnitude maior, entre o voto arenista e a urbanização. Em relação aos votos brancos e

TABELA 28

CORRELAÇÃO: URBANIZAÇÃO X VOTO(A.L.) - 1970/78

Indicadores Urbanização	Partidos		ARENA	MDB	Branco	Nulo	Branco + Nulo	Abstenções
	Ano							
População Total	70		-0,25	0,19	0,10	0,29	0,18	-0,09
	78		-0,32	0,28	0,11	0,20	0,16	0,01
População Urbana Relativa	70		-0,17	0,07	0,18	0,34	0,26	0,05
	78		-0,35	0,25	0,25	0,32	0,32	0,15

TABELA 29

CORRELAÇÃO: URBANIZAÇÃO X VOTO (SENADO) - 1970/78

Indicadores Urbanização	Partidos		ARENA	MDB	Branco	Nulo	Branco + Nulo
	Ano						
População Total	70		-0,30	0,19	0,23	0,46	0,31
	78		-0,41	0,32	0,25	0,23	0,26
População Urbana Relativa	70		-0,27	0,05	0,27	0,51	0,36
	78		-0,51	0,37	0,34	0,41	0,41

nulos, em conjunto, a correlação com a urbanização é positiva e de magnitude próxima à do MDB.

Isto é válido para 1970 e 1978 (mais para este último ano), para os dois indicadores, para a Assembléia Legislativa e para o Senado (sendo que aí as correlações são mais significativas).

Uma hipótese provável parece ser a de que a maior magnitude dos coeficientes da ARENA se deve ao fato de que enquanto nas áreas rurais este partido era o único beneficiado, nas

áreas urbanas eram favorecidos o MDB e os votos nulos e brancos.

Estas conclusões são confirmadas pelas Tabelas 30 a 33, que mostram a distribuição dos votos segundo grupos de municípios agregados por faixas de porcentagem de população urbana (em relação à população total):

TABELA 30

DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO A POPULAÇÃO URBANA (%) DOS MUNICÍPIOS - (A.L. - 1970)

Partidos População Urbana (%)	ARENA	MDB	Branco + Nulo	Total Votos
0 a 30%	46	40	39	44
+ de 30 a 60%	25	21	21	23
+ de 60%	29	39	40	33
Total (Abs.)	529.983	251.991	160.046	906.020

TABELA 31

DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO A POPULAÇÃO URBANA (%) DOS MUNICÍPIOS - (A.L. - 1978)

Partidos População Urbana (%)	ARENA	MDB	Branco + Nulo	Total Votos
0 a 30%	25	20	30	23
+ de 30 a 60%	26	21	21	23
+ de 60%	49	59	59	54
Total (Abs.)	703.733	531.732	192.366	1.427.831

TABELA 32

DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO A POPULAÇÃO URBANA (%) DOS MUNICÍPIOS - (SENADO - 1970)

Partidos População Urbana (%)	ARENA	MDB	Branco + Nulo	Total Votos
0 a 30%	47	41	39	44
+ de 30 a 60%	24	22	23	23
+ de 60%	29	37	39	33

TABELA 33

DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO POPULAÇÃO URBANA (%) DOS MUNICÍPIOS - (SENADO - 1978)

Partidos População Urbana (%)	ARENA	MDB	Branco + Nulo	Total Votos
0 a 30%	26	20	20	22
+ de 30 a 60%	27	22	21	24
+ de 60%	47	59	60	54

Percebe-se nestas tabelas, que, no grupo de municípios com menor população urbana (em relação à população total), a Arena obtém maior percentual de seus votos do que o MDB. No grupo de municípios com maior população urbana, inversamente, o MDB obtém maior proporção de seus votos do que a Arena.

Vemos, ainda, que a distribuição dos votos brancos e nulos é muito semelhante à do MDB. Na realidade, quanto aos votos nulos isoladamente, a tendência é de que uma porcentagem do seu total ainda maior do

que a do MDB e dos votos brancos provenha dos municípios mais urbanizados. Isto é nítido particularmente na eleição de 1970 (Assembleia Legislativa e Senado), o que - mesmo sem desconsiderar outros fatores importantes na explicação do voto nulo (desinformação, p. ex.) - reforça a tese de voto nulo (e branco) de protesto nos maiores centros urbanos. Note-se que a distribuição dos votos segundo a variável "população total" é muito semelhante. Não reproduzirei também os dados relativos a esta variável para não saturar ainda mais o texto de tabelas.

O estudo sobre dominação partidária confirma também de forma clara a tendência de uma melhor performance arenista em contextos pouco urbanizados. Neste estudo (ver ítem 3.4) chega-se aos seguintes dados: em 2/3 dos municípios catarinenses a Arena dominou eleitoralmente durante o período em estudo. Em 1/3 deles não houve um partido claramente dominante.

Em nenhum município catarinense no período houve claro predomínio emedebista (de acordo com as definições feitas naquele ítem).

A dominação arenista se dava, porém, diferenciadamente segundo grupos de municípios com graus variados de urbanização.

Vemos, pela Tabela 34, que enquanto a Arena dominava 78% dos pequenos municípios, dominava 55% dos médios e apenas 44% dos maiores municípios.

Os dados para o outro indicador de urbanização são semelhantes.

TABELA 34
DOMINAÇÃO ARENISTA SEGUNDO O TAMANHO DA
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO

Partidos População Total (1000 hab.)	Partidos		Total
	ARENA Dominante	Sem Dominação	
0 a 10	78%	21%	99% ^(*) (106)
+ de 10 a 30	55%	45%	100% (73)
+ de 30	44%	56%	100% (18)
Total	(131)	(65)	(197)

(*) No município de Peritiba, a ARENA era "quase dominante".

B) Industrialização

As tendências relativas à industrialização são muito próximas às existentes para a urbanização: temos correlações positivas, embora relativamente fracas, entre voto emedebista e industrialização. O mesmo vale para votos brancos e nulos em conjunto. Correspondentemente, temos correlações negativas e de magnitude pouco maior para a Arena (Tabelas 35 e 36).

TABELA 35
CORRELAÇÃO: INDUSTRIALIZAÇÃO X VOTO (A.L.) - 1970/78

Indicadores Industrialização	Partidos Ano	ARENA	MDB	Branco	Nulo	Branco + Nulo	Absten- ções
		Valor da Pro- dução Indus- trial	70	-0,19	0,12	0,14	0,22
	78	-0,25	0,23	0,07	0,09	0,09	-0,09
Emprego Indus- trial (Relativo)	70	-0,13	0,04	0,19	0,25	0,23	-0,05
	78	-0,31	0,25	0,14	0,18	0,18	-0,15

TABELA 36

CORRELAÇÃO: INDUSTRIALIZAÇÃO X VOTO (SENADO) - 1970/78

Indicadores Industrialização	Partidos		ARENA	MDB	Branco	Nulo	Branco + Nulo
	Ano						
Valor da Produção Industrial	70		-0,20	0,13	0,13	0,40	0,21
	78		-0,27	0,23	0,09	0,14	0,12
Emprego Industrial (Relativo)	70		-0,23	0,05	0,23	0,43	0,31
	78		-0,39	0,32	0,15	0,22	0,21

De forma a corroborar a tese de um melhor desempenho emedebista em contextos mais industrializados, já que os coeficientes de correlação são baixos, irei utilizar o estudo de dominação partidária (ver ítem 3.4). A distribuição dos votos por grupos de municípios também corrobora aquela tese; não irei apresentar estes dados para não saturar ainda mais o texto.

TABELA 37

DOMINAÇÃO ARENISTA SEGUNDO O VALOR DA PROD. IND. DO MUNICÍPIO

V.P.I. (1)	Dominação		Total
	ARENA Dominante	Sem Dominação	
0 a 2	73%	26%	(91) (2)
+ de 2 a 10	70%	30%	(61)
+ de 10 a 50	51%	49%	(35)
+ de 50	40%	60%	(10)
Total	(131)	(65)	(197)

(1) V.P.I. = Valor da Produção Industrial (em Cr\$ 1.000.000,00)

(2) No município de Peritiba a ARENA é "quase dominante".

Vemos que a Arena domina 73% dos municípios com menor V.P.I. e esse percentual vai baixando até chegar a faixa de municípios com maior V.P.I., onde a Arena é dominante em somente 40% dos municípios.

O indicador "taxa de emprego industrial" também mostra a mesma tendência:

TABELA 38

DOMINAÇÃO ARENISTA SEGUNDO A TAXA DE EMPREGO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO

Taxa Emprego Industrial \ Dominação	ARENA Dominante	Sem Dominação	Total
0 a 15%	72%	28%	(130) ^(*)
+ de 15 a 30%	58%	42%	(45)
+ de 30 a 40%	54%	46%	(16)
+ de 40%	33%	67%	(6)
Total	(131)	(65)	(197)

(*) No município de Peritiba a ARENA é "quase dominante".

O domínio arenista decresce de 72% dos municípios do grupo com menor taxa de emprego industrial, até 33% dos municípios com maior taxa de emprego industrial.

Confirma-se também a hipótese de que em 1970 (e muito provavelmente em 1966) a insatisfação - principalmente contra o sistema partidário artificial, visto por parcela significativa do eleitorado como tendo caráter meramente legitimador do regime autoritário - gerou um aumento dos votos brancos e nulos (especialmente destes últimos) provenientes principalmente dos centros mais urbanizados e industrializados. A partir de 1974, nes

tes contextos a insatisfação foi canalizada em maior escala para a votação no partido oposicionista.

Isto pode ser verificado a partir do confronto dos coeficientes de correlação entre votos nulos e urbanização (e industrialização), com os coeficientes entre votação emedebista e estas mesmas variáveis sócio-econômicas. Em 1970 a correlação com votos nulos é, como regra geral, maior do que a correlação com a votação emedebista. Em 1978 ocorre o inverso. Ou seja, em 1970 quanto mais urbanizado e/ou industrializado um município, a tendência de uma alta proporção de votos nulos era maior do que de uma boa votação emedebista. Em 1978 a tendência se inverte.

C) Alfabetização

A Tabela 39 mostra os dados das correlações entre a variável alfabetização e o voto, tomando como base as eleições para a Assembléia Legislativa e o Senado, em 1970 e 1978.

TABELA 39
CORRELAÇÃO: ALFABETIZAÇÃO X VOTO
(A.L./SENADO - 1970/78)

Grau de Alfabetização	Voto		ARENA	MDB	Branco	Nulo	Branco + Nulo	Abstenções
	Ano							
Assembléia Legislativa	70		-0,09	0,12	-0,11	0,08	-0,05	-0,27
	78		-0,07	0,17	-0,34	-0,09	-0,28	-0,46
Senado	70		-0,03	0,13	-0,08	0,13	-0,05	-
	78		-0,14	0,26	-0,26	-0,24	-0,28	-

As correlações encontradas para a Arena e o MDB são de mesmo sentido, mas de magnitude inferior às encontradas para as variáveis urbanização e industrialização.

O MDB tem, portanto, uma leve tendência a obter maior votação em contextos de maior grau de alfabetização, em contraste com a Arena, com uma levíssima tendência a ser mais votada em contextos de maior analfabetismo.

As Tabelas 40 e 41, mostrando a distribuição (%) dos votos de cada partido segundo grupos de municípios - agregados por faixas de grau de alfabetização da população - confirmam essas tendências.

TABELA 40

DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS
SEGUNDO O GRAU DE ALFABETIZAÇÃO (A.L. - 1970)

Grau de Alfabetização \ Partidos	ARENA	MDB
	0 a 65%	10
+ de 65 a 75%	38	36
+ de 75%	52	57

TABELA 41

DISTRIBUIÇÃO (%) DOS VOTOS POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS
SEGUNDO O GRAU DE ALFABETIZAÇÃO (A.L. - 1978)

Grau de Alfabetização \ Partidos	ARENA	MDB
	0 a 75%	12
+ de 75 a 85%	61	57
+ de 85%	27	33

Vemos que o MDB tem maior proporção (do que a Arena) de seus votos no grupo de municípios situados na faixa de maior grau de alfabetização e o inverso acontece no grupo de municípios com menor grau de alfabetização.

Os resultados mais gerais do estudo sobre o predomínio partidário segundo grupos de municípios reforçam estas tendências. As Tabelas 42 e 43 apontam as proporções (sobre o total de municípios de cada faixa) de municípios dominados pela Arena, e os "sem dominação", para a Assembléia Legislativa e para o Senado.⁴⁴

TABELA 42

PREDOMÍNIO PARTIDÁRIO (%) SEGUNDO GRAUS DE ALFABETIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (A.L.)

Grau de Alfabetização Municípios \ Dominação	Dominação		Total
	ARENA Dominante	Sem Dominação	
0 a 70%	60%	40%	(70)
+ de 70 a 85%	72%	27%	(118)
+ de 85%	44%	56%	(9)
Total	(131)	(65)	(197)

TABELA 43

PREDOMÍNIO PARTIDÁRIO (%) SEGUNDO GRAUS DE ALFABETIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (SENADO)

Grau de Alfabetização Municípios \ Dominação	Dominação		Total
	ARENA Dominante	Sem Dominação	
0 a 70%	50%	50%	(70)
+ de 70 a 85%	41%	59%	(118)
+ de 85%	22%	78%	(9)
Total	(85)	(111)	(197)

Para a Assembléia Legislativa as tendências não são tão claras. A faixa de municípios onde a Arena tem um maior predomínio (relativo) é a intermediária (municípios cuja população alfabetizada correspondia a uma proporção de 70% a 85% da população total). Ainda assim, contrastando as faixas extremas, vemos que enquanto a Arena domina 60% dos municípios com menor taxa de alfabetização, domina apenas 44% dos com maior grau de alfabetização.

Para o Senado, a tendência é nítida: há uma queda da dominação arenista à medida em que cresce o grau de alfabetização do município.

Note-se que em 1978 as correlações entre votos nulos e brancos e a variável alfabetização são de sentido inverso ao das correlações encontradas para as variáveis urbanização e industrialização. O mesmo ocorre com os votos brancos em 1970. A tendência nesses casos é de aumento dos votos brancos e nulos em contextos de maior analfabetismo (a exceção fica por conta dos votos nulos em 1970).

Em relação às abstenções, houve correlações significativas, no sentido de que, tanto em 1970 quanto em 1978 (principalmente aí), as abstenções tenderam a ser maiores quanto maior fosse a taxa de analfabetismo no município. A mesma coisa ocorre no período anterior (45/65).

A hipótese que associa contextos de maior grau de analfabetismo com uma maior desinformação política, levando por sua vez a um desinteresse maior pelas competições eleitorais, sai, pois, reforçada a partir da análise dos dados.

O fato de os coeficientes em 1970 serem menores do

que em 1978 pode estar relacionado à hipótese já mencionada antes, de que em 1970 houve o voto branco e nulo de protesto nos maiores centros urbanos do Estado, enquanto em 1978 este voto teria sido canalizado em grande parte para o MDB. Como há uma razoável superposição entre contextos urbanizados e contextos de maior grau de alfabetização, pode-se levantar a hipótese de que a componente comum a estas duas variáveis (urbanização e alfabetização) teria tido o seguinte efeito: em 1978 o voto "alfabetizado" dos maiores centros urbanos, canalizado para o MDB, teria gerado maiores coeficientes positivos entre alfabetização e voto no MDB. Os votos brancos e nulos seriam majoritariamente, nesta eleição, de contextos de maior analfabetismo. Em 1970, quanto boa parte dos votos "alfabetizados" dos maiores centros urbanos teria sido de protesto contra os sistemas político e partidário implantados no país, na forma de votos nulos e brancos, decrescem os coeficientes de correlação com o MDB. Por outro lado, esta parcela de votos brancos e nulos de protesto (voto "alfabetizado") contrabalançaria um pouco a tendência mais geral, da maior proveniência do voto nulo e branco de contextos de maior analfabetismo - diminuem as correlações entre analfabetismo e votos brancos e nulos em relação à 1978. Embora a variação de coeficientes seja pequena, podendo ser influenciada por outros fatores, a hipótese acima é plausível e coerente com as hipóteses já sugeridas pelas tendências encontradas a partir da análise das outras variáveis.

CONCLUSÕES

1) Há uma tendência relativamente fraca, mas consistente - de o

MDB ter maiores votações em contextos mais urbanizados, industrializados e/ou alfabetizados, enquanto que para a Arena ocorre o inverso. Isso é válido mais para 1978 do que para 1970; mais para o Senado do que para a Assembléia Legislativa.

- 2) Há uma tendência - relativamente fraca mas consistente - de crescimento dos votos nulos e brancos em contextos mais urbanizados e/ou industrializados. Em relação à variável alfabetização, a tendência geral é inversa: há uma tendência de crescimento dos votos nulos e brancos em contextos de maior analfabetismo (exceção: votos nulos em 1970). Essa tendência é mais acentuada em 1978 do que em 1970. Em 1970, provavelmente a existência de uma margem considerável de voto urbano de protesto, na forma de voto nulo e/ou branco, pode ter atenuado aquela tendência.
- 3) Quanto às abstenções, em relação à variável urbanização, as correlações além de serem de baixa magnitude, não têm um sentido consistente.

Em relação às variáveis "industrialização" e "alfabetização" - especialmente em relação a esta última - há uma tendência de maior grau de abstenção em contextos menos industrializados e alfabetizados.

- 4) Note-se que as tendências apontadas nas conclusões 1 e 2 são mais fortes para as eleições ao Senado do que para as eleições à Assembléia Legislativa. Isso provavelmente se relaciona aos seguintes fatos:
- o cargo de Senador era o mais alto cargo na disputa majoritária através de eleições diretas e abertas a todo o elei-

torado nacional. Além disso, as eleições municipais e em menor grau, estaduais, tendem a "paroquializar" as discussões, enquanto as eleições federais tendem a colocar a discussão de questões que envolvem clivagens e polarização mais "ideológicas". E, ainda, o maior contato do candidato com o eleitor nas eleições municipais e estaduais personaliza-as em maior grau, e amplia a importância do clientelismo.

- O fato de a eleição para a Câmara Federal ser pelo sistema proporcional e, ainda, estar em grande parte vinculada à da Assembléia Legislativa, diferenciam-na das eleições para o Senado. Tudo isso deve ter levado a que nestas últimas, a lógica plebiscitária (voto a favor ou contra o governo) tenha sido mais forte.

3.4 - Distribuição Espacial do Predomínio Partidário

Assim como foi feito para o período multipartidário, será realizado agora um mapeamento do predomínio eleitoral no período 1966/78.

Utilizarei os critérios já definidos de forma parcial anteriormente (ítem 2.5. b, p.117), com a inclusão de um indicador suplementar relativo às eleições municipais (legislativas), para as quais temos os resultados para o período bipartidário.

Assim, para um partido ser considerado dominante num determinado município⁴⁵, ele, além de ter "índice de dominação" (I.D.) maior de 125 na média das eleições para a Assembléia Legislativa do período e em 3 delas individualmente, terá que a-

presentar I.D. na Câmara de Vereadores maior do que 115, na média do período.⁴⁶ Com isso, segue-se aqui exatamente os mesmos critérios operacionais definidos por Trindade.⁴⁷ Valem aqui também as restrições já apontadas anteriormente (nota 111, capítulo 2).

Seguindo estes critérios, podemos classificar os municípios em dois grupos: em 131 municípios (2/3 do total) houve um predomínio arenista claro. Nos restantes (com exceção de Peritiba, onde a Arena é "quase dominante") não há predomínio claro nem da Arena nem do MDB. Em nenhum município há dominação emedebista, pelos critérios adotados.

A seguir discriminamos por microrregião polarizada⁴⁸, os municípios conforme a dominação:

1) Microrregião da Foz do Rio Itajaí

- Arena dominante: Camboriú, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo.
- Sem dominação : Balneário Camboriú, Ilhota, Itajaí e Píçarra.

A Arena dominava em 60% dos municípios, mas não dominava o município pólo (Itajaí). Note-se, porém, que a Arena vence todas as eleições municipais do período (Prefeitura e Câmara), em Itajaí. O MDB crescia em 90% dos municípios enquanto a Arena decrescia em 70%.

2) Microrregião do Médio Vale do Itajaí

- Arena dominante: Benedito Novo e Rio dos Cedros.
- Sem dominação : Acurra, Blumenau, Gaspar, Indaial, Pomerode, Rodeio e Timbó.

É a microrregião com menor proporção de municípios

dominados eleitoralmente pela Arena (22%). Blumenau, pólo industrial da região e o 2º maior do Estado, apresentou um quadro eleitoral disputado, ao nível dos legislativos estadual e municipal, mas nas eleições para prefeito, o MDB venceu todas as eleições do período.

3) Microrregião do Alto Vale do Itajaí

- Arena dominante: Agrolândia, Agronômica, Aurora, Dona Emma, Laurentino, Pouso Redondo, Pres. Getúlio, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Taió, Trombudo Central e Witmarsun.
- Sem dominação : Ibirama, Lontras e Presidente Nereu.

Microrregião em que a Arena domina eleitoralmente 82% dos municípios inclusive o principal (Rio do Sul). Note-se que o MDB crescia em todos os municípios, enquanto a Arena declinava em 82%.

4) Microrregião do Nordeste do Estado de Santa Catarina

- Arena dominante: Garuva
- Sem dominação : Araquari, Joinville e São Francisco.

Em Joinville - principal pólo industrial do Estado - o MDB venceu dois dos três pleitos para o executivo municipal, do período.

5) Microrregião dos Vales de Tijucas e Itajaí Mirim

- Arena dominante: Botuverá, Canelinha, Guabiruba, Major Gergino, Nova Trento, S.J. Batista e Tijucas.
- Sem dominação : Brusque.

Microrregião de grande dominação arenista; o único

município sem dominação é Brusque, o maior pólo industrial. Destaque-se que o MDB cresceu em todos os municípios enquanto a Arena decresceu também em todos.

6) Microrregião do Vale do Itapocu

- Arena dominante: Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba e Schroeder.
- Sem dominação : Barra Velha.

Grande dominação arenista, incluindo o principal pólo urbano-industrial (Jaraguá do Sul). A Arena decrescia e o MDB crescia em todos os municípios.

7) Microrregião do Vale do Rio Negro

- Arena dominante: São Bento do Sul.
- Sem dominação : Campo Alegre e Rio Negrinho.

8) Microrregião do Planalto Norte

- Arena dominante: Itaiópolis e Mafra.
- Sem dominação : Monte Castelo e Papanduva.

9) Microrregião do Alto do Rio do Peixe

- Arena dominante: Arroio Trinta, Caçador, Curitibanos, Fraiburgo, Lebon Régis, Matos Costa, Rio das Antas, Salto Veloso e Videira.
- Sem dominação : Santa Cecília.

É uma das microrregiões de dominação arenista mais expressiva, na medida em que o único município sem dominação eleitoral clara é pouco importante. Os municípios de Curitibanos, Caçador e Videira são dominados politicamente pela Arena, sendo Videira controlada pelo grupo Perdigão (Brandalise). 0

MDB crescia em 90% destes municípios enquanto a Arena decrescia em apenas 60%, o que faz supor que boa parte do crescimento em debista pode ter se dado sobre o declínio dos votos brancos e nulos.

10) Microrregião do Meio Oeste Catarinense

- Arena dominante: Água Doce, Catanduvras, Herval D'Oeste, Lacerdópolis, Ouro, Pinheiro Preto e Treze Tílias.
- Sem dominação : Campos Novos, Capinzal, Erval Velho, Ibiaré, Joaçaba e Tangará.

A Arena domina 54% dos municípios. Nos 46% restantes - incluindo Campos Novos e Joaçaba, principais municípios da microrregião - não há dominação eleitoral por parte de um dos partidos. Observe-se que, se considerarmos todas as 15 disputas (com exceção da Câmara Federal, que não estudei) do período (Câmara Municipal: 1966/68/72/76; Prefeitura: 1968/72/76; Assembleia Legislativa e Senado 1966/70/74/78), em Joaçaba e Campos Novos há vitória do MDB na maioria deles. Isso só ocorreu, dentre os grandes e médios municípios catarinenses, além destes dois, em Blumenau. O MDB cresceu em 77%, enquanto a Arena decrescia em 62% do total.

11) Microrregião Serrana

- Arena dominante: Anita Garibaldi, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Ponte Alta, São Joaquim e Urubici.
- Sem dominação : Lages e São José do Cerrito.

Embora na grande maioria (78%) dos municípios a Arena domine, em Lages - principal centro microrregional - isso não

ocorre. Além de o MDB ter vencido as eleições para prefeito em 72 e 76, a partir desta última se implanta a experiência que viria a ser conhecida nacionalmente como a de uma administração popular e participativa.

12) Microrregião do Vale do Canoïnas

- Arena dominante: Irineópolis, Major Vieira e Porto União.
- Sem dominação : Canoïnas e Três Barras.

Dos dois maiores municípios da microrregião um é dominado pela Arena (Porto União) enquanto o outro não (Canoïnas).

Em todos os municípios o MDB crescia enquanto a Arena declinava eleitoralmente.

13) Microrregião do Rio Itajaí do Sul

É a única microrregião em que a Arena domina todos os municípios (Leoberto Leal, Petrolândia, Vidal Ramos, Alfredo Wagner, Atalanta, Imbuia e Ituporanga).

O MDB, entretanto, crescia eleitoralmente em todos e a Arena decrescia em 6 deles. Destaque-se, ainda, que é uma microrregião pouco significativa na vida política e econômica do Estado.

14) Microrregião do Oeste de Santa Catarina

- Arena dominante: Águas de Chapecó, Caïbi, Nova Erechim e Palmitos.
- Sem dominação : Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Cel. Freitas, Cunha Porã, Maravilha, Modelo, Pinhalzinho, Quilombo, São Carlos, São Lourenço D'Oeste e Saudades.

Proporcionalmente é a 2^a região em que a Arena domina o menor número de municípios (25%). Além disso, o MDB crescia em todos os municípios. Note-se que em Chapecó - principal centro de todo o Oeste catarinense - não havia dominação partidária. Para o Executivo municipal, o MDB vence em 1969, sendo derrotado em 72 e 76.

15) Microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina

- Arena dominante: Anchieta, Guaraciaba, Guarujá do Sul e Itapiranga.
- Sem dominação : Descanso, Dionísio Cerqueira, Mondaí, Palma Sola, Romelândia, São José dos Cedros e São Miguel D'Oeste.

Em 64% dos municípios não há predomínio eleitoral definido entre Arena e MDB (incluindo São Miguel D'Oeste). O MDB crescia em 2/3 dos municípios.

16) Microrregião do Alto Uruguai Catarinense

- Arena dominante: Concórdia, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Piratuba, Pres. Castelo Branco, Seara e Xavantina.
- Arena quase dominante: Peritiba.
- Sem dominação : Ipira.

É uma microrregião de grande dominação arenista. Dos 11 municípios, em apenas 1 há equilíbrio eleitoral. O município pólo - Concórdia - é dominado pela família Fontana (Grupo Sadia), vinculada à Arena. A importância regional do grupo Sadia pode ser um dos fatores principais para explicar o alto predomínio eleitoral da Arena, na medida em que o grupo exerce um poder econômico muito grande sobre toda a microrregião. É a mi-

corregião em que a Arena menos declinava (apenas em 3 dos 11 municípios).

17) Microrregião do Alto Irani

- Arena dominante: Fachinal dos Guedes, São Domingos, Varzeão e Xanxerê.
- Sem dominação : Abelardo Luz, Galvão, Ponte Serrada, Xaxim.

Microrregião em que a Arena tinha um predomínio não muito forte (metade dos municípios), e decrescia eleitoralmente em todos (paralelamente a um crescimento emedebista).

18) Microrregião da Grande Florianópolis

Com exceção de Florianópolis, a Arena domina todos os demais municípios (Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antonio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio e São José).

Deve-se ressaltar que em Florianópolis, apesar de não haver dominação arenista pelos critérios aqui adotados, a situação é muito próxima da dominação, na medida em que a Arena vence todas as 4 eleições para a Assembléia Legislativa, tendo uma força média (média das 4 votações) de 43,8% dos votos, contra 34,3% do MDB (índice de dominação geral = 128). Em pelo menos duas delas (70 e 78) a Arena venceu com uma margem de votos bastante razoável. Em relação à Câmara Municipal a situação é ainda mais favorável à Arena, que além de vencer todas as 4 disputas eleitorais, obtém uma média de votos de 53% contra 33% do MDB, no período como um todo. Apenas no Senado o MDB vence em 74 e 78.

Concluindo, embora pelos critérios - tomados de Héli-
gio Trindade, de forma a gerar uma comparabilidade com os dados
de outro Estado (ver nota 111, do capítulo 2) - não haja pre-
domínio eleitoral em Florianópolis, a análise geral do quadro
eleitoral permite, porém, apontar uma grande tendência no sen-
tido do predomínio arenista. Isso reforça ainda mais o nível
de dominação arenista existente na microrregião.

19) Microrregião do Vale do Rio Tubarão

Aqui a situação é muito similar à da microrregião da
Grande Florianópolis. Com exceção de Tubarão (e, além disso, pa-
ra Tubarão valem exatamente as mesmas ressalvas feitas para a
capital), em todos os demais (10) municípios a Arena é dominan-
te.

Uma diferença importante é que, enquanto naquela mi-
crorregião o MDB crescia em 77% dos municípios, nesta crescia
em todos.

20) Microrregião do Sul do Estado de Santa Catarina

Com exceção do município de Içara, a Arena domina to-
dos os demais (Criciúma, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova
Veneza, Siderópolis e Urussanga).

O principal pólo industrial - Criciúma - é dominado
eleitoralmente pela Arena. Note-se que este município no perío-
do anterior sofreu uma forte dominação pessedista apesar de ser
talvez o município de maior tradição sindical do Estado e com
uma razoável penetração do PTB na época. O que parece acontecer
aí é que as votações nos partidos mais reformistas (PTB/MDB)
tenderam a se concentrar nos bairros de maior densidade operá-
ria, não conseguindo vencer a tendência majoritária das demais

localidades do município.

Em relação à microrregião, o MDB cresceu em todos os municípios mas a Arena permaneceu estável em 3 deles, o que faz supor um decréscimo dos votos brancos e nulos.

21) Microrregião do Extremo Sul de Santa Catarina

- Arena dominante: Araranguá, Maracajá, Meleiro, Praia Grande, São João do Sul, Sombrio e Turvo.
- Sem dominação : Jacinto Machado e Timbé do Sul.

A Arena domina Araranguá, principal município da região, mas decresce em 90% dos municípios, enquanto o MDB cresce em todos.

22) Microrregião de Laguna

Com exceção de Imbituba, a Arena domina os demais municípios - incluindo o principal, Laguna. A Arena permanece estável em todos os municípios e o MDB cresce apenas na metade deles.

Alguns pontos se destacam na análise do quadro eleitoral catarinense:

- a) Em 17 (77%) das 22 microrregiões, a Arena dominou eleitoralmente mais da metade dos municípios.
- b) Em termos de proporção sobre o total de municípios, as microrregiões de maior domínio arenista foram: Itajaí do Sul, Grande Florianópolis, Vale do Rio Tubarão, Alto do Rio do Peixe, Alto Uruguai Catarinense, Sul do Estado, Laguna e Vale do Itapocú.
- c) As microrregiões de maior equilíbrio eleitoral (o que equiva

le a melhor desempenho eleitoral do MDB, já que não há predomínio emedebista em nenhum município) são: Médio Vale do Itajaí, Oeste, Nordeste, Vale do Rio Negro e Extremo Oeste.

- d) Ratificando a análise de correlação, verifica-se que embora não haja uma relação unívoca entre maior industrialização/urbanização e maior equilíbrio eleitoral, há alguns dados que apontam uma leve tendência nesta direção: em 1º lugar as duas microrregiões mais industrializadas do Estado (Médio Vale do Itajaí e Nordeste de Santa Catarina) estão entre as de menor grau de dominação arenista; em 2º lugar, dentre os municípios - pólos de cada microrregião, a Arena domina apenas metade (50%), enquanto domina 67% do total dos municípios do Estado; por último, nos 4 maiores municípios catarinenses - Joinville, Blumenau, Lages e Florianópolis (com as ressalvas já feitas a este último município) - há equilíbrio eleitoral.
- e) Uma clara "exceção" a essa tendência é a região Oeste (aí se compreendendo as microrregiões do Oeste e do Extremo Oeste), predominantemente de base rural. Nestas microrregiões há dominação arenista em 8 dos 27 municípios. Isso corresponde a uma dominação em apenas 30%, taxa bastante inferior à média do Estado (67%).

Em relação a estas regiões, várias entrevistas⁴⁹ sugerem que ocorra um padrão de maior tradição político-partidária no Oeste Catarinense, na medida em que boa parte da população que aí vive é proveniente do Rio Grande do Sul em épocas relativamente recentes. A influência do PTB gaúcho na região Oeste já foi apontada por Lenzi (1983:170) embora este autor não

mencione a imigração como causa.

Realmente, Piazza (1982:257) aponta uma "dinâmica populacional 'ítilo-teuto-brasileira' originária do Rio Grande do Sul que atinge o Rio do Peixe e toda a zona oeste de Santa Catarina", especialmente entre as décadas de 1930 e 1950. Tendo o Rio Grande do Sul uma tradição de maior participação política além de uma tendência maior do eleitorado em seguir um padrão "reformista" ("progressista") no plano eleitoral, isso poderá explicar em parte a tendência de na região mais rural do Estado, o MDB ter se aproximado mais de um equilíbrio com a Arena, do que em outras regiões mais urbanizadas.

Se olharmos para a realidade da região hoje, veremos que é um dos focos mais importantes de desenvolvimento de partidos à esquerda do espectro político - especialmente o PT. Parece fundamental aí o trabalho da Igreja local que, dentro de uma linha de ação voltada para os segmentos populares, fortalece estas tendências. Note-se que, se este trabalho é hoje mais forte e visível, tem raízes já no final do período anterior.⁵⁰

Concluindo, embora contextos de maior urbanização e/ou industrialização correspondam - como regra geral, e supondo constante as demais condições - a uma tendência de maior votação emedebista do que em contextos opostos, essa tendência pode ser atenuada e até mesmo invertida por outros fatores relevantes na dinâmica do processo eleitoral. No caso da região Oeste do Estado uma hipótese que parece deva ser levada em consideração é a de que dois fatores atuaram neste sentido: de um lado a "cultura política" prévia da população; de outro, a atuação de um agente político muito relevante: a Igreja Católica, ou me

lhor, os setores da Igreja vinculados a uma perspectiva popular (amplamente majoritários, dentro da correlação de forças interna à Igreja, na região).

3.5 - Padrões e Tendências Eleitorais

3.5.1 - Predomínio Eleitoral Conservador (Arenista)

No período bipartidário se mantém o predomínio do voto conservador - representado agora pelo voto na Arena- especialmente até 1974, onde há um avanço do MDB, como em todo o país.

As Tabelas 44, 45 e 46 mostram com clareza este predomínio na Assembléia Legislativa, na Câmara Federal e no Senado, respectivamente:

TABELA 44

RESULTADOS ELEITORAIS; FORÇA MÉDIA E TENDÊNCIA EVOLUTIVA
DOS PARTIDOS - A.L. - BRASIL/SC (1966/78)

Partidos Ano	ARENA		MDB		Branco + Nulo	
	Brasil	SC	Brasil	SC	Brasil	SC
1966	52,2	67,0	29,2	22,0	18,6	11,0
1970	51,0	58,5	22,0	23,8	26,8	17,7
1974	42,1	46,2	38,8	38,1	18,9	15,7
1978	41,1	49,3	39,6	37,2	19,3	13,5
F.M.	46,6	55,3	32,4	30,3	20,9	14,5
T.E.	0,81	0,76	1,53	1,64	0,84	1,02

FONTE: (1) TRE/SC.

(2) KINZO, M.D.G. "Novos Partidos em Debate", in LAMOUNIER, B. Voto de Desconfiança, Vozes/CEBRAP, 1980, p. 223.

TABELA 45

RESULTADOS ELEITORAIS; FORÇA MÉDIA E TENDÊNCIA EVOLUTIVA
DOS PARTIDOS - CÂMARA FEDERAL - BRASIL/SC (1966/78)

Partidos Ano	ARENA		MDB		Branco + Nulo	
	Brasil	SC	Brasil	SC	Brasil	SC
1966	50,5	65,4	28,4	21,4	21,0	13,2
1970	48,4	54,5	21,3	22,4	30,3	23,1
1974	40,9	44,4	37,8	38,0	21,3	17,5
1978	40,0	47,7	39,3	36,6	20,7	15,7
F.M.	45,0	53,0	31,7	29,6	23,3	17,4
T.E.	0,82	0,77	1,55	1,70	0,82	0,91

FONTE: (1) TRE/SC.

(2) KINZO, M.D.G. "Novos Partidos em Debate", in LAMOUNIER, B. Voto de Desconfiança, Vozes/CEBRAP, 1980, p. 223.

TABELA 46

RESULTADOS ELEITORAIS; FORÇA MÉDIA E TENDÊNCIA EVOLUTIVA
DOS PARTIDOS - SENADO - BRASIL/SC (1966/78)

Partidos Ano	ARENA		MDB		Branco + Nulo	
	Brasil	SC	Brasil	SC	Brasil	SC
1966	44,7	57,0	34,2	27,6	21,2	15,4
1970	43,7	54,0	28,6	14,4	27,7	31,5
1974	34,7	41,1	50,0	46,5	15,1	12,4
1978	35,0	42,4	46,4	43,8	18,6	13,7
F.M.	39,5	48,6	39,8	33,1	20,7	18,3
T.E.	0,79	0,75	1,54	2,15	0,69	0,56

FONTES: (1) TRE/SC.

(2) KINZO, M.D.G. "Novos Partidos em Debate", in LAMOUNIER, B. Voto de Desconfiança, Vozes/CEBRAP, 1980, p. 223.

As tabelas nos fornecem os percentuais de votação obtidos pela Arena e pelo MDB e os votos brancos e nulos (em conjunto) em Santa Catarina e no conjunto do país. A Força Média (F.M.) é calculada a partir da média aritmética das 4 votações e a Tendência Evolutiva (T.E.) pela fórmula:

$$TE = \frac{\% (78) + \% (74)}{\% (66) + \% (70)}^{51}$$

O MDB é derrotado em todas as eleições para a Assembleia Legislativa e para a Câmara Federal. No Senado, vence em 1974 e 1978. As tendências são semelhantes, portanto, às tendências nacionais. Ocorre, porém, que a performance eleitoral da Arena em Santa Catarina foi superior à média nacional do partido e a do MDB catarinense foi pouco inferior à média nacional.

Um indicador simples deste fato é a força média (F.M.). A Arena, na média do país, obteve porcentagens médias, no período, inferiores em 9% às da Arena Catarinense. O MDB catarinense obteve porcentagens médias inferiores em 2% (Assembleia Legislativa e Câmara Federal) ou 6% (Senado) às porcentagens do MDB ao nível nacional.

Além disso, em todas as eleições em que a Arena foi vencedora, a diferença sobre o MDB foi maior em Santa Catarina do que na média nacional. E, inversamente, nas vitórias do MDB (Senado: 1974/78), a diferença entre MDB e Arena, em termos eleitorais, foi maior ao nível nacional do que em Santa Catarina.

Sabe-se, entretanto, que é perigoso trabalhar com o nível de agregação acima, para os dados ao nível nacional. Esta agregação pode obscurecer importantes diferenças ao nível regional.

TABELA 47
RESULTADOS ELEITORAIS (%) PARA A
CÂMARA FEDERAL - SC X REGIÕES (1966/78)

Regiões	Anos	ARENA	MDB	Votos em Branco e Nulos	Total (= 100%)
Norte	1966	60,0	18,8	21,2	431.682
	1970	45,4	21,9	32,7	551.525
	1974	45,3	30,7	24,0	826.632
	1978	44,1	30,4	25,5	1.272.326
Nordeste	1966	67,8	20,3	11,9	3.819.040
	1970	55,4	16,5	28,1	5.037.464
	1974	59,2	20,4	20,3	6.370.642
	1978	57,8	22,1	20,1	8.677.800
Centro-Oeste	1966	54,0	27,6	18,4	675.094
	1970	49,9	22,4	27,7	913.841
	1974	50,3	27,9	21,8	1.284.454
	1978	46,2	34,2	19,6	1.819.817
Sudeste	1966	40,8	31,7	27,5	8.977.985
	1970	44,4	21,4	34,2	11.389.252
	1974	32,8	44,4	22,8	14.638.221
	1978	29,7	47,9	22,4	18.662.465
Sul	1966	55,0	30,2	14,8	3.381.755
	1970	51,0	26,0	23,0	4.543.489
	1974	38,7	43,4	17,9	5.861.066
	1978	43,0	40,8	16,2	7.196.772
Santa Catarina	1966	65,4	21,4	13,2	667.117
	1970	54,5	22,4	23,1	906.020
	1974	44,4	38,0	17,8	1.152.167
	1978	47,7	36,6	15,7	1.428.137

FONTE: -KINZO, M.D.G. (In: LAMOUNIER, 1980:225.
-TRE/SC.

Irei então, com base nos dados coligidos do TSE por Kinzo (in: LAMOUNIER, 1980:225-6), comparar a votação da Arena e MDB catarinenses na Câmara Federal com as das regiões do país e de alguns Estados selecionados. A Tabela 47 reproduz a tabela III de Kinzo, acrescentando os dados para Santa Catarina.

Alguns pontos destacam-se claramente da análise da ta bela.

1º) Em relação às Regiões Sul e Sudeste, a Arena catarinense obtém maiores percentuais de votação em todas as eleições. O MDB catarinense, reciprocamente, obtém menores percentuais do que a média dos Estados destas regiões. (Exceção:1970, onde a votação catarinense supera em 1% apenas a da região Sudeste, que é a que apresenta maior índice de votos brancos e nu los neste ano).

2º) Nas regiões Norte e Centro-Oeste a votação arenista é também inferior à catarinense, com exceção de 1974. A votação emedebista catarinense, é superior, no entanto, à destas regiões. Isto se deve ao fato de que Santa Catarina tem índices de votos brancos e nulos bem inferiores aos destas regiões.

3º) A Região Nordeste é a única região que apresenta um perfil mais "situacionista" do que o perfil catarinense. Lá, a Arena obtém maiores votações e o MDB menores, do que em Santa Catarina.

4º) Em relação aos votos nulos e brancos (em conjunto), Santa Catarina apresenta um perfil muito similar ao da região Sul, que é a que tem menores índices em todos os anos (com exceção de 1966 onde a Região Nordeste tem índice menor).

Tentando aprofundar mais esse estudo, irei utilizar

ainda os dados de Kinzo (op. cit., p. 226, tab. IV) relativos aos resultados eleitorais dos Estados da (ex-)Guanabara, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

TABELA 48
RESULTADOS ELEITORAIS PARA CÂMARA FEDERAL NOS
ESTADOS DA GB/RJ/SP E RS (1966/78)

Estado	Anos	ARENA	MDB	Votos em Branco e Nulos	Total (= 100%)
Ex-Guanabara	1966	20,4	54,2	25,4	1.284.646
	1970	25,3	50,0	24,6	1.531.238
	1974	21,3	60,2	18,5	1.928.541
	1978	-	-	-	-
Rio de Janeiro	1966	33,8	40,4	25,8	1.025.437
	1970	39,3	28,4	32,3	1.275.778
	1974	31,6	46,0	22,4	1.680.060
	1978	19,7	57,9	22,4	4.494.128
Rio Grande do Sul	1966	41,7	44,0	14,3	1.578.515
	1970	43,8	36,4	19,8	2.031.032
	1974	35,2	50,0	14,8	2.579.774
	1978	38,3	47,6	14,1	3.129.585
São Paulo	1966	34,7	30,0	35,4	4.079.811
	1970	48,6	16,7	34,6	5.400.903
	1974	28,5	48,0	23,5	7.117.868
	1978	25,6	51,6	22,8	9.095.452

Reproduzido de KINZO (op.cit., p. 226).

Comparando estes dados com os dados de Santa Catarina, verificamos:

1º) A Arena catarinense supera eleitoralmente a Arena de todos os 4 Estados em todas as eleições e, reciprocamente, o MDB catarinense teve votações inferiores (exceção: São Paulo em 1970, onde os votos brancos e nulos dobram a votação emedebista).

2º) Em relação aos votos brancos e nulos, os percentuais em Santa Catarina são inferiores aos de Guanabara, Rio de Janeiro e São Paulo. Quanto ao Rio Grande do Sul, em duas votações o percentual é maior e em duas é menor.

A autora afirma que a força do MDB no Rio Grande do Sul, Guanabara e Rio de Janeiro

"está em grande parte relacionada com a transferência da máquina partidária dos antigos partidos para o MDB, como é o caso do PTB no Rio Grande do Sul e do PSP de Chagas Freitas na ex-Guanabara. Mas este não é o caso de São Paulo, onde os partidos do período pré-64 eram de pouca expressão, não herdando o MDB nenhuma máquina partidária. Desta forma, grande parte do eleitorado oposicionista nesse Estado apelou para o voto em branco e nulo desde o início do bipartidarismo". (KINZO, op. cit., pp. 225-6).

Note-se, realmente, que os percentuais de votos brancos e nulos são maiores em São Paulo, nas 4 eleições do período.

Nessa mesma linha de raciocínio, pode-se sugerir sem entrar neste momento em considerações sobre as relações entre as estruturas sócio-econômicas e o processo político-eleitoral - que a baixa votação emedebista em Santa Catarina, principalmente no início do período, deve-se em boa parte à inexistência de uma forte estrutura partidária anterior que respaldasse a formação do MDB.

Por outro lado, a forte estruturação e o amplo predomínio de que ainda dispunham PSD e UDN - partidos que, grosso modo, formaram a Arena em Santa Catarina - na política catari -

nense ao fim do período anterior, certamente condicionaram os bons resultados iniciais da Arena, reduzindo inclusive a margem dos votos brancos e nulos.

A hegemonia arenista, além disso, se espalhava por todo o Estado, abarcando a grande maioria dos municípios.

A Tabela 49 nos mostra a distribuição da dominação partidária nos municípios. A operacionalização da definição de "dominação partidária" foi feita anteriormente (pp. 204-5).

TABELA 49

DOMINAÇÃO PARTIDÁRIA - PERÍODO BIPARTIDÁRIO (SC)

Dominação	Nº de Municípios	%
Arena dominante	131	66,5
Arena quase dominante	01	0,5
Municípios sem dominação	65	33,0
Total	197	100

Vemos que em Santa Catarina, 2/3 dos municípios são dominados eleitoralmente pela Arena; em 1/3 não há predomínio eleitoral claro e em nenhum município há dominação emedebista clara.

Apesar disso, conforme já vimos através das Tabelas 34, 37 e 38, o predomínio eleitoral arenista não se estabelecia igualmente sobre todos os municípios. O predomínio arenista é maior nos municípios menos urbanizados e/ou industrializados, e/ou alfabetizados.

Além disso, o predomínio arenista foi maior ao nível

da Assembléia Legislativa e Câmara Federal. Nas eleições para o Senado este predomínio foi mais atenuado, bastando mencionar a vitória emedebista em duas das quatro eleições do período. Se fizermos para o Senado um estudo de "dominação partidária" semelhante ao que foi feito para a Assembléia Legislativa, a porcentagem de municípios dominados pela Arena baixa de 67% (Assembléia Legislativa) para 43% (Senado). Ainda assim, este é um percentual alto, contrastado com a inexistência de dominação emedebista em qualquer dos municípios catarinenses também ao nível do Senado.

Concluindo, todos estes dados demonstraram um predomínio eleitoral claro e abrangente da Arena sobre o MDB em SC, predomínio mais acentuado do que o apontado pela correlação de forças eleitorais ao nível nacional e ainda mais discrepante do quadro eleitoral existente nos principais Estados do Sul e Sudeste do país. Este predomínio se concentrava principalmente em municípios com baixos níveis de urbanização e/ou industrialização e/ou alfabetização.

3.5.2 - Tendência de Declínio Arenista

Apesar do flagrante predomínio arenista, o quadro eleitoral se modifica substancialmente ao longo do período, havendo um crescimento significativo do MDB (maior do que na média nacional) acompanhado de uma queda também significativa da Arena (maior do que a ocorrida a nível nacional). O auge desse crescimento se deu sem dúvida entre 1970 e 1974, como na maioria do país.

Entre 74 e 78 há um pequeno declínio emedebista, avançando levemente a Arena. Apesar disso, o quadro eleitoral do final do período já prenunciava duros embates nos próximos pleitos, caso fosse mantido o quadro partidário. Isso ficou claro no pleito de 1982 onde mesmo sob um regime formalmente multipartidário, a disputa se polarizou em torno do PDS e do PMDB, que obtiveram a quase totalidade dos votos em disputa.

Essas tendências podem ser visualizadas nas Tabelas 44, 45 e 46 (já analisadas), além da Tabela 50, que indica o número de parlamentares eleitos pelos dois partidos no período.

TABELA 50

NÚMERO DE PARLAMENTARES ELEITOS POR PARTIDO - SC (1966/78)

Ano	Assembléia Legislativa		Câmara Federal		Senado	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB
1966	34 (76%)	11 (24%)	11 (79%)	3 (21%)	1	-
1970	26 (70%)	11 (30%)	9 (69%)	4 (31%)	1	-
1974	22 (55%)	18 (45%)	9 (56%)	7 (44%)	-	1
1978	23 (58%)	17 (42%)	9 (56%)	7 (44%)	-(*)	1

FONTE: TRE/SC

* Em 1978, a ARENA não elegeu pela via direta seu Senador, que é eleito de forma indireta.

Em 1966, a Arena obtém uma vitória retumbante a nível nacional e ainda mais em Santa Catarina. Isso ocorre em todos os níveis, inclusive para as Câmaras Municipais, onde a Arena obtém maioria em 97% dos municípios onde houve eleição (ver Tabela 51).

Isto se deve em grande parte, certamente, à fraca es-

estrutura organizativa do MDB no início do período.

TABELA 51

NÚMERO DE VITÓRIAS DA ARENA E MDB NAS ELEIÇÕES
MUNICIPAIS/SC (1966/76)

Ano	Prefeitura		Câmara Municipal	
	Vitória ARENA	Vitória MDB	Vitória ARENA	Vitória MDB
1966	-	-	97% (147)	3% (4)
1968/9	86% (161)	14% (26)	96% (190)	4% (7)
1972	78% (144)	22% (41)	86% (169)	14% (28)
1976	84% (156)	16% (29)	92% (182)	8% (15)

FONTE: TRE/SC - Resultados oficiais.

Entre 1966 e 1968/9 (em 1968 e 1969 houve eleições para a Câmara Municipal em todos os 197 municípios e para as Prefeituras de 187 municípios), a situação permanece praticamente inalterada, no conjunto das Câmaras Municipais, inclusive em termos do número de municípios em que o MDB participa eleitoralmente. A grande diferença se deve ao fato de que em 68/69 houve eleições para Prefeito e o MDB elegeu 26, enquanto em 1966 não houve eleições para a Prefeitura. Dentre os municípios em que o MDB venceu estavam: Blumenau, Criciúma, Chapecô, Joaçaba e Campos Novos.

Em 1970 o MDB catarinense, ao contrário da média nacional, não decaiu bruscamente. Há ao nível nacional uma pequena queda da Arena e uma grande queda do MDB, em relação a 1966. Isto se dá em favor dos votos brancos e nulos que aumentam violentamente, representando um protesto do eleitor mais, talvez, contra o sistema partidário artificial do que contra o regime

(na medida em que a Arena decaí menos do que o MDB. Note-se ainda que nos 4 Estados de que trata a Tabela 48, a Arena cresce, entre 1966 e 1970). Ou ainda, o aumento dos votos nulos e brancos seriam um reflexo do descrédito popular frente a uma eleição vista como pouco importante num quadro político muito polarizado, onde o confronto e as decisões políticas mais importantes se davam em outras arenas.⁵²

Em Santa Catarina, o MDB chega a aumentar 1% (Câmara Federal) e 2% (Assembléia Legislativa) em relação a 1966. Isso não ocorre, apenas no Senado, que segue as tendências nacionais. O resultado do Senado porém, se deve, em minha opinião, mais a questões conjunturais: de um lado, o MDB lança apenas um candidato, quando estavam em jogo duas vagas. Ora, um eleitor emedebista convicto - se nesse momento é possível falar dessa forma - certamente daria um voto ao candidato do partido e seu outro voto deixaria em branco. Note-se que dos 31,5% do total dos votos brancos e nulos para o Senado, 28,5% são votos em branco, proporção excepcionalmente grande em relação à média do período e mesmo em relação à 1966 (9%). De outro lado, os candidatos arenistas eram certamente mais expressivos do que o do MDB.

A Arena, que como vimos, chega a crescer na eleição para a Câmara Federal, na Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul (e no conjunto do país decresce apenas 1 ponto percentual), declina consideravelmente em Santa Catarina, nos três níveis.

De 1970 a 1974 é que se dá o grande salto emedebista, tanto ao nível nacional quanto em Santa Catarina.

O crescimento, porém, já se inicia nas eleições municipais de 1972. Em relação às eleições anteriores (1968/9), o MDB quadruplica o número de Câmaras em que faz maioria e aumenta em quase 60% o número de prefeituras conquistadas, passando de 26 para 41.

O crescimento emedebista, em termos de prefeituras conquistadas, concentra-se nos municípios de médio porte (10001 a 30000 habitantes), onde passa de 9 para 22 prefeituras. Nos pequenos municípios (até 10 mil habitantes) aumenta apenas uma (de 13 para 14); o mesmo acontece nos grandes municípios (mais de 30 mil habitantes) onde aumenta de 4 para 5 prefeituras conquistadas. Dentro da faixa dos grandes municípios, se considerarmos apenas os de mais de 100 mil habitantes, no entanto, o MDB passa de 1 para os 3 (Blumenau, Lages e Joinville) em que houve eleições em 1972.

Note-se que além dos 3 maiores municípios catarinenses - afora a capital, excluída das eleições - o MDB conquista ainda municípios importantes como Rio do Sul e Brusque, além de manter o domínio de Campos Novos e Joaçaba. Perde, porém, Chapecó e Criciúma. Destaque-se ainda que o MDB consegue vencer em Lages, tradicional reduto e origem da oligarquia Ramos. Trata-se, portanto, de um momento importante na história do crescimento emedebista no Estado e que precede as eleições de 1974.

Em 1974 o MDB dá um novo grande salto em relação à situação de 1970. As tendências de queda arenista e de crescimento emedebista acompanham, em magnitude (em média) as tendências nacionais. Para o Senado, porém, a magnitude da queda da Arena é maior em Santa Catarina (13%) do que no país, assim

como a magnitude do crescimento do MDB catarinense é maior do que a média nacional. Em Santa Catarina, o MDB triplica sua votação, de 14% para 46%, enquanto no país como um todo sua votação cresce de 29% para 50%. Estes dados parecem reforçar a hipótese de que a votação anormalmente baixa do MDB em 1970 no Senado deveu-se principalmente a fatores conjunturais. (Deve-se ressaltar, porém, que outro dado que parece ter influenciado na queda de votação da Arena em 1974 é o fato de subirem juntos no palanque Ivo Silveira e Antônio C.K.Reis, que haviam disputado uma campanha de muito baixo nível em 1965, para o governo do Estado. As bases eleitorais e partidárias não "engoliram" facilmente essa união em 74).

A eleição de 1974 representa certamente uma ruptura na história eleitoral de Santa Catarina, pois pela primeira vez nesta história um partido de oposição às oligarquias dominantes pelo menos desde 1930, vence as eleições justamente no cargo mais elevado em jogo: o de Senador (além de se aproximar consideravelmente da Arena, nas eleições para a Assembléia Legislativa e para a Câmara Federal).

De 1974 a 1978 a Arena retoma um pequeno crescimento, paralelo a uma pequena queda emedebista. Essas tendências, porém, já se delineiam nas eleições municipais de 1976. Nestas eleições, em relação às de 1972, o MDB decai tanto no número de Câmaras em que obtém maioria (de 28 para 15), quanto no número de prefeituras conquistadas (de 41 para 29). A perda de prefeituras se distribuiu entre pequenos, grandes e médios municípios. Apesar de manter as prefeituras de Joinville, Blumenau e Lages, perde as de Joaçaba, Campos Novos, Rio do Sul e Brusque. Dentre os novos municípios que passa a governar não há nenhum de grande importância.

Um fato de grande importância na política catarinense,

com repercussões futuras importantes inclusive na correlação de forças internamente ao MDB é a passagem do poder em Lages, de Juarez Furtado - representante da ala "moderada" do MDB - para as mãos de Dirceu Carneiro, de cuja gestão já se falou anteriormente.

A recuperação da Arena ocorrida entre as eleições de 1974 e 1978, para a Assembléia Legislativa, para a Câmara Federal e para o Senado, é até de menor porte do que a ocorrida nas eleições municipais, entre 1972 e 1976. Na realidade, a partir dos resultados de 1986 poder-se-ia esperar uma recuperação mais forte da Arena em 1978. A comparação entre os resultados eleitorais de 1974 e 1978 na realidade aponta para um quadro de considerável estabilidade eleitoral.

Analisando a tendência evolutiva do quadro eleitoral no período como um todo, percebe-se uma nítida tendência de queda da Arena e crescimento do MDB. Estas tendências são de intensidade superior à ocorrida ao nível nacional, em todos os níveis: Assembléia Estadual, Câmara Federal e Senado. A comparação entre os índices de Tendência Evolutiva (T.E.) mostra que os da Arena catarinense são menores do que os do partido, na média nacional, enquanto para o MDB são maiores (ver Tabelas 44, 45 e 46).

Se realizássemos essa mesma comparação com os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, para a Câmara Federal, veríamos um crescimento do MDB superior ao dos dois últimos. Em relação às regiões do país, o MDB catarinense cresce mais do que a média dos Estados em todas as regiões, exceto a Sudeste. Apesar disso, ao final do período a situação do MDB era ainda pior do que a média dos Estados das regiões Sul e Sudeste; era semelhante à das regiões Norte e Centro-Oeste.

Particularmente no Senado, a tendência do MDB catari -

nense é de uma grande ascensão (T.E. = 2,15), mesmo se comparada com a performance do MDB nacional (T.E. = 1,54).

A análise dos dados da Assembléia Legislativa desagregados ao nível municipal demonstra que a queda da Arena (e o paralelo crescimento do MDB) não foi fenômeno ocorrido apenas nos maiores municípios; era fenômeno generalizado.

TABELA 52

TENDÊNCIA EVOLUTIVA: ARENA/MDB -
A.L. (1966/78)

Partidos T.E.	ARENA		MDB	
	Nº Municípios	%	Nº Municípios	%
Crescente	2	1,0	173	87,8
Estável	58	29,5	19	9,7
Decrescente	137	69,5	5	2,5
Total	197	100	197	100

Obs.: Definições de crescente, estável e decrescente, ver nota 51.

A Tabela 52 nos mostra que a Arena declinava em 70% dos municípios catarinenses, crescendo em apenas 1% (2 municípios). O MDB, ao contrário, crescia em 88%, decrescendo em apenas 2,5% (5 municípios). No Senado, a situação arenista era quase a mesma e a do MDB ainda melhor, já que crescia em praticamente todos os municípios. (Ver Tabela 53).

Considerando apenas os municípios classificados como de dominação arenista, as tendências são as mesmas.

Então, se houve durante o período bipartidário um claro predomínio eleitoral arenista no Estado - e não só agre-

TABELA 53

TENDÊNCIA EVOLUTIVA: ARENA/MDB - SENADO (1966/78)

Partidos T.E.	ARENA		MDB	
	Nº Municípios	%	Nº Municípios	%
Crescente	2	1,0	193	98,0
Estável	56	28,4	04	2,0
Decrescente	139	70,6	-	-
Total	197	100	197	100

gado, mas na maioria dos municípios - esta situação tendia a se esboroar na medida em que o crescimento emedebista era intenso e distribuído por quase todos os municípios do Estado, acompanhando um declínio paralelo da Arena, também intenso e espalhado por todo o Estado.

Havia já, ao final do período, uma ameaça real ao predomínio eleitoral arenista, diferentemente do que ocorreu ao fim do período multipartidário, quando o predomínio oligárquico no plano eleitoral não estava minimamente ameaçado.

Embora o crescimento eleitoral do MDB (acompanhando o crescimento ocorrido em todo o país) se deva em grande parte ao desgaste do regime militar e à insatisfação generalizada da população - insatisfação que passa a ser canalizada para o partido de oposição - o processo de urbanização que se efetua na década de 70 deve ter contribuído também para acelerar aqueles processos acima, minando progressivamente as bases do arenismo.

A Tabela 54 nos dá uma idéia do processo de urbanização em Santa Catarina.

TABELA 54
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO CATARINENSE SEGUNDO
A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (1950/80)

População Presente Ano	Urbana (%)	Rural (%)	Total (Abs)
1950	23	77	1.560.501
1960	32	68	2.129.252
1970	43	57	2.878.038
1980	60	40	3.609.334

FONTE: Censos Demográficos - IBGE.

Entre 1970 e 1980, além de se dar o maior incremento (não só absoluto, como relativo) da população urbana, se dá a passagem de uma razoável maioria da população rural (57%), em 1970, para uma razoável maioria da população urbana (60%), em 1980.

Note-se que em Estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo a população urbana já era superior a rural em 1970. Em São Paulo, já neste ano, 80% da população era considerada urbana.

N O T A S

- ¹KINZO, M.D.G. "Novos Partidos: o Início do Debate", in: LAMOUNIER, B. (org.), Voto de Desconfiança, Vozes, Petrópolis, 1980, p. 218.
- ²Ver Lenzi (1983:338-40); Ribeiro, T.V., "As Eleições Catarinenses de 1966", in: Revista Brasileira de Estudos Políticos nºs 23/24, jul. 67/jan. 68, UFMG, Belo Horizonte; e San Thiago, A. G., "As Eleições de 1974 em Santa Catarina", in: Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 43, jul/76, UFMG, Belo Horizonte.
- ³SILVA, E.F. O MDB/PMDB em Lages, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, CCH/UFSC, Florianópolis, 1985, p. 75.
- ⁴Na realidade, em 1962 o PTB elege um suplente de Senador.
- ⁵Note-se que para a Assembléia Legislativa e para a Câmara Federal os percentuais de brancos e nulos, somados, nesta eleição foram de cerca de 10%, enquanto para o Senado o percentual foi de 30%, excepcionalmente alto mesmo para esta eleição.
- ⁶O PST fez 6 (!) votos em todo o Estado (dados do TRE/SC: "30 Anos de Justiça Eleitoral", 1975).
- ⁷Tomei os resultados para a Assembléia Legislativa por já estarem disponíveis em planilha eletrônica (já que outros estudos haviam sido realizados com estes dados). Os municípios de 1966 foram "reduzidos" à sua base geográfica de 1962. Assim, a votação de um partido no município A em 1962 foi comparada à soma das votações da Arena (p. ex.), nos municípios A e B em 1966, caso o município A tenha sido desmembrado em A e B, entre 1962 e 1966.
- ⁸Ribeiro, T.V., op. cit., p. 227.

- ⁹ Agradeço aos membros do Diretório Regional do PMDB por terem permitido meu acesso ao arquivo.
- ¹⁰ Entrevista com Roberto Motta.
- ¹¹ Entrevista com Roberto Motta.
- ¹² Entrevista com Roberto Motta.
- ¹³ Entrevista com Eduardo Santos Lins.
- ¹⁴ Em entrevista a Maria Alzira Ruiz (arquivo de História Oral da UFSC), Dejandir Dalpasqualle afirma sobre essa tentativa de Colombo: "essa luta... fez com que as duas famílias se unissem e aí aconteceu em 1974, que os tradicionais unidos conseguiram escolher o governador que é o Dr. Antônio Carlos K. Reis", p. 4.
- ¹⁵ MOTTA, R. A Oposição na Grande Florianópolis, mimeo., 1982, p. 2.
- ¹⁶ SALLES, C.M. Florianópolis, 1978. Entrevista concedida a M. A.A. Ruiz em 05/06/78, Arquivo de História Oral, UFSC.
- ¹⁷ DALPASQUALLE, D. Florianópolis, 1978. Entrevista concedida a M.A.A. Ruiz em 05/06/78, Arquivo de História Oral, UFSC.
- ¹⁸ Ver entrevistas realizadas por M.A.A. Ruiz com Nelson Pedrini e Dejandir Dalpasqualle (n^{os} 104 e 114 do Arquivo de História Oral da UFSC).
- ¹⁹ DALPASQUALLE, D. Entrevista cit., p. 5.
- ²⁰ PEDRINI, N. Entrevista cit., p. 10.
- ²¹ SALLES, C.M. Entrevista cit. p. 4.
- ²² DALPASQUALLE, D. Entrevista cit. pp. 8-9.

- ²³ Idem, p. 16.
- ²⁴ LENZI, C.A.S. Poder Político e Mudança Social, Dissertação de Mestrado em Direito, Centro Sócio-Econômico, UFSC, 1977, Florianópolis, pp. 109-10. Ver, na mesma linha, a publicação do CEAG: Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina, Florianópolis, 1980, p. 189.
- ²⁵ LENZI, C.A.S., op. cit., p. 117.
- ²⁶ SILVA, E.F. O MDB/PMDB em Lages, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, CCH/UFSC, Florianópolis, 1985, pp. 67-9.
- ²⁷ Dados tirados de: PIAZZA, W. (org.) Dicionário Político Catarinense, Ed. da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Florianópolis, 1982, p. 103.
- ²⁸ Dalpasqualle, D. Entrevista cit., pp. 10-11.
- ²⁹ Idem, pp. 11-12.
- ³⁰ MOTTA, R. A Oposição na Grande Florianópolis, mimeo., pp. 3-4. Note-se que o contexto das eleições de 1982 na região é muito semelhante ao das eleições do período bipartidário: há uma bipolarização praticamente total entre PDS e PMDB; o PDS governa o Estado e os prefeitos dos municípios eram os mesmos de 6 anos atrás. Em termos da estrutura sócio-econômica, a grande maioria dos municípios da região pouco se modificou na década de 70.
- ³¹ PEDRINI, N. Entrevista cit., p. 31.
- ³² A situação, embora tenha se modificado um pouco nos últimos anos, ainda permanecia a mesma em 1982, como se pode apreender de FONTANA, R. "Governo Amin: Um Voto de Desconfiança", in: Revista de Ciências Humanas, Vol. 2, nº 3, Ed. da UFSC, Florianópolis, 1982, e MOTTA, R. A Oposição na Grande Florianópolis, mimeo., Florianópolis, 1982.

- ³³ PEDRINI, N. Entrevista cit., pp. 8-9.
- ³⁴ BLASI, P. "Santa Catarina - Eleições de 1978", in: FUNDAÇÃO MILTON CAMPOS, As Eleições Nacionais de 1978, Vol. II, Brasília, 1979, p. 450.
- ³⁵ ANDERLE, J. "Partido do Movimento Democrático Brasileiro", in: PIAZZA, W.F. (org.) Dicionário Político Catarinense, Ed. da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1985, p. 416.
- ³⁶ Entrevista com Roberto Motta.
- ³⁷ Idem.
- ³⁸ SILVA, E.F. Dissertação de Mestrado cit., caracteriza os subdiretórios - controlados por Juarez Furtado - como "elementos fortalecedores da relação clientelística, da qual os cabos eleitorais são peças fundamentais de intermediação", pp. 110-1.
- ³⁹ Prefácio da obra de Alves, M.M. A Força do Povo, Brasiliense, São Paulo, 1980, pp. 7-12.
- ⁴⁰ Ver Silva, E.F. Dissertação de Mestrado, cit., esp. p. 184.
- ⁴¹ Entrevista com Jacó Anderle.
- ⁴² Um dos marcos fundamentais da história política recente de Florianópolis foi a manifestação - organizada por lideranças estudantis, mas que estrapolou o âmbito de uma manifestação estudantil, ganhando grande apoio popular - contra o então Presidente João Batista Figueiredo já em 1979. Esse acontecimento - analisado por Robert H. Srouer em "A Política dos Anos 70 no Brasil" (Econômica Editorial, São Paulo, 1982) - pode ser considerado um ponto de inflexão em relação à participação política popular no município. É a partir daí que irão se desenvolver manifestações de rua de forma mais intensa e regu

lar por parte dos estudantes, sindicalistas, donas de casa, funcionários públicos, etc.

- ⁴³Entrevista com Jacó Anderle.
- ⁴⁴A definição de "dominação" para o Senado é feita aqui da mesma forma que para a Assembléia Legislativa, considerando-se, logicamente, os resultados para o Senado no lugar dos resultados do nível estadual.
- ⁴⁵Note-se que para o período 1966/78, apenas 3 municípios não existiam em 1966, não sendo, portanto, significativo o problema de comparabilidade entre a área geográfica inicial e final dos municípios. De qualquer forma, para o cálculo do Índice de Dominação (I.D.) nestes 3 municípios, seguiu-se a mesma fórmula do I.D. anterior (p. 31), reduzindo-se a exigência para a definição de um partido como dominante. Assim, além de um I.D. geral maior que 125, o partido deveria obter I.D. deste nível em pelo menos 2 das 3 eleições ocorridas para a Assembléia Legislativa no município, acrescido do critério relativo à Câmara de Vereadores, descrito no texto.
- ⁴⁶Se ocorrer de um partido cumprir os critérios em relação às eleições da Assembléia Legislativa mas não atingir I.D. 115 na Câmara Municipal, a situação é definida como de "quase dominação".
- ⁴⁷TRINDADE, H. "Padrões e Tendências do Comportamento Eleitoral no Rio Grande do Sul", in: LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F.H. Os Partidos e as Eleições no Brasil, 2^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- ⁴⁸Utilizamos a divisão atual do Estado em microrregiões polarizadas de forma a fornecer um quadro mais "legível" do ponto de vista atual.
- ⁴⁹Manoel Dias, Genir Destri e Roberto Motta.

⁵⁰ Segundo informações obtidas com Francisco Veríssimo (uma das principais lideranças da Pastoral da Terra no Estado), o movimento das Comunidades Eclesiais de Base começou, na Região Oeste, no início da década de 70, ganhando uma força maior a partir de 1976, principalmente. Em relação às eleições, a orientação principal era a de que "as bases deviam cobrar compromissos dos candidatos". De qualquer forma, a posição geral do movimento católico da região era a de apoio à resistência ao regime autoritário, o que o colocava direta ou indiretamente como "aliado" do MDB. Em 1978, pelo menos, a influência do movimento liderado pelos setores "progressistas" da Igreja Católica da região deve ter beneficiado de forma significativa na votação emedebista. Isso pode ter ocorrido em menor grau também nas eleições de 1974 e 1976.

⁵¹ Estes indicadores também são tomados de Trindade (op. cit., p. 163), embora o autor não cite quais as faixas de índices serviram para definir cada categoria. Aqui será considerado crescente eleitoralmente, o partido cujo índice de Tendência Evolutiva (T.E.) for superior a 1,15. Será estável quando tiver T.E. entre 0,85 e 1,15. E será decrecente quanto tiver T.E. abaixo de 0,85.

Para os 3 municípios mencionados na nota 39, o cálculo seguiu a seguinte fórmula:

$$T.E. = \frac{\%78}{\%70}$$

⁵² Hipótese semelhante foi proposta por Wanderley Guilherme dos Santos (no Seminário: "As Eleições Nacionais de Novembro de 1986", promovido pelo IUPERJ, em 11 e 12/12/86), com validade para um período ainda mais abrangente da história política nacional.

C A P Í T U L O I V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não será elaborada aqui uma lista extensiva de todas as pequenas inferências e hipóteses lançadas no decorrer do trabalho.

Trata-se de sistematizar as principais conclusões a que julgo ser possível chegar a partir dos resultados da pesquisa, tomando como base seus principais focos de preocupação.

Além disso, serão explicitadas reflexões surgidas no processo de pesquisa, com o intuito de que possam ser úteis como hipóteses ou pontos de partida para futuras pesquisas, que busquem aprofundar a análise sobre os padrões políticos e eleitorais catarinenses.

1. PERFIS ELEITORAIS DOS PARTIDOS

- a) O PSD foi o partido com perfil eleitoral mais nítido em termos dos contextos definidos pelas variáveis estudadas: apresentou a maior tendência para boas votações em contextos rurais, em contextos de baixa industrialização e/ou de maior analfabetismo.
- b) A UDN apresentou apenas uma leve tendência de melhores votações em contextos de menor urbanização e/ou industrialização.
- c) O PTB teve também perfil razoavelmente nítido: apresentou

tendências a obter melhores votações em contextos de maior urbanização e/ou industrialização.

- d) O PRP parece ter sido um partido que deixou de ter um perfil nítido em 1950 (tendências a melhores votações em contextos de maior urbanização e/ou industrialização e/ou alfabetização), para ter um perfil mais difuso ao final do período. Suas tendências no início do período podem estar associadas à sua boa penetração nos municípios de colonização alemã.
- e) O PCB, na única eleição (1947) para a qual consegui realizar o estudo de correlação, demonstrou ter tendência a melhores votações em contextos mais urbanizados (embora isso se deva em grande parte à concentração de seus votos em Florianópolis).
- f) Os demais pequenos partidos do período multipartidário (PSP; PDC e PL) não tiveram um perfil eleitoral definido, em termos dos contextos sócio-geográficos aqui estudados. Isso contraria a hipótese de Dittrich, que falando dos pequenos partidos (todos menos o PSD e a UDN) afirma:

"Desvinculados ou não das oligarquias, representavam os interesses de classes e ideologias, disputando o voto popular das áreas urbanas e em limitadas zonas rurais".¹

Além de não haver indícios de que o PSP, PDC e PL obtivessem seus votos basicamente das áreas urbanas, parece abusivo dizer que esses partidos representavam classes e ideologias; representaram mais siglas de aluguel ou de barganha para certas lideranças do que partidos políticos com uma consistência ideológica mínima.

- g) A ARENA, já no período bipartidário, teve um perfil próximo

ao do PSD: tendência a melhores votações em contextos menos industrializados e/ou urbanizados e/ou alfabetizados.

- h) O MDB teve um perfil parecido com o do PTB: tendência a melhores votações em contextos mais urbanizados e/ou industrializados e/ou alfabetizados.

2. ESTRUTURAÇÃO DO VOTO SEGUNDO O CONTEXTO SÓCIO-GEOGRÁFICO

Estreitamente relacionada aos perfis dos eleitorados dos partidos está a discussão sobre o grau de estruturação do voto segundo o contexto sócio-geográfico.

Há vários indícios que permitem pleitear um certo grau de diferenciação entre o eleitorado dos partidos se tomarmos como base os diferentes contextos sócio-geográficos definidos pelas variáveis sócio-econômicas aqui estudadas. Assim:

- a) Há correlação - embora relativamente fraca - entre o voto e as variáveis sócio-econômicas urbanização e industrialização (em menor grau com a alfabetização).
- b) O sentido das correlações é constante e consistente com as hipóteses tomadas como base para a investigação: maior tendência de voto conservador em contexto menos urbanizado e/ou industrializado (e/ou alfabetizado), em contraposição à maior tendência de voto reformista em contextos opostos;
- c) A análise de correlação entre as votações de 1962 e 1966 para a Assembléia Legislativa aponta que havia um certo grau de alinhamento entre o voto no PTB (1962) e o voto no MDB (1966). Reciprocamente, havia também um certo grau de alinhamento

mento entre o voto no PSD e UDN (1962) e o voto na Arena (1966).

Tudo isso permite refutar como univocamente válida a hipótese de "amorfismo" do sistema partidário e da não-percepção por parte do eleitorado, dos partidos como diferenciados entre si em termos de ideologias e/ou práticas políticas.

Sai reforçada, da análise dos dados, para Santa Catarina, a hipótese defendida por autores como Simão, Lamounier e Soares, entre outros:

"Existiam, ou começavam a formar-se bases sociais diferenciadas (dos partidos), algo como a organização das 'correntes de opinião'..., não num hipotético acordo subjetivo de vontades, mas a partir de clivagens sociais objetivas: das diferenciações decorrentes da industrialização, da urbanização e da estratificação sócio-econômica da sociedade...".²

De outro lado porém, as variáveis sócio-econômicas aqui estudadas influenciam o voto de maneira modesta. Isso não significa necessariamente que diferenças sócio-econômicas não tenham tido repercussão significativa sobre o voto em Santa Catarina no período em pauta. Estudos com outras variáveis poderiam ter levado a resultados diferentes assim como surveys relacionando a posição sócio-econômica do eleitor (individualmente) com sua opção de voto.

O relativamente baixo grau de correlação do voto com as variáveis utilizadas³ pode se dever em grande parte, no entanto, ao próprio modelo de desenvolvimento urbano-industrial de Santa Catarina.

A inexistência de grandes centros urbano-industriais e de grandes contrastes entre os municípios, em termos de desen -

volvimento sócio-econômico (pelo menos no nível dos encontrados em grande parte dos Estados do país), pode ser responsável em boa parte, pelos baixos coeficientes de correlação. Se há pouca variância na variável sócio-econômica, a tendência é de que haja baixa variância na variável "voto" devido àquela primeira variância.

Talvez o melhor seja realizar o raciocínio inverso, ou seja, mesmo em Santa Catarina não havendo grandes contrastes entre os municípios (em termos dos contextos definidos pelo maior ou menor grau de urbanização, industrialização e/ou alfabetização), diferentes contextos levam a esperar votações diferenciadas entre os partidos, naquele sentido apontado mais acima.

Isso ocorre nos dois períodos (multi e bi-partidários), apesar de, como sistemas partidários diferentes, apresentarem lógicas internas bastante diversas.

Deve-se observar que a existência de uma estabilidade de alinhamento - no sentido de uma tendência de maior votação petebista (período 1945/65) ou emedebista (período 1965/79) em contextos mais urbanizados e/ou industrializados, por exemplo, não nos esclarece muito a respeito dos conteúdos subjetivos associados ao voto.

A análise desses conteúdos só é possível através de outras técnicas de pesquisa - especialmente surveys, em que se indaga as preferências eleitorais dos entrevistados, suas motivações para a opção de voto, etc... Como esse tipo de estudo não foi realizado à época (pelo menos no que é de meu conhecimento) é impossível atribuir com certeza significados políticos

àquelas escolhas.

Pode-se apenas sugerir que, da mesma forma como o padrão catarinense (de maior votação "reformista" em contextos urbanizados e/ou industrializados) se aproximou do padrão encontrado para outros Estados em que se realizou surveys, os conteúdos subjetivos associados à opção de voto tenham também se aproximado dos encontrados naqueles Estados.

Para o período bi-partidário, por exemplo, há um certo consenso na literatura nacional no sentido de que o MDB foi identificado como partido do "povo"; dos "pobres"; de "oposição", em contraposição à Arena, partido "do governo", dos "ricos". (LAMOUNIER, 1980:40).

Não se tratava certamente de um voto baseado em uma percepção nítida dos contornos dos partidos em termos de suas práticas e ideologias. O que Lamounier e outros propõem é a existência de imagens mais "condensadas" (menos refinadas) do processo político-partidário, mas que, permitindo diferenciar, grosso modo, os partidos em luta, tiveram efetividade na opção de voto.

Essa identificação parece ter sido mais eficaz no período bipartidário, não só pelo menor número de partidos, mas também pelas características próprias do regime sócio-político, autoritário e concentrador de renda.

De qualquer forma, essa proposição - de que houve uma identificação dos partidos pelos eleitores no sentido aqui apontado - carece de indícios mais substantivos, repousando apenas na hipótese de que o comportamento eleitoral subjetivo em Santa Catarina tenha sido semelhante àquele que se verificou em outros Estados ou municípios.

3. FORTE CONCENTRAÇÃO ELEITORAL NO PERÍODO MULTIPARTIDÁRIO

Há, no período 1945/65, um padrão de forte concentração eleitoral em Santa Catarina, comparativamente aos Estados do sul e sudeste do país.

Esse padrão, no período classicamente multipartidário, alinhado a outros indícios (ver ítem 2.6.2) pode indicar uma maior dificuldade de estruturação dos pequenos partidos em Santa Catarina do que naqueles Estados.

Esta hipótese, porém, precisaria ser testada a partir da comparação entre as tendências eleitorais catarinenses e as de outros Estados para o sistema multipartidário ora vigente, por exemplo.

4. TENDÊNCIAS EVOLUTIVAS

No período multipartidário, a tendência evolutiva no plano eleitoral era de um grau razoável de estabilidade das forças partidárias.

Embora houvesse um crescimento do PTB, era ainda muito incipiente e dependente das coligações com o PSD. Os pequenos partidos cresceram um pouco eleitoralmente, apenas na Assembleia Legislativa.

De qualquer forma, o quadro ao final do período era de domínio absoluto pelos dois grandes partidos conservadores, não havendo a mínima ameaça a esse domínio a curto prazo.

Não ocorria, portanto, no plano estadual, um declínio

acentuado dos partidos conservadores, paralelamente ao crescimento dos partidos reformistas, processo que, segundo alguns autores, tendo ocorrido no plano nacional, teria levado as forças conservadoras a se aglutinarem na preparação e execução do golpe de Estado de 1964.

No período bipartidário há uma tendência de forte declínio arenista a partir de 1970, acompanhado paralelamente de uma ascensão emedebista.

Estas tendências são ainda mais acentuadas do que as ocorridas no nível nacional. O que parece ter acontecido é que o grande processo de urbanização ocorrido na década de 70 em Santa Catarina acelerou o processo de canalização da insatisfação da população, frente ao regime militar, para o partido de oposição - processo cujo ponto de inflexão é a eleição de 1974.

5. FORTE PREDOMÍNIO CONSERVADOR

Um padrão que ressalta dos resultados da pesquisa é o forte predomínio dos partidos conservadores no plano eleitoral.

Isso fica claro - para os dois períodos - através da comparação dos dados eleitorais do Estado com os dados para a média do país e especialmente frente aos dos Estados do sul e sudeste.

Ratifica-se, portanto, a afirmação de Viola (ver p. 27) tomada por mim como hipótese a ser testada através da análise detalhada dos dados empíricos.

Note-se, porém que, se "as eleições de 74 representam uma ruptura eleitoral em Santa Catarina"⁴, mesmo nas eleições de 1974 e 1978 ainda continua vigente - embora com menor força - o padrão de maior predomínio eleitoral conservador em Santa Catarina do que na média do país e especialmente frente aos Estados do sul e sudeste. Este padrão, portanto, vale não só até 1970, mas durante todo o período aqui estudado (1946/1979).

Sem pretender uma explicação geral desse padrão - pretensão que exigiria uma nova pesquisa de caráter bastante diverso desta - tentarei agrupar teses esparsas na literatura, agregando-as a algumas reflexões próprias, no sentido de sistematizar um conjunto de hipóteses cuja exploração em pesquisas futuras me parece frutífera para uma compreensão mais aprofundada do processo sócio-político catarinense.

É a essa tarefa que será dedicado o restante deste trabalho. Será traçado aqui o seguinte trajeto: num 1º momento será destacada a possível influência de determinados contextos sócio-econômicos sobre aquele padrão histórico; a seguir serão apontados alguns mecanismos e estratégias utilizados pelos grupos dominantes; finalmente serão discutidas algumas das condições relativas à organização e mobilização popular. Certamente estes elementos não são estanques (o que transparecerá no próprio texto); trata-se apenas de um recurso analítico.

Um aspecto a ser destacado inicialmente é o de que o forte predomínio conservador no plano eleitoral relaciona-se com o fenômeno da dominação oligárquica que vigorou em Santa Catarina em praticamente todo o período estudado.⁵ Como foi dito, não cabe aqui pretender analisar as relações entre esses

dois padrões, mesmo porque, o estudo sobre as oligarquias catarinenses está para ser feito (muito pouco se fez nesse sentido até hoje).

As linhas de análise aqui sugeridas irão por vezes estar referidas a um, por vezes a outro desses dois fenômenos, já que penso ser inviável tentar explicar o forte padrão de predomínio eleitoral conservador sem abordar a questão da oligarquia no Estado.

Uma primeira abordagem poderia ser a da influência do contexto sócio-econômico sobre o padrão de dominação conservadora (e oligárquica) em Santa Catarina.

Nesta perspectiva, Gláucio Soares elabora uma tipologia de "contextos" (ou "caminhos")⁶ propícios à política oligárquica.

Dentro dessa tipologia o primeiro tipo de contexto propício para a dominação de tipo oligárquico é o de uma "infraestrutura econômica rural caracterizada pela concentração da propriedade agrícola".⁷

É a dominação oligárquica "típica" (encontrada na maioria da literatura sobre o assunto) em que a concentração da terra é a base de um grande poder econômico e político nas mãos dos proprietários.

Este certamente não é o contexto mais frequente em Santa Catarina, onde a pequena e média propriedade rurais predominam, no período estudado, especialmente se examinarmos a estrutura agrária catarinense em confronto com a dos demais Estados brasileiros.

A região de Lages, no entanto, pelo menos em parte

do período em pauta, poderia ser ali enquadrada, já que se tratou da região onde o latifúndio teve maior importância. A oligarquia Ramos, portanto, é oriunda de um contexto desse tipo.

A tese de Silveira Lenzi, já citada, confirma essa linha de análise, atribuindo inclusive o declínio do poder político da oligarquia Ramos à perda de importância econômica do latifúndio frente aos processos de urbanização e industrialização no município.

Um segundo tipo de contexto propício à dominação oligárquica é aquele caracterizado pela concentração do poder econômico não-agrícola.

Esta nos parece ser uma linha de análise fértil a ser explorada dentro dessa tipologia, no sentido de buscar um certo grau de explicação para o padrão catarinense de dominação conservadora e oligárquica.⁸

Os processos de urbanização e industrialização no Estado geraram uma realidade peculiar em relação ao país: apesar de ser um Estado relativamente urbanizado e industrializado, não se desenvolveram aqui centros urbano-industriais de grande porte.

Nenhum dos municípios catarinenses em 1980 apresentava uma população superior a 250.000 habitantes, enquanto mesmo em Estados menos industrializados e em que proporção maior da população vivia em zonas rurais, havia municípios com uma população bastante superior.

O processo de industrialização catarinense se baseou em pequenas e médias indústrias⁹ localizadas em municípios de porte médio ou mesmo pequenos municípios. Neste contexto, as

maiores indústrias detêm um poder econômico e político muito grande - pela contribuição em impostos, pelos empregos que geram e dispõem, pelas relações que estabelecem com outros setores da atividade econômica, etc...

Certamente as grandes empresas gozam de um poder sempre significativo em qualquer contexto. Mas no modelo de industrialização típico de uma grande metrópole há uma diluição maior do poder econômico e político do que, por exemplo, num pequeno ou médio município em que um grande grupo econômico controla praticamente todas as esferas de atividades.

Municípios como Videira e Concórdia, por exemplo, se enquadram perfeitamente no tipo de contexto em pauta: concentração do poder econômica não-agrícola.

No período bipartidário, onde os grupos econômicos Perdigão e Sadia - cujas vinculações com o então partido governista são notórias¹⁰ - já são grupos fortes, há um domínio político quase completo da Arena nas áreas de influência mais próximas das sedes dos grupos. Dentre os 21 municípios que compõem as micro-regiões do Alto do Rio do Peixe e do Alto Uruguai Catarinense, a Arena só não domina (pelos critérios adotados neste trabalho) 2: Santa Cecília e Ipira.

Quanto ao poderio econômico destes grupos nos seus municípios, afirma Lago, referindo-se ao contexto do final da década de 60, que a Perdigão responde por 60% do movimento comercial e industrial do centro urbano de Videira e que a Sadia praticamente se confunde com o centro urbano de Concórdia.¹¹

A relação de dependência dos pequenos produtores destas regiões aos referidos grupos - vindo a se consolidar no cha

mado "sistema integrado" - também é bastante conhecida.¹²

Apesar desses dois serem os municípios que mais claramente se aproximam do modelo, há outros municípios em que, embora não haja uma concentração tão grande da propriedade industrial, as maiores indústrias têm uma influência econômica bastante significativa.

O terceiro tipo de "contexto", ou "caminho"¹³ para a manutenção da dominação oligárquica é o "cartorialismo".

Esse tipo de prática política está relacionado à "utilização de verbas públicas estaduais e federais com objetivos políticos pessoais".¹⁴

Para Soares, o cartorialismo será a forma mais eficaz encontrada pelas oligarquias para manter seu poder em contextos em que os processos de urbanização e industrialização minam a influência econômica dos grandes proprietários.

Embora em relação às oligarquias dominantes não se tenha encontrado indícios de que esse tipo de mecanismo tenha sido particularmente relevante para o controle político do Estado como um todo (tomando como referência o contexto nacional, deixe-se claro), em alguns municípios ele pode ter sido importante para a manutenção do controle político local nas mãos de grupos tradicionalmente poderosos.

Talvez o exemplo mais próximo ao padrão de dominação cartorial seja o encontrado no município de Imaruí.¹⁵ Aí, a família Bittencourt tem influência decisiva nos destinos da cidade há quase um século.¹⁶

Embora a família tivesse posses, segundo Andrade, Pe-

dro Bittencourt (o mais destacado líder da família) "com os anos dedicados à política, porém, foi deixando pelos caminhos do tempo os seus bens".¹⁷

Segundo ainda esse autor:

"não é perceptível um senso de entesouramento. O apetite é pelo poder. A dieta é feita de espaços em órgãos que permitam preservá-lo e ampliá-lo. A isso os Bittencourt se dedicam".¹⁸

O mesmo autor cita ainda uma longa lista de quase 30 cargos e empregos públicos ocupados por filhos, genros, noras e amigos de Pedro Bittencourt, além de toda uma rede de clientela montada a partir de parentes e cabos eleitorais controlando clubes, escolas, times de futebol, sindicato, cooperativa, etc...

O cartorialismo pode ter sido um mecanismo também importante no processo de dominação política das populações dos municípios pobres da região da Grande Florianópolis. O estudo de Motta¹⁹ revela a grande dependência da população destes municípios frente aos recursos controlados pelo poder público (empregos, realização de obras em determinadas áreas controladas eleitoralmente, pequenos favores pessoais, etc...). É de se destacar o domínio arenista em todos os municípios da região, com exceção de Florianópolis (ainda assim, considerando em relação à capital, as ressalvas já feitas quanto aos critérios utilizados nesta pesquisa para definir "domínio eleitoral").

Embora o cartorialismo²⁰ tenha sido e continue sendo um recurso amplamente utilizado na história política brasileira, a possível relevância particular desse mecanismo em Santa Catarina está vinculada à importância que parece ter tido no processo político da capital do Estado.

Florianópolis se caracteriza pela inexistência de uma atividade industrial que permita a geração de uma gama de empregos e o crescimento econômico autônomo da cidade. Da mesma forma não desenvolvem-se aqui atividades agrícolas significativas. O município cresceu como centro administrativo e cultural do Estado, predominando fortemente o setor terciário da economia.

Neste quadro, a presença da máquina de Estado ganha dimensão muito grande. A dependência de empregos públicos por boa parte da população facilita o controle político pelos grupos encastelados no poder.

Note-se que no período multipartidário, o PSD (partido que esteve no poder durante os 15 anos que antecederam a criação desse sistema partidário e que no plano federal manteve o poder até 1961) venceu todas as 5 eleições realizadas nesse período, para a Assembléia Legislativa.

No período bipartidário, a Arena, que congrega os antigos partidos dominantes, vence também as 4 eleições para a Assembléia Legislativa e para a Câmara Municipal, no município.

Assim, apesar de ser um dos municípios mais urbanizados do Estado, apresentou um padrão de dominação eleitoral conservadora.²¹ A dependência de grande parte da população frente ao poder público (na ausência de industrialização) e a relativa capacidade deste em absorver essas demandas, parece ter influenciado consideravelmente na existência daquele padrão.

Menciono a relativa capacidade do poder público em atender a necessidade de emprego (basicamente) da população, apenas para situar que o quadro político-eleitoral em Florianópolis

lis pode vir a se alterar substancialmente a médio prazo, sob o impacto de alguns processos sócio-econômicos.

Um cenário provável para o futuro da capital é o de uma cidade em que o turismo venha a se desenvolver como uma atividade econômica relevante (processo que já está em andamento, embora de forma ainda incipiente).

Isso reduziria a importância da esfera pública (frente à privada) na geração de empregos, etc..., o que levaria à diminuição do peso dos mecanismos cartoriais. O resultado desses processos poderia ser uma alteração substantiva nos padrões eleitorais.

Até aqui foram explorados alguns "contextos" propícios à dominação oligárquica (e ao predomínio eleitoral conservador). Na realidade, o cartorialismo é antes uma estratégia ou mecanismo de dominação do que um "contexto".²²

Embora o contexto onde se desenvolve o processo político tenha influências poderosas sobre os padrões que irão se estabelecer, são as estratégias concretas dos atores políticos que efetivam as relações que se estabelecem na trama política. São mínimas também as análises dessas estratégias, na literatura catarinense.

Algumas das estratégias utilizadas pelos grupos dominantes para se manter no poder serão agora exploradas - sem pretensão de aprofundar o estudo.

Deve-se destacar, em primeiro lugar, a capacidade de articulação das oligarquias, polarizando em torno de si e dos

partidos que controlavam, os interesses dos principais grupos econômicos do Estado. Não houve lideranças empresariais importantes que não tenham se acomodado nos grandes partidos conservadores, vindo a compor abertamente com o PTB e o MDB, no Estado.

No período multipartidário aglutinavam-se no PSD - comandado pelos Ramos - Attílio Fontana (Sadia), Júlio Gaydzinski, Vítor Hering, Otto Renaux, entre outros importantes empresários. Deve-se destacar também que Celso Ramos foi o primeiro presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (de 1950 a 1960), voltando a se reeleger para a gestão 1966-68.

Com relação à UDN e à família Konder-Bornhausen, certamente a fundação do banco Inco já se constituiu num pólo aglutinador de importantes setores da burguesia do Vale do Itajaí, que necessitavam criar seus próprios mecanismos de financiamento.²³

Faziam parte do quadro de acionistas do banco, em 1950²⁴, figuras como Albano Schmidt (grupo Tupy); Ingo Hering, vários membros da família Renaux (sendo que um dos fundadores e sócio-proprietário do banco era da família); Germano Stein; Udo e Ari Garcia (ligados ao ramo de fiação e tecelagem). Embora o fato de ser acionista não indique relação política direta com os Bornhausen, ou com seu partido - a UDN -, certamente se estabeleceram vínculos de interesse econômico a partir do banco Inco.

Além disso, a UDN contava ainda em seus quadros, com empresários do porte de Diomício Freitas, Álvaro Catão e outros.

No período bipartidário, praticamente todo o empresário catarinense parece ter se acomodado nas relações com o partido do governo.

Em relação à forma como se processou a articulação política dos grupos econômicos com as oligarquias e o partido do governo, ou mesmo quanto aos mecanismos concretos de relação entre os grupos econômicos e o aparelho de Estado, pouco se pode comprovar a partir dos resultados da pesquisa.²⁵

O estudo já mencionado, sobre grupos industriais da região sul²⁶ - ainda não publicado, porém - certamente é o estudo que mais pistas oferece nesse sentido.

Embora haja casos em que a articulação entre os grupos econômicos se dê no Conselho Administrativo (como é o caso, já no início da década de 80, da WEG, em que um ex-governador e um ex-vice-governador faziam parte do Conselho),

"... a articulação dos grupos com os poderes públicos se dá basicamente, de fora para dentro, isto é, ao invés de setores representativos participarem de cargos, como os do Conselho de Administração, os quadros da empresa é que vão participar de cargos nesses setores... A articulação com os poderes públicos e classistas se dá em 4 níveis: local, regional, nacional e internacional. Os poderes públicos podem ser: Secretarias de Estado onde os grupos têm maiores interesses (Sadia e Perdigão na Agricultura): mandatos em Assembleia Legislativa, companhias estaduais de desenvolvimento, conselhos de bancos públicos, etc..." (op. cit., pp. 233-4 - Grifos meus).

Realmente, há neste estudo vários exemplos de líderes empresariais ocupando Secretarias de Estado (Norberto Ingo Zadrozny - Secretaria de Planejamento; Attílio e Vítor Fontana - Secretaria da Agricultura, Hans Dieter Schmidt - Secretaria da Indústria e Comércio, etc...), além de exemplos de vários financia -

mentos e incentivos fiscais obtidos pelos grupos junto a órgãos governamentais, especialmente na década de 70.

Particularmente importante para os grupos dominantes no Estado foi também o controle dos órgãos de comunicação. É notória em Santa Catarina a vinculação da imprensa aos grandes partidos políticos conservadores.

No período multipartidário, o PSD dispunha do jornal "O Estado" e da Rádio "Guarujá" - comandados por um expoente da oligarquia Ramos. Além disso, no início do período, até 1951, o jornal "A Gazeta" era pessedista. A partir do governo Irineu Bornhausen, "A Gazeta" torna-se udenista.²⁷

A UDN contava com o "Diário da Tarde", jornal criado por Adolfo Konder. A Rádio "Diário da Manhã" foi comprada por Irineu Bornhausen quando governou o Estado.

No período bipartidário, "O Estado" continua nas mãos de Aderbal Ramos.

A inexistência de uma imprensa com um mínimo de independência frente aos grupos dominantes - e seus partidos - durante todo o período estudado, contribuiu substancialmente para o padrão de predomínio conservador existente no Estado.

Um aspecto que mereceria maior estudo é o da relação entre os grupos dominantes e o sistema financeiro público. Foram apontados aqui alguns indícios que sugerem que essa relação pode ter sido uma importante estratégia de controle de recursos públicos pelos grupos dominantes:

1º) A Casa Bancária Hoepcke tem seu volume de depósitos do Tesouro Estadual aumentado durante a gestão, no governo do Es

tado, de Aderbal Ramos da Silva (genro e comandante dos negócios de Carl Hoepcke);

- 2º) Da mesma forma, o banco Inco tem seu volume de depósitos do Tesouro Estadual aumentado enormemente durante a gestão, no Governo do Estado, de Irineu Bornhausen (fundador e sócio-proprietário do banco);
- 3º) Especialmente o grupo Konder-Bornhausen, a partir de sua experiência no setor financeiro privado, terá vários membros ocupando postos importantes no sistema-financeiro estadual e federal;
- 4º) O Banco do Estado de Santa Catarina é fundado em maio de 1961, dois meses depois que o PSD volta ao poder estadual, através de Celso Ramos. Até aí o governo estadual - controlado há 10 anos pela UDN dos Konder-Bornhausen - não parece haver "sentido necessidade" de um banco estadual (o banco Inco estava no auge). Parece clara a estratégia do novo governo estadual de reduzir o poder econômico do banco Inco e de deter o controle direto sobre uma agência financeira própria do governo.

O controle de recursos públicos pelos grupos dominantes certamente reforça seu poder político tanto ao nível da sociedade quanto internamente ao partido.

Se foram mencionadas algumas estratégias utilizadas pelos grupos dominantes - redundando num reforço eleitoral para os seus partidos - é importante também situar algumas das condições relativas à organização e mobilização popular no Estado.

Quanto aos antecedentes, Corrêa afirma que

"Na Primeira República a participação política do povo catarinense era fraquíssima, para não dizer inexistente... Portanto, a participação popular na Revolução (de 1930) foi quase que somente de meros espectadores de uma peça em que os autores já lhes eram suficientemente conhecidos, com mudanças superficiais de personagens".²⁸

Durante o período estudado, a situação relativa ao processo de organização e mobilização popular não parece ter se alterado muito.

Embora não haja uma literatura quantitativa e qualitativamente importante sobre associações de bairros, sindicatos, etc... em Santa Catarina, pode-se afirmar que foi muito baixo o grau de organização e mobilização popular no Estado, pelo menos até o final da década de 70.

Maria de Fátima Sabino Dias, por exemplo, em estudo efetuado sobre o sindicato dos trabalhadores têxteis de Blume - nau, (embora referido ao período de 1941-50)²⁹ aponta a influência dos diretores de empresas na composição da diretoria do sindicato, além de seu atrelamento à política-governamental (chegando a integrar a campanha de nacionalização desenvolvida pelo governo).

Se esse quadro não é homogêneo para todo o Estado, em todo o período - uma exceção certamente é o sindicato dos mineiros de Criciúma³⁰, onde há em vários momentos uma forte mobilização sindical - ele é válido em grande parte para o Vale do Itajaí, berço da industrialização catarinense.

Uma linha de análise importante é a que relaciona o baixo grau de mobilização operária com o tipo de relação "paternalista" que se estabeleceu entre patrões e operários em

grande parte da região, padrão este por sua vez ligado aos tipos de colonização e industrialização³¹ que ali ocorreram.

O processo de industrialização no Vale do Itajaí baseou-se na pequena empresa familiar (de origem germânica, basicamente). Nesse contexto, a industrialização, segundo Etienne Silva,

"é incentivada por um padrão de relações sociais 'paternalistas' que, ao mesmo que asseguram um ambiente de cooperação e alta produtividade, aliado ao baixo nível de organização dos trabalhadores, engendram condições especialmente favoráveis para uma expressiva acumulação de capital a partir de uma mão-de-obra disciplinada, treinada e barata".³²

Seyferth, referindo-se a Brusque, também menciona,

"a posição paternalista característica dos patrões desde o início da industrialização... Os patrões são sempre aqueles que fizeram o progresso de Brusque junto com os colonos, se identificaram com eles, e ainda criaram empregos quando a produtividade das terras começou a cair. Estão incluídos, então, na mesma categoria: colono/pioneiro. Dificilmente este padrão é definido negativamente pelo operário e em geral é referido como 'Velho R.', 'Velho D.'... E os patrões atuais são filhos ou netos desses velhos".³³

A caracterização das relações entre patrões e operários como "paternalistas" parece ter sido primeiro destacada por Mamigonian,

"A origem alemã da maior parte da mão-de-obra é a razão da existência de certos caracteres originais: a qualidade do trabalho, um certo 'paternalismo' das relações patrões-operários...".³⁴

Uma outra hipótese relativa à cultura política catariense e vinculada ao modelo de desenvolvimento sócio-econômico do Estado é a que pleiteia a existência de uma "mentalidade da pequena propriedade" generalizada em grande parte da população.

O fato de Santa Catarina ser um Estado onde a pequena propriedade, pelo menos no período em pauta, teve papel fundamental no processo de desenvolvimento sócio-econômico, teria gerado uma "mentalidade", uma "vontade" de ser proprietário. Associado a isso estaria um certo grau de conservadorismo político, no sentido de que, em vez da população (ou os setores menos privilegiados) se organizar para lutar por transformações sociais, o modelo de sociedade é aceito. A pretensão básica é a ascensão individual, através do acesso à propriedade.

Assim se expressa o ex-governador Espiridião Amin em entrevista a mim (sem trocadilhos) concedida:

"O catarinense é, por experiência própria, um privaticista (sic) e um capitalista... Nós somos o Estado com melhor índice (ou menos ruim) de concentração de terra. Significa que nós temos, na média, mais proprietários e propriedades rurais do que no resto do Brasil. E ainda queremos reforma agrária. Reforma agrária é coisa altamente capitalista. Eu quero a minha terra; não quero terra coletivizada não. Eu quero a minha. O meu carro. Na cidade, se nós tivéssemos a oportunidade de ter a nossa empresinha, eu acho que a maioria não queria saber de emprego público em Santa Catarina. (Florianópolis é um pouco diferente)".³⁵

O ex-governador, no entanto, não vincula esse tipo de "mentalidade", "privaticista (sic) e capitalista" ao conservadorismo político. Realmente pode não ocorrer essa relação direta, mas pode ser uma hipótese cuja exploração venha a elucidar alguns elementos dos padrões aqui apontados.

Finalmente, vale mencionar que, à diferença da classe operária de outros Estados (São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo), a classe operária catarinense foi pouco influenciada por tendências socialistas ou comunistas. Ao contrário, pelo menos entre as décadas de 30 e 40, a influência maior parece

ter sido a do integralismo.

Segundo Corrêa, referindo-se especialmente à década de 30,

"Apesar de relativamente desenvolvida, na época, a indústria catarinense, a classe operária não sofreu influência das idéias anarquistas, socialistas ou comunistas, pois as indústrias localizadas em região de colonização predominantemente germânica, propiciaram a seus operários se identificarem com as ideologias nazi-fascistas".³⁶

E ainda:

"a maior parte do operariado catarinense fixou-se na ideologia integralista, cujo partido se apresentou em 1935, como o segundo grupo mais importante...".³⁷

Algumas entrevistas do acervo do Arquivo de História Oral da UFSC, que abordaram o assunto, apontam indícios de que a influência do integralismo junto à classe operária continuou forte em alguns locais mesmo depois da extinção da Ação Integralista Brasileira (embora outras entrevistas não confirmem essa hipótese).

Em relação às hipóteses que trabalham com a idéia de que o tipo de colonização na Região do Vale do Itajaí (em que se deu grande parte do processo de industrialização catarinense) gerou certos padrões de cultura política que podem ter contribuído para o padrão de predomínio conservador, talvez seja necessário tomá-las com certa cautela.

Embora elas possam ser exploradas de forma proveitosa, deve-se cuidar para não fixar uma imagem unilateral dos processos de colonização, urbanização e industrialização de Santa Catarina.

Os processos sócio-econômicos-culturais que estariam

na base daqueles padrões sócio-culturais (tipo de relações de trabalho, etc...) são fenômenos complexos com efeitos diversos e às vezes contraditórios em relação a alguma variável específica (como por exemplo o padrão de associativismo a eles relacionado).

Souto, por exemplo, seguindo Waibel, advoga que o conceito de "zona pioneira" seja aplicado ao caso do Vale do Itajaí, embora com ressalvas à conceituação ali definida. Neste conceito estaria a idéia de que o patrimônio cultural (alemão, no caso) ao ser transplantado (para o Brasil, no caso), sofreria certas alterações.

"Ali, distante dos controles sociais, da disciplina institucional dos centros civilizados, que ficaram para trás, instalavam-se novas atitudes e valores. O indivíduo valia por si mesmo e não por posições já adquiridas, e a vida social se estabelecia em novas formas de associação democráticas e igualitárias".³⁸ (Grifos meus).

Enfim, o que se pretende é alertar para o fato de que o tipo de colonização e industrialização ocorridas em Santa Catarina, se de um lado tem características peculiares que parecem ter reflexos sobre o padrão de relações de trabalho e de ideologia política desenvolvidos na classe operária, no sentido de facilitar a dominação conservadora, de outro há características próprias do processo de industrialização que atenuam essas tendências (em confronto, por exemplo, com a estrutura de dominação vigente em contextos não industrializados).

Para finalizar, vale repetir que não se pretendeu aqui uma análise aprofundada sobre o padrão de domínio político conservador e oligárquico que se estruturou em Santa Catarina.

O que se fez foi reunir uma série de teses espalhadas pela literatura - a respeito dos padrões de desenvolvimento sócio-econômico, de relações sociais e de cultura política estabelecidos no Estado - agregando-as a algumas reflexões próprias, na tentativa de sistematizar um conjunto de hipóteses que a meu ver devem merecer maior investigação com a finalidade de aprofundar o conhecimento do processo sócio-político catarinense.

NOTAS

¹DITTRICH, R. (1981:28).

²SIMÃO, A., cit. in: LAMOUNIER e CARDOSO (1978:22)

³Note-se que institutos de pesquisa como o IBOPE chegam a trabalhar com matrizes que envolvem dezenas de indicadores, para chegar a um grau razoável de explicação do voto.

⁴VIOLA, E. (1986:01).

⁵No período multipartidário a dinâmica da agregação dos dois grandes partidos conservadores girou em torno das duas oligarquias: o PSD era o partido dos Ramos e a UDN o dos Konder Bornhausen. No período bipartidário, além da tentativa de redução do poder oligárquico levada a cabo na gestão Colombo Salles, ocorre o declínio da oligarquia Ramos. A Arena será comandada pelos Konder-Bornhausen.

⁶SOARES, G. (1973:101 e seg.). Ver mais a frente a nota 13.

⁷SOARES, G. (1973:101).

⁸A necessidade de aprofundamento da análise das relações entre dominação oligárquica e predomínio eleitoral conservador é aqui nítida. Se a presente linha de análise pode servir (como hipótese) para explicar o controle de alguns grupos econômicos sobre bases eleitorais significativas, resta estabelecer a mediação entre esse controle e o domínio oligárquico. Mais à frente será mencionada a questão da articulação, pelas oligarquias, dos setores mais sólidos da burguesia regional. De qualquer maneira, aqui apenas se "arranham" esses problemas.

⁹É importante ressaltar que na década de 70 já se faz sentir um processo de concentração da propriedade (pelo menos da propriedade industrial) que se acentua na década atual. Hoje há cla-

ramente grandes grupos econômicos estabelecidos no Estado com um grande poder concentrado em suas mãos.

- ¹⁰ A vinculação com o partido governista não é fortuita. O estudo coordenado por Rabah Benakouche (Grupos Industriais da Região Sul, Florianópolis, mimeo, 1983), aponta vários indícios de que os grupos econômicos catarinenses não fugiram ao padrão vigente no país, de relativa dependência do poder público para poder crescer, através de financiamentos, incentivos fiscais, etc...

Ady Vieira Filho (As Raízes da Industrialização: Grupos Empresariais Catarinenses, ed. do autor, Florianópolis, 1986) relata alguns casos nesse sentido e afirma, por exemplo, que

"a subida de Nereu Ramos ao poder como interventor facilitou a ascensão e deslanche de alguns grupos. Assim como durante o curto período presidencial de Nereu Ramos o mesmo se dá"(op. cit. p. 170).

Manter boas relações com o poder político estadual e federal parece, pois, ter sido uma estratégia utilizada vantajosamente pelos grupos econômicos catarinenses.

- ¹¹ LAGO, P. F. Santa Catarina, a Terra, o Homem e a Economia, Ed. da UFSC, Florianópolis, 1968, pp. 190-2.
- ¹² Ver BENAKOUCHE e outros, Grupos Industriais da Região Sul, Florianópolis, mimeo, 1983, p. 146.
- ¹³ SOARES, G. (1973:101 e seg.) Na realidade, haveriam estritamente dois tipos de "contextos" (no sentido aproximadamente, do que Gláucio Soares chama de "infra-estrutura econômica") favoráveis e um "caminho" (estratégia) propício à dominação oligárquica. O "caminho" do cartorialismo, porém, é também relacionado por Soares com determinados "contextos", como será visto a seguir.
- ¹⁴ SOARES, G. (1973:113).
- ¹⁵ Embora não ocorra no município um processo de urbanização e

industrialização intensa, como sugere Soares em sua tipologia.

¹⁶As informações sobre o município de Imaruí foram tiradas de ANDRADE, L.R. A Estrutura Coronelista de Dominação: Análise de um Caso. Dissertação de Mestrado em Direito, CSE, UFSC, Florianópolis, 1984.

¹⁷ANDRADE, L.R. (op. cit. p. 83).

¹⁸Idem, p. 102.

¹⁹MOTTA, R. A Oposição na Grande Florianópolis, Florianópolis, mimeo, 1982, esp. pp. 2-3.

²⁰Vale a pena destacar que se trata de "utilização de verbas e empregos públicos com objetivos políticos pessoais". Isso distingue o que se está denominando de "cartorialismo" da noção, mais ampla, de "clientelismo", que abrange também toda uma gama de artimanhas semelhantes realizadas com recursos privados.

²¹Ver análise detalhada sobre o padrão eleitoral em Florianópolis, no período bipartidário, na p. 211.

²²SOARES, G. (1973:157).

²³Pesquisa sobre o assunto está sendo realizada pelo Professor Rufino Porfírio de Almeida, do Departamento de História da UFSC, a quem agradeço pelas informações e sugestões.

²⁴Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 4.254, de 10/09/50.

²⁵Vale mencionar a particular resistência dos entrevistados em citar fatos concretos, nesse âmbito.

²⁶BENAKOUCHE, R. e outros, op. cit.

- ²⁷ Apesar do diretor do jornal ser líder do PDC, a linha do jornal (como do próprio PDC) pelo menos durante toda a década de 50, foi de defesa do udenismo.
- ²⁸ CORRÊA, C.H. Um Estado Entre Duas Repúblicas, Ed. da UFSC, Assembléia Legislativa, SC, Florianópolis, 1984, p. 232.
- ²⁹ DIAS, M.F.S. Sindicalismo e Estado Corporativista: o Caso do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Blumenau - 1941/50. Dissertação de Mestrado em História, UFSC, Florianópolis, 1985.
- ³⁰ Ver estudo de VOLPATO, T.G. A Pirita Humana: Os Mineiros de Criciúma, Ed. da UFSC/Assembléia Legislativa, SC, Florianópolis, 1984.
- ³¹ Aqui - como em outros momentos - ficará patente como contextos sócio-econômicos e culturais têm relação com o grau de mobilização popular.
- ³² SILVA, E.L. O Desenvolvimento Econômico Periférico e a Formação da Rede Urbana de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS, Porto Alegre, 1978, p. 94 (o autor refere-se a Joinville e Blumenau).
- ³³ SEYFERTH, G. Nacionalismo e Identidade Étnica. F.C.C. Edições, Florianópolis, 1981, p. 202.
- ³⁴ MAMIGONIAN, A. "Estudo das Indústrias de Blumenau", in: Separata da Revista Brasileira de Geografia, nº 3, jul/set, 1965, IBGE, Rio de Janeiro, 1966.
- ³⁵ Entrevista com o Sr. Esperidião Amin.
- ³⁶ CORRÊA, C. (1984:233).
- ³⁷ CORRÊA, C. (1984:234).

³⁸SOUTO, A.A.C. Uma Tentativa de História Econômica Regional: A Indústria de Blumenau e a Exportação - Importação de SC (1930-39), Tese de Livre Docência em História, UFSC, Florianópolis, 1974, p. 23.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERLE, J. "Partido do Movimento Democrático Brasileiro", in: PIAZZA, W. (org.) Dicionário Político Catarinense, Ed. da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1985.
- ANDRADE, L.R. A Estrutura Coronelista de Dominação: Análise de um Caso. Dissertação de Mestrado em Direito, Centro Sócio-Econômico, UFSC, Florianópolis, 1984.
- BENAKOUCHE, R. e outros. Grupos Industriais da Região Sul, Florianópolis, mimeo, 1983.
- BENEVIDES, M.V. A UDN e o Udenismo. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.
- _____. "A União Democrática Nacional", in: FLEISCHER, D. Os Partidos Políticos no Brasil, Vol. I, Ed. UnB, Brasília, 1981.
- BLASI, P. "Santa Catarina - Eleições de 1978", in: FUNDAÇÃO MILTON CAMPOS, As Eleições Nacionais de 1978, Vol. II, Brasília, 1979.
- ✓ CEAG. Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina (séc. XVII-1960), Florianópolis, 1980.
- CORRÊA, C.H. Um Estado Entre Duas Repúblicas. Ed. da UFSC/Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Florianópolis, 1984.
- CUNHA, L. (editor). Itajaí: Cem Anos de Município. Itajaí, 1960.
- DIAS, M.F. Sindicalismo e Estado Corporativista: O Caso do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Blumenau - 1941-50. Dissertação de Mestrado em História, UFSC, Florianópolis, 1985.

- DINIZ, E. Voto e Máquina Política. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.
- DITTRICH, R.I. O Deputado Catarinense. Ed. da UFSC, Florianópolis, 1981.
- FARIA, V.E. "As Eleições de 1974 no Estado de São Paulo: Uma Análise das Variações Inter-Regionais", in: LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. (org.). Os Partidos e as Eleições no Brasil, Paz e Terra/CEBRAP, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1978.
- FAORO, R. Os Donos do Poder. Ed. Globo, Porto Alegre, 1975.
- FLEISCHER, D. Os Partidos Políticos no Brasil, 2 Vol., Ed. UnB, Brasília, 1981.
- GERTZ, R. "Ação Integralista Brasileira", in: PIAZZA, W.F.(org.) Dicionário Político Catarinense. Ed. da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Florianópolis, 1985.
- HIPPOLITO, L. PSD: De Raposas e Reformistas. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.
- KINZO, M.D.G. Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil. Ed. Símbolo, São Paulo, 1979.
- _____. "Novos Partidos: O Início do Debate", in: LAMOUNIER, B. (org.). Voto de Desconfiança. Vozes, Petrópolis, 1980.
- × KUEHNE, J. "O Integralismo Nazi-Fasista em Santa Catarina", in: RATTON, A.C.M. O Punhal Nazista no Coração do Brasil. Ed. Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis, 1943.
- LAGO, P.F. Santa Catarina, a Terra, o Homem e a Economia. Ed. da UFSC, Florianópolis, 1968.
- LAMOUNIER, B. Voto de Desconfiança. Vozes, Petrópolis, 1980.
- LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F.H. Os Partidos e as Eleições no Brasil. Paz e Terra/CEBRAP, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1978.

- LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. Partidos Políticos e Consolidação Democrática: O Caso Brasileiro. Brasiliense, São Paulo, 1986.
- LAUS, S.P. A UDN em Santa Catarina (1945-1960). Dissertação de Mestrado em História, UFSC, Florianópolis, SC.
- LEAL, V.N. Coronelismo, Enxada e Voto. Alfa-Ômega, São Paulo, 1975.
- LENZI, C.A.S. Poder Político e Mudança Social. Dissertação de Mestrado em Direito, UFSC, Florianópolis, 1977.
- _____. Partidos e Políticos de Santa Catarina. Ed. da UFSC/Lunardelli, Florianópolis, 1983.
- LIMA Jr., O.B. Partidos Políticos Brasileiros (1945-64). Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1983.
- MAMIGONIAN, A. "Estudo das Indústrias de Blumenau", in: Separata da Revista Brasileira de Geografia, nº 3, jul/set. 1965, IBGE, Rio de Janeiro, 1966.
- × MOTTA, R. A Oposição na Grande Florianópolis. Florianópolis, mimeo, 1982.
- PEREIRA, R. e outros. Eleições no Brasil Pós-64. Global Editora, São Paulo, 1984.
- PIAZZA, W.F. A Colonização de Santa Catarina. BRDE/Ed. Pallotti, Porto Alegre, 1982.
- _____. Dicionário Político Catarinense. Ed. da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Florianópolis, 1985.
- REIS, F.W. "Política e Racionalidade", in: Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 37, UFMG/PROED, Belo Horizonte, 1984.
- _____. Os Partidos e o Regime. Ed. Símbolo, São Paulo, 1978.

- RIBEIRO, T.V. "As Eleições Catarinenses de 1966", in: Revista Brasileira de Estudos Políticos, nºs 23/24, jul.67/jan.68, UFMG, Belo Horizonte, 1968.
- SAMPAIO, R. "O PSP em São Paulo", in: FLEISCHER, D. Os Partidos Políticos no Brasil. Ed. UnB, Brasília, 1981.
- SAN THIAGO, A.G. "As Eleições de 1974 em Santa Catarina", in: Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 43, jul/76, UFMG, Belo Horizonte, 1976.
- SANTOS, W.G. Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise. Ed. Vértice, São Paulo, 1986.
- SCHWARTZMAN, S. Raízes do Autoritarismo Brasileiro. Ed. Campus, Rio de Janeiro, 3^a ed., 1988.
- SEYFERTH, G. Nacionalismo e Identidade Étnica. F.C.C. Edições, Florianópolis, 1981.
- SILVA, E.F. O MDB/PMDB em Lages. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFSC, Florianópolis, 1985.
- SILVA, E.L. O Desenvolvimento Econômico - Periférico e a Formação da Rede Urbana de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS, Porto Alegre, 1978.
- SOARES, G.A.D. Sociedade e Política no Brasil. Difel, São Paulo, 1973.
- _____. "A Formação dos Partidos Políticos no Brasil", in: FLEISCHER, D. Os Partidos Políticos no Brasil. Ed. UnB, Brasília, 1981.

SOUTO, A.A.C. Uma Tentativa de História Econômica Regional: A Indústria de Blumenau e a Exportação-Importação de Santa Catarina (1930-39). Tese de Livre Docência em História, UFSC, Florianópolis, 1974.

SOUZA, M.C.C. Estado e Partidos Políticos no Brasil. Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1976.

TRAGTENBERG, M. Prefácio in: ALVES, M.M. A Força do Povo. Brasiliense, São Paulo, 1980.

TRINDADE, H. Integralismo: O Fascismo Brasileiro na Década de 30. Difel, São Paulo, 2^a ed., 1979.

_____. "Eleições e Partidos no Rio Grande do Sul: do Sistema Multipartidário à Criação do Bipartidarismo", in: FLEISCHER, D. Os Partidos Políticos no Brasil. Ed. UnB, Brasília, 1981.

TRE/SC. Exemplar Estatístico, nº 6, ano I, nov/dez. 1962, Florianópolis, 1962.

_____. 30 Anos de Justiça Eleitoral. Florianópolis, 1975.

VIANNA, L.W. "O Sistema Partidário e o PDC", in: FLEISCHER, D. Os Partidos Políticos no Brasil. Ed. UnB, Brasília, 1981.

VIEIRA, Fº, A. As Raízes da Industrialização: Grupos Empresariais Catarinenses. Ed. do autor, Florianópolis, 1986.

VINHAS, M. O Partidão: A Luta por um Partido de Massas (1922/74), Hucitec, São Paulo, 1982.

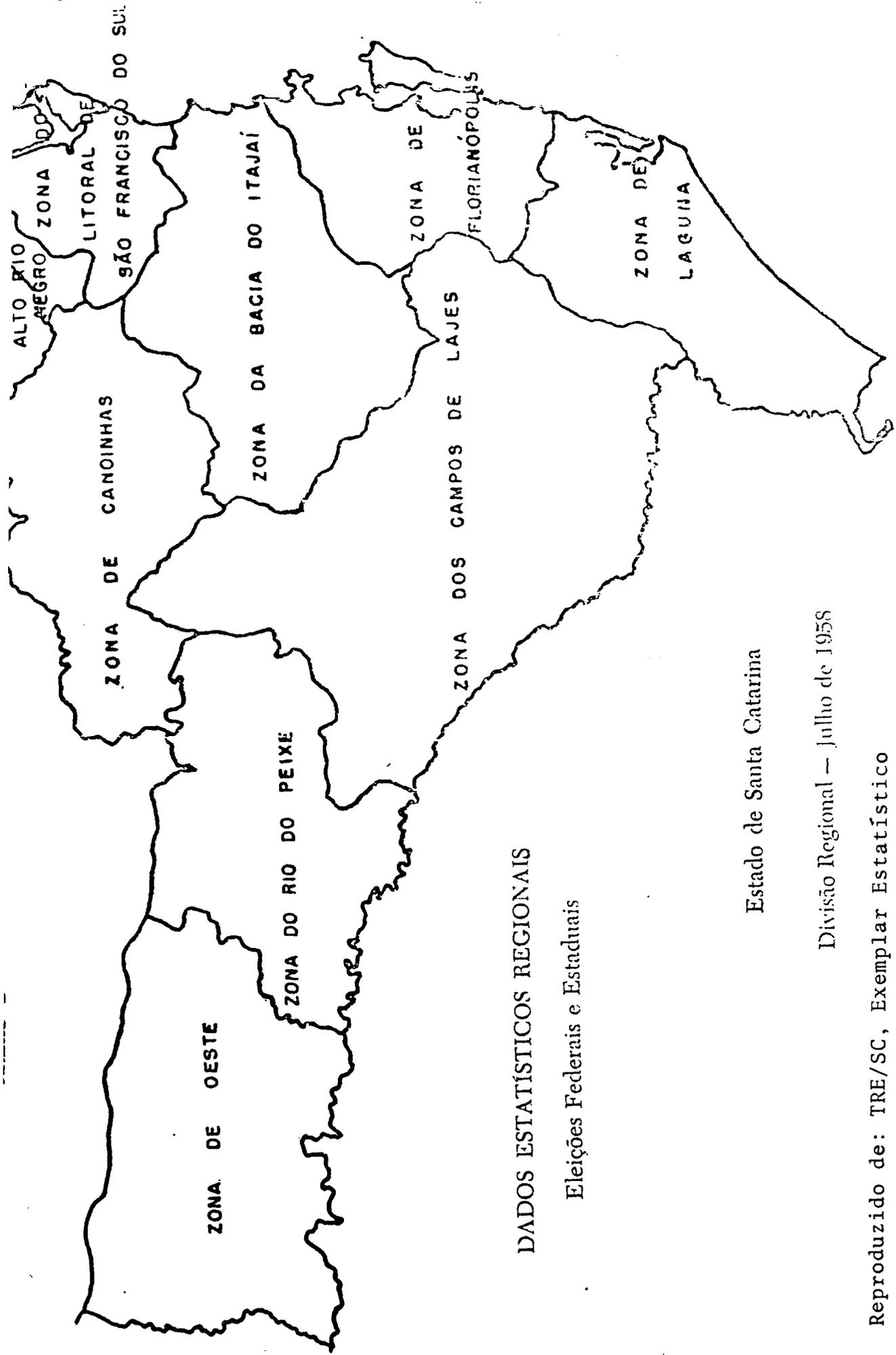
VIOLA, E.J. "As Eleições de 1985 e a Dinâmica do Sistema Partidário de Santa Catarina", in: Cadernos de Ciências Sociais, nº 1, Vol. 6, Centro de Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 1986.

VOLPATO, T.G. A Pirita Humana: Os Mineiros de Criciúma. Ed. da UFSC/Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Fpolis, 1984.

ANEXO 1

LISTA DE ENTREVISTADOS

- 1) Alcides Ferreira (19.05.88).
- 2) Eduardo Santos Lins (29.09.87).
- 3) Espiridião Amin Helou Filho (12.04.88).
- 4) Genir Destri (26.05.88).
- 5) Jacó Anderle (10.03.88).
- 6) Jucélio Costa (31.08.88).
- 7) Manoel Alves Ribeiro (01.06.88).
- 8) Manoel Dias (16.03.88).
- 9) Roberto Motta (02.06.88).



DADOS ESTADÍSTICOS REGIONAIS

Eleições Federais e Estaduais

Estado de Santa Catarina

Divisão Regional — Julho de 1958

Reproduzido de: TRE/SC, Exemplar Estatístico
nº 6, ano 1, nov.-dez/1960.

D.E.G.C.

DIVISÃO REGIONAL — Municípios que compõe cada Zona

Zona do Litoral de São Francisco do Sul	—	Araquari, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Joinville e São Francisco do Sul.
Zona da Bacia do Itajaí	—	Blumenau, Brusque, Camboriú*, Gaspar, Ibirama, Ilhota, Indaial, Itajaí, Luiz Alves, Ituporanga, Penha, Pomerode, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Rio d'Oeste, Rio do Sul, Rodeio, Taió, Timbó, Trombudo Central e Vidal Ramos.
Zona de Florianópolis	—	Biguaçu, Florianópolis, Nova Trento, Palhoça, Pórtio Belo, Santo Amaro da Imperatriz, São João Batista, São José e Tijucas.
Zona de Laguna	—	Araranguá, Armazém, Braço do Norte, Cricúma, Grão Pará, Imaruí, Imbituba, Jacinto Machado, Jaguaruna, Laguna, Lauro Müller, Nova Vencza, Orleães, Praia Grande, Rio Fortuna, Siderópolis, Sombrio, Tubarão, Turvo e Urussanga.
Zona do Alto do Rio Negro**	—	Campo Alegre e São Bento do Sul.
Zona de Canoinhas	—	Canoinhas, Itaiópolis, Mafra, Papanduva, Pórtio União e Rio Negrinho.
Zona do Rio do Peixe	—	Água Doce, Caçador, Capinzal, Concórdia, Heerval d'Oeste, Itá, Joaçaba, Piratuba, Ponte Serrada, Rio das Antas, Seara, Tangará e Videira.
Zona do Oeste	—	Abelardo Luz, Campo Eré, Chapecó, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Fachinal dos Guedes, Itapiranga, Maravilha, Mondai, Palmitos, São Carlos, São José do Cedro, São Lourenço d'Oeste, São Miguel d'Oeste, Xanxerê e Xaxim.
Zona dos Campos de Lajes	—	Bom Retiro, Campos Novos, Curitibanos, Lajes, Lebon Régis, Santa Cecília, São Joaquim e Urubici.
	* —	Pertencia à Zona de Florianópolis, sendo anexado à Zona da Bacia do Itajaí, em julho de 1958.
	** —	Zona criada pelo IBGE, desmembrada da Zona de Canoinhas, em julho de 1958.